

**O BRASIL
E AS TENDÊNCIAS
ECONÔMICAS
E POLÍTICAS
CONTEMPORÂNEAS**
(SEMINÁRIO DE BRASÍLIA)

**SEMINÁRIO: "O BRASIL E AS
TENDÊNCIAS ECONÔMICAS E
POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS"**

Brasília, 2 e 3/12/94

Lista de Participantes

Abraham Lowenthal
Adam Przeworski
Alain Touraine
Albert Fishlow
Alejandro Foxley
Alfred Stepan
Antônio Barros de Castro
Antônio Kandir
Antônio Cláudio Sohachewski
Aspásia Camargo
Bolívar Lamounier
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Celso Amorim
Celso Lafer
César Miquel
Clóvis Carvalho
Colin Bradford
Constantino Vaitsos
Eduardo Graeff
Enrique Iglesias
Eric Hobsbawm
Félix Peña
Fernando Gasparian
Francisco Weffort
Gelson Fonseca Júnior
Gilberto Dupas

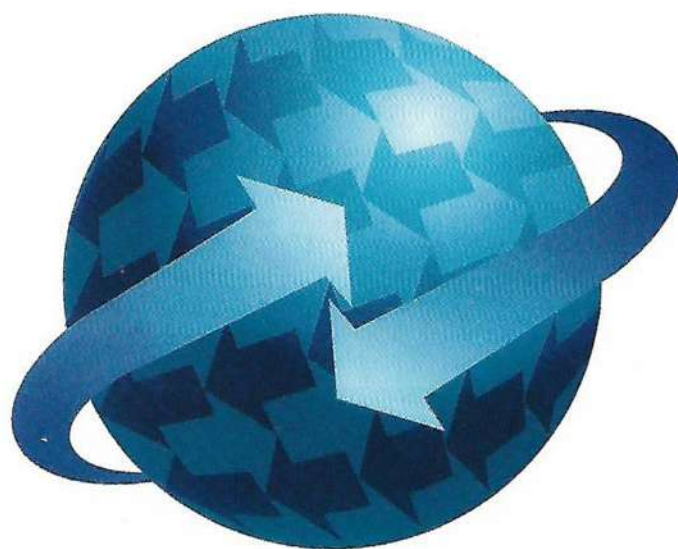


O Seminário de Brasília foi convocado pelo então Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e realizado no Palácio do Itamaraty nos dias 2 e 3 de dezembro de 1994.

O seminário foi realizado pela Fundação Alexandre Gusmão com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.



1995
Tricentenário do nascimento de
Alexandre Gusmão
e Sesquicentenário do nascimento do
Barão do Rio Branco.



**O BRASIL
E AS TENDÊNCIAS
ECONÔMICAS
E POLÍTICAS
CONTEMPORÂNEAS**
(SEMINÁRIO DE BRASÍLIA)



BRASÍLIA
1995

SEMINÁRIO DE BRASÍLIA

Coordenador Geral:

Professor Luciano Martins de Almeida

Organização:

Embaixador Gelson Fonseca Jr. (Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão)

Professora Sônia Moreira

Luís Fernando Panelli César

Marcos Bezerra Abbott Galvão

Supervisão e Apoio:

Angela Tisani

Izabel Patriota Pereira Carneiro

Maria do Carmo de Souza Pinto

Maria Helena Canesin Bitencourt

Sebastiana Maria de Azevedo

Coordenação da Publicação:

Izabel Patriota Pereira Carneiro

Maria Helena Canesin Bitencourt

Fotografias:

José Márcio Batista

Seminário de Brasília (1994; Brasília).

O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas. -
Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

121 p.

1. Relações econômicas internacionais - Congressos. 2. Informação - tecnologia - congressos. 3. América Latina - Política econômica - congressos. I. Fundação Alexandre de Gusmão. II. Título.

339.9 (063)

S 4471

NOTA INTRODUTÓRIA

Foi a plena consciência das transformações históricas que o mundo vive neste final de século e, simultaneamente, a convicção de que um governo atento à complexidade de nosso tempo tem que desenvolver um permanente esforço compartilhado de análise e de reflexão que levaram o então Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso a nos solicitar a organização, juntamente com a Fundação Alexandre de Gusmão, do Seminário de Brasília. São os *proceedings* desse seminário, realizado nos dias 2-3 de dezembro de 1994, no Itamaraty, que os leitores encontrarão adiante.

O principal problema de organização era o de como integrar, num mesmo seminário, três dimensões das mudanças em curso que são em geral abordadas separadamente; (1) a da natureza e implicações dos processos econômicos, tecnológicos e políticos que estão criando novas formas de convivência em sociedade e engendrando uma nova ordem mundial; (2) a da articulação entre políticas de estabilização e políticas de crescimento econômico, em países socialmente carentes como o Brasil, à luz da experiência latino-americana recente; (3) a de como situar e entender as mudanças nas próprias formas de pensar e de agir politicamente que estão ocorrendo em escala mundial.

A solução para esse problema de organização foi a de dividir o seminário em três blocos temáticos, dedicando uma sessão a cada qual, e, ao mesmo tempo, possibilitando que os temas suscitados em cada uma delas pudessem ser livremente retomados nas demais. Os leitores encontrarão adiante o termo de referência com o enunciado dos três blocos temáticos e a transcrição de cada sessão na língua utilizada por cada participante.

Esse formato - o de um *brain storming* "organizado", por assim dizer - permitiu uma discussão viva e fecunda e à qual não faltaram advertências ao futuro governante. E era justamente isso que se esperava dos participantes de alto nível convidados para o seminário. Cabe registrar, a propósito, que o fato de os mais eminentes *scholars* de diferentes países terem prontamente atendido ao convite, feito quase em cima da hora, para participarem do seminário, cancelando em muitos casos outros compromissos já assumidos, confirma o interesse despertado em várias partes do mundo pela eleição do novo governo do Brasil.

Resumir os principais pontos do debate, numa simples nota introdutória, implicaria necessariamente em empobrecê-los. Mas duas observações talvez possam ser feitas.

A primeira é que a motivação para a convocação do seminário encontrou, na intervenção de Eric Hobsbawm, com a autoridade de ser um dos maiores historiadores contemporâneos, sua plena justificação: "*The world today has been living through, in the past 40 years, the most rapid, profound and comprehensive social change - a socioeconomic revolution - in recorded history*".

A segunda observação é que se constituiu em *leit motiv* do seminário a percepção de que essa revolução "sem precedentes" passa pela dinâmica, pelos impasses e pelas contradições de três processos concomitantes, que se manifestam tanto no pla-

no interno das sociedades como no da organização mundial do poder: globalização, integração e fragmentação.

Talvez a principal lição do Seminário seja a de que o desafio maior que atualmente se apresenta aos governantes, onde quer que se encontrem, seja o de redefinirem e harmonizarem, face a esses processos, os interesses nacionais e os das sociedades que os elegeram - interesses que hoje nem sempre são coincidentes - no âmbito de uma sociedade democrática e de uma ordem internacional mais equitativa.

Finalmente, cabe registrar, nesta nota introdutória, que sem a competente colaboração dos funcionários da Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, então presidida pelo Embaixador Gelson Fonseca, e sem a contribuição do PNUD e do BID, a realização do Seminário de Brasília teria sido impossível.

Luciano Martins
Coordenador do Seminário



Manuel Castells, Celso Amorim, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Gelson Fonseca Jr., Colin Bradford.



Louis Emmerij, Guillermo O'Donnell, Eric Hobsbawm, Alfred Stepan, Albert Fishlow.



Gelson Fonseca Jr., Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins.



Colin Bradford, Constantino Vaitsos, Félix Peña, Juan Linz, Manuel Castells, Alejandro Foxley.



Roberto Frenkel, Fernando Henrique Cardoso



Colin Bradford, Constantino Vaitsos, Félix Peña, Juan Linz, Alejandro Foxley, José Serra, Philippe Schmitter, Torcuato Di Tella, Gilberto Dupas, Paulo Renato Souza, Antônio Kandir, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Clóvis Carvalho.



Fernando Henrique Cardoso, Alain Touraine, Ruth Cardoso



Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso.

SEMINÁRIO DE BRASÍLIA

Termo de Referência

O advento de um novo Governo no Brasil suscita amplas expectativas políticas e, ao mesmo tempo, cria oportunidades para uma redefinição das formas de pensar o projeto de desenvolvimento econômico e social do País. Algumas das diretrizes para essa reorientação já foram expostas durante a campanha eleitoral pelo Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, cuja posse se dará a 1º de janeiro de 1995. Mas pensar o Brasil e o contexto internacional é uma tarefa contínua.

A rapidez com que se realizam hoje no mundo as mudanças na economia internacional e, ao mesmo tempo, os processos mais lentos e complexos de institucionalização de uma nova configuração mundial de poder e das próprias maneiras de repensar a política, após a implosão do mundo socialista e o fim da Guerra Fria, impõem esse permanente esforço de atualização e de reflexão.

O Seminário internacional, cujo programa é incluído em anexo, é parte desse esforço de reflexão. Ele se organiza a partir de três blocos temáticos.

No primeiro, serão discutidos três temas: a) os processos e as tendências em curso na economia internacional; b) os novos paradigmas tecnológicos e suas implicações econômicas e sociais; e c) os problemas relativos à reorganização das relações de poder em plano mundial.

O primeiro tema envolve uma análise da evolução dos processos de globalização, regionalização e das novas condicionalidades e dispositivos estabelecidos para regular o comércio internacional e os investimentos transnacionais. O segundo, diz respeito às implicações econômicas e sociais decorrentes da introdução de novos paradigmas tecnológicos no campo da informação e da produção. O terceiro, trata dos problemas relativos à institucionalização da nova geometria mundial de poder emergente no período pós-Guerra Fria.

O segundo bloco diz respeito a uma problemática mais específica da América Latina e que é relativa às relações entre estabilização, crescimento econômico e política industrial. Esse tema poderia ser resumido nos termos seguintes. A experiência tem mostrado que depois da estabilização de inflações crônicas elevadas dá-se um crescimento precoce e, por vezes, vigoroso. Será esse surto auto-sustentável? Ou serão necessárias políticas públicas para assegurar essa condição? Ainda: deve o Estado orientar os investimentos privados, a partir de opções como *tradables versus non-tradables; commodities versus manufaturas* etc.?

O terceiro bloco, finalmente, será dedicado à discussão do surgimento de novas formas de ação e de pensamento político. No primeiro caso, envolvendo as relações entre Estado e sociedade, através, por exemplo, da ampliação do conceito de cidadania, da proliferação de entidades não-governamentais ou da crítica da democracia representativa; no segundo, e a partir da implosão dos sistemas socialistas, através do renascimento e/ou reformulação de posturas social-democratas, de ideologias de cunho liberal, do surgimento de tendências neo-autoritárias, etc., - e das variantes dessas diferentes formas de concepção política.

A discussão dessas questões por pessoas altamente qualificadas do mundo acadêmico pode constituir-se em subsídio importante para o desenvolvimento posterior de uma reflexão permanente sobre as problemáticas envolvidas e as opções e implicações políticas que elas encerram.

PROGRAMA

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

“O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas”

Palácio do Itamaraty, Brasília, 2 e 3 de dezembro de 1994

Bloco I

“Economia e Política na Ordem Mundial Emergente”

TEMA I: “Processos e Tendências da Economia Mundial”

Expositor: Colin Bradford

TEMA II: “Os novos Paradigmas Tecnológicos: implicações econômicas e sociais”.

Expositor: Manuel Castells

TEMA III: “A Reorganização do Poder Mundial”

Expositor: Luciano Martins

Debatedores: Abraham Lowenthal, Adam Przeworski, Albert Fishlow, Alfred Stepan, Constantino Vaitsos, Félix Peña, Gilberto Dupas, Louis Emmerij, Philippe Schmitter.

Bloco II

“Estabilização, Crescimento e Política Industrial na América Latina”

Expositor: Roberto Frenkel

Debatedores: Albert Fishlow, Alejandro Foxley, Antônio Barros de Castro, Colin Bradford, Enrique Iglesias, Félix Peña, Paulo Renato Souza, Winston Fritsch.

Bloco III

“Novos Parâmetros do Pensamento Político”

Expositor: Alain Touraine

Debatedores: Adam Przeworski, Eric Hobsbawm, Francisco Weffort, Guillermo O'Donnell, José Arthur Giannotti, Juan Linz, Manuel Castells, Philippe Schmitter, Torcuato Di Tella.

SUMÁRIO

Abertura do Seminário

Embaixador Celso Amorim	1
Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso	3

Bloco I

Tema I: Processos e Tendências da Economia Mundial	
Colin Bradford	7
Tema II: Os Novos Paradigmas Tecnológicos: Implicações Econômicas e Sociais	
Manuel Castells	15
Tema III: A Reorganização do Poder Mundial	
Luciano Martins	19

Comentários

Abraham Lowenthal	22
Adam Przeworski	23
Albert Fishlow	25
Afred Stepan	26
Constantino Vaitsos	29
Félix Peña	31
Gilberto Dupas	32
Louis Emmerij	35
Philippe Schmitter	36

Debates

Eric Hobsbawm	38
Celso Lafer	39
José Augusto Guilhon de Albuquerque	41
Juan Linz	42
Luiz Carlos Bresser Pereira	42
Manuel Castells	43
Colin Bradford	45
Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso	46

Bloco II

Tema: Estabilização, Crescimento e Política Industrial na América Latina

Roberto Frenkel	49
-----------------------	----

Comentários

Albert Fishlow	58
Alejandro Foxley	59
Antônio Barros de Castro	63
Félix Peña	65
Colin Bradford	66
Paulo Renato Souza	67
Winston Fritsch	69
Enrique Iglesias	72

Debates

Antônio Kandir	76
Luiz Carlos Bresser Pereira	77
Celina Vargas do Amaral Peixoto	78
Paulo Nogueira Batista Júnior	78
Maria Hermínia Tavares de Almeida	79
Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso	80

Bloco III

Tema: Novos Parâmetros do Pensamento Político

Alain Touraine	83
----------------------	----

Comentários

Adam Przeworski	88
Eric Hobsbawm	91
Francisco Weffort	93
Guillermo O'Donnell	95
José Arthur Giannotti	96
Juan Linz	98
Manuel Castells	102
Philippe Schmitter	104
Torcuato Di Tella	108

Debates

Miguel Reale Júnior	110
Aspásia Camargo	111
Celso Lafer	112
Senador José Serra	113

Encerramento

Luciano Martins	116
Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso	116
Participantes	119

O BRASIL E AS TENDÊNCIAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

ABERTURA DO SEMINÁRIO

Apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim;
Intervenção do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso;
Palavras do Embaixador Gelson Fonseca Jr.

Embaixador Gelson Fonseca, Presidente da Sessão:

Agradeço a todos, em nome da Fundação Alexandre de Gusmão e do coordenador deste Seminário, Professor Luciano Martins, e gostaria de dar boas-vindas aos presentes. Nós nos sentimos profundamente honrados com a presença do Presidente eleito, Professor Fernando Henrique Cardoso, entre nós. E, na realidade, foi ele quem idealizou e propôs a realização deste Seminário. Estamos também muito honrados com a presença do Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a quem eu pediria que, como nosso anfitrião, dissesse as palavras de abertura deste encontro.

Obrigado.

Embaixador Celso Amorim:

Senhor Presidente eleito, Senador Fernando Henrique Cardoso; Senhora Professora Ruth Cardoso; Senhor Professor Luciano Martins, Coordenador do Seminário; Senhor Presidente da FUNAG; Senhoras e Senhores.

Para o Itamaraty, para o Ministério das Relações Exteriores, é um motivo de grande orgulho e satisfação recebermos um grupo tão ilustre de pensadores, que tanta contribuição tem dado ao conhecimento da ciência social e, em particular, do Brasil. Os trabalhos de muitos dos senhores não apenas são contribuições à ciência, mas foram também, e continuam a ser, contribuições ao nosso próprio entendimento do nosso País. É, por isso, uma grande satisfação tê-los conosco.

É, para o Itamaraty, um motivo de orgulho muito especial que o Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, tenha escolhido este local, esta Casa, para a realização deste evento. Se o Presidente eleito me permite, eu ousaria avançar três razões, que possivelmente estiveram em seu pensamento, ao propor esta iniciativa em relação ao Itamaraty. Em primeiro lugar, isso é uma demonstração clara da transição perfeitamente coordenada e harmônica entre o Governo Itamar Franco e o Governo Fernando Henrique Cardoso. Escolhendo a Casa, que talvez mais do que nenhuma outra simboliza a continuidade no Governo, quis o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso também sinalizar a harmônica e perfeita transição entre o Governo Itamar Franco e o Governo Fernando Henrique Cardoso. Creio também que não seria exagerado nem presunçoso dizer que parte das razões dessa escolha se deve aos vínculos afetivos que existem entre o Presidente eleito e esta Casa, que ele chefou com tanto brilho, e na qual deixou uma marca profunda.

E, finalmente, talvez avançando um pouco na presunção, creio que há também um elemento de homenagem ao Itamaraty nessa escolha, porque o Itamaraty não é apenas uma Casa, uma instituição de representação dos interesses brasileiros de negociação no exterior, mas é também uma casa de reflexão. Nós sempre nos acostumamos a não só pensar na diplomacia, pensar na política externa, mas também a pensar o Brasil, e pensar o Brasil na sua dimensão atual, mas também na sua projeção futura. Creio que esses três motivos entre outros, Senhor Presidente, terão inspirado a escolha, que muito agradecemos e que muito nos honra, do Itamaraty como palco dessas importantes discussões.

Eu não quero me estender muito sobre a evidente oportunidade deste evento. Eu apenas mencionaria que ele marca o entrelaçamento, a intersecção de duas transições: a transição na ordem interna e a transição na ordem internacional. A transição na ordem interna, marcada sobretudo pela consolidação do processo democrático. Consolidação essa que teve, na eleição de Vossa Excelência, um marco indiscutivelmente de grande importância.

Já se disse que a estabilidade democrática não se julga tanto pela primeira eleição livre, mas sim pela segunda, pela eleição subsequente. E acho que a forma como ocorreu a eleição no Brasil, a eleição presidencial mas também as eleições em todos os demais níveis, demonstra que essa parte da transição está completa. E nesse processo de transição democrática em que nos encontramos, já em plena consolidação, vemos também que a democracia brasileira não apenas se afirma no que diz respeito ao processo de escolha dos governantes, às instituições jurídicas, ou respeito à lei e à ordem, mas também na crescente presença dos valores éticos na política. Esse é um elemento de enriquecimento da nossa transição democrática, que eu acho impossível omitir, nessa minha primeira impressão.

Com relação à ordem internacional, obviamente isso será o objeto das discussões, e creio que eu não deveria ter a pretensão de avançar muito. Mas, sem estender-me, não poderia deixar, até por dever de ofício, de fazer um pequeno comentário. O comentário é sobre a natureza do momento em que vivemos internacionalmente. É um momento, evidentemente, de grandes mudanças, de mudanças no plano econômico e no plano político. As do plano econômico são tão grandes e tão importantes, e se expressam em tantas iniciativas, que seguramente serão mencionadas aqui nos debates, que eu as deixarei de lado. Mas eu não gostaria de deixar de mencionar um aspecto da transição política que me parece importante, e esse aspecto, em contraste com muitas teorias que foram veiculadas recentemente, sobre a idéia do fim da história, e de uma nova ordem internacional, é a idéia de que nós, no momento, sabemos de onde viemos, mas nós não sabemos com precisão nem onde estamos nem para onde vamos.

Eu creio que nada expressa esse fato de maneira mais clara do que a forma mesmo com que se alude ao momento atual. Nós o chamamos de período pós-Guerra Fria, isto é, ele é um período que se caracteriza por oposição a um período anterior, mas que não tem ainda uma característica própria definida. Esse é um elemento que me parece muito importante e, seguramente, estará presente nos debates desta tarde.

Eu acho, para terminar essas breves palavras, que eu não posso também deixar de referir-me a um sentido simbólico que tem esta ocasião. Ocorreu-me, pouco antes de entrar aqui nesta sala, a lembrança de dois ensaios famosos de Max Weber, autor tão citado pelo Presidente eleito numa das suas primeiras obras de juventude, "O Empresário Industrial e o Desenvolvimento Econômico no Brasil" - perdão se o título não está citado de maneira exata, mas o livro foi lido. De qualquer forma, recordei-me de Max Weber e da idéia das duas vocações: a vocação do político e a vocação do cientista. E esse Seminário, com o Presidente eleito a menos de 30 dias da posse, evoca, inspira a clara visão de que nós procuramos no Brasil, o Presidente procura no Brasil, a síntese destes dois aspectos tão importantes: a vocação do cientista, que é a busca da verdade, e a vocação do político, que é a de "fazer", de conduzir povos.

Creio que essa síntese, em que a arte de pensar, a filosofia, no seu sentido mais amplo, e a arte de governar, de conduzir; a política, também no sentido mais amplo, na

síntese desses dois aspectos, é um excelente prenúncio para o Governo de Vossa Excelência.

Agradeço a todos e passo a palavra ao Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso.

Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso:

Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim;

Embaixador Gelson Fonseca, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, sem cuja ação e pensamento teria sido impossível a realização deste Seminário.

Professor Luciano Martins, meu dileto amigo e conhecido de todos nós pela qualidade extraordinária de perseverar intelectualmente até encontrar o bom argumento e o erro e de, com esse espírito, a um tempo crítico e construtivo, ser capaz de levantar sempre as questões devidas no momento necessário. Se o Embaixador Celso Amorim diz que a inspiração deste Seminário foi minha, eu devo dizer que foi nossa, minha e do Luciano Martins.

Minhas amigas e meus amigos de todas as partes que estão aqui, hoje é um dia muito especial para mim. Primeiro porque, para muitos dos que estão aqui presentes, é a primeira vez que me ouvem em português. Vou poupá-los do mau sotaque em várias línguas (risos).

Segundo, porque vejo aqui pessoas que há décadas estamos nos reencontrando mundo afora, conversando, discutindo, pensando, tentando decifrar enigmas. Pessoas que não vivem só no mundo da teoria, que muitas vezes voltam-se para as coisas muito práticas e muito concretas, e que agora vêm aqui nos honrar com suas presenças e com a colaboração que certamente trarão ao discorrer sobre os temas que estão em pauta.

Disse o Embaixador Celso Amorim que isto prenuncia um Governo que se vai empenhar por fazer aquela difícil - não diria nem síntese - ginástica, entre o saber e o querer, entre a vontade política e a capacidade de analisar. É um desafio realmente. Porém ele não é somente meu: é nosso.

Há alguns anos, fui convidado pelo Presidente Aylwin, do Chile, poucos dias antes de sua posse, para um Seminário naquele país, que me marcou muito. O Professor Foxley lá estava, com vários ministros do Presidente Frei.

Naquela ocasião, pareceu-me extremamente pertinente que, a poucos dias da posse de Aylwin, houvesse a disposição de espírito para um encontro que não fosse somente entre políticos ou entre seguidores, mas que fosse um encontro a partir do qual fosse possível fazer algumas reflexões.

Confesso que aquele encontro em Santiago inspirou esta reunião de hoje, que ocorre em momento muito significativo para o País e para mim. Muito significativo porque nós passamos nestas últimas décadas por tantas dificuldades econômicas, sociais e políticas, e ainda estamos imersos em muitas delas, e agora, no Brasil, o horizonte está mais desanuviado. Desanuviado naquilo que é fundamental: a área política. Desanuviado não porque eu fui eleito Presidente da República, mas porque a sociedade amadureceu muito, e porque a última eleição transcorreu num clima de muita cordialidade, no marco da convivência civilizada. Foi possível, assim, transformar essa vitória em algo que não poderá ser visto como um aumento do fosso entre os partidos políticos e a sociedade. Creio que a esperança contagiou a todos e contagiou a mim também.

Isso decorre de um processo de consolidação, como disse o Embaixador Celso Amorim. Na verdade, nós estamos consolidando um sistema democrático no Brasil. Não foi fácil. Num país de desafios imensos, pelas suas desigualdades, pelos bolsões de pobreza e de miséria que nele persistem; pela carência de instituições, fato que começa a deixar de ser verdadeiro, porque as instituições estão se fortalecendo, novas formas de relacionamento entre a sociedade e o Estado estão se desenvolvendo. De tal modo que hoje eu diria, com certa tranquilidade, que aquilo que há uma década era uma aflição, já não o é.

A democracia, agora, é algo conquistado, como valor e como institucionalização. Aqui, haveremos de aperfeiçoá-la ainda mais. Vejo o Professor Juan Linz e lembro-me do

que ele me disse alguns anos atrás: que somos parlamentaristas. Perdemos uma parada faz pouco tempo, e hoje o capricho da história me faz Presidente de um sistema presidencialista. E vou ser (risos).

Mas a verdade é que esses temores que tínhamos há uma década não existem mais. Hoje, com os aperfeiçoamentos que vão sendo introduzidos, não existem mais riscos de autoritarismo.

Também na área econômica houve transformações significativas. Essas transformações estão em curso, pois não se alcança um processo efetivo de estabilização do dia para a noite. Nós sofremos um longo período inflacionário, que durou décadas, e para superá-lo - nós sempre dissemos - não há milagres.

Quando o Presidente Itamar Franco teve a ousadia de entregar a um "jejuno em economia" como eu, a condução da economia do Brasil, nós estávamos com uma inflação muito alta - chegou a mais de 40% ao mês, e se aproximava dos 50%. Naturalmente, o processo de frenagem dessa galopada inflacionária não é algo que se possa fazer de uma maneira estável, do dia para a noite. É um processo, é um contínuo, é uma transformação.

A continuidade desse mecanismo, ou melhor, desse processo, a meu ver, se insere no cruzamento entre a política e a economia, porque nós vamos ter de fazer muitas reformas neste País. Daqui por diante o desafio não é mais simplesmente de mexer na taxa de câmbio, na taxa de juros, na abertura da economia, e em todas essas tecnicidades que nunca consegui aprender com perfeição. Mas há um desafio tão persistente quanto este, que é o de nós alterarmos certas relações há muito tempo já esclerosadas, e que, agora, está na hora de darmos os passos decisivos para modificá-las.

Modificar a estrutura do Estado, modificar as formas de relações entre o Estado e a sociedade, modificar o padrão de distribuição de renda, e sobretudo ter uma visão clara de que o desafio fundamental é o de aumentar a equidade no País. Sabemos que isto não se consegue do dia para a noite, que é um processo. O fato de dizer que é um processo não pode ser uma desculpa para que não se tomem as medidas necessárias.

Enfim, há enormes problemas a serem enfrentados. No marco de uma sociedade que conseguiu se reorganizar e marchar para um sistema democrático mais consistente, que conseguiu vislumbrar o caminho da estabilização econômica, essas reformas não mais amedrontam. São um desafio: não são fáceis de serem levadas adiante, mas há energia suficiente para que nós possamos realizá-las.

Se tudo fosse fácil, entretanto, não estaríamos aqui. Justamente a idéia dos organizadores do Seminário é a de que nós, de uma maneira muito direta - como sempre fizemos, anos afora -, muito direta, sem formalidades discutamos sobre os desafios do presente. Queremos fazer um Seminário como se faz sempre, ou seja, com muita abertura de espírito e com uma imprensa ativa, sempre registrando com precisão. Este País só vai se mover de forma efetiva se nós formos capazes de informá-lo melhor.

Este Seminário é também uma maneira de nós aumentarmos o grau de informação e de consciência nacional sobre uma série de questões. Nesse espírito, portanto, acadêmico, aberto, simples, direto, nós vamos enfrentar temas que são importantes não apenas para o Brasil.

Como sabem, o Seminário está dividido em três blocos. No primeiro bloco, nós vamos discutir economia e política na ordem mundial emergente, e é claro que vamos discutir os problemas de globalização, de regionalização, as novas condicionalidades do mercado, do comércio internacional, as formas de investimento, as implicações da mudança de padrão tecnológico, e os problemas relativos à institucionalização do poder depois do fim da Guerra Fria (para não dizer da nova geometria mundial de poder, da nova distribuição de poder).

Tais questões estão desafiando a todos nós. E, para aqueles que têm, como eu, a responsabilidade da condução dos nossos países, são mais do que um desafio teórico. Significam também tomadas de posição que têm conseqüências imediatas, diretas, sobre o modo de viver dos nossos povos. Mas para que nós possamos agir de uma maneira efetiva, precisamos das luzes da academia e da fusão entre a experiência da vida política e a compreensão mais ampla dos que estão na Universidade.

Em seguida, vamos discutir a estabilização, o crescimento e política industrial na América Latina. Nós temos a experiência de vários países da América Latina - há aqui representantes de alguns desses países - que passaram por processos de estabilização. Como o Brasil recentemente iniciou um processo nessa mesma direção, queremos avaliar até que ponto os mecanismos de retomada rápida do crescimento são compatíveis com essa estabilização; quais são as possibilidades de que essa retomada de crescimento e o controle do processo inflacionário se mantenham de uma maneira mais duradoura; de que forma nós vamos poder compatibilizar esses impulsos com as exigências do crescimento auto-sustentável. Enfim, de que maneira o próprio Estado vai poder - e se deve ou não - interferir nas decisões que dizem respeito aos investimentos privados, às grandes opções que temos de tomar, em função de um país como o Brasil, que é um país altamente industrializado. Não se pode, portanto, simplesmente esquecer esse processo de industrialização e seus efeitos na conformação de sua sociedade.

Enfim, os grandes desafios, que não são só nossos, mas de vários países da América Latina, os quais podem, por meio das experiências já percorridas, nos ajudar muito a definir nossos próprios rumos.

O terceiro bloco dos temas a serem discutidos aqui diz respeito às novas formas de ação e de pensamento político; a relação Estado-sociedade, as novas formas de cidadania, a famosa crise da democracia representativa, seu significado, e os desafios que se apresentam na forma de tendências eventualmente até neo-autoritárias, que explodem aqui e acolá. Também em termos de, como hoje, aqueles que se debruçam sobre essas questões estão desenvolvendo a temática da democracia.

Isso tem, para mim, um sentido muito pessoal e direto, porque me caberá, nos próximos anos, ajudar na condução, não só da reorganização econômica e social, bem como da política do Brasil. Nós estamos aqui, num entrecruzamento desses problemas todos, abrindo a nossa economia, tomando medidas que dizem respeito a um saneamento da nossa moeda, com problemas de sustentar nosso esforço exportador, tendo de atender às demandas do desenvolvimento tecnológico dos nossos setores industriais, tendo de pensar como se refaz tudo isso, em termos da "institucionalidade" política, e qual é o papel, não só dos partidos, mas daqueles que vão dirigir o Estado.

Vejo às vezes com angústia, não pessoal, mas - se posso assim dizer - institucional, a ação dos Presidentes nas democracias de massa, contemporâneas, como é o caso da democracia brasileira. Digo com angústia, porque os mecanismos tradicionais de exercício do poder estão peremptos, já não dão conta mais do que se espera deles.

Por outro lado, não existem ainda formas assentadas, que definam o bom Governo. Ou, se não o bom Governo, pelo menos a boa conduta do Governante. Num país como o nosso, esses processos todos passam por uma necessidade constante de comunicação social, de que a palavra daqueles que o lideram seja uma palavra clara e entendida pela população. Convém lembrar que o limite entre a capacidade de persuadir, de explicar, de informar e de manipular é muito estreito. Aqueles que têm a possibilidade e o acesso, e eventualmente até a capacidade de um certo desempenho quase como ator, têm uma enorme responsabilidade, porque sabem, se são conscientes, que têm de impor limites a esse mecanismo.

Assim, as formas de representação política direta e as formas de participação da sociedade devem ser vistas no contexto dessa ação, para que essa ação não extrapole e não se torne uma ação no fundo negativa, em termos da formação de expectativas orientadas, portanto, por um só pólo negativo, na constituição de um sistema efetivamente democrático.

Entre isso e o oposto, ou seja, a omissão, é preciso encontrar o local efetivo da ação construtiva dos governantes. Por governante, não me refiro apenas ao Presidente da República. Não me refiro, tampouco, àqueles que têm a posição formal no sistema político; mas sim àqueles que têm a capacidade de representar, de expressar e de simbolizar, de alguma maneira, as tendências da sociedade.

Penso que essa questão precisa ser enfrentada também pelo pensamento político contemporâneo, porque, ao mesmo tempo em que se delinea uma substituição das formas clássicas de governar e até mesmo das forças dos partidos, não se definem muito claramente quais são as novas regras democráticas do jogo, quando aqueles que expressam o sentimento da sociedade podem ter um poder muito maior do que aquele que possa ser controlado pela “institucionalidade” existente, e não dispõem ainda de contrapesos institucionais, para que a sua ação possa ser uma ação balizada.

Não digo isso como quem tem a vocação para ditador, porque quem me conhece sabe que não é o caso, nunca será; ainda que o quisesse, seria um ditador chapliniano. Mas digo isso como alguém que sente a responsabilidade histórica, sente que o momento que nós estamos vivendo no Brasil requer muita firmeza, um rumo muito decidido, e uma capacidade muito clara de saber por que fez e o que fazer.

Diria, para terminar, que até mesmo nesse sentido quase existencial, de alguém que os fados colocaram na Presidência da República, tenho que assumir a responsabilidade para a qual fui indicado pelo povo do meu País. Eu sinto com muita força essa responsabilidade e não queria começar a exercê-la sem antes compartilhar com vocês - sem antes dizer que os erros serão meus, mas que os acertos serão nossos. Considero que a razão abstrata, quando não está motivada por um sentimento muito genuíno, diria até de simpatia, além da vontade, é uma razão que não serve à política.

Termino minhas palavras dizendo que os estou convidando para que, de alguma forma, participem, não diria da aventura, mas da responsabilidade de construir um Brasil melhor. E que eu possa governar, ajudado não só pela razão, mas pela emoção de todos aqueles que acreditaram e que acreditam num mundo melhor.

Muito obrigado.

BLOCO I

(Sessão de 2 de dezembro de 1994)

Economia e Política na Ordem Mundial Emergente

Tema I: Processos e Tendências da Economia Mundial

Expositor: Colin Bradford

Tema II: Os Novos Paradigmas Tecnológicos:
Implicações Econômicas e Sociais

Expositor: Manuel Castells

Tema III: A Reorganização do Poder Mundial

Expositor: Luciano Martins

Comentaristas: Abraham Lowenthal, Adam Przeworski, Albert Fishlow, Alfred Stepan Constantino Vaitsos, Félix Peña, Gilberto Dupas, Louis Emmerij, Philippe Schmitter

ABERTURA

Embaixador Gelson Fonseca:

Eu tenho a impressão de que nós podemos começar os nossos trabalhos.

A primeira sessão é sobre economia e política na ordem mundial emergente, e eu passaria, portanto, a palavra ao Professor Colin Bradford, para que falasse sobre processos e tendências da economia mundial. A idéia é de que cada um dos expositores - nós teremos três - faça exposições da ordem de 20 minutos. Em seguida, haverá um debate, em primeiro lugar com alguns debatedores já previstos e, posteriormente, um debate mais geral, para todos os presentes.

Eu pediria então ao Professor Bradford que iniciasse os nossos trabalhos.

**Tema I
PROCESSOS E TENDÊNCIAS
DA ECONOMIA MUNDIAL**

Colin Bradford

Well, thank you very much.

I think, for purposes of this seminar, I would just as soon have you call me Professor. I think it is safer for me, and better in terms of what you may get from me. Having some official title tends to be a dangerous thing, I guess, but I would distinguish the fact that I am not, in any way, reflecting in anything I say here, a US government position, but I would say that I do not think anything I am about to say here is inconsistent with the broad attitudes of the Clinton administration, which I am happy to be a part of.

I also think it is safer to refer to me as Professor because I would like to emphasize my affiliation with books, because some of you will know that one of the newspapers this morning carries a nice story about this Conference, in which there are books across the top of the page, with many of you as authors. And most of you in the room are designed as *estrelas*. But some of us, namely myself, have been dubbed as *dublês*. I am very happy with the company that I keep: Alejandro Foxley, Enrique Iglesias, Félix Peña, Roberto Frenkel and Abe Lowenthal. Now, I am not sure exactly what *dublê* means, but it is not as clear as «star», that is for sure!

So, just to make sure I am in the right league, I have given Fernando Henrique two books of mine, one of which I had planned to speak about this afternoon, and several of you in the room have been intimately involved in both of these books, so I am very definitely reflecting some general attitudes here.

I would have to say, before I begin, Mr. President, as I think you said when speaking for many of us, that this enterprise should be a shared enterprise of many of us who believe the same thing. I am sure I speak for most of the people in the room by saying that your election is something that it is a pleasure to share, that it is something that one has hoped for a long time and that it does represent a major breakthrough for the combination of political dynamism and economic good sense. It is a very severe challenge that you face, but you will face it with many of us wanting to support you in any way we can in terms of ideas and other kinds of support. The world needs a strong Brazil, perhaps even more, Brazilians need a strong Brazil, and I think all of us have a stake in being supportive of this enterprise.

I think the three topics that you have outlined for this conference actually overlap quite a bit, and far be it from me to try to tell a former foreign minister what world trends are all about. I am going to concentrate instead, with a few references to global trends, on some of the thinking that's gone into the book that was just actually been published by the OECD Development Center in Paris, called *The New Paradigm of Systemic Competitiveness Toward More Integrated Policies in Latin America*.

The backdrop for this does rest, I think, on a number of trends in the world order. And I think the term «order» is one of some interest here, because I'm not sure that the world

we are in at the moment is a world order. It may be more a world «disorder», because one has the sense that there has been a kind of significant breakdown of order, but more than that, of verticality, of hierarchy and of boundaries, not only in national life, but at the micro level. I think what we are seeing is a great horizontalization in almost all of the social, political and economic activity in which we are significantly involved as societies.

And one of the global trends that is clearly a major force in all of that breakdown (if that is the right term) or that reconfiguration of the world in a horizontal, as opposed to a vertical fashion, is the power of information in the world today which, in a way, is capable of overwhelming even military power in the current context, as we have seen in the East. It is a major influence and has to affect everything we do.

The other curious trend, I think, which I know all of us face as we think about governments, is the seeming primacy of domestic issues, domestic politics and domestic concerns at the same time that the world has become more interconnected at the micro level, at every level of society. At just the moment, when the world seems to be becoming more global, we seem to be at a point in which, thinking about people like Woodrow Wilson, Helmut Schmidt, Prime Minister Nakasone or John Kennedy does not quite seem like the right figure for capturing what the world is about. It is much more that the leaders of the world today are reflecting their domestic problems, and their domestic perspectives, as they approach the international arena. That seems appropriate, but it does create, I am sure in this country as well as in our own, a kind of critical balance between this kind of increasing preoccupation for private, individual concerns and security, at the same time that it's clear, security itself, at the individual level, is vitally affected by global linkages and trends. Brazil has a long experience in dealing with this struggle about inward versus outward orientation and I think it may actually help you well in combining the proper balance in the future.

The thing that I would like to focus most on, which I think has been a major part of your campaign, is the whole social question because, in many ways, I think that what we face, not only in Latin America, in the developing world, but in the East and indeed in OECD countries today, is a form of what I would call - since the doors are shut - economic apartheid inside all of our societies, which is becoming the priority problem that all us need to be concerned about. A former colleague, a friend of Juan Linz, Paul Kennedy, has raised, in a recent article this December in Atlantic, the issue of «Must it be the rest against the West?», and he paints a very stark picture about the problem of rising population growth among low income people in the world, as OECD population growth attenuates. I think it does not need to be put in terms of «the rest against the West». I think the truth of it is that we face the equivalent of an economic apartheid problem in almost all of our societies, and the question really is «what are the requirements of national strategies for social inclusion which can be carried out, that are still consistent with the hard discipline of economics as we know it». And that was not the sole objective, but in a way it is a major focus of the project that I helped run from the Development Center in Paris along with Cepal, in Santiago, and the International Development Research Council of Canada. In this project -I would have to say, and would want you to know since Luciano Martins was also involved - João Paulo dos Reis Velloso was intimately involved and, in fact more, was intellectually one of the definite pioneers as his thinking and mine actually evolved in very similar ways. Carl Dahlman, Roberto Frenkel and others were also involved: Joe Ramos, Ricardo French-Davis, many people that are well known to you. I have a few copies of the book here, and I will be happy to advertise it for the rest of you.

Let me just summarize very quickly and synoptically some of the major points that we were trying to make. I think that as we confront the future economic, social and political problems, that we really have to be ambitious enough to seek societywide change; as you put it, Fernando Henrique, we cannot just «fiddle around», at least, that is the way it came off in the English translation that I was listening to. Then we began to talk about the exchange rate and other things that had to go beyond the standard recipes. Marginal changes won't work. A long laundry list of changes that are needed to be made is not sufficient. We have to

think of something. A way of really being ambitious enough in our policy designs to try to achieve some substantial change on a societywide basis.

And in that sense, the second proposition I think that comes out of this is that social change must be integrally linked with economic change. The economic model has to be integrated with the social model. I think, there are two dangers here: 1) as we approach the Social Summit in Copenhagen in March, it concerns me greatly that the agenda there is one that is largely social, and largely devoid of economics; 2) I do not think the economic community, the financial community, the financial markets and financial institutions are going to listen to what is going on at the Social Summit unless there is there a clear linkage between the social concerns, that have to be the most pressing concerns of our governments, and the standard monetary, fiscal, exchange rate policy and other mainstream economic policies that we need to be concerned about.

A third point in this exercise is the fact that I think the analytical prisms of the past have been conceptually flawed and directed our focus away from some of the real sources of economic dynamism, and I will try to make that clear.

The fourth proposition is that I think some of the changes in the world economy that I touched on here, and I will try to make this clear, instead of breaking down the possibilities for economic and social change actually present opportunities for greater change.

So what needs to be done? It seems to me that one of the things that needs to be done is to take precisely a systemic approach to the issue of societalwide change in order to try to achieve leverage. The central underlying change, I think, that is going on in both, the way the real world is configured, and the way we think about the real world, is that our understandings that yield are to be gained not only from maximization behaviour of individual economic agents, institutions and actors, but also from their interrelationship. That is a fundamental key. Those of you who have had the fortune, or misfortune, of being steeped in economics will remember that: a large part of the microeconomic foundations of economics hinge around maximization behaviour by single agents; there is much more focus in the traditional neoclassical structure of behaviour within the firm; assuming the importance of intrafirm relationships, it is precisely the influence not only of the globalization of economic activity and its international dimensions through foreign investment and trade, but also (which is more important, in fact) the globalization of the idea of where productivity change occurred, that points us to the focus of relationships among firms rather than within them.

There are two ideas here: one is the whole production chain notion that, instead of thinking about the productivity of one individual firm, one is concerned with the productivity of the entire process of production from design, to production, to marketing, to after sales service. The entire dimension of the production process, from beginning to end, has to be assessed in its totality, which then puts a focus on how is the production process configured among the various firms that may take charge of pieces and components of the process, rather than on the efficiency of the individual unit, which may not be as important. So there is a major change here.

The other is a focus on the production systems (that is to say, the interrelationships between different sectors) rather than taking sectors that are separate and distinct from one another. Obviously the relationship between steel, automobiles and ships in Korea made some difference, just to take one example of how, in fact, sectors can synergize each other. Another important connection or sense of relatedness interrelationship is, of course, the relationship precisely that you have already alluded to between the public sector and the private sector. A large part of economic thinking of the eighties focused on this as dichotomies rather than focusing on the relationship between the public sector and the private sector. That became especially true in the interpretation of the East Asian cases. It is the case that, as far as I know, has been emphasized in the campaign and that Cepal has also focused on: that we should not forget agriculture, and natural resources, which are obviously a major asset for Brazil, and the linkages and relationships between agriculture and industry in creating a more dynamic system, a dynamic economy. So, in this perception, high yields are accrued to interactions and interrelationships rather than to individual maximizing behaviour. So it is

the interactions of what we came to call the components of the national economic system where there is this transition of the production system into what I came to call a «civil economy», which is much like the civil society: more decentralized, more broken down, more dependent on smaller units than the large vertical, hierarchical corporation. There is change when the research and development system, tied up with the old idea of science and technology as something that is high tech, is transformed into a notion of innovation processes, which have to do with moving each behaviour forward in terms of firms, institutions, non profit organizations, and with how things are done, not necessarily to the world frontier of high technology, but just better than before. If national strategies are put in place to diffuse throughout society the idea of an innovative society, then everyone begins to rethink, as I hope all of us are doing in our daily work: the way I am doing this today should not be the same way I'll be doing this tomorrow. It does not matter whether you move from here to the frontier, it just matters that you move, and that particular insight, I think, does give a breadth to the idea of how to move in terms of productivity, in what might be called technical change, but really isn't very technical.

Another major change consistent with this is the change in the financial system, which I think is a crucial piece of the national economic system, because the financial system is crucial to the economic stability so badly needed in all of our societies before, and as we confront the social problems. But the problem is, the financial system, as you well know, left to itself is biased towards those centers of power that already have assets, and the question is: how do we apply these same sets of principles that I've already discussed in the production system, in the RND system, to the financial system; that is, how to decentralize, to open up, to provide access to the financial system for those people who do not have the access and do not have the resources on their own. In one of the contributions in the volume that I'm talking about, Joe Ramos makes the very important point that the education system needs to be linked to the financial system. Since human capital is obviously becoming so important, we need to arrange the financial system, maybe through the social security system, in ways that lower income people can borrow to invest in themselves, not just those people who already have the means by which to educate themselves. So the need to extend education on a massive scale is also an important piece of this process.

Finally, there is the system of governments itself which, Fernando Henrique, you have already referred to. In this respect there has been a transformation in thinking: one is talking about a catalytic state, that is not the same as an interventionist state, that is not the same as a state that's involved directly in the productive process. It is not the neoliberal state, it is not the minimalist state that goes along with the classical and neoclassical commitment to market oriented behaviour as if the true dynamism was not, precisely, in the relationship between the government and the national economic system. So it is critical not to lower our sights to anything less than systemic change. We, in the part of the government that I am working in the United States, have developed the idea of supporting microenterprises in developing countries, and it is crucial that we not just do microenterprise projects in developing countries. We should link the grants that we give for microenterprise development to financial system reform, along the lines I have just suggested, because it's only when the financial system itself is accessible to low income people and supportive of microenterprise development that you are going to achieve the kind of societalwide change that is really necessary to make a difference. Of course, microenterprise benefits the beneficiaries of the microenterprise, but that is not enough. One has to push for larger changes.

In the same way, an emphasis on innovation, if it is constructed to be high tech innovation and is not designed to achieve the diffusion of innovation processes throughout society, to reach the majority of economic enterprises, will basically fail to provide the kind of dynamism that I think it can. So I think these kinds of ideas that are embodied in this book are essentially capitalizing on the collapse of verticality and hierarchy, and using that decentralized notion to attain some kind of dynamism. It is arguing essentially that the flexibility that comes from this decentralized, more horizontal world, in which there is a free flow of information which is basically driving the systemic changes, is a way of moving from order

(not to disorder) to energize and to empower the rest of society, so that we achieve major change. And that does leave a role for the State, that does not mean a hands-off role for the State.

So I think that we are looking at basically a related set of processes and systems that need to be brought together at the national level and pushed by the national government. If the production system, the innovation system, the financial system, the education system and the system of government can dovetail, because similar trends are going on in each (and similar trends need to be encouraged in each), we will be able to achieve the kind of broad social change that we're talking about. There has to be, as I said at the outset, an economic core for the social program and, very importantly (and it's not an easy challenge but it's one that Roberto Frenkel and Joe Ramos and Ricardo French-Davis confront in the book) there has also to be a social priority for economic policy, in order to have sustainable development in the future, consistent with the kind of consolidation of democracy that you've spoken about.

Thank you very much.

Tema II

OS NOVOS PARADIGMAS TECNOLÓGICOS E SUAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Manuel Castells

Mi intervención se organiza en torno a nueve hipótesis y una tesis sobre las implicaciones sociales, económicas y políticas del nuevo paradigma tecnológico informacional. Parto del supuesto de que estamos en un cambio histórico en el que ha surgido un nuevo paradigma que yo llamo "informacional" y que representa una divisoria histórica tan o más importante que la que representó, en su momento, la Revolución Industrial. Se trata, como la Revolución Industrial, de un proceso y no simplemente de un objeto. Se trata no de que las nuevas tecnologías de información, entre las que obviamente cuento también la ingeniería genética, determinan los efectos que voy a señalar, pero son el soporte indispensable. Tan indispensable, que sin esas tecnologías no podrían desarrollarse los procesos que voy a tratar de presentar. Creo que todos sabemos que ese paradigma tecnológico es relativamente reciente aunque sus raíces científicas son muy antiguas, de hecho se constituye como tal solamente en los años setenta. Por ejemplo, recuerden, que hace menos de veinte años no había ordenadores personales y de que el *microchip* también tiene veinticuatro años de existencia. Por consiguiente es un proceso relativamente reciente que se ha desarrollado por fases sucesivas y que muy rápidamente, en los años setenta, ocupa y transforma los procesos financieros y militares. En principios de los ochenta se difunde en la fabricación, en la industria. Solamente en finales de los ochenta entra a fondo en los servicios y en estos momentos asistimos a su difusión en los hogares y la interconexión general de los dispositivos en lo que se llama, con un término gráfico, las "autopistas de la información". Los efectos de este cambio de paradigma tecnológico, obviamente, varían, según países, culturas, instituciones, niveles y formas de desarrollo, pero sin embargo yo creo que se pueden observar rasgos comunes en algunos procesos fundamentales que afectan al conjunto de las sociedades de forma específica, pero al mismo tiempo interrelacionada. Trataré de expresar telegráficamente dichos cambios, excusándome de antemano por el carácter elemental de algunas de estas observaciones. Pero, si me permiten, la idea de enumerar dichos procesos de transformación es que si tomamos en serio cada uno de ellos, y si los articulamos en su conjunto, creo que hay un panorama histórico que emerge y que, en mi opinión, por lo menos, puede estimular el debate en este seminario.

En primer lugar, este paradigma tecnológico está en la base de la formación de una economía global. Sin la nueva infraestructura tecnológica no habría economía global. Pero ¿qué entendemos por "economía global"? Porque a veces creo que estamos hablando de términos algo confusos, algo vagos. Una economía global no es una economía mundial, ni es una economía internacionalizada. Una economía mundial existe, como mínimo, desde el siglo XVI. No toda la actividad económica es global, yo diría que la mayor parte de la actividad económica en este planeta no es global. Es global aquella economía en que las actividades estratégicas decisivas funcionan en tiempo real, a escala planetaria - y por consiguiente,

articulan el conjunto de los procesos de esta forma asimétrica. Lo que caracteriza dicha economía global es justamente que es extraordinariamente incluyente y extraordinariamente excluyente. Incluyente de lo que crea valor, excluyente de lo que no es dinámico y no crea valor. Por eso, en el libro que co-publicamos el año pasado con Fernando Henrique Cardoso, hablábamos de la transición de un sistema mundial de explotación a un sistema mundial de creación de zonas y segmentos de la sociedad destinados a la irrelevancia estructural, de la explotación a la irrelevancia estructural.

En segundo lugar, el nuevo paradigma tecnológico ancla definitivamente la economía en su modo informacional. Es decir, las nuevas tecnologías permiten realizar el paradigma de productividad que ya estaba presente en la economía industrial madura, pero que no podía realizarse plenamente, en el sentido de que la generación de conocimiento y el procesamiento estratégico de información son las fuentes fundamentales de productividad y de competitividad.

En tercer lugar, entramos en un cambio organizativo fundamental en las formas de producción y yo diría, incluso, más allá de las formas de producción en otros ámbitos de la actividad humana. Este cambio ha sido a veces descrito como el paso de la producción de masa a la producción flexible. Ha sido también referido en términos de la importancia creciente de la pequeña y media empresa con respecto a la gran corporación verticalmente organizada: yo creo que es algo más profundo. Yo creo que es la aparición de lo que yo llamo "la empresa red". La "empresa red" no es una red de empresas, sino es la nueva forma de organización de toda actividad económica. ¿En qué sentido? Lo que está funcionando hoy día en la economía, en los sectores más dinámicos, y se está difundiendo, no es ni la gran ni la pequeña empresa, sino redes entre grandes y pequeñas empresas. Es la descentralización de las grandes empresas y la autonomía creciente de sus sub-unidades, departamentos, divisiones. Es la organización de redes entre esas pequeñas empresas entre ellas y entre ellas y las grandes, y entre redes de esas mismas empresas. Más aún: en la medida en que sabemos que hay constantes alianzas estratégicas entre las grandes empresas, para cada línea de producto o tecnología o mercado, hay una red específica que se forma y se deshace y estas redes cambian por tiempos y por espacios, con lo cual, en un momento dado, en un proceso dado, lo que obtenemos como agente económico no es una firma, en el sentido tradicional, sino un segmento constituido, una red constituida de segmentos. Y es esa forma absolutamente flexible, dinámica, pero al mismo tiempo inestable, de actividad económica, que caracteriza los nuevos procesos de organización, gestión y producción.

En cuarto lugar, y en relación con lo que acabo de señalar, hay una transformación profunda en el proceso de trabajo. Después de aproximadamente un millón de páginas de estudios de las nuevas tecnologías sobre el trabajo, los expertos hemos llegado a una conclusión: las nuevas tecnologías no crían empleos ni los destruyen - los transforman. Y las condiciones de ese impacto varían extraordinariamente según los contextos institucionales, las organizaciones empresariales y los sistemas de relaciones industriales. Pero hay algo que sí, es fundamental: es que el nuevo sistema tecnológico permite y acentúa extraordinariamente la tendencia al proceso histórico de desagregación del trabajo. Mientras que la revolución industrial consistió en agregar trabajo de campesinos expulsados de sus tierras, de artesanos desposeídos de sus calificaciones etc., para formar la fábrica, y por lo tanto, para formar la socialización y la organización industrial del trabajo, la actual revolución tecnológica permite, al contrario, la individualización extrema y la fragmentación extrema del proceso de trabajo - reconstituyendo su unidad y su gestión en base a redes de comunicación. Así, los fenómenos de subcontratación, de consultoría, de *out sourcing*, de *out farming*, de *off shoring*, de *on shoring* etc. etc., son los fenómenos que, en su corazón, llevan a una desagregación del proceso de trabajo. Por ejemplo, la tendencia, en estos momentos, en todas las sociedades industrializadas avanzadas, es el aumento vertiginoso de la proporción de auto-empleados en las sociedades - en particular, en Inglaterra es espectacular. Esto tiene enormes consecuencias sociales, por ejemplo, para los sindicatos ¿Podríamos hablar de sindicatos *on line*? Tiene consecuencias extraordinarias para el es-

tado de bienestar: cómo en una economía flexible, contractualizada, descentralizada, puede existir un estado de bienestar centrado en la protección de un trabajador que deja de ser un trabajador socializado...

Quinto lugar, y cambiando de plano, sabemos, desde hace tiempo, que la cultura y las expresiones culturales han sido absorbidas en el sistema mediático centrado en la comunicación electrónica. Pero creo que frecuentemente tenemos una visión anacrónica de esta transformación. Desde luego hemos dejado la "galaxia Gutenberg" aunque quizá el correo electrónico puede reconstituir una cultura de la escritura. Pero, por otro lado, la cultura electrónica en la que estamos no es la cultura electrónica de que nos hablaba Mc Luhan desde hace ya mucho tiempo. Hemos salido también de la "galaxia Mc Luhan", porque los actuales medios de comunicación electrónica no son medios de comunicación de masas, son medios de producción masiva de imágenes y mensajes individualizados. Para audiencias segmentadas, para mensajes específicos que se adaptan a situaciones concretas, a culturas concretas y a personalidades concretas. El mensaje es el medio. Es decir que los medios se adaptan al mensaje que quieren transmitir a audiencias específicas. En realidad no estamos en una aldea global, sino estamos en un sistema de producción global de *cottage* individuales.

En sexto lugar y relacionado con lo anterior, puesto que la cultura es el sistema de comunicación y que nuestra sociedad es una sociedad cada vez más centrada en la producción, distribución y manipulación de símbolos, el espacio político ha sido capturado en el espacio de los medios de comunicación. Hoy día, la política que no existe en los medios de comunicación simplemente no existe. No es que la política **solo** sea medios de comunicación, pero **sin** los medios de comunicación, no hay ningún proceso de organización, representación o conflicto político. Ello quiere decir que el nivel simbólico de la política es más importante que nunca, ello quiere decir que inevitablemente la política es personalizada y los mensajes, codificados en símbolos. Ello lleva también a consecuencias como la de la crisis de los partidos tradicionales. ¿Por qué creen ustedes que súbitamente, en los cinco, diez últimos años, en todos los sistemas políticos, hay continuos escándalos de corrupción política? ¿Por qué los sistemas políticos se están descomponiendo? Y no hablo solamente de Italia, sino hablo de Japón, en que cada semana aparece un nuevo partido político y desaparece otro. Dentro de un año Japón será un país políticamente totalmente distinto. ¿Por qué ocurre esto? Corrupción política siempre ha habido, más de lo que dicen los políticos, menos de lo que dicen los periodistas, pero siempre ha habido un *average* de corrupción política históricamente estandarizada. ¿Por qué, súbitamente hay esta llamarada? Yo tengo una hipótesis muy sencilla: los partidos políticos democráticos no están constituidos para trabajar en términos de los medios de comunicación, tal y como puede hacer Coca-Cola. Pero sin embargo son Coca-Cola, tienen que trabajar como Coca-Cola y sus sistemas de financiamiento, legalmente establecidos, no están adaptados a la intervención en los medios de comunicación. Por lo tanto, se necesita utilizar el recurso del poder para controlar sistemas de financiación que permitan desarrollar el nuevo modo de intervención político. Y una vez que hay un sistema, una vez que hay corrupción sistémica, alguna ventaja personal también hay que tener. Pero el problema es sistémico.

En séptimo lugar, a través de todas estas transformaciones, lo que propongo es que hemos entrado en una nueva sociedad. Una nueva sociedad en que la materia prima - y hablo en términos muy estrictamente materiales - de las relaciones sociales está hecha de flujos, el poder, la función, la riqueza de nuestras sociedades están organizadas en redes de flujos. Ciertamente esos flujos son asimétricos, esos flujos expresan relaciones de poder; pero no es lo más importante. Más importante que los flujos de poder, es el poder de los flujos. Los flujos de creación de imágenes, los flujos financieros, los flujos de tecnología e innovación. Tienen una dinámica propia que escapa al control de cualquier centro decisional como, por ejemplo, se enteró, a su costa, la Comunidad Europea, en aquella semana de octubre del 92, entre contra la voluntad deliberada de la mayor parte de los gobiernos europeos, el sistema europeo se hundió ante los setecientos mil millones de dólares que circularon esa semana en los mercados financieros europeos.

Pero tengo que añadir, en octavo lugar que, al mismo tiempo y en relación con todo lo que acabo de decir, hay otra historia, otra dinámica. La creación y el desarrollo en nuestras sociedades de los sistemas de auto-identificación social y de los sistemas de significación en torno a procesos de identidad y de identidad cada vez expresadas en términos más fundamentales. Identidades territoriales, identidades regionales, identidades étnicas, identidades religiosas y en último término, en los casos de sociedades extremadamente individualizadas, identidades personales, el "yo" como identidad irreductible. En una sociedad en que el poder y la función se organizan en flujos, el significado de la experiencia se organiza en torno a identidades cada vez más irreductibles. Y a los sistemas extraordinariamente excluyentes, a los que me acabo de referir, se opone la exclusión de lo excluyente. "Yo no existo, pero yo soy islámico, o yo soy fundamentalista catalán y tu no existes, flujo financiero, porque no me puedes afectar". Es decir, el cambio de lógica es la única forma de control en una situación en que el control de los flujos aparece imposible para los mecanismos sociales y políticos tradicionales - con lo cual yo propondría que la emergencia de fundamentalismos de todo tipo en nuestra sociedad no es sino el espejo simétrico del vaciamiento progresivo de contenido, de experiencia de control social, en el espacio de los flujos de poder.

Por ello, la última hipótesis es que entre el espacio de los flujos y las trincheras de la identidad, los estados nacionales entran en una crisis fundamental y sistémica. Son demasiado pequeños y demasiado rígidos para controlar los flujos globales, pero al mismo tiempo van siendo crecientemente deslegitimados por la pluralidad conflictiva de identidades irreductibles que no pueden ser reconciliadas en el marco del Estado nacional. Ello me lleva, en un sentido algo más constructivo, el de constatar esta dicotomía entre flujos abstractos de poder y identidades fundamentalistas, a proponer como tesis algunas sugerencias de políticas posibles de gestión de la transición histórica en la que nos encontramos en una dinámica de cambio social que tenga en cuenta las características específicas de nuestro contexto histórico. Fundamentalmente en torno a tres ejes. Por un lado, la reforma del instrumento propio de las políticas, la reforma del Estado. Un Estado adaptado a estas circunstancias debe de ser necesariamente un Estado flexible y abierto. Flexible y abierto hacia el sistema mundial, y hacia la sociedad. Un Estado capaz de realizar intervenciones estratégicas - yo casi diría "de comando", intensivas en inteligencia, capaces de intervenir de forma absolutamente innovadora y flexible en ese espacio de flujos de poder, riqueza y imágenes. Al mismo tiempo, un Estado capaz de descentralizarse y diversificarse hacia lo local y lo regional, conectando no con **la** sociedad civil, sino con **las** sociedades civiles. En segundo lugar, en torno a las políticas sociales, el eje fundamental me parece la necesidad de pasar de la protección del trabajador a la protección del ciudadano en términos de un nuevo estado de bienestar y por otro lado, ser capaz de organizar el efecto de retroacción, de ese nuevo estado de bienestar hacia la productividad económica en términos del capital humano necesario para la economía informacional.

En fin, en términos de política económica, parece claro que las políticas económicas con mayor éxito son aquellas que trabajan a la vez en una dimensión defensiva y en una dimensión pro-activa. Una dimensión defensiva en la que la estabilización y la homogeneización de los parámetros macroeconómicos institucionales con respecto a la evolución del sistema de flujos globales que son esenciales para poder funcionar en ese sistema. Pero, por otro lado, una dimensión pro-activa, intervención estratégica en infraestructuras tecnológicas y de recursos humanos como factores claves de productividad y competitividad.

En fin, yo coincidiría efectivamente con que no estamos en un nuevo orden o hacia un nuevo orden, sino que hemos entrado en un período de desorden tecnológico, económico, social y político. Y yo diría que, más allá de la nostalgia de intentar establecer un nuevo orden, tal vez imposible, deberíamos atrevernó a navegar por los flujos del progreso. En ese sentido, quizá, Brasil, que fue una sociedad que innovó culturalmente, un país que innovó culturalmente por ser la primera que se atrevió a utilizar una divisa sociológica como su lema nacional, podría de nuevo innovar, aprovechando el proceso de reforma constitucional. Quizá podría también introducir una cláusula adicional en la reforma constitucional, añadiendo un nuevo lema más adaptado a nuestro tiempo histórico. **Caos y Progreso.**

Tema II A REORGANIZAÇÃO DO PODER MUNDIAL

Luciano Martins

Senhor Presidente eleito, e caro amigo,
Senhores membros da mesa; senhores convidados.

Na qualidade de coordenador deste Seminário, eu queria mais uma vez agradecer a presença de todos. Sei que para muitos foi realmente difícil estar aqui, muitos tiveram que mudar compromissos anteriormente assumidos e nós somos extremamente sensíveis a esses gestos. Ainda na qualidade de coordenador do Seminário cabe-me fazer um esclarecimento inicial. Este Seminário foi concebido de modo a dar a nossos convidados estrangeiros as funções de expositores e debatedores principais, até porque foi para ouvi-los que nós os convidamos.

Para o tema que eu vou abordar havia sido convidado o cientista político japonês Kazuo Takahashi. Infelizmente, ele teve um problema de última hora que o impediu de vir e, ao mesmo tempo, nos impossibilitou de encontrar uma alternativa a tempo. Essa a razão, e a única razão, que me obrigou a substituí-lo. Esse é o esclarecimento que me pareceu necessário.

As duas excelentes intervenções que me precederam tornaram clara a importância de duas dimensões fundamentais neste vasto conjunto de mudanças que estamos vivendo neste final de século. Minha tarefa aqui não é fácil. Ela será de propor para discussão o que me parecem ser - e vou me limitar a eles - dois vetores principais das mudanças políticas em curso no plano internacional; e dos quais possivelmente, ou provavelmente, resultará uma nova geometria mundial de poder.

Essa tarefa encerra duas dificuldades principais. A primeira resulta do fato de estarmos vivendo mudanças de grande magnitude, certamente um *tournant* histórico. Mas os desfechos possíveis dessas mudanças ainda não estão claros, até porque nem sempre é fácil distinguir, em tais situações, o que são apenas **tendências** de mudança do que já são **processos** de mudança.

A segunda dificuldade é que, dada a própria magnitude dessas mudanças, está mudando também a nossa própria maneira de percebê-las e de analisá-las. E as interpretações - digamos, algo apressadas - como a interpretação *naïve* de "fim da história", à *la Fukuyama*, ou as idéias mais belicosas de um *clash of civilizations*, à *la Samuel Huntington*, aparentemente vão ter uma vida curta, pois o seu poder de explicação é também limitado. É bom que seja assim. A crise no pensar a vida internacional destrói doutrinas e dogmas, e esta sempre foi a condição para o avanço do conhecimento.

Em síntese, nós vivemos num mundo de grandes mudanças e, ao mesmo tempo, uma crise conceitual na maneira de pensar a mudança do mundo. A isso se adiciona um outro fator importante, que é o da atual aceleração do tempo histórico. E vendo aqui o Professor Hobsbawm, recordo-me que aprendi, em um de seus livros importantes, que a notícia da queda da Bastilha, por exemplo, levou mais de dez dias, pelo correio mais rápido,

para chegar à cidade de Madri, e pouco mais de 20 dias, para chegar à cidade de Arras, que era a cidade de Robespierre, a uma centena de quilômetros de Paris. Hoje, ações e reações, que são as molas de qualquer mudança, se sucedem com intervalos curtíssimos, o que faz com que a política e a diplomacia tenham que trabalhar em tempo real.

Dito isso, e feita a ressalva quanto à dificuldade do tema que vou abordar, vou passar ao que me parecem ser os dois vetores principais de mudança. O principal vetor de mudança é evidentemente, a partir da implosão do sistema soviético e do fim da Guerra Fria, a passagem da competição bipolar e radical entre as duas ex-superpotências para formas de competição multipolares e de novo tipo, gerando formas de equilíbrios e de desequilíbrios muito mais complexas.

Dessa nova situação, talvez possam ser destacados três fenômenos principais. Primeiro, a hegemonia lograda pelo sistema capitalista em plano mundial não mais corresponde à hegemonia política de uma única nação ou potência capitalista. Tudo indica que não haverá, por exemplo, uma *pax* americana, ou germânica, ou japonesa. Certamente não uma *pax* americana, como a que o Presidente Bush chegou a enunciar, durante a Guerra do Golfo. O que se delineia politicamente talvez não seja nem mesmo uma hegemonia da atual tríade, representada pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, mas a de um *diretório* de nações principais (ou já será de espaços econômicos integrados?), ligadas por uma forte interdependência. Isto não exclui a existência de conflitos de interesses entre elas, mas exclui a resolução desses conflitos através da pura imposição de uma vontade política unilateral, e muito menos de uma vontade imposta através do recurso clássico da guerra. O G-7 talvez já seja a expressão dessa arena política especial em constituição, onde se joga um novo jogo político, um *mixed interest game*.

O segundo fenômeno que cabe assinalar é que o descongelamento das relações internacionais, através da quebra da rígida disciplina imposta pelas duas ex-superpotências a seus respectivos blocos, durante a Guerra Fria, abriu espaço para a emergência de forças centrífugas novas ou antes reprimidas. Exemplos disso são: o desmonte das construções estatais artificiais, como claramente demonstra o caso da União Soviética e da Iugoslávia; a fragmentação de nações, através de conflitos étnicos ou religiosos; o ressurgimento de velhas disputas de fronteira revividas; e a ocorrência de grandes migrações causadas por esses conflitos, ou pela miséria. Tudo isso ocorre sem que existam ainda mecanismos de segurança coletiva ou de resolução de questões globais, como são a fome e a miséria. A Bósnia é, certamente, o exemplo mais trágico disso. É esse estado de coisas, me parece, o responsável por essa sensação da existência de uma grande desordem mundial no pós-Guerra Fria.

O terceiro fenômeno é que a crise das economias socialistas deu livre curso e expandiu o processo de globalização econômica, que tem por ator a empresa transnacional, ao mesmo tempo que, ainda que por outras razões, a tendência à regionalização, que tem por atores os Estados, está criando novas formas de integração econômica, de associações, de alinhamentos e coalizões econômicas e políticas, o que faz com que as concepções geoeconômicas tendam a prevalecer sobre as concepções geopolíticas tradicionais ou, pelo menos, que estas últimas tendam a ser reformuladas em função das primeiras.

Manuel Castells, com grande propriedade - e eu vou voltar a esse ponto mais tarde - assinalou que o processo de globalização não traz apenas o impulso de organização, mas contém também um impulso de fragmentação. Isso é algo que deve ser tido em consideração, ao examinarmos o que me parece ser o segundo grande vetor de mudanças: a autonomia adquirida pela dimensão econômica em relação à dimensão política. Tudo se passa como se tivessem sido invertidos os termos de um debate clássico: o da autonomia do político em relação ao econômico.

São várias, e me parece que às vezes cumulativas, as implicações desse fenômeno, sobretudo quando associadas aos aspectos daquele primeiro vetor antes mencionado. Creio que talvez a principal implicação seja a da crise que atravessa o Estado-Nação. Isso se manifesta através de várias dimensões. Por exemplo, quando 53% ou mais, do comércio mundial, se realizam através de transações intrafirmas, ou se formam as *networks*, que

mencionava Castells, entre firmas multinacionais, de diferentes naturezas, tamanhos e em diferentes setores, para pesquisas de desenvolvimento científico e tecnológico, ou para assuntos de comercialização. Ou, ainda, quando se negociam, creio eu, cerca de um trilhão de dólares por dia nos mercados financeiros, sem qualquer ingerência dos bancos centrais dos grandes países envolvidos, é porque abriu-se um espaço transnacional onde o ator principal não é mais o Estado, mas é a empresa.

O segundo fenômeno, ainda ligado a esse segundo vetor, me parece ser o de que se a globalização, de um lado, integra as economias, de outro, também as fragmenta, pelas novas formas de produzir ou de comercializar, resultantes da nova era industrial; ou até marginaliza países, na medida em que perdem importância as vantagens comparativas tradicionais, através das quais tais países faziam sua inserção na vida internacional. De outro lado, mas ao mesmo tempo, a formação de blocos regionais, que talvez constituam uma espécie de defesa à *outrance* do Estado-Nação, na medida em que ele estende as suas fronteiras, ainda que em troca de parcelas de sua soberania, impõem uma revisão do próprio conceito dessa instituição histórica fundamental a qualquer análise que até então praticávamos: o Estado-Nação.

Finalmente, a importância crescente de organismos multilaterais de financiamento, os quais aparecem também como atores do processo internacional. Seja pelas condicionalidades exigidas, para apoio a programas nacionais de desenvolvimento, seja pela formação, no âmbito desses organismos, de uma *intelligentsia* técnica de novo tipo, e que, além de altamente competente, é também relativamente desvinculada dos laços tradicionais de *appartenance* local ou de lealdade nacionais.

Em síntese, o Estado-Nação não é uma instituição em fase terminal, julgamento que um jornal mal informado chegou hoje a me atribuir e que eu jamais emiti. Mas é certo que existe uma crise do Estado-Nação, e que um de seus atributos clássicos, o da soberania, está em discussão. O Estado-Nação, que se constituiu sempre no ator central do jogo político internacional, parece, na verdade, hoje, duplamente ameaçado. “Por cima”, através da globalização e da própria regionalização, assim como da emergência de atores internacionais de nova natureza. E “por baixo”, pelas tendências centrífugas ou fragmentárias, às quais nós nos referimos. E até pela existência do que se chama hoje de *single issue movements*, ou seja, de certos tipos de organização de interesses que assumem em geral a forma de organizações não-governamentais. Ora, na medida em que são *single issue movements*, eles contribuem, de alguma forma, para um tipo de fragmentação, na forma de pensar a unidade nacional.

É preciso enfatizar com muita clareza que nada do que eu disse, ou que a crise do Estado-Nação, significa que deixam de existir interesses nacionais, mas sim que esses interesses nacionais terão que ser reformulados, tanto nos grandes países quanto nos países de menor poder, a partir de parâmetros novos.

Que concluir dessas mudanças em curso, apenas aqui enunciadas, pensando agora em países como o Brasil? Eu só tenho tempo para sugerir três coisas, como uma contribuição à discussão que certamente teremos a seguir. A primeira é que o fim da Guerra Fria e o acirramento da competição globalizada parecem ter fechado as condições, abertas no imediato pós-Guerra, para a existência de *free riders* - e eu me refiro especificamente ao Japão e, de certa maneira, aos chamados “Tigres Asiáticos”. Esse espaço político me parece que se fechou e as novas condições internacionais requerem também novas estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional.

A segunda é que a visão de um mundo dividido entre Norte e Sul é estática e pode ser *misleading*. Agora mesmo estamos vendo o Chile, no extremo sul, que integra as negociações, é parte das negociações, para a criação de zonas de livre comércio na Bacia do Pacífico, no extremo norte. Em síntese: a busca de alianças políticas periféricas, que sempre foi o que caracterizou o *tiersmondisme*, me parece hoje totalmente destituída de sentido.

A conclusão final de tudo que disse, ou até do que já foi dito aqui antes de mim, é óbvia, mas convém nela insistir. Não existe ainda uma nova ordem mundial instituída, mas uma nova ordem mundial em gestação.

Muito obrigado.

COMENTÁRIOS

A TIME OF PARADOX

The Jewish Talmud teaches that the rabbis once debated which is greater, study of the Torah or action based on its precepts. After considering the matter, the sages concluded that "study is greater than action, for it leads to action;" that is, study is supremely important, but only insofar as it is connected to thoughtful action for good ends. That is precisely the underlying spirit, I sense, of this marvelous seminar. It is a unique privilege to participate in this discussion with our friend, President-elect Cardoso, and with all of you.

No one needs to be reminded of the breath-taking changes of the past few years: in Latin America, Russia and Central Europe, the Middle East, southern Africa, China and East Asia more generally; and in geopolitics, geoeconomics, technology, ideology, modes of production, life-styles and culture. At the end of the millennium, we seem to be facing paradigm shifts in many spheres. Anxiety and disorientation are one result, but one also feels a sense of opportunity and hope - especially here in Brazil.

Can we detect an order - new or old - in the trends of world economics and politics today? Can we successfully identify the underlying forces, the fundamental sources of change, that will be emphasized decades from now when historians may have a better perspective on our turbulent period?

Some of the scholars gathered here may feel confident that they already understand the logic and dynamics of today's changes. I must confess right away that I do not, and so my comparative advantage here is no doubt to listen. But I have been asked to speak now, and so I will refer briefly to five sets of trends that interest me precisely because they seem to be simultaneous tendencies flowing, paradoxically, in contradictory directions. Clearly, we need better theories and concepts to understand whether these trends are as they appear; whether they are indeed contradictory; and if so, why they occur at the same time.

After a century of global wars and nearly fifty years with the danger of nuclear conflagration ever present, the world has entered an era when cataclysmic general war among the major powers seems literally unthinkable. Yet wars among and within smaller nations are multiplying and becoming more intense and deadly. Wars of ideology and struggles for resources have been replaced by wars of identity. Wars of national liberation have been succeeded, in Leslie Gelb's phrase, by wars of "national debilitation." History is far from ended, and the world seems closer to anarchy than to order.

A fundamental restructuring of production, finance, and communications has been eroding national boundaries and undermining state sovereignty from outside. Yet, at the same time, regional ties, ethnic loyalties, communal identities, and religious fundamentalism have been disintegrating nations from within. For several centuries world history has been written in terms of the struggle for influence among nations. However, it is not clear today what aggregation of power will be the focal point of the next century: cultures, economic blocs, regions, subregions, tribes - or revitalized nation-states.

After a century of bitter struggle between free market "capitalism" and centrally planned "socialism", on one hand, and between constitutional democracy and authoritarian rule, on the other, we have entered a time when democratic governance is ever more widely embraced as an ideal, and when market-oriented economic reforms are being undertaken in almost every country, and state socialism has all but disappeared. Yet there is increasingly widespread and intensified disenchantment with democratic politics: not only in Latin America and the Caribbean, but also in the United States and Canada, in western and eastern Europe, in Russia and in Asia. Democracy is in trouble in many places, even as its triumph is proclaimed. And although the validation of free-market economics and the discrediting of a bloated state role in economic production and regulation is nearly universal, it is equally true that by now many countries recognize - North and South, East and West - the need for building stronger, more effective states, instead of continuing to dismantle them. Justice,

law and order are at the heart of the matter in countries around the world, and only public institutions can provide them.

A fourth tension I would highlight is between the centrifugal diffusion of power, internationally and transnationally, in a multipolar world and the greater need for core international institutions that solve or at least mitigate a growing agenda of issues that no one nation, however powerful, can resolve: facilitating international investment and trade; protecting public health and the global environment; curbing terrorism; limiting the spread of weapons of mass destruction; preventing, limiting, or ending intra-national violence; and managing the conflict produced by rising pressures for international migration in less developed countries and by growing restrictionist sentiments in the countries which have received most immigrants during the past few decades. It is obvious that existing international arrangements for coping with these challenges are inadequate, but it's far from clear how to build new ones adequate for the times. The 'Permanent Five' arrangement of the Security Council, for instance, seems quaint less than fifty years after San Francisco, and that is only one example.

Finally, speaking as a North American, I would also underline the contradiction between the objectively increasing international interests and "stake" of the United States and the ever more evident subjective impulse to turn inward. The United States is greatly dependent on its international relations: for export markets, investment, and other capital; for labor; for graduate students; and for cooperation to solve many pressing problems. But there are signs that the American people are returning to what has, after all, historically been their normal stance: to be more engaged with domestic problems than with international issues.

The US public today is unsure that it wants to invest the attention, energy, resources, and persistence required to shape trends beyond its borders. Even the best-informed Americans do not agree today on what the US role should be. When over six hundred US leaders were surveyed recently by the Times Mirror organization and asked to name the three most important **foreign policy** priorities of the United States, they did not highlight preventing war, making peace, curbing proliferation, managing the world economy, fostering trade, or promoting democracy. The three goals they cited most often were "protecting" the US economy, curbing the narcotics trade and stopping illegal immigration. The implications of these changing attitudes for the capacity of the United States to play a constructive leadership role in international affairs are troubling.

The uncertain period in which the United States finds itself today is bound to have an international impact, in Brazil and elsewhere. It may well be, I submit, that Latin American nations are today readier for Western Hemisphere partnerships than is the United States. It may be, therefore, that Brazil and other nations with important global interests will have to help engage the United States in a constructive international role in the next period. Instead of following Uncle Sam, it may well become Latin America's turn to lead.

Prof. Adam Przeworski:

I will speak now about just one topic: the state. We have already heard that the program of the new government includes a reform of the state. Specifically, we have been told that while the state should not be interventionist, this does not mean that it should be neoliberal. I just want to warn that we do not know what kind of a state that would be, at least I do not know.

We are facing an old problem: what kind of state would be able to do what it should do but be unable to do what it should not. This was the institutional engineering problem at the end of the 18th century, and I think that ever since then we have tried to design this kind of state. In today's language, we want a state that has the capacity to intervene, being insulated from the pressure of private interests when it decides how to intervene. And if you read the analyses of the downfall of Keynesianism, whether from the left (Habermas), the

center (Skidelsky), or from the right (Stiglitz) you will find that they are almost identical: the state became powerful and for this reason it offered an attractive target for private interests. Since the state was permeated by special interests, private logic prevailed, and the internal cohesion of state interventions disintegrated.

The current response to this problem is to reduce the state, but I want to emphasize that to make the state smaller does not mean that it should not do very much. The neoliberal institutional prescription is to precommit the state not to be able to do some things, because the very potentiality of the state is sufficient, in that view of the world, to produce damage. The neoliberal nightmare is each of two industries lobbying government officials to introduce, or not to introduce, a tariff protection for a particular industry, with each one inviting Fernando Henrique for dinner to persuade him. In this story, even if the tariff is not introduced, so that no inefficiency is in the end produced by the lobbying, the very lobbying, the very fact that the state could have intervened is a waste of resources. Therefore, the neoliberal prescription is to make it impossible for the state to intervene in the economy.

Now, it seems to me that this response is not adequate. We are learning from the neoclassical economic theory that there are some things the state must do to promote economic growth. Indeed, the engine of growth are externalities that the market does not supply efficiently. Unless the state intervenes, albeit in a highly selective way, there will be no economic growth. The neoliberal answer - that the state should be prevented from any discretionary intervention - is misguided.

Problems of institutional design cannot be avoided by throwing the state out of the economy. They must be confronted as such. Institutional questions are not limited to the role of "the state". Any capitalist economy, in which markets are inevitably incomplete and economic agents have access to different information, comprises several relations between principals and agents: managers and employees, owners and managers, creditors and entrepreneurs, citizens and politicians. The performance of firms and of the economy as a whole depends on the design of the institutions that regulate these relations. What matters is whether the employees have incentives and can be monitored to maximize effort, whether managers have incentives and can be monitored to maximize profits, and whether the state has incentives and can be monitored not to respond to pressures from special interests. The very language of "the market" subject to "intervention" obscures real issues: the problem we face is not of "the market" versus "the state" but of specific institutional mechanisms that would provide particular economic agents, including the state, with incentives and information that would lead them to behave in a collectively beneficial manner.

To put it differently, a reform of the state should focus on two classes of mechanisms: those that enable the state to control private economic agents and those that enable citizens to control the state. Private agents must be accountable to governments and governments must be accountable to citizens. Private agents must benefit by behaving in the public interest and must suffer when they do not, and so must politicians.

Voters must have some institutional instruments to reward and punish governments for outcomes they generate in different realms. Elections are inherently a blunt instrument of control: voters have only one decision to make with regard to the entire package of government policies. Governments make thousands of decisions; citizens make only one. Elections are thus insufficient to control politicians.

For governments to be accountable, (1) the institutional system must clearly assign responsibility, (2) the electoral system must make it easy to throw out bad governments, (3) politicians must have incentives to want to be re-elected, (4) incumbents must not benefit from increasing returns to power, (5) the opposition must be responsible but vigorous, and (6) in addition to elections, other institutional mechanisms must be available to citizens to permit them to express their reactions to policies.

I am not sure to what institutional recipe these observations add up. But one striking feature of political history is that we have witnessed very little institutional innovation. Other than the workers' co-management of the Weimer Constitution of 1919, the last institutional invention was the proportional representation, created in Belgium in the 1880s. Yet it appears

that the standard repertoire of democratic institutions is unlikely to enforce accountability of governments. Hence, there is an urgent need for institutional innovation.

Professor Albert Fishlow:

It is a pleasure, as always, to participate in this seminar with so many friends of long standing. At the risk of being a little different, let me discord, at least a little, from the principal points that the presenters have thus far made. At least, it will enliven us, and still it is in a constructive vein.

In the first instance, let me note that despite the enormous political changes we have since 1989, there has been so little impact on the world economy. Although individual countries - like Russia, let's say - have been much affected, the spillover effect on others has been quite modest. There has not been a remarkable resurgence of growth in Eastern Europe. And this despite a global change of great importance. So perhaps there are some elements of continuity we ought to pursue.

This leads me to a second observation, which is the extent of danger for giving too much weight to technological change. In recent recalculations, looking at the tremendous productivity growth achieved by South Korea and Singapore during the 1960s and 1970s, it turns out that technological change was less important than rapid increases in the labor force and in capital accumulation. Yet the latter is the precise area in which Latin America and Brazil are far behind. Current savings rates in both are what they were in 1960, thirty five years ago! By contrast, the successful Asian countries, not merely the four tigers, but now as well Thailand, Indonesia and Malaysia, have shown great increases from initial low values.

Additionally, what have these Asian successes signified? In virtually every case, they have given great attention to primary education for all. Here Latin America has lagged well behind, and the quite high levels of inequality in the region are a direct consequence. Unless the educational problem is given sufficient attention and resources, and thus tackled in a serious fashion, there is the danger of going along without catching up either in product or in terms of equity.

The fourth point I wish to suggest is that export growth, while important, does not succeed in explaining the international differences we observe. So the answer is not to assume that more regular and continuous export performance will produce a new miracle. But that does not make it relevant. Here the simple fact is obvious: the highest export growth over an extended period achieved by Latin America since 1945 was attained in the 1980s, and reached a mere 5% average per year. One clearly can and should do much better. It is not necessary to repeat the Asian success. A continuous rate of expansion of exports at 7 or 8% a year would represent an impressive improvement in the region. One must avoid the kind of past pattern in which exports grew initially, but then stopped and reversed themselves. And to assure this kind of export performance, one must pay attention to the exchange rate.

My next observation relates to foreign capital. Clearly, Latin American is now much interested in securing access to these foreign resources. But it cannot do so through the process of paying exaggerated interest rates that deliver very high rates of return to investors. Latin America, and Brazil, needs foreign direct investment that leads to increases in employment and production, and even to larger exports that can pay back the profits earned. Large financial investment necessitates large international reserves, and these virtually become locked in, representing a loss in national resources that could have been devoted to real investment and to real growth.

My penultimate observation relates to the question of the Hemispheric Common Market. Interestingly, this has not figured at all in the conversation up to this time. As we all know, the Miami meeting occurs next week, at which there will be attention to the possible creation of a hemispheric group. It is clear to me that the themes of regionalism and globalism are not inconsistent. Indeed, the world is moving to globalism through a process of successful regionalism. For Brazil and for the United States this affords the possibility of cementing a

close bilateral linkage within the context of a broader regional association. It is a subject well worth considering more fully.

The final observation returns to where I began, politics. It is clear that the world is now a different place than it was, with different commitments and relationships. I wish only to suggest that perhaps we have reached a point where economics substantially determines politics. That is true, not only in speaking about the Eastern Europe, but perhaps even more so in considering the major powers, Europe, Japan and the United States. That new reality ought to have great weight in thinking about the problems we are discussing today.

Thank you.

Embaixador Gelson Fonseca:

Obrigado, Professor Fishlow, especialmente por ter introduzido o tema do regionalismo, que é extremamente importante para as relações internacionais do Brasil.

Eu pediria, então, ao Professor Alfred Stepan que fizesse os seus comentários.

Professor Alfred Stepan:

Thank you. I was originally asked to be a debator in the session on New Parameters of Political Thought. However, today Luciano asked me to switch and say a few words in this session about Eastern Europe, particularly from the perspective of our concerns about the nation state and the reorganization of world power. He did so, he tells me, because a year ago I became Rector at the Central European University which has bases in Budapest, Prague, Warsaw and Moscow. Also, with Juan Linz, we are near completion of a book entitled **Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe**.

Let me briefly explore four questions. First, is there a crisis of the nation-state? Second, why has the ideological drive for "pure markets" already peaked in Eastern Europe? Third, whatever happened to Francis Fukuyama's idea of the "end of history" in post-communist Europe? And finally, what does the end of the Cold War mean for world leadership requirements?

First, let us consider the question of the future of the "nation-state". If we take as a definition of the "nation-state" a polity in which leaders advance state policies that are **of** and **for** the members of the "titular" nation, the "nation-state" is in more than just a crisis. Luciano Martins would probably say India is a "nation-state", Belgium is a "nation-state" and Switzerland is a "nation-state". I would say these are "state-nations". They **do** have a sense of collective identity but, since more than one "awakened nation" exists in each of these states, they should not, conceptually or politically, be analysed as homogeneous nation-states. If political leaders in these countries tried to enforce a nation-state policy on such multi-cultural, multinational entities, these polities would almost certainly cease to be democracies. The hard reality is that for the vast majority of the world that is not presently democratic, most of them could never be able to become simultaneously both a nation-state, as I have defined it above, **and** a democracy. This is so because there is more than one "awakened nation" in most of the territories that are not now democratic.

Let us look at this general argument in the specific case of post-communist Europe. In 1989 there were nine states in communist Europe. In the same physical space, there are now twenty seven states. Almost every one of these twenty seven states is attempting to use state policies to create a nation-state **of**, and **for**, the titular majority. But, almost all of these states have significant awakened minorities. In most of these new states, the dominant conception of democracy is that it is "majoritarian". There is little reflection about minority rights. This perception of the world is contributing to conflicts not just in the former Yugoslavia, but in Romania, Slovakia, Albania, and most of the former Soviet Union. This morning, Manuel Castells raised the important question of whether human beings are capable of multiple and complementary identities. I happen to think they are. Surveys have repeatedly

shown that most people in Catalonia are “proud to be Catalan”, “proud to be Spanish”, and “proud to be members of the European Community”. They have multiple and complementary identities. In our research, Juan Linz and I have been able to document how political identities are socially constructed, how they can change very rapidly, and how they can be constructed in ways in which they can move in either polar, or complementary identities.

In more than one hundred states in the world that are not now democratic, more than one awakened nation lives in that state. For these states, the goal of making a democracy and the goal of making a nation-state are conflicting logics. It was not always so in the world. Eugene Weber, in his famous book **Peasant into Frenchmen**, documents how the French state utilised a whole series of compulsory policies in the late 19th century in areas of language and culture that would not be politically acceptable in modern democracies. In the late 20th century it is also harder for the state to make multinational communities into nation state because, given the world-wide communications revolution, most minorities will stay in constant cultural contact with their homelands.

We thus have to start talking about non nation-state ways of having more inclusive citizenship and to rethink citizenship and place. Unfortunately, the two major literatures-transition theory and nationalism theory - that should have been addressing this urgent question, were working in mutual isolation. The classic four volume work edited by Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter and Laurence Whitehead, to which I contributed, **Transitions from Authoritarian Rule**, barely discusses nationalism. The two modern classics on nationalism, Ernest Gellner's **Nations and Nationalism**, and Benedict Andersen's **Imagined Communities** are not really concerned with democratization as such. Thus, the core literature on the *polis* is silent on the question of the *polis*. This dialogue of the deaf is particularly tragic given that it is probably the most needed dialogue of our times.

Let us now explore the question of “perfect markets” which interested so many ideologues after 1989. The whole question of perfect markets has in fact already peaked in eastern Europe. It is absolutely clear that a modern economy has to be something like an “economic society”, not merely a pure market. An “economic society” requires that norms emerge that contribute to predictable compliance with a government created and state monitored regulatory framework. If there is no state, there cannot be citizens. Likewise, if there is no state, there cannot be an economic society. In some of the countries in post-communist Europe the state has imploded.

There is also a widespread argument that democracy will be legitimated via private property and thus via privatisation **no matter how it occurs**. The history of capitalism and democracy has actually been virtually the opposite. Democracy has legitimated to a great extent capitalism. It is historically and politically wrong to attempt to create an “inverted legitimacy pyramid”. For reasons of the market and for reasons of democracy, an economic society must be created and this, as we have said, requires a state.

Let me give two examples concerning the above argument. Hungary, with a population of ten million people, approximately one fifteenth the size of the population of Russia, has received twice as much direct foreign investment in the last four years as Russia. Why? Certainly not because of comparative resource allocation. Much of the answer is that Hungary has an economic society. Russia simply does not. Let us also consider the Ukraine and France. Many economic advisors are urging Ukraine to cut back the size of the state. Involved in production, yes. Involved in thinking and crafting alternatives, I think not. Why? Ukraine and France both have populations of approximately 53 million and they cover roughly the same land mass. When I gathered comparative data on the number of state personnel involved in tax collecting, the state banking and finance system, environmental regulation (remember Chernobyl), and the administration of justice, the French state normally had ten to fifteen times **more** personnel (backed with much greater computer and information resources) than the Ukrainian state. The creation of an economic society in the Ukraine will almost certainly require the expansion of qualified personnel in these areas of state activity.

And what of our third question? After 1989, some people such as Francis Fukuyama felt that we had arrived at “the end of history”. For eastern Europe such an end of history

implied a relatively easy, rapid return to a common European home where they would reside within the well established and secure contours of advanced democracies and strong social markets. But of course, history has not stopped in western or eastern Europe. Indeed it is evolving in rather unexpected and frightening ways.

For the last four years, Germany has been involved in the greatest resource transfer in the history of the world's civilizations. More than 90 billion dollars a year have been transferred into the former region of East Germany which used to contain a population of only 17 million people. This has, of course, hurt the German economy to some extent for a while and, therefore, hurt the entire west European economy. West European fears of recession and of the massive movements of peoples have also contributed to new cultural perspectives. Instead of people wanting to reach out and integrate, there is a new cultural fear and a movement toward less inclusive concepts of citizenship.

Instead of the end of history, 1989 has actually opened up an enquiry into what are the values of western Europe and, indeed, in most of the world's democracies. The end of the Cold War meant the end of that form of legitimation in the NATO countries that was anchored in the credible existence of a validating, threatening, "bad other". The "bad other" was very convenient. It meant that talk about deepening democracy "needed" to be postponed. It meant that new, more inclusive conceptions of citizenship and place were off the agenda. All of these questions are now absolutely on the agenda, and they are frightening people. This is one of the reasons for the resurgence of extreme right wing and nationalist votes in Italy, Austria, Germany and France.

What does this new mood in western Europe mean for the possibility of post-communist European countries "returning home" to western Europe and to joining the European Union? Unfortunately, I do not think that more than six or seven, of the twenty seven post-communist European states, will join the common European community home in the next twenty or thirty years. And even when they do join, it will be a less rewarding home. Many will probably never be asked to join the common European home. What is going on is sustained cultural work to craft the idea that the European Union is about a particular culture that has been evolving in a Roman Catholic and Protestant Europe since the 8th century. This creation of a new "imagined community" of course, "re-others" most of the countries of post-communist Europe. The emerging sub-text conveys that "not only are they killing each other in ethnic conflicts" but, in fact, conveys that they were "never really part of our community".

This growing "re-othering" of a large group of people in turn engenders a politics of resentment and rejection in parts of the east *vis-à-vis* the west. In the absence of a credible chance of being admitted to the European Union, the whole range of incentives and disincentives concerning democracy that played a positive role in Spain and Portugal, and even in countries such as Estonia and Hungary, becomes simply irrelevant once elites in countries become convinced that they have become permanently "re-othered". Politicians are specialists in mobilising hopes and grievances. For some countries in Eastern Europe ethnicity becomes the easiest tool for mobilisation. History has not ended in Eastern Europe. There are now sixty million people living in countries outside of their "titular homelands". Twenty five million of them are Russians. We have to create a new history with new concepts of citizenship and place.

Let me conclude by reflecting on the question of what all of this implies for global leadership in the post Cold War world. Military power *per se* will count for less than it has since the 1930's. The loss of the validating "other" has contributed to a serious crisis of identity in many western societies. It has also contributed to the cultural fear we have discussed. In this context, many of the world's leaders have lost much of their power to lead. Who is leading Italy? Japan? England? and, after the recent election, the USA? or to a lesser extent Germany?

In a world where democratic citizenship is a key issue, where the construction of economic societies is a key issue, and the deepening of democracy is a key issue, I believe Brazil's new leadership could play an important role. What the world community now needs

is the sociological capacity to rethink many of our fundamental ideas. The fact that the sociologist who is now the president elect of Brazil is deeply concerned with broadening the citizenship, in creating an economic society and in deepening the quality of electoral democracy, makes him a particularly relevant leader at this junction in world history.

President-elect Fernando Cardoso's capacity for global leadership is further enhanced by the fact that, unlike almost all other leaders, he can communicate with the peoples of the world in many different languages, has lived and worked in many different cultures, and has always been committed to revisioning alternative and better futures not only for Brazil, but for the world. Given the new sets of problems that have actually emerged in the world after the "end of history", and the crisis of ideas this has created for many leaders, Brazil's new leadership can almost immediately begin to contribute to the debate about our collective future.

Professor Constantino Vaitsos:

Hace una década y media, cambios radicales en la economía mundial en las áreas tecnológica, organizativa e institucional, están transformando las condiciones básicas en la estructura, conducta y naturaleza del comportamiento de los espacios económicos contemporáneos.

Impulsadas por las formidables fuerzas que emanan de los nuevos parámetros del *know-how* productivo, así como de cambios profundos en la concepción de competitividad y en la inserción en espacios económicos ampliados, las actuales condiciones reflejan un conjunto de expresiones económicas transcendentales. Ellas incluyen prácticas selectivas de globalización, la formación de grandes grupos económicos regionales que desafían los propósitos del multilateralismo, alianzas estratégicas corporativas y gubernamentales que fortalecen la concentración del mercado o incluso lo reemplazan como respuesta a fuertes presiones competitivas. Al mismo tiempo, coexisten tendencias de fragmentación económica y selectividad en actividades específicas, así como fuertes tendencias que resultan en fenómenos de apartación socioeconómica. Estos profundos cambios estructurales demandan un cuidadoso reexamen de las opciones y prácticas políticas por parte de los actores públicos y corporativos.

Dentro de este conjunto de globalización, integración y de fragmentación, quiero referirme brevemente a algunas áreas concretas que interesan a la formulación de políticas económicas en el contexto brasileño.

En décadas pasadas, las reglas de juego en los negocios a nivel mundial que seguían las que se ha llegado a llamar "empresas transnacionales" (ET) implicaban, tanto en sus objetivos corporativos como en su estructura organizativa, un determinado patrón de comportamiento. Este último incluía el manejo de los términos de negociación frente a gobiernos u otros socios económicos que se basaba en dos condiciones estratégicas: primero, la capacidad de acceso a distintos mercados nacionales y, segundo, la capacidad de traspasar a sus clientes locales los costos que implicaban las condiciones específicas de cada mercado.

Hoy en día, la profundización del proceso de globalización selectiva ha transformado radicalmente las estrategias corporativas correspondientes. Durante la última década, dichas estrategias se relacionan en forma mucho más directa con los efectos que tiene la ubicación de empresas filiales en los distintos países sobre la competitividad global y los intereses integrados de las firmas transnacionales. De esta manera, ellas procuran la minimización de los costos de transacción a nivel internacional, el fortalecimiento de enlaces estrechos entre filiales con intercambios intra-firma, y el aumento de su participación a nivel del mercado mundial. Todo esto implica una preferencia para los negocios que evitan comunicaciones y redes de transporte, que ofrecen eficientes servicios de productor y capital humano, y que se caracterizan en los países que seleccionan para su ubicación por condiciones de estabilidad social y política y por la transparencia en las normas que rigen los negocios.

En el caso de Brasil, con las metas en su sector extremo de actuar como *global trader*, estas nuevas realidades en las estrategias y el comportamiento de las ET, implican requerimientos de adaptación en sus políticas gubernamentales correspondientes. Sin embargo, del otro lado, el tamaño continental de Brasil y las grandes perspectivas de crecimiento de su mercado interno le ofrecen, como consecuencia, condiciones únicas de poder de negociación frente a las ET. Surge, entonces, la necesidad de construir una política más selectiva frente a las empresas transnacionales. Dicha política debe combinar (y diferenciar donde es necesario) los requerimientos en las estrategias de un *global trader* con la capacidad de aprovechar el poder de negociación que ofrece el gran espacio económico interno del Brasil.

Una segunda característica que, hace varios años, refleja la profundización de este proceso específico de globalización, es su coexistencia con la integración corporativa y la internalización de mercados a nivel internacional. Dicha integración resulta, hoy en día, en que cerca de 40% de comercio internacional de bienes (y más alto en el caso de los servicios) representa intercambios entre filiales. En estos casos de internalización de mercados, en vez de fuerzas competitivas entre las filiales participantes, rigen reglas administrativas y de planificación centralizada por las corporaciones en sus negocios internacionales. Este comercio administrado define precios, cantidades y tipos de especialización según los intereses del espacio económico integrado de las ET. Del otro lado, este proceso de integración corporativa de las ET afecta seriamente los ingresos fiscales, los de balanza de pagos y el valor agregado que ellas generan en los distintos países.

Los conflictos de intereses en esta área y los frentes de negociación entre las partes correspondientes han sido afectados en forma definitiva y a favor de las ET por los acuerdos en la Ronda de Uruguay del GATT. Su "Código de Valoración Aduanera" determina explícitamente que los valores en las transacciones internacionales se definen no por algunos precios de referencia o por vía de negociaciones con las autoridades locales, sino por lo que consta en las facturas correspondientes. Esto implica que los precios administrativos que definen las ET en sus compra-ventas entre filiales deben ser aceptadas como los valores apropiados en cada caso. En consecuencia, en lo que se refiere a la fijación de precios de transferencia entre empresas asociadas, los posibles intentos de reforma fiscal que están previstos en el caso brasileño así como en otros países, están seriamente afectados por las nuevas disposiciones correspondientes del acuerdo del GATT.

PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL

En el seguimiento de una estrategia de inserción en el mercado internacional vía la promoción de la integración regional o subregional, existen sin duda importantes efectos microeconómicos. Estos se refieren al cambio del comportamiento empresarial por la creciente competencia entre los países miembros, efectos comerciales, diferentes impactos de regionalización y de reestructuración productiva y sobre empleo, etc. Al mismo tiempo, surgen algunos efectos macroeconómicos del proceso de integración, los cuales pueden resultar aún más importantes que los arriba mencionados a nivel micro. El primer efecto proviene del condicionamiento de las políticas económicas de cada gobierno por las correspondientes iniciativas comunitarias en un grupo de integración. En otras palabras, resultan condiciones que restringen los grados de libertad en la formulación independiente de la política macroeconómica por los compromisos asumidos en espacios económicos ampliados con los otros socios. (e.g. *locking in* de políticas). En el caso de la Unión Europea, el cuestionamiento de los impactos del acuerdo de Maastricht revela la gran importancia que tienen tales impactos sobre el manejo de la política macroeconómica en los países miembros. Dichos impactos llegan más allá que la tradicional legítima preocupación sobre los efectos desiguales entre socios de distinto nivel y poder económico dentro de un mercado ampliado.

Es interesante recalcar que la formulación de una integración económica con un mercado común, una moneda única y el seguimiento de una unificación de políticas económicas se resolvió en los Estados Unidos de América por una guerra civil en épocas pasadas. Este conflicto reflejaba, en gran parte, las diferencias en la orientación de políticas macroeconómicas. De un lado, existía el interés para intensificar el proteccionismo de los estados del norte frente a las importaciones desde Europa y, por otro lado, surgía la necesidad de acelerar la apertura comercial con el fin de apoyar el desarrollo agrícola del sur reforzado por la esclavitud racial en términos históricos. Tomó al sur de los EEUU más de cien años para generar un dinamismo interno de desarrollo económico reforzado por los recursos naturales y la promoción de inversiones productivas. En otras palabras, se necesitó un largo período para promover una convergencia real y así alcanzar una integración efectiva.

Hoy en día, en el caso de Alemania, su unificación nacional ha requerido el compromiso de muy cuantiosos recursos a fin de asegurar una rápida integración económica y social. Solamente en obras de infraestructura, de telecomunicaciones y de transporte se ha dedicado en algunos pocos años más de 350 mil millones de dólares, una cifra absolutamente excepcional en la historia de procesos de integración.

En el caso brasileño, la integración económica efectiva de sus distintas regiones requiere serios compromisos en obras de infraestructura y de apoyo macroeconómico para conseguir una convergencia real. Al mismo tiempo, mirando hacia su sector externo, surgen estrategias variadas si uno evalúa las distintas realidades de NAFTA y del MERCOSUR. En el primer caso, la imposición de reglas de reciprocidad entre socios desiguales y la ausencia de políticas de convergencia generan impactos reales asimétricos entre los países participantes. Esto implica que los países que intentan asociarse con NAFTA necesitan asumir en forma mucho más organizada los costos de reestructuración productiva e institucional **antes** de llegar al punto de integración. Por lo contrario, los costos socioeconómicos resultarán mucho más agudos después del momento de integración tal como lo ha comprobado la experiencia internacional. En este sentido, el contexto de MERCOSUR puede servir tanto como una experiencia de transición hacia espacios económicos más amplios, así como una base subregional que fortalece el poder de negociación subregional frente a NAFTA y la Unión Europea.

En conclusión, la definición de políticas económicas apropiadas requiere una más explícita interrelación entre instrumentos que se dirigen a la integración nacional con los correspondientes, enfocados hacia el sector externo de Brasil en un período de globalización selectiva.

Professor Félix Peña:

Colin Bradford y Luciano Martins nos han ubicado en el gran tema de hoy, que es el del tránsito hacia un nuevo orden mundial, tránsito que muy probablemente significará el paso por etapas de un aparente caos y desorden. Es en la arquitectura donde se puede encontrar un símil con el mundo que vivimos. En efecto, uno de los mayores desafíos para un arquitecto, es el reciclaje de un viejo edificio ocupado. No puede hacer lo que quiere, ni partir de cero. Durante las obras, el edificio sigue funcionando y los ocupantes se sienten incómodos y molestos, casi agredidos. Sólo luce su trabajo cuando se concluye. En América Latina en estos años hemos encarado el reciclaje de nuestros edificios económicos, políticos y sociales. Antes la actitud era de que el edificio no necesitaba ningún cambio, o de que había que tirarlo abajo y comenzar de nuevo. FHC, a partir de enero de 1995, será en el caso de Brasil, un arquitecto enfrentando la inmensa tarea del reciclaje. Y es reciclaje del edificio mundial lo que se ha encarado en estos años, muy especialmente, en el campo de la seguridad y del comercio mundial. Desde el punto de vista de nuestros países del Sur de las Américas, este reciclaje del orden comercial mundial, cruza por cuatro frentes. Por un lado el de la transformación del GATT en la nueva Organización Mundial del Comercio. Por el otro, la construcción regional en torno al MERCOSUR. En tercer lugar, la construcción

de un sistema hemisférico de libre comercio, a partir de la idea muy vaga e imprecisa lanzada por el Presidente Bush en 1990. Y finalmente, en cuarto lugar, el de un espacio de cooperación inter-regional y de comercio libre a escala transatlántica, entre el MERCOSUR y la Unión Europea.

Quisiera detenerme en el frente de la construcción de un espacio de integración en la región del Sur de las Américas. Lo importante es que ella no quede prisionera de conceptos propios de otras realidades históricas. Tres conceptos permiten en mi opinión vertebrar el enfoque y la metodología de la construcción regional encarada en torno al MERCOSUR.

El primero, ya planteado por Manuel Castells, es el de red. En una economía mundial en que los flujos financieros, tecnológicos y comerciales, se canalizan crecientemente por medio de redes empresarias, globales y regionales, la integración más que responder a una concepción espacial como en el pasado, tiende a concebirse en términos de redes enhebradas por los gobiernos para facilitar el accionar de las redes empresarias. De allí la flexibilidad instrumental que permite que se tejan alianzas estratégicas económicas gubernamentales, que aspiran a constituir el marco para el tejido de alianzas estratégicas empresarias, muchas veces abarcando socios diversos en planteamientos de geometría variable. La integración es parte entonces de un sistema de círculos concéntricos que aspiran a crear para el productor y prestador de servicios un "habitat" favorable a sus propios esfuerzos para mejorar la productividad y competitividad.

El segundo es el de identidad. No la identidad en abstracto, sino en la perspectiva concreta de los ciudadanos concretos de sociedades abiertas. El desafío es la creación a nivel de la región, de un marco de referencia que permita frente a la angustia de la globalización, afirmar valores, ideas, creencias, aspiraciones, que provienen de toda una historia compartida en una geografía determinada. Se plantea entonces la cuestión de la identificación del ciudadano - en su múltiple rol de consumidor, productor, ahorrista, trabajador, estudiante, etc. - con las propuestas regionales y concretamente, en nuestra región con el MERCOSUR. Y ello lleva a plantear la cuestión central de la participación del ciudadano en la construcción diaria de la integración, para que pueda percibir al MERCOSUR como una parte de la protección de sus aspiraciones e intereses individuales y colectivos. En Europa, mucho se ha avanzado en tal sentido, e incluso el ciudadano es el pivote del sistema de control de legalidad que se articula en torno al rol de la Corte de Luxemburgo y del ordenamiento jurídico comunitario.

El tercer concepto es el de la descentralización de las funciones del Estado. La integración agrega una nueva dimensión al fenómeno contemporáneo de devolución de poder y competencias a unidades menores, tales como regiones, provincias y municipios. Es una dimensión compartida con otros países hacia la cual se descentralizan también funciones estatales, en órganos comunes que cumplen tareas específicas con competencias limitadas. Tales órganos comunes - mal llamados supranacionales - se integran a su vez en la red de órganos e instituciones que un Estado posee para satisfacer las necesidades y expectativas ciudadanas con respecto a sus funciones.

La integración concebida como red de alianzas gubernamentales de geometría variable, en función del esfuerzo colectivo de competitividad global; la región como un ámbito de identidad nacional frente a la realidad a veces agobiante de la globalización, y la región como una nueva dimensión de la descentralización de las funciones estatales, son ideas que en mi opinión permiten iluminar la difícil tarea de la construcción regional que han encarado nuestros países del Sur americano.

Gracias.

Dr. Gilberto Dupas:

Vou fazer minha reflexão tendo como ponto de partida algumas observações sobre a nova geometria de poder levantadas aqui pelo Professor Luciano Martins.

Têm aparecido visões controvertidas sobre os desdobramentos políticos e sociais do capitalismo vencedor. A economia de mercado, agressiva e pragmática, ocupou todo o

espaço das alternativas, tendo que assumir sozinha a responsabilidade pelas incertezas do futuro. O precioso terreno da utopia, temporariamente vazio, por enquanto não pode ajudar.

Por algum tempo, algumas nuvens escuras turvaram o céu da vitória. O alto custo inicial da unificação alemã e a arrastada recuperação da economia capitalista somaram-se à surpresa do desemprego estrutural. Alguns teóricos neomarxistas chegaram a enxergá-las como prova de grave crise cíclica. Ao contrário, hoje percebe-se a marcha de uma forte expansão da economia capitalista mundial. Como prova, a forte recuperação no preço das *commodities*, provocada pela ampla retomada do crescimento das economias centrais.

Há, porém, uma alteração importante na geometria do poder. Os blocos dividem a nova hegemonia econômica. Os EUA, com o NAFTA, respondem por mais de 6 bilhões de dólares de PNB. O Japão e os NICs, por 4 bilhões. E o Mercado Comum Europeu, por outros 6 bilhões. Na linha das potências emergentes, já é óbvio que precisamos estar muito atentos ao futuro da China. Dois pequenos exemplos: as projeções indicam que, por volta do ano 2010, a China terá um consumo de papel e celulose maior que do Japão, embora o consumo *per capita* continue muito pequeno. Por outro lado, os grandes produtores mundiais de proteína animal exultam em pensar no salto de cerca de um milhão e meio de toneladas da demanda mundial de carne quando cada chinês vier a comer mais 100 gramas de carne por mês. Mas, além da China, é preciso encarar toda essa impressionante vitalidade asiática, hoje bem representada por Cingapura, Taiwan e Hong Kong - os chamados *overseas-chinese*, apenas 55 milhões de "chineses de fora da China" que representam, atualmente, o pólo mais dinâmico da Ásia. Em 1993 eles acumularam o dobro de reservas externas e seis vezes mais investimentos diretos na Ásia que o Japão. Operam um capitalismo pujante e exoticamente articulado com interesses estratégicos da China continental. Por outro lado, o comércio internacional da Grande China já é equivalente ao do Japão e da Alemanha. Estará na Ásia, pois, o fulcro dinâmico da economia mundial no início do século XXI.

Outra novidade é o forte comprometimento dos governos com as estratégias das grandes corporações. A tendência à concentração industrial interfere cada vez mais com a autonomia dos Estados nacionais. As cinco maiores corporações industriais norte-americanas (G.M., Ford, Exxon, IBM, e G.E.) faturaram, em 1993, 460 bilhões de dólares. Embora se trate de números não diretamente comparáveis, é uma grandeza semelhante ao PIB brasileiro. Se juntarmos as outras cinco (Shell, Toyota, Hitachi, Matsushida e Daimler-Benz) que, com elas, constituem as dez maiores empresas do mundo, teremos 770 bilhões, parecidos com o PIB de Brasil, México e Argentina somados. Em compensação, na relação das quinhentas maiores empresas do mundo, existem apenas seis da América Latina (PDVSA, Pemex, Vitro, Cemex, Petrobrás e McDermont) que faturam juntas apenas 70 bilhões de dólares, sendo a maioria no setor de petróleo e várias delas estatais.

O fato concreto é que as grandes nações estão cada vez mais a serviço do comércio e dos interesses industriais de suas corporações. De refrigerantes, sorvetes e sanduíches até automóveis, aviões e computadores, os produtos tendem a ser globais. As fronteiras nacionais ficaram mais frágeis e o jogo da competição internacional é pesado, competente e inevitável.

Nesse contexto, o conceito de "produção local" passa a ter prioridade sobre o de "empresa nacional". Interessa ao Estado moderno maximizar a produção dos bens e serviços no país, gerando empregos e crescimento econômico. A origem do capital não importa tanto. O que se pede do governo é que tenha competência para remover os obstáculos à concorrência e à competitividade sistêmica (impostos excessivos, serviços ruins, baixa qualificação da mão-de-obra, etc.), e que se equipe para envolver-se na defesa dos interesses das empresas aqui instaladas, sempre que eles coincidam com as prioridades nacionais de crescimento e emprego. Abrir a economia é necessário e urgente. Torna-se indispensável, porém, saber operar políticas eficazes de anti-dumping, anti-subsídios e salvaguardas para ter em mãos armas semelhantes a de seus concorrentes.

Quanto à acirrada polêmica sobre revolução tecnológica e desemprego estrutural, é evidente que a capacidade de acumulação do capitalismo moderno repousa na inovação. A tecnologia continuará a se desenvolver por saltos qualitativos, gerando mais automação e rápida obsolescência. Nas telecomunicações, a substituição de sistemas analógicos por digitais permite uma ampliação instantânea da capacidade de transmissão da ordem de dez vezes. E nos automóveis médios, entre 1988 e 1998, a indústria reduzirá o tempo de montagem de 39 para 19 horas e os meses para desenvolvimento de um novo projeto de 72 para 37.

Mas há outras mudanças muito relevantes. O conteúdo de matéria-prima e energia do produto típico da década de vinte, o automóvel, era de 60% do seu custo. O produto da nossa década, o microchip, tem apenas 2%. Cabos de cobre com 80% estão sendo substituídos por fibra ótica com 10%. Em vinte anos o conteúdo de matéria-prima e energia da indústria japonesa caiu à metade. A nova energia chama-se informação. Seu conteúdo é o conhecimento.

Essas tendências exigem um forte esforço de adaptação das sociedades modernas. A vitalidade do sistema econômico continuará a depender fortemente do trinômio inovação-qualificação-productividade. Os salários dos trabalhadores qualificados continuarão a crescer e garantir a dinâmica da acumulação capitalista. Mas será preciso enorme atenção à geração de empregos de baixa qualificação, em nível compatível com a demanda social.

Não há como resistir à modernização tecnológica e à globalização dos mercados. É um caminho inexorável. No caso das economias periféricas, as novas tecnologias contaminam também os setores tradicionais como calçados e têxteis. A automação passa a ser condição para competir. Por essa razão, é essencial criar competência para ampliar ao máximo os investimentos industriais e atrair capitais produtivos internacionais que garantam a maior taxa possível de expansão da economia, com o máximo de empregos. Isso exige uma política industrial ativa que defina prioridades e garanta padrão de financiamento adequado.

O crescimento econômico alivia tensões e cria soluções. Para garanti-lo, é essencial manter a política de estabilização, sustentada por um ajuste fiscal simultâneo à profunda reforma do Estado que permita reduzir desperdícios e aumentar eficiência nos setores prioritários (saúde, educação, segurança). A privatização agressiva e criteriosa terá que garantir queda de tarifas e liberação de poupanças públicas.

O Estado brasileiro precisará, porém, estar preparado para operar, com enorme competência, amplas medidas compensatórias e planos sociais de emergência que atenuem o desemprego estrutural na transição para o crescimento auto-sustentado, justamente no momento em que o próprio Estado estará tendo que fazer um importante ajuste em busca de sua própria eficiência, o que implica, entre outras conseqüências, a redução do número de empregos gerados no setor público.

Esse parece ser o maior desafio desse período de transição. Que outros caminhos poderemos seguir? Não são muitos. Sartre nos lembrava que, quando era jovem, imaginava-se livre. Precisou viver muitos anos para descobrir as *circunstâncias*. Elas são muitas e nos conduzem a poucos caminhos, que precisamos seguir. O *primeiro* significa manter as políticas de estabilização, fazendo o ajuste fiscal e a reforma do Estado simultaneamente e da maneira mais rápida possível, o que não é fácil. O *segundo* exige armar-se para o jogo da competição global da melhor forma possível, com armas eficazes. Entrar nesse jogo é inevitável. Fazê-lo, porém, sem instrumentos para operar mecanismos de proteção a práticas desleais é, no mínimo, irresponsabilidade. O *terceiro* obriga a acompanhar atentamente as estratégias das corporações globais, negociar espaços para o país, garantindo a entrada contínua de capitais internacionais produtivos (não especulativos). E, finalmente, o *quarto* demanda enorme eficácia na criação e operação de planos sociais de emergência que aliviem os bolsões de pobreza e criem alternativas temporárias de alívio enquanto a

transição se processa e o crescimento econômico auto-sustentado permita aumento contínuo na geração de empregos.

Parece-nos que são esses os poucos e difíceis caminhos que nos restam seguir. Eles se constituem, também, nas exigências e nos desafios que o inexorável processo de globalização nos impõe como alavanca para uma nova era.

Muito obrigado.

Dr. Louis Emmerij:

Thank you.

If we accept that the end objective of economic and social policies is to get everyone at a minimum level of income or beyond, and increase the quality of life of everybody, including the rich, then I submit that the world scene after 50 years of national and international effort looks pretty bleak. I think it can be said that poverty and employment problems are enormous everywhere, except in a handful of countries, and I will let you decide which this handful of countries are.

To provoke the situation more, name me more than five countries, where over the past 25 years the number of poor has decreased and the quality of life increased. Certainly not in my country, the Netherlands. Certainly not in the United States. certainly not in Eastern Europe. And I could go on. Oh, certainly there have been short term fluctuations. If I had gone to Peru four years ago, and if I went back today, I would say hurray, there is progress in terms of these end objectives also. But if I had gone, as I did, to Peru and other Latin American countries 25 years ago, and I would come back today, then I do not think that in the case of that specific country, and maybe others, you can say there has been progress; there has been a regression in terms of moving towards these two end objectives.

I think that everything else must be made a function of these two end objectives and, by everything else I mean macroeconomic balances; inflation; balance of payment *equilibria*; regional trade blocks; technology; investment; world trade organization; you name it. Obviously, in the case of Brazil, inflation was such that it had to be wiped out because before you do that, nothing else could happen. But I hope that Brazil does not go the same way as many European countries did, where inflation became almost an end, whilst unemployment increased (as you know, now it stands at about 12% in the European Union), and inflation was as low as 3%. It still had to be pushed down lower. I think Chile, with a rate of inflation just over 10% and a very low unemployment rate, is much more enviable (I do not know whether it was a deliberate policy) than Argentina, which is doing relatively the same policy, and the same mistake, as the European countries did.

I think that one of the explanations of the lack of progress towards these two end objectives in many instances, including in Latin America, is that countries have been governed at the extremes: the governments zig-zagged from one extreme of a highly centralized State to the other extreme, no State at all, or little State. What is needed is a totally unspectacular, balanced and, indeed, integrated set of economic, financial and social policies. We must move more towards the center. I know that Fernando Henrique Cardoso has been moving more towards the center. I think he should stop now and stay where he is before he goes further.

Now, all this, you will say, is national policy in the framework of a discussion about international policy, but surely international policy, is it not a sum total of many decisions at the national level? But, just a word about international economic and financial relations. In terms of arrangements to these two points, I think the movement towards regionalization and globalization is basically a sound one. I would agree with Al Fishlow that regionalization is a step, or can be made a step, towards globalization. There is no inherent contradiction between these two. Instinctively, if I were in the shoes of Fernando Henrique Cardoso as of the first of January I would, in the first instance, go to a Latin American block and then go to the NAFTA and then to the global level, the reason being that it is my experience that the western countries do not practice what they preach always, and you shall better be as strong

as possible before you enter into negotiations with them. The bottom line, however, is that whatever you do, in order to make your economy more robust you must increase the rate of growth and you must stimulate a pattern of development - employment intensive, income distribution sensitive, regional equitable - which meets these two end objectives.

To conclude, Mr. Chairman, ten years ago when I was still based in the Netherlands, there was a big meeting in our beautiful parliamentarian building in the Hague, and Fernando Henrique Cardoso was the star, the keynote speaker. I chaired that meeting. He had just entered politics and I said to my amazed, basically Dutch public: «Look carefully at this man. He one day will be President of Brazil». Now we know that he himself had not expected this. But I did. Having thus established my forecast record, I can tell you, I predict that Brazil, over the the next four years and hopefully longer, will seriously move in the direction of meeting these two end objectives of economic and social policy, and I am sure that all of us will stand right behind him.

Thank you very much.

Dr. Philippe Schmitter:

I will try to restrict my comments to the topic of the day, and reserve my other comments with regard to political institutions and processes for tomorrow. This is rather difficult to do, given the quantity and quality of observations and advice that have already been presented.

I think I share what I believe to be the overwhelming sense of this meeting. Namely, that our basic problem is that we are condemned to live in intensely paradoxical times, that is to say, moments in which contrary movements and trends around common issues make it exceedingly difficult to understand the emerging properties. For example, we have heard, and I certainly agree, that there are shifts and exchanges in identity not merely beyond the Nation-State, but beneath or below the Nation-State. We have heard not only about demands for a lesser role for the State but also the need for greater State capacity, precisely in order to scale down the eventual role or volume of State authority. We have heard about widespread and more intensive efforts at democratization, but also about increasing dissatisfaction with democracy as practiced in long established polities in Western Europe and North America. We have heard that it is less appealing to use force or the threat of war as a means to attain national ends, therefore we assume less need for military power and expenses. Nevertheless, we live in a world of an increasing number of more and more intractable and deadly armed conflicts most of which are occurring within, rather than between the States. We also have heard that there is less stability in the international system because of the end of the famous US-Soviet bipolar stalemate, yet we have found neither effective single-power hegemony nor something that approaches a multipolar equilibrium.

I ask whether, in the face of this paradoxical moment, do we need new categories (and some of them have been suggested) or do we really need new ways of thinking about persistent problems with old categories, but problems which are leading us in contrary directions? What I would like to try to do is simply to point out a few of the elements that seem to me to be emerging from this paradoxical world system. I think both of these have been hinted at, if not explicitly emphasized.

First, I think if we look at the changing patterns of exchanges and, to a lesser extent, identities, the pattern is not so much global as regional. Therefore, I agree very much with Al Fishlow, and others, that it is at the regional level that the most creative responses have emerged. There is a proportionately greater increase in international exchanges among regional partners than at the global or at the transregional table. So there is a *prima facie* case that indicates that this is the level around which we should be thinking creatively about new institutions and new processes.

The problem, however, is we do not yet know what is a region, or what should be the relevant regions for these purposes and, even more so, we do not know what are the most appropriate organizations that would embody these emerging regional processes. We have,

of course, the model of the European Community, but there is very little indication that any of the other emerging regions would dare follow that kind of pattern and, as you also have observed, that particular set of institutions is having its own problems with further expansion. We have the concept given to us by Latin Americans of so-called «open regionalism». I think I would agree with Al Fishlow that, in the longer run, regionalism is a stepping stone, a training ground for a globalism, i.e. for an economy open to the entire world. Nevertheless, in the short run, I simply do not understand what «open regionalism» is and whether or not it is really a viable response.

A second broad pattern of exchanges has also been indicated particularly by the comments by Gilberto Dupas, and it involves his use of the concept of “**networks**”. What we see emerging out of this new system is not so much formal, closed organizations, as informal, relatively open networks. We find this at the level of relations between firms, especially in this vast network of strategical alliances and long term contractual exchanges, and we also find it in newer relations between social groups, especially those embodied in the so-called NGOs at the international and at the regional level.

The question which we have yet to answer, however, is how does one embed networks in systems of representation and accountability that are appropriate and legitimate in these world systems? How do we both include, and at the same time govern, the behaviour of interfirm, state and intersocial forms of collective action? And this comes back to the previous question: do we do this primarily at the regional level, do we do it at the global level and what, if any, will be the long term relations between those regional networks, if you wish, and the eventual global ones? I might add that several people mentioned «*reforma del estado*», I presume meaning «*reforma del estado nacional*». I would think there is a necessity, not so much for the «reforma» of existing “*estados*”, as the «*formulación*» of new non-State organizations. I just call your attention to the fact that the most useful leverage point for reform in the national States in Europe, these days, is to blame the difficulties on Brussels and to claim that one must introduce national reforms because it is an indirect requirement of regional integration or, for that matter, a direct imperative of the European Court of Justice. The problem with «*reforma del estado*», as you can well imagine, is the same problem as reforming an electoral system. The people who are expected to do it are the previous beneficiaries of exactly that set of rules. So, to find an Archimedean point outside of the national State then seems to me to be very desirable - and regional organizations may offer just such a point of leverage.

I conclude by agreeing with Adam Przeworski that one of our problems as autonomous social scientists is the almost complete absence of creative, inventive thinking about institutions. We have a desperate need not just for normative thinkings about what kinds of new state formats are possible, but I would place primary emphasis upon the emergence of non-State institutions, but not necessarily supranational forms of organization. There are two basic forms available: one relates to forms of authority in which there is no coincidence between the territorial basis of sovereignty and the functional basis of legitimate coercion. That is what the major message seems to be in Europe: that Europe is not an emerging State. It is a new form of political organization which, with all of its variable geometry, will eventually teach us how to produce political order without reproducing or expanding the State form.

And secondly, we have learned, I think, a great deal at the national and subnational level within Europe, about how to mix public and private authority; how to create systems of cooperation which do not depend upon the famous monopoly of coercion of the central or even local States, but to rely upon various mixes of incentives. The codeword for this, obviously, these days is civil society. How do we then put those incentives together in ways that do not simply repeat the tired and wasted experience of corporatism?

The problem I have always had in writing about this is that I do not know how you do it. I think I know what new forms of organization would be desirable, but we do not have any social science, and certainly not a political science, that has any kind of understanding of how these mixed institutions come into being. We seem to be living on past social capital in liberal democracies and in capitalist societies, on the historical stock of institutions, most of

which were created before the advent of capitalism and certainly before the consolidation of democracy. That stock is degenerating, and we are undermining those basic institutions, but we simply do not understand how new institutions of civil society emerge.

In that way of thinking, I think we have to recognize that all new organizations, or institutional forms that emerge in the contemporary context, do so in a context that is already saturated with organizations and saturated with legal and formal norms that guide their formation. Hence, the implication is clear to me: there must be a key role for the State. The State must not only provide positive incentives for the organization of these networks, but also negative incentives in the sense of clearing away existing organizations that impede the formation of these more flexible, non-State forms of cooperation.

Thank you.

Embaixador Gelson Fonseca:

Eu queria agradecer a todos os comentaristas, não só pela qualidade dos comentários, mas, sobretudo, porque todos respeitaram rigorosamente os dez minutos concedidos a cada um.

Agora, eu abriria o debate para todos os participantes, e o primeiro inscrito é o Professor Hobsbawm. Talvez as exposições e os comentários pudessem ser da ordem de 5 minutos, para que nós possamos ouvir a todos.

DEBATES

Professor Eric Hobsbawm:

I want to make two points: one general, one more specific. The first one has not, I think, been mentioned so far. It is that the world today has been living through, in the past 40 years, the most rapid, profound and comprehensive social change, a socio-economic revolution, in recorded history. There has never been anything like it before. I do not want to go into it at any length. I tried to do so at greater length in a book which has just been published and will be published over here, but I will simply illustrate it by saying that, for instance, for the first time in the history of the globe it is no longer possible, except conceivably in some parts of South Asia and perhaps still in parts of East Asia, because the majority of human beings no longer are living on the land, by agriculture. At the same time, the people who earn their living by passing examinations at school, which is a qualification for a large number of things - higher education - for the first time are counted in millions in every developed country; a high percentage of the total population. There are now, today, more than twice as many university students in Equator that there were before the war in Britain, Germany and France, combined. These are changes, and these are merely illustrations of changes - social, cultural, economic, technological - against which we have to measure the political tasks which Fernando Henrique Cardoso and many other people have to face today. They live in a new society and the problem is inevitably new.

The more specific point I want to make is in connection with what Alfred Stepan said. I do not, in any way, wish to underestimate the depth of the problems of separatist ethnic-linguistic and so on, nationalism which are now devastating Eastern Europe. Nevertheless, I want to point out that it is not quite as universal as has been suggested. Where it has genuinely created chaos is, effectively, where the State has either abdicated, or collapsed, or in other sense been disaggregated. Where the State is operational or at least functioning - I doubt whether one can call the Italian State operational, but it is functioning and it exists - where there is a firm structure of this, so far this has not happened.

In Europe, even in Canada, in the West, there have been separatist agitations on an ethnic-linguistic basis of this kind for longer than in Eastern Europe, with the possible exception

of Yugoslavia. Certainly you go back to the 1960's. And they are powerful with all the political assets which they have in democratic, or rather, electoral societies. So far, not a single one of the States which has suffered from this agitation has actually broken up. Not even Belgium. Not even Canada. I do not mean that they could not - this is a very real possibility, but it is useful to remember that so far they have not actually broken up. Unless, perhaps, we count the setting up of a separate Canton in Switzerland for the French speaking Jurassiens at the beginning of the break up, nothing actually dramatic has so far happened.

The same is true, and this is perhaps an even more impressive example, in India where separatist problems have been serious ever since the setting up of India as an independent State, starting with linguistic provinces. Even there, if we leave aside the special case of the partition with Pakistan and so on, India has remained, and still remains, substantially a single unit.

So, I do not wish to sound optimistic but, nevertheless, this has to be borne in mind. On one thing, however, I would be optimistic and that is Latin America. The Western Hemisphere, south of Canada anyway, seems to me to be the only major region in the world in which these particular tendencies so far are not serious. Not even in places like Mexico, which has I do not know how many different idioms, and it could perfectly well happen. I hope they can stay that way and, at least, the one way in which they can be kept at bay is precisely by governments not abdicating. I do not mean governments being authoritarian in Belgium, but simply functioning, functioning in a proper democratic fashion. That would be the safest safeguard against these tendencies from which, I am happy to say, Latin America and, I think, Brazil in particular are, unlike many other unhappy parts of the world, still relatively immune.

Professor Celso Lafer:

Eu gostaria de explorar o alcance de alguns pontos examinados hoje, começando pela observação do Castells a propósito do espaço político, captado e por vezes capturado pelos meios de comunicação, pelos fluxos e pelas imagens. Esta situação, diria, realça a importância da dimensão simbólica da Presidência e reposiciona o seu papel de encarnar de maneira sintética princípios diretivos, valores. Este é um dado importante para o exercício do poder, para a afirmação da liderança no mundo contemporâneo, tanto no plano interno quanto no plano internacional, pois como apontou Luciano Martins, hoje, política e diplomacia operam no tempo real dos fluxos, sem as pausas e o recolhimento do "parar para pensar" inerente à vida intelectual.

No campo do pensar - e estamos aqui reunidos com este objetivo - procuramos examinar tendências e analisar processos, organizando-os através de categorias. Em síntese, ordenamos conceitualmente os fluxos e, como intelectuais, tendemos a trabalhar na dimensão da duração longa. É o caso, por exemplo, de Braudel, ao estudar a passagem do centro dinâmico da economia do Mediterrâneo para o Atlântico, o que enseja a análise de eventos no âmbito de um paradigma que procura dar conta da complexidade do real. Assim, a mudança de Felipe II para Lisboa - um evento - teve não apenas o objetivo político de consolidar o domínio espanhol em Portugal mas também o significado de apontar a passagem do Mediterrâneo para o Atlântico, no processo mais amplo da expansão do universo econômico europeu, inaugurado com os descobrimentos e as grandes navegações.

O trabalho de elaboração e reflexão sobre tendências e processos, no ritmo do pensar, que constitui, por assim dizer, a "lógica da globalização" dos intelectuais, contrasta e se opõe à lógica da fragmentação que caracteriza o espaço político tal como captado pelos meios de comunicação. Com efeito, os meios de comunicação inserem na agenda política o evento, o acontecimento e não o processo, as tendências e, regra-geral, tratam o evento de maneira fragmentada, sem os cuidados do trabalho intelectual. Este é um dado do espaço político ao operar no tempo real dos fluxos e das imagens, dado inarredável, pois não existe evento sem a sua divulgação e esta prescinde da elaboração mais cuidadosa inerente ao ritmo do pensar.

A consequência do que estou apontando é que o evento, ao ser divulgado pelos meios de comunicação, aparece na agenda da opinião pública de forma descontínua, fragmentada, boiando sem rumo claro no fluxo das informações. Esta situação, que leva a um descompasso entre o exercício do poder no espaço político e o seu significado, se vê agravada pelo fato de que os meios de comunicação, obedecendo à lógica dos seus processos, buscam não apenas divulgar mas constituir e construir o evento. Por vezes, a mídia é bem-sucedida e presta um real serviço público, como se pode exemplificar - para recorrer prudentemente à experiência internacional - através do caso Dreyfus e do caso Watergate. Existem, no entanto, limites dados pela realidade factual ao jornalismo investigativo, construtor do evento. Em síntese, não cabe aos meios de comunicação constituir, o tempo todo, o evento, mas divulgá-lo. Como não o divulga, regra-geral, com os cuidados intelectuais necessários para inseri-lo no contexto dos processos e das tendências (como exemplifiquei, citando a mudança para Lisboa de Felipe II) produz um espaço político assinalado por uma agenda da opinião pública que tende à fragmentação das manchetes e do *lead*. Daí a questão chave que se coloca para o poder presidencial: como imprimir um sentido de direção e duração à agenda da opinião pública, no exercício de uma função hierárquica de gestão da sociedade, num espaço público atropelado e metabolizado pelos fluxos?

Neste sentido, numa democracia, a capacidade de um governo de comunicar-se com a sociedade, a dimensão simbólica da presidência, o talento do governante de encarnar princípios-diretivos e transmiti-los à cidadania passa a ser um importante ingrediente de uma boa governança. Este é, a meu ver, um dos grandes desafios que terá pela frente a presidência Fernando Henrique Cardoso.

Permitam-me, para concluir, exemplificar as características deste desafio no campo da política externa. Num cenário internacional de polaridades indefinidas que vive ao mesmo tempo a lógica da globalização da economia, dos valores, da informação e a lógica da fragmentação das identidades, dos fundamentalismos, das especificidades, como foi hoje discutido, parece-me que a presença internacional do Brasil requer um investimento no *soft power* de credibilidade e de confiabilidade. Isto pressupõe a consistência da ação governamental e a comunicação desta consistência tanto no plano interno quanto no plano internacional. No plano internacional o acesso efetivo aos benefícios dos processos de globalização requer a transmissão desta consistência para os diversos públicos das distintas áreas da globalização. Com efeito, como Gelson Fonseca e eu procuramos explicitar em trabalho recém-publicado, a globalização não é uma mas múltipla. Os atores da globalização financeira são distintos dos da globalização produtiva; estes, por sua vez, não são os mesmos dos da globalização em matéria de meio ambiente ou de direitos humanos, como diferentes são os protagonistas da globalização da informação e da comunicação. Todas estas arenas e seus públicos são, no entanto, relevantes para o processo de legitimação do país e, conseqüentemente, para o acréscimo de *soft power* do Brasil. Entretanto, à luz da fragmentação dos eventos no espaço político, tal como captado pelos fluxos e pelas imagens, não é fácil explicitar o sentido, direção e duração da ação governamental.

É neste contexto que se coloca a relevância, para o Brasil, de uma diplomacia presidencial a ser conduzida por Fernando Henrique Cardoso.

Com efeito, a diplomacia presidencial é, regra-geral, a expressão da democracia, que confere valor à transparência da ação governamental, e por isso dá, através da "diplomacia aberta", importância à opinião pública nacional e mundial. Neste processo, quanto maior for a autoridade do Presidente, e sua expressão simbólica - encarnadora de princípios-diretivos -, mais efetiva será a sua capacidade de obter prioridade na transmissão de informações. Esta condição permite-lhe captar apropriadamente a atenção da opinião pública e pautar, através dos meios de comunicação, o significado da ação diplomática nas múltiplas instâncias, nacionais e internacionais, do processo de globalização. Em síntese, ao ser a bússola que dá o rumo, insere o processo e as tendências nos fluxos inconstantes da lógica de fragmentação.

Professor José Augusto Guilhon de Albuquerque:

Creio que a contribuição, neste seminário, do Prof. Manuel Castells é significativa do sentimento de desordem que caracteriza a transição para este mundo novo em que começamos a viver. O esforço de Castells é precisamente no sentido de colocar um pouco de ordem nessa aparente desordem. Lamento a ausência de Alain Touraine, que certamente apreciaria a qualidade da construção intelectual e, provavelmente, proporia dois ou três princípios de análise para englobar as categorias propostas por Castells e torná-las ainda mais interessantes.

Esse esforço para encontrar as categorias do pensamento capazes de colocar ordem no mundo é a prova de que a questão, que ora se coloca para nós, é a de encontrar as categorias por meio das quais seremos capazes de compreender a nova situação mundial. Isto se manifesta na sensação de desordem do mundo que tem-se manifestado, repetidamente, nas intervenções de expositores e comentadores nesta mesa.

É pena que o mundo e o pensamento não se comportem como os ônibus do Rio de Janeiro, em que a aglomeração de passageiros e a iminência de desordem são resolvidas com uma "freada de arrumação": o motorista freia e os passageiros se acomodam. Mas o mundo não tem a capacidade de parar para que arrumemos as idéias: a inércia prevalece. Com isso, quando a realidade do mundo sofre transformações bruscas, a inércia do pensamento continua olhando-o com olhos do passado. No início, sequer percebe que o mundo mudou. Quando se torna difícil recusar a realidade da mudança, o pensamento conservador tenta interpretá-la com a ajuda das categorias do passado. Algumas categorias aqui empregadas, como multipolaridade, pluralismo, diretório de Nações, novo equilíbrio de potências, são categorias que se situam no quadro de referências da Guerra Fria. Creio que é preciso tentarmos pensar no que esta situação apresenta de genuinamente novo.

Quero propor aqui duas dessas categorias que me parecem proporcionar esse novo entendimento. Uma é a idéia de despolarização. Penso que uma das dificuldades que temos para entender o pós-Guerra Fria é que estamos sempre à procura de um novo pólo. Entretanto, o desaparecimento de um dos pólos desfaz a polaridade e, embora os Estados Unidos permaneçam como referência global, não constitui pólo ou bloco em nenhum sentido da palavra. Por outro lado, os demais centros de referência existentes, a Alemanha e o Japão, não são nem pretendem ser pólos alternativos aos Estados Unidos, nem no sentido político, nem no sentido militar, e nem sequer, estritamente falando, no de blocos econômicos excludentes.

Estamos falando, na verdade, de uma situação despolarizada. Uma situação em que não há, em relação à potência remanescente, esforço visível de criação de pólos ou posições alternativos. O que subsiste, na verdade, são relações que tendem a ser diferenciadas nas dimensões de cooperação, da rivalidade e da oposição. O Japão se opõe aos Estados Unidos em alguns temas, coopera na maioria deles e rivaliza nos demais. O mesmo vale para a Europa e para os demais países. Não se trata, portanto, de multipolaridade, que implicaria a criação de novos pólos, nem de pluralismo, que implicaria certo equilíbrio de potências. Trata-se, na verdade, de uma situação despolarizada.

A outra noção é a de dissociação hegemônica, que se faz necessária justamente para compreender que os países que disputam com os Estados Unidos a vanguarda da competitividade, não dispõem da capacidade de iniciativa política e de decisão militar para disputar-lhe a hegemonia. Por outro lado, a supremacia política e militar americana não somente está dissociada de sua antiga supremacia econômica, mas constitui também um óbice para sua retomada.

Dessa dupla condição de despolarização e hegemonia dissociada decorre o fim dos alinhamentos permanentes e ideológicos. O mundo passa a organizar-se não mais em pólos ou blocos alternativos, mas em redes concomitantes de cooperação, rivalidade e conflito, formando as coalizões de geometria variável a que há pouco o Prof. Martins se referiu.

É nesse mundo que o Brasil deve afirmar-se positivamente, e não na obediência a um princípio de não alinhamento que, como o princípio simétrico do alinhamento automáti-

co, já não tem sentido no pós-Guerra Fria. Nem muito menos na busca de uma hegemonia alternativa que não está em pauta. Em vez de fazermos da rivalidade com os Estados Unidos uma prática reiterada de atrito que contamina o que pode haver de cooperação: cooperar sempre que possível, rivalizar quando necessário, e enfrentar quando inevitável.

Professor Juan Linz:

Hemos hablado del impacto del crecimiento de población en algunas cosas, pero el hecho básico del aumento de población en el mundo y la distribución de ese aumento de población y las diferencias en natalidad - incluso de algunos países que podrían tener desarrollo demográfico - creo que es uno de los factores fundamentales que no hemos incorporado en nuestra discusión.

El otro tema que está ligado a este tema demográfico es la prolongación de la vida, y que tiene una consecuencia muy importante, que es la proporción de personas en edad de trabajar y productiva, en relación con las personas dependientes. Tenemos, por un lado, la dependencia de la juventud, por la prolongación de los estudios, que yo no sé si a veces se prolongan para prevenir el paro; y luego, la prolongación de la vida de los que somos ya algo mayores, que se va haciendo mayor. Una vida que podría ser productiva pero que por una serie de razones no lo es (por las expectativas sociales de jubilación en los países avanzados). Por otro lado está el problema de la salud de esa población cada vez mayor, anciana y, en muchos casos, con problemas de salud serios, que representan una de las grandes cargas sociales de muchas de nuestras economías. En cualquier presupuesto de un país moderno, con seguridad social avanzada, con sanidad socializada o privada, me da igual, el gasto en salud es uno de los grandes capítulos. Esas son dos dimensiones que son resultado de fenómenos demográficos y del desarrollo de la medicina moderna que yo creo que son las tendencias básicas del mundo moderno que tenemos que incorporar en un análisis general de tendencias y creo que aquí nadie ha centrado la atención en ellas.

Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira:

São apenas duas palavras.

Nas exposições que nós ouvimos hoje à tarde, e que foram fascinantes, como o Guilhon bem frisou, a idéia de desordem foi muito ressaltada. O caráter paradoxal, contraditório, e o processo de mudança radical que está acontecendo, no plano tecnológico e no plano social, foram muito bem salientados. Nesses processos, também houve visões de que essas mudanças eram vistas de uma forma otimista - foram menores - e outros que tiveram uma visão pessimista, que eu acho que foi a maioria.

Por outro lado, o que eu percebi também foi que se buscavam princípios de reorganização, racionalização, dessa desordem. Sobre isso, duas idéias me pareceram mais comuns: uma, o princípio do regionalismo como um processo para uma globalização maior, um globalismo maior; e a outra, o processo da reforma do Estado, no qual está incluído o problema das instituições, que foi muito salientado.

Eu acho que está tudo muito bem colocado. Apenas queria dar a minha opinião pessoal e dizer que, dentro dessa perspectiva, a minha visão é mais otimista do que pessimista. Eu concordo com toda essa análise, que foi realmente fascinante, mas me parece que, na verdade, todo esse processo foi porque nós passamos, nestes últimos 25 anos no mundo, e nos últimos 15 anos no Brasil e na América Latina, por uma profunda crise. Essa profunda crise está acabando. É essa a sensação que eu tenho.

Essa profunda crise foi fundamentalmente, ao meu ver, uma crise do Estado; o velho Estado intervencionista, keynesiano, ou de várias formas, entrou em crise. Então houve uma reestruturação da sociedade, em que o mercado foi revalorizado, porque era necessário; em que a disciplina fiscal foi revalorizada, porque era necessária. Mas isso aconteceu por meio de um processo paradoxal, de desordens, em que, evidentemente, o ideal do Estado mínimo, do Estado neoliberal, não era suficiente.

É nesse sentido, então, que a idéia da reforma, ou da reconstrução do Estado, é fundamental. Mas é também fundamental que sejam novas instituições. É essencial uma idéia que Colin Bradford colocou, que é apenas uma idéia, que ele precisaria explicar melhor, ou nós pensarmos melhor, que não é nem o Estado intervencionista, nem o Estado neoliberal, mas é um outro tipo de Estado, é um Estado "catalista", e é difícil pensar como isso funciona. Realmente, o Adam Przeworski disse: "Eu não sei que Estado é esse". De fato, é muito difícil saber. Mas o que nós temos muito claro é que entre os princípios de racionalização de que nós precisamos, o mercado é um princípio fundamental, mas o regionalismo é outro e o Estado é outro. Tudo isso tem de ser criado por nós. Esse é o desafio.

Mas acho que é um desafio que eu vejo, na medida em que o mundo e o Brasil estão saindo de uma crise profunda. Do mesmo modo que houve mudanças e reformas profundas neste país, reformas nestes últimos anos, eu acho que nós temos condições de resolver isso, de enfrentar isso com sucesso.

Prof. Manuel Castells:

Obviamente mi intervención, tal y como habíamos quedado con el profesor Martins, no se trataba de presentar una oponencia, sino de contribuir a estimular un diálogo. Por consiguiente no tendría objeto que comente los comentarios. Pero sí, quiero aprovechar la oportunidad para insistir en dos temas que, después de la discusión, me parece que, aunque hayan podido estar presentes, creo que están subevaluados con respecto a la importancia estratégica que yo creo que tienen en el desorden mundial actual. El primero es que yo creo que sí, ha habido una transformación profunda de varios procesos de la economía mundial en los últimos años, directamente relacionada con la transformación estructural y con el cambio de orden político. Citaré simplemente dos de ellos: uno es el hecho de que en estos momentos podemos asistir a la consolidación del pacífico asiático como el centro hegemónico de la economía mundial en los próximos años. Como ustedes saben, todas las proyecciones indican que en el año 2.000, o sea, ya, el pacífico asiático tendrá más proporción de producción manufacturera del mundo que Europa, en su conjunto, o que Estados Unidos, incluida la zona de NAFTA, en su conjunto. Pero no sólo es un problema cuantitativo, es un problema cualitativo. El cambio que se está produciendo es por la incorporación de China y por la dinámica de crecimiento de China y por la forma en que esa dinámica está produciendo. Yo quería insistir en algo que antes se mencionó muy adecuadamente y es lo que se está produciendo es no solamente la incorporación de China como país, sino la conexión de las redes de negocios chinos y no solamente China, Singapur y Taiwan, etc., sino el conjunto de las redes de negocios chinos. De Jakarta a Bangkok a California, a Toronto, a Vancouver etc., que hoy día, en su conjunto, forman una masa de acumulación superior al de Japón. Mas aún. Estamos haciendo una investigación sobre el terreno en China y lo que aparece claro es que el mecanismo de conexión es entre esas redes de negocios y los gobiernos locales y provinciales en China. Están corto circuitando el estado central en China y el desorden político futuro, pero futuro inmediato, va a ser no entre China y Russia, sino entre Pequín y Shangai. Y en ese sentido, el capitalismo chino se está haciendo a través de redes transnacionales de políticas y políticos locales y provinciales con redes étnicas de burguesía china transnacional.

El otro aspecto que creo que es un cambio cualitativo, es algo que todos sabemos y que todos afirmamos y que luego seguimos actuando como si no existieran. Y es la formación, en los últimos diez años y de forma cada vez más acelerada, de una economía criminal global, organizada y articulada y, hoy día, conectada en términos de transporte y en términos electrónicos. Ocurre que este tipo de fenómeno, obviamente, es muy difícil que lo puedan detectar, los métodos económicos tradicionales, pero, sin embargo, es una realidad fundamental de nuestra economía y de nuestra actividad. El mes pasado se reunió en Nápoles, como ustedes saben, una conferencia de las Naciones Unidas sobre este tema. Las estimaciones, siempre arbitrarias, hablan de 750 mil millones de dólares al año a través simplemente de los mecanismos financieros que expresan esta economía, lo cual, si fuera

verdad, sería, como saben ustedes, tres cuartas partes del valor total de la producción electrónica mundial. Ese tipo de economía criminal ha sido decisivamente reforzada por la incorporación de las mafias rusas, es decir, una buena parte de la reconversión del Partido Comunista Soviético, bajo forma de mafia y la articulación de estas mafias a las anteriores. No sé si ustedes se acuerdan que, cuando el juez Falconi fue asesinado, no estaba investigando la mafia siciliana, estaba investigando a la conexión entre la mafia siciliana y la mafia rusa. Yo creo que este tipo de fenómeno tiene consecuencias gravísimas, que todos sabemos, y seguimos sin incorporarlo en nuestra práctica cotidiana - o sólo en conversaciones por la noche, ya después de unas cuantas copas. Pero tienen consecuencias muy graves, para no citar más de tres ejemplos: México, creo que se sabe hoy, la conexión entre este tipo de economía criminal y la desarticulación y desestabilización de México. Un problema aún más grave: por qué juega Beбето en el Deportivo de La Coruña, que es un conjunto que hace tres años era de segunda división. Pues porque Galicia en estos momentos vive una situación no muy diferente de la de varias regiones latinoamericanas.

Otro tema. Ustedes saben que Siberia occidental representa un veinticinco por ciento de la reserva de hidrocarburos a nivel mundial. Puedo no demostrar, pero asegurarles con bastante certidumbre, por mi parte, que parte de esta producción y distribución, hoy día, está en manos de la mafia soviética, de la ex-mafia soviética. Siberia occidental, no toda Siberia, no toda la energía rusa, pero la provincia de Tiumen. Entonces yo creo que el tema de esta formación de una economía global criminal debe ser integrado en una visión estratégica del mundo.

El otro tema sobre el que quería muy rápidamente comentar es que la crisis del Estado a la que nos hemos referido me parece mucho más profunda - del Estado nacional, sobretodo - de lo que parecemos aceptar. En el caso de la Unión Europea, por ejemplo, que es un Estado nacional una vez que - digamos allá por el año 2050 - se haya revalidado el Tratado Maastrich 5 y haya, en ese momento una moneda única, por tanto una economía única, un banco central único - el Bundesbank - y una política de defensa única y una política exterior única, por un lado. Y por otro lado la sanidad, la salud, la policía, el bienestar social, la cultura ya están descentralizados, por ejemplo, en Cataluña. En estos momentos ya son competencias de las regiones. ¿Qué queda al Estado nacional? Quedan dos cosas: la bandera, (y aun así, porque en Cataluña se tienen que poner las dos), siempre queda el único control y también siendo erosionado - es recoger impuestos y redistribuirlos hacia arriba y hacia abajo. Es decir, queda el lado más desagradable, que es recaudar los impuestos. Yo creo que esto que parece exagerado, en el caso de la Unión Europea pero, por otro lado en cuanto empiecen realmente a verificarse estas asociaciones regionales en América Latina, cuando MERCOSUR sea serio, empezarán a ocurrir exactamente los mismos problemas. Y la crisis de identidad de alemanes y franceses tiene mucho más que ver con la unión Europea que con los inmigrantes - y por otro lado, a nivel de base, la deslegitimación del estado central y la identificación cada vez mayor con ámbitos locales y regionales, me parece que es un proceso impagable. ¿Cómo podríamos pensar, hace algunos años, que la ultra democrática y cultivada Italia pudiera elegir mayoritariamente un partido llamado Fuerza Italia y que, además, pudiera, para ser más democrática, pudiera votar, con mayoría absoluta, al dueño de todas las televisiones privadas para que además tuviera las televisiones públicas? Es una reacción que indica una profunda deslegitimación. Como ustedes saben, la oleada conservadora que ha habido en Estados Unidos en las últimas elecciones parlamentarias ha sido debida, sobre todo, a que el Partido Republicano ha hecho una campaña muy clara: "Vótenme, para que" - como decía Adam Przeworski, antes - "para que el gobierno no funcione, para evitar que haya gobierno. Póngame en el gobierno para que yo paralice el gobierno". ¿Quieren ustedes mayor indicador de deslegitimación del Estado? Reconstrucción de las instituciones del Estado, sí, pero el camino es largo y complicado y yo creo que la pista, en ese sentido, es una reconstrucción a través de procesos más que de instituciones. Y de entrar en toda la problemática de lo que es un Estado de geometría variable y un estado de intervención discontinuo. ¿En qué se traduce esto? Lo siento. Aquí me detengo porque uno de los grandes problemas que hemos tenido los intelectuales de

los años sesenta, es que dábamos las preguntas, las respuestas y las contrarespuestas. Y creo que los presidentes deben dar las respuestas y los intelectuales debemos formular las preguntas. Pero en ese sentido creo que lo más práctico sigue siendo una buena teoría y una parte de la confusión que me parece existir en este momento, en nuestra mente, es la confusión que está en el mundo y requiere un esfuerzo analítico y un esfuerzo de análisis empírico extraordinario para poder actuar. Llamadas a la acción, sí, pero al mismo tiempo hay que tener cuidado, que a nuestro nuevo y querido presidente de Brasil no le ocurra, como aquél otro líder de un gran país latinoamericano que, ustedes recordarán, fue a la televisión y dijo: "El País está al borde del abismo, tenemos que dar un paso adelante".

Professor Colin Bradford:

I would like to make three points at the end here. One is to repeat something that I said before which I think is worth paying attention to, and that is that in the discussion here I feel that the idea of new forms of production, of different ways of relating enterprises, of networking and of different forms of industrial organization to the current economic life was excessively identified with technological trends at the high end of the technology spectrum, and with globalization of foreign investment. I think these new forms of industrial and economic organization or relationships and interrelationships are pervasive throughout our economies and do not rest alone on the cutting edge of high technology. So the important insight from the point of view of policy is not to think about the kinds of productivity change and dynamism that can accrue, but to pay more attention to these new economic relationships in what I call the «civil economy». That is because they tend to be more decentralized and more related to small and medium sized firms. It is not to miss the opportunity to support those kinds of endeavours by overassociating them with the high technology end, foreign direct investment policy and the like. I am glad to see Manuel Castells shaking his head.

The second point is the whole issue that was brought up by Albert Fishlow and others about the relationship between regionalization and globalization and the much discussed debate about whether these are building blocks to each other or whether they are an antithesis to each other - and it seems to me that we are paying too much attention to the idea of sequence; there is a well-known Brazilian named Cardoso who wrote an article in **Política Externa** in May of 1993 as he was transiting from one Ministry to the next, in which he said Brazil is a global trader and he pointed out, using some numbers that, in fact, Brazil's economic and trading interests around the world are roughly equal between the European Community, the United States, Latin America and slightly less in Asia. And so it seems to me that Brazil, as Chile, as other countries have done, as the United States, I think, is seeking to do, we can move simultaneously on all fronts. The calendar and the sectoral specifics of these trade liberalizing agendas can be meshed and there is not a reason, except maybe in some specifics, for thinking that one must await the other and that we must retreat on one front in order to advance on the other.

I know there is some discussion about whether we can put a date on the Hemispheric Free Trade Area between now and the Miami summit, and I think, given the fact that the Asians have done this, there is some advantage to doing it and making a commitment for 10 or 15 years from now and working out the details later.

The final point I would just like to make in summary, since it was brought up by my friend Luiz Carlos Bresser Pereira, is about what I mean by «Catalytic State»? If anybody knows it in this room, I think it is Luiz Carlos Bresser Pereira, to tell you the truth. I think what is meant here is the idea of a State that neither withdraws, as it does under the neoliberal model, nor intervenes in a distortionary way, which is the neoliberal critique of what Latin American economies have done and East Asian economies appear not to have done, when in fact they did so.

In some intermediary zone, whereby the State facilitates and supports precisely the kinds of activities we see evolving in the strengthening of civil society, and the strengthening

of civil economy, it is not so much intervention that is being supportive of the transition, as Alfred Stepan put it, from a market into an economic society or an economic democracy. It is using intermediaries and modalities that do intermediate between the State and the private market economy and the civil society. It is setting the framework, setting norms, standards, guidelines, treating law, as Guillermo O'Donnell says, as "a constitutive element of the State", which precisely frames the relationship between the State and civil society and supports and energizes the elements of society.

I think politics plays a part in how one does this and that, in fact, we are not at the end of history where you have to choose between one type of model and another, but, in fact, we are trying to be inventive, innovative and creative in moving to a catalytic State. If any country can do it, Fernando Henrique, I am sure Brazil can.

Embaixador Gelson Fonseca:

Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, eu queria fazer um agradecimento ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que foram os patrocinadores do Seminário.

Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso:

Eu queria apenas dizer, depois de tê-los ouvido com tanto agrado, e tendo visto que os desafios são maiores do que eu próprio imaginava no plano internacional, que o Brasil pareceu-me fácil.

Gostaria de reiterar meus agradecimentos a todos aqueles que fizeram enorme esforço para aqui estar presentes. O Manuel Castells, meu amigo de tanto tempo, tinha, por exemplo, uma reunião a respeito da obra dele que, como vocês viram por esse fragmento do que ele expôs, não só é enorme, como é de interesse extraordinário. Ele é um dos que fez um grande sacrifício para comparecer a este Seminário e, para mim, isto foi um prêmio.

Acho que, dos temas aqui mencionados, algumas questões ficam bastante claras. Pode haver variação aqui e ali, mas o Professor Hobsbawm e depois, creio, Juan Linz chamaram a atenção para algumas mudanças que são reais e que já ocorreram. Nós já vivemos numa outra sociedade: o mundo mudou profundamente. Mudou, também, no que diz respeito à forma de pensar que se tinha estabelecido durante o século XX.

Esta mudança já tem, como enfatizou tantas vezes Manuel Castells, aspectos absolutamente claros quanto à forma e ao modo de produzir, com conseqüências importantes não só no sentido tecnológico. Mais do que isso, essas mudanças tiveram implicações nas relações sociais de produção, nas relações internacionais, que criam fluxos - isso é uma idéia muito importante - que transcendem os limites nacionais. Constantino Vaitsos indicou algumas conseqüências disso.

Outro ponto fundamental: a dos blocos regionais. Até que ponto esses blocos vão interagir ou não; como devem interagir; os cuidados para que nós não façamos uma interação apressada. Aqui no Brasil nós somos portugueses de origem, sempre muito cautelosos, de modo que não há tal risco. Mas, de qualquer maneira, creio que a questão dos blocos regionais é outro dado da realidade contemporânea.

O Ministro Celso Amorim e Celso Lafer, ambos responsáveis em momentos distintos pela condução na prática da política externa, sabem disso, e não se discute mais: é uma realidade. Hoje, o Ministro da Fazenda ou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil provavelmente fala mais vezes com o Ministro correspondente da Argentina do que com os Governadores de Estados do Brasil.

Nós já vivemos uma realidade bem diferente daquela de algum tempo atrás e, daqui a pouco, ao aperfeiçoarmos o nosso inglês, falaremos em conjunto com o bloco do NAFTA.

São, pois, realidades que já mudaram. Nesse ponto, entra a questão crucial do Estado nacional e das formas novas de participação, que foram aqui também analisadas, ou,

pelo menos, indicadas de maneira bastante consistente, com seus problemas gravíssimos. Recentemente eu estive lá nos domínios do Al Stepan, na Hungria e na República Tcheca, e se vêem claramente esses problemas. Mas tem razão o Professor Hobsbawm quando diz que, onde eles funcionam, a coisa se mantém, se agrega, ou seja, essa crise é real quanto às novas funções do Estado, mas ela não significa necessariamente a desagregação em termos de uma pan-nacionalidade. É algo mais complicado do que isso.

Mas aí é que vem o meu consolo final, com relação principalmente ao Estado e às funções públicas dentro do Estado, porque, enfim, eu tinha imaginado que nós tínhamos passado de uma situação antiga do *L'état c'est moi* para uma outra em que "o Estado são eles". A democracia produziu uma situação em que a participação se ampliou, e todo mundo, com a expansão da cidadania, por meio dos sistemas eleitorais, tinha a ver com o Estado. Mas eleito, pelo menos o Governo, "o Governo são eles". Parecia-me que nós agora passaríamos para uma outra fase e que, de novo, o Estado seríamos nós, no sentido das parcerias, da relação difícil e sempre cinzenta entre Estado e sociedade civil, essas formas cada vez mais presentes e com pressões cada vez maiores do que se chama, em português, ONGs, *Non-Governmental Organizations*. As ONGs estão aí presentes, e qualquer pessoa que tem experiência em decisões, mesmo num país como o Brasil, onde a sociedade, ou as sociedades civis são mais débeis do que em outras partes, sabe que aqui já são muito fortes e que o Estado não pode ser pensado como se fosse algo fora desse contexto mais amplo. E eu pensei que o Estado fôssemos nós...

Mas agora que ouvi o Castells, percebi que a minha tarefa é fácil, porque ele disse que o Estado já não existe mais (risos). Um passo para o abismo e acabou tudo. Na hora em que eu cheguei à Presidência da República, acabou o Estado (risos), de modo que agora convido todos a que jantemos muito bem, nas nossas casas, em plena sociedade civil. Mas amanhã, quando nós formos ouvir a discussão sobre a experiência latino-americana, vamos ver que, infelizmente, não dá para dormir tão tranqüilo, porque o Estado está aí, vai continuar existindo, e é preciso que exista.

Nós temos de pensar em formas mais ativas de relação entre o Estado e as sociedades civis que, aí sim, eu concordo com ele, é plural, e talvez o Estado também seja plural. O Estado talvez seja uma abstração que já não tenha sentido, que já haja várias formas mais diversificadas de Estado. Mas, quem sabe, seja algo mais do que mero coletor de impostos, mero combatedor de criminosos. Mas ele tem razão no que disse e nossos estudos recentes, feitos conjuntamente, assim o revelam.

Muito obrigado.

BLOCO II

(Sessão de 3 de dezembro de 1994 - Manhã)

Estabilização, Crescimento e Política Industrial na América Latina

Expositor: Roberto Frenkel

Comentaristas: Albert Fishlow, Alejandro Foxley, Antônio Barros de Castro, Colin Bradford, Enrique Iglesias, Félix Peña, Paulo Renato Souza, Winston Fritsch.

ABERTURA

Embaixador Celso Amorim:

Em nome do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, eu tenho o prazer de abrir esta segunda sessão do seminário, dedicada a temas relativos à estabilização e ao crescimento econômico da América Latina.

Seguramente, muitas das questões que foram afloradas ontem ressurgirão hoje, inclusive aquelas que foram colocadas de maneira mais teórica, como a questão do papel do Estado, da eventual crise do Estado, decerto reaparecerão em relação a esses temas, muito claramente ao tema de política industrial, tema que, de imediato, evoca a força, a possível participação do Estado nesses processos. Também poderemos, ao longo deste debate, verificar como as nossas economias podem inserir-se dentro desse mundo de geometrias variáveis e dessa dialética de fluxos e identidades de que ontem se falou aqui.

Não quero me alongar e passo a palavra então ao Professor Luciano Martins, que presidirá esta sessão.

Professor Luciano Martins, Presidente da Sessão:

Senhor Presidente eleito, Senhor Ministro de Estado, demais membros da mesa, senhores convidados, participantes.

O essencial acaba de ser dito sobre a temática desta reunião de hoje, de modo que eu passo a palavra ao Dr. Roberto Frenkel, para que faça a sua exposição.

Tema I
ESTABILIZAÇÃO, CRESCIMENTO E POLÍTICA
INDUSTRIAL NA AMÉRICA LATINA

Roberto Frenkel

Muchísimas gracias.

Estoy sumamente honrado y complacido de estar aquí en esta oportunidad. Y voy a decir que hace casi exactamente diecisiete años, muchas de las personas que estamos aquí, hoy, de varios países, nos reunimos en Ibiúna para discutir las políticas económicas de los regímenes militares y hoy nos volvemos a reunir en mucho mejores condiciones. Así que este es uno de los motivos que me da honra y placer.

Se me ha pedido que hable de estabilización, crecimiento y política industrial. El orden en que fueron ubicados los temas en el título que se dio a mi exposición refleja probablemente las prioridades de política percibidas por los organizadores del seminario. Ciertamente refleja también la jerarquía normalmente atribuida a las respectivas políticas: la estabilización es considerada condición previa y necesaria para el crecimiento sostenido. En primer lugar, por los efectos negativos de la inflación sobre el crecimiento. En Brasil este punto no parece requerir fundamentación adicional de mi parte. En segundo lugar, porque la estabilidad es necesaria para recuperar grados de libertad e instrumentos de política.

Pese a que el orden mencionado parece natural, al preparar mi exposición me pareció más conveniente presentar los temas en orden inverso, comenzando por los de crecimiento y política industrial. Aprovecho que me encuentro entre amigos para revelar las razones de esta preferencia retórica. Creo tener algo para decir en el tema de estabilización y también respecto al crecimiento y la política industrial. Pero pienso también que la cuestión más difícil es la transición de la política económica, desde una primera fase focalizada en la estabilización, a una fase posterior en la cual el foco principal es el crecimiento. Comenzar mi exposición refiriéndome a las políticas recomendables para esta segunda fase me facilita colocar al final de la misma las cuestiones más difíciles.

La publicación en 1993 del estudio sobre *East Asian Miracle*, del Banco Mundial, tuvo la virtud de jerarquizar nuevamente la discusión de las políticas de desarrollo. El desarrollo en sí mismo y los comentarios críticos que motivó su publicación constituyen un importante paso adelante en una discusión que había sido relegada a un segundo plano.

El foco principal del mencionado estudio del Banco Mundial son las condiciones específicas y diferenciales que explican las altas y persistentes tasas de crecimiento de un conjunto de países: Japón, Corea, Hong Kong, Taiwan, Indonesia, Malasia, Singapur y Tailandia. Particularmente, el rol que le cupo en esos procesos a las políticas públicas: fiscales, comerciales, financieras, tecnológicas y educativas. El trabajo identifica un papel significativo de las políticas industriales selectivas, especialmente en Japón, Corea y Taiwan. Pero sus conclusiones no alientan reproducir estas iniciativas en otras partes del mundo. No cabía esperar otra cosa del capítulo de recomendaciones, cuidadosamente digerido por

las instancias políticas, del organismo multilateral. Sin embargo, pese a esto, el trabajo es valioso porque agrupa un cuerpo de evidencia y análisis sobre las condiciones globales del crecimiento y sobre las políticas de promoción que es importante por sí mismo y a través del debate que abre.

El eje del debate motivado por la publicación se refiere **al rol de las intervenciones y a su replicabilidad.**

En relación a la primera cuestión, se le reprocha al estudio del Banco un sesgo interpretativo. La interpretación se esfuerza en demostrar que las intervenciones públicas fueron redundantes. Pese al esfuerzo, la contradicción entre la evidencia y la interpretación hace que esta última resulte un poco persuasiva.

Respecto de la replicabilidad de esas experiencias nacionales, se le reprocha precisamente al Estudio del Banco no haber profundizado más el análisis de las condiciones que hicieron posible el éxito de las intervenciones, en contraste con las debilidades o fracasos de otras experiencias, como las latinoamericanas. Cabe mencionar, por ejemplo, que aún no ha sido realizado un análisis comparado de las experiencias de crecimiento en el Asia del Este y en América Latina focalizado en las condiciones de éxito o fracaso de las políticas de promoción del desarrollo.

El propio estudio del Banco y los aportes de otros analistas identifican algunas características de las políticas desarrolladas en el Este de Asia. Estas características se refieren a la **calidad** de las políticas de promoción. Listamos brevemente algunas de ellas.

- Su calidad técnica. Su relativa autonomía respecto de los intereses en juego. La continuidad de las burocracias que las llevaron adelante.

- El *targeting*. Objetivos cuantitativos precisos y especificados en el tiempo, generalmente vinculados a exportaciones.

- El monitoreo. Una supervisión permanente y cercana del grado de cumplimiento de los objetivos.

- La flexibilidad para discontinuar programas cuando los resultados no se alcanzaron.

- La interacción permanente con las empresas en mecanismos de consulta y el fomento de lazos de cooperación y complementación entre ellas. La discusión de los objetivos con las empresas y su establecimiento en forma más o menos transparente. La competencia abierta por los incentivos. Algunos analistas cuestionan que las políticas hayan sido tal como se las estiliza. Sin embargo más allá del mayor o menor realismo de la estilización, ésta pone de relieve, por contraste, los elementos ausentes en las políticas homólogas, en América Latina. El propio diagnóstico conlleva una visión implícita de estas últimas porque el análisis de las experiencias del Este de Asia parece preguntarse: ¿qué tuvieron estas políticas que estuvo ausente en las latinoamericanas?

De esta manera, a través de las experiencias del Este de Asia, se desarrolla un debate entre posiciones más o menos liberales y más o menos intervencionistas, que discuten acerca del tipo y grado de intervención necesaria para impulsar la industrialización. En este debate pueden identificarse dos posiciones polares.

Una reconoce la existencia de las políticas públicas y acepta que éstas tuvieron las características mencionadas, pero sostiene que fueron redundantes y, principalmente, que son irrepetibles. Estas conclusiones se apoyan en argumentos que destacan las particularidades de los países que las aplicaron y la singularidad del momento histórico en que se hicieron las experiencias exitosas. Los países latinoamericanos son diferentes, se dice, y los tiempos cambiaron. La postura opuesta sostiene que este tipo de políticas públicas son imprescindibles para el desarrollo. Que las políticas en el Este de Asia tuvieron efectivamente las características mencionadas y que precisamente por esta causa fueron exitosas, por lo que se concluye que esa es la orientación a seguir.

Creemos que el debate mencionado es útil e ilumina aspectos muy relevantes. Pero creemos también que su foco es insuficiente, porque se concentra casi exclusivamente en la calidad y las características de las políticas industriales.

Alrededor del tema principal del debate - focalizado, como dijimos, en las políticas industriales de los países del Este de Asia - ha sedimentado un conjunto de lecciones de

cobertura más amplia, reconocidas en común por las diferentes posiciones. Por resultar menos polémicas, estas lecciones permanecen muchas veces tácitas en la discusión. Nos parece importante rescatarlas aquí, porque constituyen elementos muy significativos para nuestra discusión.

La primera lección se refiere al rol de la estabilidad. Se reconoce generalmente que la estabilidad es una condición necesaria para el crecimiento sostenido. Una tasa de inflación baja y estable y estabilidad de los precios relativos. Así entendida, la estabilidad es por sí misma favorable al ahorro, la inversión y la eficiencia asignativa. Se destaca, particularmente, la importancia de la estabilidad del tipo de cambio real.

Este es, en esencia, el argumento principal del *market friendly approach* (MFA). El argumento es persuasivo. Sin embargo, el problema de este enfoque es que no va más allá. El MFA restringe sus propuestas de política a poner los *fundamentals* en orden y a procurar que los precios relativos domésticos reflejen los precios internacionales mediante una tarifa baja y uniforme. La crítica teórica a esta orientación de política señala que está incorrectamente fundada en ventajas comparativas dinámicas. La crítica a los fundamentos teóricos señala también la existencia de varias “fallas de mercado”, particularmente en el sector financiero. Singularmente, la incapacidad del sistema financiero desregulado y abierto para desarrollar un segmento de largo plazo y mercados para reducir incertidumbre.

La crítica, en resumen, reconoce también que la estabilidad es condición necesaria para el crecimiento sostenido, pero sostiene que por sí sola es insuficiente. No basta con la estabilidad, se plantea, hay que hacer más para promover el desarrollo. En las críticas al MFA no está ausente un reconocimiento de las fallas de las políticas aplicadas en América Latina. Pero el reconocimiento de esta mala experiencia, se concluye, no puede implicar la negación de las fallas de mercado.

Podemos agregar a estas conclusiones que la estabilidad resulta precisamente más necesaria cuanto más “finas” son las políticas de promoción que se intentan. Consideremos algunos ejemplos. La eficacia de los incentivos vía tasas de interés diferenciales es función de la estabilidad de tasa de inflación. La efectividad de los incentivos tributarios depende substancialmente de la estabilidad de los precios relativos. Por lo mismo, la eficiencia de las tarifas e incentivos a la exportación descansa en buena medida en la estabilidad del tipo de cambio real.

Cuando la estabilidad es concebida como condición de largo plazo necesaria para el desarrollo, se ponen en relieve algunas características que deberían satisfacer los “cierres” de las brechas fiscal e externa. En cualquier caso la estabilización requiere en el corto plazo el cierre simultáneo de ambas brechas, pero la sustentabilidad de la estabilidad, entendida como condición necesaria del crecimiento sostenido, establece algunos criterios más estrictos.

El cierre de la brecha fiscal supone en cualquier caso un estado de las finanzas públicas que no requiera presiones excesivas en los mercados financieros nacionales. Las dificultades de este objetivo son mayores cuando la economía viene de sufrir alta inflación y la credibilidad es relativamente baja. Volveremos a este punto más adelante, cuando discutamos la política de estabilización. Aquí queremos enfatizar que la holgura fiscal duradera no solo es un requisito para sustentar la estabilidad, sino también para contar con grados de libertad suficientes para encarar políticas de desarrollo y sociales. Por eso, independientemente de otros recursos fiscales a los que puede apelarse en el corto plazo, como los provenientes de las privatizaciones, la recuperación de la tributación es la cuestión fiscal crucial para el crecimiento.

Un criterio semejante aplica al cierre de la brecha externa. El criterio de desarrollo supone una configuración de las finanzas que permitan sostener la estabilidad del tipo de cambio real. Este criterio en relación a la estructura de largo plazo del sector externo es también más exigente que el cierre de corto plazo requerido en toda política de estabilización. Mientras este último puede basarse por un tiempo en una disponibilidad transitoria de recursos financieros externos, el primero requiere una tendencia más o menos equilibrada de los flujos corrientes.

La segunda lección destaca la importancia de tasas de inversión altas. Pese al énfasis moderno en el crecimiento de la productividad total de los factores, se asigna más o menos unánimemente un rol fundamental a la inversión en capital físico y al gasto en educación, la inversión en capital humano, que en el *East Asian Miracle* explican la mayor parte del aumento de productividad. Altas tasas de acumulación de capital requieren tasas de ahorro también altas. Algunos analistas sugieren que las altas tasas de ahorro e inversión tienden a producirse como un resultado endógeno del propio proceso, pero aunque éste fuera el caso, la inversión en capital humano es exógena y responsabilidad del Estado, por el carácter de bien público del producto. Más generalmente, se destaca un rol importante de la inversión pública, no solo como componente esencial de la acumulación de capital, sino también como elemento contracíclico frente a *shocks* adversos.

La tercera lección se refiere a la orientación exportadora del crecimiento. El argumento no se funda aquí en la necesidad de sustentabilidad macroeconómica externa, mencionada arriba, sino en la relación entre el comercio exterior y el aumento de la productividad. Su principal razón es que la exposición de las firmas locales a los mercados mundiales es la mejor forma conocida, sino la única, de inducir aumentos acelerados de productividad. La orientación exportadora aparece como un requisito esencial del aumento de productividad sostenido.

La polémica en relación a este punto entre posiciones liberales e intervencionistas se refiere a los incentivos adicionales que debe darse a las firmas, la forma de fijar metas y supervisarlas, los métodos para evitar comportamientos perversos etc., pero las diferentes posiciones suponen en cualquier caso una matriz básica de precios relativos orientada a favorecer la exportación. Esto, a lo menos, implica un tipo de cambio real que no desaliente las exportaciones y que se mantenga estable.

Los matices de la discusión merecen un comentario adicional. Algunos analistas contraponen las políticas industriales y el tipo de cambio real, argumentando que el tipo de cambio "alto" (salarios en dólares bajos) es ineficiente *vis-à-vis* el crecimiento de productividad inducido por políticas de promoción. Este punto debe ser tomado con cuidado, porque involucra un tema nada simple, como es el del nivel adecuado de largo plazo del tipo de cambio real. Lo cierto es que en ningún caso del Este de Asia se vivieron episodios de apreciación cambiaria importante, comparables a los experimentados en América Latina en el pasado y actualmente en México y Argentina. Este es uno de los aspectos más notables de la macroeconomía de aquellos países.

En resumen, el punto es que más allá de los matices, existe unanimidad en considerar desfavorable para el desarrollo un contexto como el argentino, por ejemplo, que requiere incentivos fiscales como compensación parcial de un tipo de cambio real excesivamente apreciado.

Dejamos aquí el análisis desde la perspectiva del desarrollo para enfocarnos en la macroeconomía y la estabilización. La discusión de políticas de estabilización y políticas de desarrollo corre habitualmente por carriles separados. Esta es una vieja tradición en América Latina que se ha agudizado en los años ochenta.

¿Cuáles son las mejores políticas de estabilización desde el punto de vista del crecimiento, el empleo, la inversión y la innovación? En los años ochenta esta era una pregunta rara y difícil de formular. Lo urgente era la estabilización, sin calificaciones, porque la dinámica de la inestabilidad generaba por sí misma nuevos obstáculos al crecimiento que se sumaban a las restricciones impuestas por el racionamiento del crédito internacional y las transferencias de la deuda. En muchas circunstancias, solo encontrar un esquema viable de estabilización era extremadamente difícil y no había alternativas visibles.

Pero las condiciones de los noventa son diferentes, se abren más alternativas y aparecen nuevos problemas. Las condiciones financieras internacionales son distintas, pero las economías, en mayor o menor grado, están marcadas por el largo período de inestabilidad. Las estructuras económicas muestran la persistencia de rasgos atribuibles a los procesos de inestabilidad. Esas estructuras condicionan la política de estabilización, pero también constituyen las condiciones iniciales del crecimiento en el período de estabilidad.

Enfoco el tema en la estabilización en economías de alta inflación. Aquí, como en los puntos precedentes, mi perspectiva privilegia destacar las condiciones necesarias más

generalmente reconocidas. ¿Qué debe hacerse para estabilizar? Las condiciones necesarias planteadas derivan de un reducido conjunto de experiencias de estabilización en economías de alta inflación. Se puede aprender de los éxitos y de los fracasos. Junto a las condiciones necesarias para hacer viable la estabilización pueden discutirse las mejores alternativas desde el punto de vista del crecimiento.

- El cierre de la brecha fiscal. En las condiciones "duras" del régimen de alta inflación esto implica reducir a cero la necesidad de financiamiento. Esto es, un superávit primario igual a los intereses de la deuda pública. Las privatizaciones pueden ayudar a este objetivo. Por ejemplo, en Argentina en 1991 y 1992, aproximadamente la mitad del superávit primario provino de los ingresos por privatizaciones. Pero ese financiamiento debería ser concebido como un puente mientras se recuperan los ingresos tributarios, y asignarse prioritariamente a la reducción de la deuda pública. Lo importante es la sustentabilidad a mayor plazo del financiamiento público. Por eso la clave es la recaudación tributaria. Generalmente, la recaudación tributaria muestra los efectos de *hysteresis* de la prolongada experiencia de alta inflación. Por esta razón no basta para la recuperación tributaria el efecto Olivera-Tanzi sino que se requiere una reforma fiscal.

Arriba enfatizamos la necesidad de holgura fiscal para financiar las políticas sociales y de desarrollo. Aquí, con el objetivo prioritario de la estabilización en el corto plazo, el análisis debe hacerse más en concreto, tomando en cuenta las condiciones normalmente "apretadas" en que se encuentran las cuentas fiscales. En este punto debería recomendarse una orientación gradualista: una recuperación gradual de los instrumentos de gasto a medida que se consolida la estabilización y se ganan ingresos tributarios. Pero en las primeras fases, necesariamente, la prioridad es la estabilización. La perspectiva gradualista vale tanto respecto a los límites del gasto agregado cuanto a las posibilidades de su financiamiento. Una economía que no ha tenido inflación tiene mercados internos y externos para financiar déficit público. Pero cuando estas condiciones se perdieron se requiere tiempo para desarrollar nuevamente los mercados de deuda pública. Por eso, en la "etapa heroica" la exigencia de equilibrio fiscal es mayor.

- El equilibrio externo. En las condiciones de los ochenta la sustentabilidad externa implicaba una negociación cerrada con los organismos multilaterales y los bancos que asegurara el financiamiento de la cuenta corriente. Las condiciones actuales de los mercados financieros internacionales no plantean, por ahora, una exigencia semejante. Sin embargo, tomando en cuenta la volatilidad potencial de los flujos de capital, es prioritario alcanzar un equilibrio externo sustentable con independencia de esos flujos. México y Argentina son contraejemplos en este punto por la excesiva dependencia de los flujos de capital de su balance externo.

- La desindexación y las políticas de ingresos para coordinar las decisiones de precio y las expectativas. Este es un aspecto *ad-hoc* de las políticas de estabilización, específico a las condiciones de cada país. En este punto solo tenemos que aprender del arte con que fue introducido el Plan Real. Sin embargo, algo puede decirse sobre su importancia en las fases posteriores al lanzamiento del programa. Las medidas de desindexación son cruciales para evitar la persistencia de la inflación residual.

- La política cambiaria. Arriba nos referimos a la política cambiaria más recomendable desde una perspectiva de desarrollo. Aquí discutimos qué debe hacerse en la estabilización. Como ya indicamos, las condiciones necesarias que formulamos derivan del examen de un conjunto relativamente reducido de intentos de estabilización en contextos de alta inflación. Lecciones útiles pueden extraerse tanto de los éxitos como de los fracasos.

Consideremos en primer lugar el régimen cambiario. Al respecto, puede señalarse que la flotación se ha mostrado empíricamente como la peor alternativa (Argentina, 1990; Perú, 1990; Bolivia, finales de 1985-comienzos de 1986)

A la mención de esta experiencia podemos agregar algunas consideraciones teóricas. La estabilización en todos los casos implica un salto en el flujo de ingresos de capital. Supongamos que se adopta un régimen de flotación. Existen simultáneamente presiones a la apreciación y a la expansión de la demanda agregada. ¿Puede apostarse a una convergencia a un nuevo equilibrio en el mercado cambiario vía el aumento de las

importaciones? Esta apuesta parece extremadamente riesgosa por las siguientes razones:

- a) Los flujos de comercio ajustan lentamente;
- b) El ajuste de los flujos de comercio se produce vía reestructuración de la producción no fácilmente reversible. Tampoco es fácilmente reversible la pérdida de mercados internacionales de las exportaciones que se reducen.
- c) Las decisiones de inversión toman en cuenta en alguna medida la información del tipo de cambio actual. Particularmente porque no existe una idea clara del tipo de cambio real que regirá en un mayor plazo.

El ajuste lento de los flujos de comercio implica un *over-shooting* de apreciación cambiaria real respecto del equilibrio de largo plazo. Aunque se suponga que el nuevo flujo de capitales es duradero, cuando el déficit de cuenta corriente que se abre iguala el flujo de ingresos de capitales, las exportaciones netas continúan reduciéndose. Entonces, la depreciación real que debería producirse a partir de ese momento requiere la recesión. Como los precios son poco flexibles a la baja, el ajuste tiende a ser el tradicional: la recesión es acompañada por devaluación nominal.

Esta dinámica está determinada por las diferentes velocidades de ajuste de los flujos de comercio y los flujos de capital y la conclusión vale aun cuando se supongan permanentes y estables los nuevos flujos de capital. Pero, además, estos flujos son volátiles y esta volatilidad se transmite al mercado cambiario.

Hay, adicionalmente, otros problemas. En ausencia de alguna idea de tipo de cambio de equilibrio, la flotación puede dar lugar a importante volatilidad causada por la especulación. La incertidumbre tenderá entonces a mantener alta la tasa de interés.

En resumen, la experiencia y la reflexión conducen a descartar la idea de confiar a la flotación la determinación del tipo de cambio en la política de estabilización. La autoridad monetaria debe intervenir para determinar el tipo de cambio y lo que cabe discutir, entonces es la **política cambiaria** más conveniente.

Todas las experiencias exitosas de estabilización en economías de alta inflación contaron con un ancla cambiaria (México, 1988; Israel, 1985; Bolivia, marzo 1986; Argentina, 1991). Esta experiencia se suma al análisis teórico para indicar que la estabilización tiene como requisito un tipo de cambio nominal fijo **por un tiempo**. Considerando esto último, lo primero que puede decirse respecto de las condiciones de predeterminación del tipo de cambio es que el anuncio debe ser tal que alcance credibilidad con el menor compromiso posible de instrumentos futuros. Bolivia es un ejemplo de compromiso mínimo, pues el tipo de cambio se fijó **de facto**, aunque se mantuvo en las formas de un régimen de flotación. Esto permitió un año después el pasaje a una regla de *crawling-peg* sin mayor costo de credibilidad. Argentina es el ejemplo de compromiso máximo, pues el tipo de cambio nominal está determinado por ley.

Como la "inflación residual" es siempre significativa, el tipo de cambio fijo debe ser abandonado en algún momento. El problema crucial de política que se plantea es el pasaje del tipo de cambio fijo a una política cambiaria con objetivos de tipo de cambio real.

El criterio más general que debe tenerse en cuenta es que existe un *trade-off* entre la inflación "residual" y la competitividad. Aunque resulte redundante, vale la pena mencionarlo. Particularmente cuando la estabilización es simultánea con la apertura comercial. El problema de la política cambiaria en este contexto es particularmente complejo, pues la apertura comercial requiere la devaluación real mientras que la estabilización tiende a la apreciación del cambio.

Idealmente, siempre puede concebirse un tipo de cambio real inicial de la estabilización suficientemente alto, de tal manera que el tipo real converja al deseado de largo plazo en el momento del abandono del cambio nominal fijo. Pero casi nunca es posible escoger el tipo real inicial del programa.

Intentemos establecer algunos criterios para esta difícil cuestión. En comentarios acerca de la situación de México, el profesor Fischer ha sugerido recientemente un criterio:

el período de tipo de cambio fijo se ha extendido excesivamente cuando toda la credibilidad del programa depende de la credibilidad del tipo nominal atrasado en su valor real. Obviamente, la transición de la política cambiaria debería anticiparse a este momento. El tipo de cambio fijo debería ser abandonado antes del “momento de Fischer”.

El argumento lleva implícitas las condiciones de financiamiento internacional que han regido hasta ahora en los noventa, porque, pese a que el tipo de cambio real está atrasado, se supone que no se enfrentan dificultades para financiar el déficit de la cuenta corriente. En este contexto, aunque las autoridades tengan bien claros los objetivos, un problema para anticipar el momento de Fischer es el mencionado *lag* en el ajuste del comercio y la producción. Los datos actuales pueden sugerir una situación sustentable del sector externo y la producción, mientras puede ocurrir que estos sean una fotografía estática de un proceso dinámico de ajuste hacia una situación insustentable.

El monitoreo cercano del comportamiento de las exportaciones puede proporcionar información relevante para juzgar el curso de la estabilización-cum-reforma del comercio. Pero esta información es incompleta, pues decisiones de inversión que se concretarían si rigieran los precios relativos adecuados pueden no estar realizándose. Estas decisiones de inversión deberían también monitorearse con cuidado. El órgano del sector público ocupado del asunto debería tener buena comunicación con las empresas, pero estar imbuido del conjunto de objetivos del programa. Claro está que esto es más fácil decirlo que hacerlo bien.

El “criterio de Fischer” podría ser reformulado de la siguiente manera. Si la clave de la transición exitosa de la política cambiaria es no generar expectativas acerca de que es necesaria una devaluación correctora significativa, debe tolerarse la apreciación hasta el punto de llegar al tipo sostenible a mayor plazo.

¿Cuál es éste? Las autoridades monetarias de Chile formulan un criterio explícito de su política cambiaria: un déficit de cuenta corriente igual al flujo de ingresos de capitales de largo plazo que se cree sostenible. En realidad, en tanto ese flujo es difícilmente estimable, el criterio tiene mucho de racionalización de un *target* de tipo de cambio real al que se llegó por ensayo y error. Pero, aún así, es útil para ordenar la discusión. El criterio apunta a la sustentabilidad financiera externa de largo plazo. Pero un criterio de desarrollo más amplio, por las razones mencionadas arriba, debe observar también objetivos en relación a las exportaciones y la inversión.

Para concluir, cabe remarcar que la discusión precedente tiene implícito el contexto de financiamiento internacional de los años noventa. La experiencia latinoamericana en este contexto ha sido diversa. En Argentina y México las políticas de estabilización no realizaron la transición de la política cambiaria y siguen atadas a su ancla, pese a haber atrasado significativamente los tipos de cambio real y haber generado grandes déficit de cuenta corriente. Son las economías de mayor fragilidad externa de la región.

Chile y Colombia tienen regímenes de flotación entre bandas que varían con la inflación doméstica. Estas son experiencias más exitosas en términos de sustentabilidad y desarrollo. Pero no son inmediatamente trasladables, pues debe tomarse en cuenta que estas economías ya exhibían inflación baja y un sector externo robusto a finales de los años ochenta. No tuvieron que enfrentar en los años recientes el desafío de estabilizar un proceso de alta inflación. Frente a los ingresos masivos de capital, adoptaron políticas de defensa del tipo de cambio real mediante diversas combinaciones de controles, particularmente sobre los capitales de corto plazo, y políticas de esterilización. Ninguna de estas combinaciones de políticas ha funcionado a la perfección, pero ambos países, particularmente Chile, apreciaron menos sus tipos de cambio y presentan menor fragilidad del sector externo frente a la volatilidad potencial de los movimientos de capital.

Gracias.

COMENTÁRIOS

Albert Fishlow:

The difficulties of trying to convey the subtleties as well as the substance of stabilization and growth in the course of an hour, as the speakers have had, are enormous. Since I only have 10 minutes, I must be briefer still.

There is no basic mystery to stabilization policy. It depends fundamentally upon a capacity to reduce the government deficits that everywhere are the major source of inflationary pressure. But, in addition, the ability of government policy to acquire public credibility is equally important. Fiscal balance eventually will work, but its speed in eliciting public response is a function of belief in the continuity of such policy.

Clearly, in the Brazilian case, fiscal policy is highlighted. It is the area which brought the promising start of the "Cruzado Plan" to its unfortunate and rapid failure. Currently, in part because of the constitutional limits to increasing revenues and the distribution of a large share of existing taxes to states and municipalities, it remains the major barrier to successful and stable implementation of the Real. It is this uncertainty that has led to considerable efforts to obtain widespread public belief in the policy. That is why interest rates have remained at high levels, and why the exchange rate has been kept stable despite clear evidence that it has become overvalued.

This provides assurance to the public, as it did, successfully, in the Argentine case. But I would stress the necessity of moving more rapidly to assure adequate public revenues, and slower with regard to stability in the exchange rate, as the central and ultimately determining factor in achieving much lower levels of inflation. In the last analysis, and Chilean experience shows this clearly, providing more flexibility to the exchange rate stimulates exports as an important source of growth.

A second observation I would make with regard to fiscal policy is the importance of reducing unnecessary public expenditure. There is a clear difficulty as well as a significant lack of capacity to increase public revenues because it requires to alter the Constitution. Privatization may be a source of help during 1995, but I would stress that such revenues are temporary rather than permanent. Getting hold of the expenditure side of the accounts, and preventing the rise of outlays, is clearly an important necessity. That comes down quickly to the need to limit increases of wages that represent a very large part of government expenses.

Stabilization should also be aided by another important factor. Brazil is again more open to imports. Such inputs can play a critical role in providing incentives for domestic producers to keep prices stable. That does not mean that trade account surpluses are a strategy of the past. But there is margin to reduce the size of the surplus in order to assure a continuing stable policy. Brazil can afford a small current account deficit that will not only assure a useful input of foreign investment, but also prevent the negative influence that a large deficit represents to domestic personal savings. One can quickly contrast two alternative strategies in Latin America. One is the Mexican, with its current account deficit equal to about 8 percent of the GDP; the other is the Chilean, with a deficit of about 2 percent. Clearly, the latter is preferable. But an important increase in domestic savings is required to accomplish it.

This ability to increase savings and, therefore, to restrict domestic consumption, is critical to long term growth. Clearly, moreover, there is an important role for public policy in seeking to accomplish it. Large public savings are needed as a means of supplementing private accumulation. That is one of the critical ways in which the state role has decisively changed from earlier periods. Such a capacity depends critically upon an ability to reduce public consumption and to make available a surplus for application in critical areas, like health, education, etc., that clearly influence the speed of future development. But beyond this, large state accumulation can make resources available to critical areas in the private sector that can show large returns. But for such a policy to have a chance to succeed, there must be a reform of the current system of social security. It has been a source of government

deficit rather than a basis for surplus and a mechanism for encouraging increasing savings.

Inevitably, this brings one to the question of an active industrial policy as a basic source of more rapid growth. Much of the highly successful East Asian experience, both that of Japan and that of the four "tigers", has been explained by some as the consequence of intelligent intervention. But, clearly, what was at least equally central were the high rates of domestic savings accomplished as well as the great equality in income distribution that land reform initially made possible. I would also add the importance of universal education at an early stage. Given these circumstances, it is not surprising that the state could play a role in encouraging industrial expansion as well as stimulating exports. It is the latter that the World Bank is emphasizing as the secret of East Asian success. But I think it gives too little weight to the importance of those other initial factors. For Brazil, the future will much more depend upon an ability to reform the educational sector, to alleviate the deterioration of living standards through a process of social transfers and to save sufficiently, than upon a capacity to achieve extraordinary rates of growth of exports.

In this area of foreign trade, what will be interesting is the prospective development of an American free trade area. This can be a source of continuing stimulus to the export sector, not only intra-regionally, but also to outside of the region. One will accompany this direction of potential change not only at the forthcoming Summit but well beyond.

My time is up. Let me only say in conclusion that the focus on stabilization is in some ways deceptive. We know what has to be done. The larger task is to accomplish a high and stable long term rate of growth.

Thank you.

Dr. Alejandro Foxley:

La sesión de ayer en la tarde terminaba con una observación que hacía Fernando Henrique al respecto de disolución del Estado y la no disolución del Estado en América Latina y en las tareas que vienen. Y creo que el ánimo de esta reunión es el de discutir, entre otros temas, cómo recuperar la capacidad de Gobierno, la capacidad del Estado de tomar decisiones en un esquema en el cual hay que hacer reformas muy profundas, pero en el cual están presentes todas esas tendencias aparentemente disgregadoras del Estado en un nivel más global, al nivel mundial. Yo quisiera hacer algunas breves reflexiones que no tienen más mérito que venir de una persona que ha participado en un proceso político, en cierta medida similar, en Chile, y que viene también del mundo académico, y tratar de hacer unas reflexiones muy al punto y muy concretas.

Se hablaba ayer del Estado catalítico, es decir, de un Estado que pueda intervenir poco, fuerte y claro para desencadenar ciertos cambios que permitan la transformación de la economía y de la sociedad. Y en nuestros países el desgaste político viene rápido. El período en el cual se puede tocar los puntos neurálgicos del sistema, aprovechar el momento para desencadenar esos cambios, es breve. Y por lo tanto, en la experiencia nuestra, la decisión fue concentrar, al comienzo del Gobierno, algunas decisiones fundamentales, difíciles, a las cuales se pudiera apelar a la movilización de la gente en torno de objetivos claros, pocos y bien definidos. Pocas acciones a fondo. El prestigio es para gastarlo dónde hay capital político, el capital político hay que jugarlo al comienzo. Entonces la pregunta es ¿"qué intervenciones hacer?"

Nosotros, por lo menos, escogimos no entrar en el campo de la política industrial, avanzar en el plano de la apertura, estando de acuerdo básicamente con lo que decía Frenkel en su intervención, que este es un mecanismo muy poderoso desde el punto de vista microeconómico para generar no solo el ajuste en las empresas, sino para despertar los *animal spirits* de los empresarios y hacerlos salir dinámicamente a buscar los mercados externos.

Eso funciona, en eso no hay duda alguna. Ese mecanismo es muy poderoso. Y por lo tanto, entrar a una especie de *fine turning* de la política industrial nos pareció riesgoso,

aunque habíamos escrito mucho de estos temas. Elegimos intervenir poco en aquello que importa y como no sabemos bien cómo hacer la política industrial, dejémosla a su lado y sigamos adelante con la apertura. En segundo lugar, la clave del enfoque era “crecimiento con equidad”. Y nosotros teníamos que hacer creíble la política a través de la creación del superávit fiscal. Pero este debía estar indisolublemente vinculado al tema de la equidad. Juntar esos dos elementos en la imaginación del público, en el esfuerzo principal de comunicación del Gobierno fue, creo, tal vez el factor mayor de éxito, tanto en la política de crecimiento como, desde luego, en el apoyo posterior del conjunto de la población hacia las políticas sociales que tuvieran un desenvolvimiento gradual en el tiempo. En ese sentido yo quisiera hacer una observación tal vez demasiado simple: es que si uno tiene el capital político y lo puede gastar al comienzo, yo me la jugaría por subir los impuestos. Tal vez haya muchísimas reformas que hay que hacer para hacer más racional el sistema de impuestos en los cuales el Congreso se va a enredar por muchos meses y cada uno va a tener su paquete favorito de como hacer más eficiente eso o aquello. La capacidad política, al principio, hay que jugarla en subir los impuestos, en hacer pagar a los que no pagan, que los que tienen más efectivamente paguen más. Esto se le transmite a la población como una forma de concretar el compromiso de buena voluntad que hay con un Gobierno nuevo, creíble, popular y confiable. Por eso yo no creo en lo que decía Roberto Frenkel, en la recuperación gradualista de la capacidad tributaria. Yo creo que la capacidad tributaria se recupera al comienzo y como digo, muy a fondo.

Por supuesto que el tema del ajuste fiscal para los neo-liberales es reducir, poner todo el énfasis en la reducción del gasto y a través de eso, como se decía ayer, paralizar al Estado, prohibirle entrar en determinadas áreas y sacarle de otras. Yo creo que el enfoque que conecta estos dos temas, en realidad, es, al revés, es **no** seguir haciendo más débil la capacidad del Estado de llegar con políticas, sobre todo políticas sociales, sino trabajar por el lado de aumento de la tributación con un fuerte sentido progresista.

El segundo punto se refiere a la privatización. Yo diría, de nuevo - excúsenme por la brutalidad de los comentarios - no usar las privatizaciones por un mero criterio fiscal. No usar las privatizaciones como una excusa para postergar la reforma tributaria. No usarlas como una forma rápida, fácil de obtener recursos y postergar el ajuste fiscal. Las privatizaciones tienen un muy buen fundamento, si acaso las privatizaciones son para hacer funcionar mejor al Estado, para aumentar la calidad de la gestión de determinadas empresas que están en el Estado y que desde el Estado, o la estructura del Estado, no logran mejorar su calidad de gestión. No se privatizan las empresas para mejorar la situación fiscal.

¿Por qué privatizar? Hay que privatizar porque en empresas que están en el ámbito del Estado, la disciplina del mercado no funciona. Las empresas públicas no quebran, las empresas públicas no se venden, no las amenaza el *take over*. Cuando no funciona una empresa privada y baja el valor de las acciones, hay *take overs*. Las empresas públicas tienen accionistas que los representa el Estado y el Estado es un Estado poroso que está permeado por intereses corporativos, y esos intereses corporativos no son coherentes entre sí y por lo tanto no le plantean una función clara a la empresa pública y por lo tanto la empresa pública a menudo no sabe como responder. Por lo tanto, en esos casos, en que claramente la empresa pública está sujeta a esas limitaciones, hay una alta probabilidad que esa empresa pública no esté respondiendo a las necesidades de satisfacción del consumidor en un nivel de calidad adecuado a los servicios. Ahí hay un buen argumento para privatizar. Pero si la privatización ocurre en un sector de monopolio natural, el tema de la discusión inmediatamente cambia de eje. Desde la baja calidad de la gestión, al tema de la equidad. El monopolio natural tiene como punto vulnerable fundamental el tema de la equidad, porque el monopolio natural, en Estados débiles, con mecanismos de regulación extraordinariamente precarios, termina imponiendo sus puntos de vista. Cuando se regula el sector energía, se está frente a una empresa que tiene doscientos o trescientos ingenieros que están estudiando como fijar una tarifa a través de la cual obtener el mayor excedente posible a costa del consumidor, y tiene al frente probablemente seis o siete ingenieros mal pagados, que tienen que desarrollar un modelo computacional para tratar de descubrir donde están

las trampas del sector monopólico que está tratando de subir las tarifas artificialmente. Y por lo tanto, la probabilidad de una transferencia del excedente, excesiva, hacia estos monopolios naturales y de tener un impacto negativo desde el punto de vista de la equidad, es una probabilidad no despreciable. La capacidad de montar aparatos de regulación suficientemente adecuados, fuertes y que funcionen, bien informados, se desarrolla lentamente - y aquí hay un tema que creo, que no es menor, que lo hemos enfrentado en Chile en las tarifas de agua potable, en las tarifas de electricidad que impactan a los hogares pobres, en una forma que puede ser devastadora.

El otro tema, vinculado a privatizaciones, se refiere a los servicios sociales. El tema es, por cierto, cuando se dice "privatizemos la seguridad social, la educación y la salud". A través de ese mecanismo estamos tratando de desahogar al Estado, para que el Estado se concentre en las tareas donde realmente pueda hacer una diferencia. Y creo que aquí se plantea otro conjunto de puntos interesantes de reflexionar. Porque es cierto que si uno privatiza parte del sistema de salud - y en Chile lo hemos hecho - se produce un desahogo desde el punto de vista de los recursos fiscales, pero como también lo estamos observando en Chile, en esta fase, esa privatización de los servicios de salud, que es parcial, resuelve un problema de acceso a un servicio de salud de buena calidad a los sectores medios, pero genera, inevitablemente un problema de insuficiente cobertura de ese sistema. Como el motivo es el lucro, deja fuera a los de alto riesgo: a los ancianos y a los enfermos catastróficos. En segundo lugar, tiende a ocurrir una explosión de los costos, que es extraordinariamente difícil de controlar. Se va generando así un dualismo mayor en la provisión de un servicio clave, como es el servicio de salud. El riesgo es quedarse con un sistema público ineficiente, debilitado y un sistema privado que crecientemente no da la cobertura requerida hacia los grupos más pobres. Por lo tanto aquí hay temas extraordinariamente importantes donde hay que evitar las soluciones polares a que la ideología neo-liberal nos trata de empujar. La conclusión de esto, no es que uno no deba avanzar en la privatización parcial, de sistemas de salud pública o de educación, o incluso de seguridad social. La conclusión que yo sacaría es que si hay más mercado en cada uno de estos sectores, debe haber más Estado, más fortalecimiento del esfuerzo de mejorar la calidad de la gestión en el servicio público, mayor esfuerzo de buen financiamiento y de fortalecimiento de la cobertura en el lado público del sistema. El tema real, en verdad, es que la privatización no substituye lo que los servicios sociales están destinados a hacer, que es tener un impacto positivo por el lado de la equidad y, como se decía ayer, también, tener un impacto positivo por el lado de la competitividad. Quisiera aquí mencionar que al privatizar una parte del sistema educacional en Chile, no hemos resuelto el hecho que hoy día, en un país que está invirtiendo el cinco por ciento del producto en la educación, por ya muchos años, una encuesta reciente dice que tres cuartas partes de los estudiantes que están en el cuarto año básico, y que provienen de la mitad más pobre de la población, no entienden lo que leen ni lo que escriben. Por lo tanto hay aquí un tema fundamental que se nos escapa completamente, cuando convertimos la discusión en una discusión si el sistema debe ser público o privado. El tema fundamental no es si debe ser público o privado, el tema fundamental es si el niño, al cuarto año de educación básica, va a entender lo que lee y lo que escribe y si acaso, por cierto, la población entera va a estar cubierta con un sistema de educación que, al nivel básico, le permite, al cuarto año, entender lo que lee y lo que escribe.

Quisiera mencionar, otros puntos que me parecen importantes, desde el punto de vista, nada más, de nuestra experiencia. El enfoque de mercado neo-liberal sostiene y ha sostenido siempre y ha aplicado donde ha podido aplicar la idea que para hacer las reformas hay que romper los sindicatos. Yo recuerdo haberme encontrado con algún colega, mientras era Ministro de Hacienda, de algún país latinoamericano que no es ni Argentina ni Brasil, un país más chico, que cada vez que yo me encontraba con él, me manifestaba con gran orgullo cuantos empleados había logrado despedir de algún servicio público importante en un proceso de reestructuración significativo, o de alguna empresa pública importante. Yo no digo que no haya que hacer un ajuste, porque hay que hacerlo en un Estado que está demasiado extendido en su burocracia, pero así como el Banco Mundial nos habla de un

market friendly approach para el desarrollo, yo creo que lo que nuestros Gobiernos que tienen esta oportunidad única de realizar estas transformaciones bajo un buen clima nacional, lo que estos países necesitan, en estos momentos, es un *government friendly approach*. Vale decir, el lograr sostener un clima favorable en los principales actores que configuran el debate público, que influyen, tal vez no por su número pero por su influencia en el debate público, mantenerlos *government friendly*, mantenerlos en una actitud, de no hostilizar excesivamente al gobierno en el desarrollo de su programa. Y ahí nosotros, por lo menos, lo que intentamos hacer, es una política en cierta medida simbólica, es una política que algunos han dado por descartada, en bancarota, porque viene un poco de la concepción democrática de Europa inmediatamente después de la Guerra: llamar a los sindicatos y a las centrales sindicales a sentarse a la mesa a firmar acuerdos sobre algunas materias. Las materias pueden ser simbólicas o pueden ser muy fundamentales. Hay que descubrir cuales son aquellas en las cuales es posible construir un acuerdo. No aquellas en las cuales uno tenga una alta probabilidad de no tener un acuerdo. Hay que inventar una agenda en la cual el acuerdo es posible. Porque lo que el País necesita desesperadamente es que se muestre éxito en el entendimiento entre gobierno e trabajadores. Eso genera un *government friendly approach* que tiene un impacto muy fundamental. Nosotros tomamos algunos elementos: el salario mínimo, las asignaciones familiares, los reajustes de remuneraciones del sector público, hicimos rituales, liturgias, dos o tres veces al año en que nos sentábamos, negociábamos y llegábamos a acuerdo. Y durante cuatro años llegamos a acuerdo. Esto tenía una importancia, creo yo, sobretodo desde el punto de vista de crear un clima. Esto nos deja fuera, por cierto, el problema principal. Y es que, en realidad, el sindicalismo fue importante, está en las grandes empresas públicas y que el sindicalismo en las grandes empresas públicas tiende a formar rápidamente una coalición conservadora con a burocracia que administra esas empresas públicas para impedir el cambio. Y el problema entonces es como uno puede romper esas coaliciones conservadoras, para desencadenar el cambio en la empresa pública. La gran ventaja que tenemos, paradójicamente, a mediados de los años 90, es que es tal el predominio ideológico del modelo privatizador que los dirigentes sindicales de las empresas públicas están aterrados, que la ola privatizadora los va a arrastrar. Y no van a poder resistirla, y que por lo tanto una política puramente defensiva no es suficiente. Digo esto porque en Chile se ha planteado en el tema del cobre y recientemente hemos acordado, con los trabajadores del cobre, un experimento. Vamos a ver si funciona. Hay una amenaza latente, permanente, sobre la empresa del cobre - CODELCO - de su privatización. La presión es enorme, la empresa ha perdido competitividad y se ha planteado un acuerdo. En el Gobierno de Aylwin, desde el Ministerio de Hacienda, les regateábamos recursos en la empresa del cobre para sus inversiones diciéndoles: "no les damos recursos de inversión mientras no se modernicen" y los trabajadores decían "no estamos dispuestos a modificar la forma de funcionamiento, queremos seguridad en el empleo etc." Y finalmente, entonces, el acuerdo ha consistido en una cuestión relativamente simples: un compromiso con los trabajadores, en que el Estado va a financiar un programa de inversiones de largo plazo en la empresa, con una medición año a año, de desempeño, en que los sindicatos se han comprometido a una rebaja de costos medible, año a año. Que se discute cada año con el Ministerio de Hacienda. Si se relucieran los costos, se autoriza la inversión, si no se reducieran los costos no se autoriza la inversión. Y de esa manera se ha logrado, de alguna manera, embarcar a estos dirigentes sindicales en un proceso de cambio, de modernización de la empresa pública, que creo que es fundamental ensayarlo porque me parece que los procesos privatizadores, como digo, no resuelven, necesariamente, el problema de la equidad y, por otro lado, generan, a veces, problemas políticos que es mejor evitarlos en esa etapa.

Termino diciendo que el otro elemento para nosotros muy fundamental es la noción de que la población vea desde el comienzo que estos Gobiernos que han creado tal grado de buena voluntad difusa, que vea en la acción de ese Gobierno la aplicación de lo que yo llamaría entre comillas "trato justo". Como estamos unidos en una ola en la cual los cambios que hay que hacer tienden a inclinarse necesariamente hacia procesos de modernización que van creando espacios crecientes al sector privado y al capital extranjero, es indispensable

para mantener el equilibrio interno de lo que se está haciendo en lo político, que la población perciba un "trato justo", que se haga creíble que viene en realidad una ampliación de la ciudadanía económica, que esa ampliación de la ciudadanía económica podrá ser todo lo gradual que sea, podrá ser todo lo lenta que sea necesario - y creo que la gente ha desarrollado ya capacidad de entender la necesidad de ordenar las cosas. Pero tiene que haber señales claras desde el comienzo que, al Gobierno, le importa esto. Que el Gobierno puede mostrar esto en algunas acciones concretas. Nosotros, por ejemplo, escogimos mil escuelas - las escuelas más pobres del País, elegimos estas mil escuelas donde están los niños más pobres, las vamos a mejorar espectacularmente, "vamos a concentrar ahí, recursos. Escogimos, ahora, las setenta comunas más pobres y dijimos, vamos a concentrar ahí, en esas comunidades, una cantidad muy fundamental de recursos". El resto va a esperar, pero van a saber que ahí está ocurriendo aquello. Vamos a reducir el período en el que se tramita una jubilación. Cuestión que parece una cosa nimia, pero que cuando llegamos al Gobierno, una jubilación se demoraba varios años. Y ya vamos en tres meses. Eso se puede mostrar y los jubilados son muy importantes desde el punto de vista a crear un clima político. Vamos a disminuir las esperas para las cirugías en los hospitales y vamos a mejorar la calidad del gobierno local. Esas cosas, que son compatibles con un esquema macroeconómico, incluso de superávit fiscal, se ven y se valoran y como hay una necesidad fundamental de hacer creíble lo que se está haciendo, hay que llevar adelante el "trato justo". Buscar el equilibrio interno es lo que se está haciendo. Se hace indispensable desarrollar una alta capacidad de comunicar, a través de los medios de comunicación, estos indicadores, esta cosa muy concreta, muy específica que a la gente común le hace percibir que la cosa va en la dirección adecuada, en la dirección de la equidad y justicia social.

Muchas gracias.

Dr. Antônio Barros de Castro:

A inflação é tradicionalmente concebida como uma experiência excepcional, como um desvio da normalidade associado a um excesso de procura. Se é assim, combater a inflação é cortar esse excesso de demanda, o que implica esfriar a economia e reduzir a utilização de capacidade.

Em tais condições, obviamente, não tem sentido associar estabilização e crescimento. É um falso problema. A extirpação da inflação tem um preço a ser pago e o crescimento virá mais adiante, como preço pelo saneamento da economia.

O Brasil padece, há décadas, de uma inflação crônica e intensa, que submete todos os agentes econômicos a uma situação de altíssima instabilidade e vulnerabilidade. Nesse contexto, também há um excesso de demanda nominal, caso contrário os preços não subiriam. Mas além disso, é fundamental perceber que existe uma grande demanda reprimida. O regime de alta inflação impõe estratégia de sobrevivência, que se traduz em comportamentos cautelosos por parte dos agentes econômicos. Esses comportamentos mudarão totalmente no dia seguinte ao lançamento de um plano bem-sucedido.

Além disso, o crédito é, em geral, drasticamente reduzido na alta inflação, e o crédito ao consumo, em particular, praticamente desaparece. Contra esse pano de fundo singular, a estabilização faz aflorar uma autêntica onda de demanda. Com a dilatação dos mercados, aumenta a utilização da capacidade das empresas e praticamente todos ganham: é a euforia.

Qual a agenda do Governo diante dessa excepcionalíssima conjuntura? A resposta mais imediata compreende dois itens: há de administrar o reaquecimento buscando, em menor medida, atenuar os efeitos decorrentes da voracidade dos consumidores e, em particular, há de limitar a expansão do crédito. Para tanto, é de praxe tomar medidas na área dos juros e, muito provavelmente, aumentar a abertura da economia. Há também de aproveitar o contexto para buscar a consolidação das reformas de estruturas.

A grande questão que se abre nesse quadro refere-se ao comportamento das empresas. Inicialmente, claro, elas respondem aumentando a produção a partir da mesma

capacidade instalada. Começam, no entanto, a indagar-se sobre o futuro, e chocam-se aqui com uma verdadeira muralha de silêncio. Ignoram, antes de mais nada, o tamanho dos mercados quando passar a onda inicial de demanda; desconhecem a taxa de câmbio real que tenderá a prevalecer. Pouco sabem sobre as condições de obtenção de financiamento no novo contexto. Tampouco sabem as empresas se o grau de abertura atingido irá permanecer, se será atenuado ou radicalizado em função de dificuldades. Finalmente, também carecem de informações sobre o que esperar para os próximos anos, no tocante a investimentos em infra-estrutura, educação e treinamento de mão-de-obra, tudo aquilo que define a chamada "competitividade sistêmica".

Diante de tais condições, podem as empresas optar por uma estratégia alta. Isso significa apostar no país, partir para a realização de investimentos e reespecializar-se numa atitude ofensiva. Podem, no entanto, adotar uma estratégia baixa, de acomodação, redução do valor agregado doméstico, intensificação das importações de produtos acabados e das atividades comerciais.

Na presente experiência brasileira, a do Plano Real, o Governo não tem tomado posições que auxiliem as empresas a terem uma imagem minimamente definida do futuro. Isso posto, e dadas a opacidade do quadro e as facilidades amplíssimas das importações, é possível afirmar que o Governo está, na prática, empurrando as empresas em direção a estratégias que poderíamos denominar de "mercantil-conservadoras".

O grave aqui é que isso é um sinal inicial. As empresas, como vimos ontem, enfatizado por Colin, por Castells e vários outros, são muito gregárias, são hoje muito entrelaçadas. Esse sinal é muito importante; esse primeiro sinal pode desencadear reações de graves conseqüências.

Uma posição alternativa poderia ser assim sumariada: 1) o Governo trataria de anunciar a sua visão de longo prazo, especificando o que pretende alcançar e o que deseja impedir; 2) estabeleceria limites de tolerância para variação cambial, na linha que Roberto Frenkel analisou aqui, propôs aqui, e para a própria abertura da economia; 3) anunciaria seus projetos prioritários, no que se refere à infra-estrutura, bem como metas referentes a políticas de educação e treinamento de mão-de-obra.

Para descer momentaneamente a considerações mais concretas, deixando um pouco o abstrato, eu vou focalizar, por um minuto, a indústria automobilística brasileira. Existem hoje, no Brasil, onze habitantes por um automóvel. Os dados equivalentes são 5,5 para a Argentina e 8,5 para o México. Tendo os três países renda *per capita* semelhante e muitas outras características em comum, é lícito supor que o Brasil tende a reduzir o seu coeficiente habitante por automóvel de onze para algo situado entre os números argentino e mexicano. Isso significa que faltam, como resultado da longa crise, cerca de 8 milhões de carros no mercado do Brasil. O estoque está literalmente desfalcado.

Para atender a essa demanda reprimida há duas soluções. Na estratégia alta, as montadoras aqui presentes, e mais as que eventualmente entrassem, teriam de implantar, pela tecnologia média de fábrica de hoje, de 6 a 8 novas fábricas. A última fábrica implantada, montadora, no Brasil, foi em 75, lá se vão todos estes anos. Os efeitos dessa ofensiva seriam enormes, nos planos do emprego, da reestruturação regional da economia e, por conseqüência e por derivação, da distribuição da renda. Evidentemente, haveria muito o que negociar entre Governo e outras esferas de Governo, Governo e montadoras, indústrias de autopeças e trabalhadores, se esse fosse o rumo tomado.

A solução mais cômoda e, ao que parece, especialmente atraente para algumas montadoras seria, contudo, distribuir cotas do mercado brasileiro entre a empresa matriz e outras filiais. O desconhecimento dos pontos aqui levantados revelam, no meu entender, três tipos de erro. Primeiro, uma imagem da empresa como átomo, a rigor como autômato do mercado, que maximiza instantaneamente as vantagens ali existentes, sugeridas pelos preços relativos. Segundo, o desconhecimento de que as empresas se organizam por redes e cadeias, como foi tão enfatizado ontem, cujas decisões são, em boa medida, interdependentes. Isso significa que, quando se parte numa direção, os primeiros estão fazendo profecias que têm uma alta chance de autocumprir-se. É justamente a existência

de interdependência e de uma massa crítica de ativos industriais, no Brasil, que permite, excepcionalmente, ao Governo brasileiro desencadear, via coordenação, reações em cadeia, numa estratégia maior, que poderia ser denominada de reafirmação industrial. Finalmente, significa também desconhecer que, para a economia e para a sociedade, é profundamente diferente produzir *potato chips* e *computer chips*.

Professor Félix Peña:

Se está concluyendo la primera etapa de la construcción del MERCOSUR. El 31 de diciembre se cierra la etapa de transición, y a partir de la unión aduanera se inicia la larga marcha hacia el pleno desarrollo del mercado común. En 1995 se inician además nuevas etapas gubernamentales en tres de los socios, Brasil, Uruguay y Argentina, en ese orden. Ha cambiado el cuadro económico mundial, y las condiciones son más favorables al crecimiento económico. Y finalmente, se inician importantes negociaciones entre el MERCOSUR y sus socios sudamericanos en la ALADI, especialmente Chile; entre el MERCOSUR y la Unión Europea, y a nivel hemisférico, para el desarrollo del concepto aún genérico de un espacio de libre comercio y para las inversiones.

El inicio de la nueva etapa del MERCOSUR es una buena oportunidad para clarificar el objetivo: qué es lo que se está tratando de lograr cuando nuestros países trabajan juntos? No se trata sólo de debatir en qué puede consistir una política industrial a escala del MERCOSUR. La pregunta de fondo es cómo lograr que el MERCOSUR permita crear un ámbito - un "habitat" - favorable a los esfuerzos nacionales de cada país miembro, para consolidar su democracia, lograr su transformación productiva superando la creciente obsolescencia tecnológica y los enormes déficits sociales, e insertarse competitivamente en la economía global. La tarea por delante implica lograr extrovertir al MERCOSUR y que su realidad penetre en la cultura empresaria, traducándose en cambios efectivos en las escalas y modalidades de organizar producción y comercialización, en el nuevo espacio económico pero proyectándose hacia los mercados globales.

Prudencia es una palabra que uno evoca al sugerir acciones a nivel del MERCOSUR. Pues es preciso reconocer que la realidad regional sigue aún siendo marginal para nuestras respectivas realidades económicas y políticas nacionales. Prudencia implica evitar aproximaciones maximalistas que pretendan recargar la agenda del MERCOSUR con aspiraciones ilimitadas.

Lo que se ha logrado avanzar en el MERCOSUR es notable si se toman en cuenta las realidades sobre las que ha sido preciso trabajar. En efecto, cuando se comenzó había muy poca experiencia previa sobre cómo trabajar juntos construyendo una unión aduanera, a pesar de años de experiencias en la ALALC, luego en la ALADI y finalmente en el Programa bilateral de integración entre la Argentina y el Brasil. El grado de interdependencia económica era bajo, a diferencia de lo que ocurría cuando se comenzó la construcción europea. Y estos cuatro años estuvieron marcados por una alta inestabilidad macroeconómica, especialmente en la principal economía del área, y por una economía internacional no favorable al crecimiento económico de nuestros países.

Tres realidades surgen de la primera etapa del MERCOSUR, que pueden ser útiles en los próximos años para encarar conjuntamente la transformación productiva de nuestros países. La primera es que en su mayor parte los empresarios trabajan hoy con una expectativa razonable de tener un acceso irrestricto al mercado de los otros socios, y eso los lleva crecientemente a plantear sus estrategias de reconversión productiva y expansión, en función del mercado ampliado que se les ha prometido. La segunda es que ha aumentado significativamente el número de alianzas estratégicas e inversiones cruzadas entre empresas de los cuatro países. Y la tercera es que existe ya un embrión de disciplina económica y comercial colectiva, que se plasma fundamentalmente en el arancel externo común y en la necesidad de encarar en común las negociaciones comerciales externas, pero que crecientemente deberá ir extendiéndose al campo monetario y cambiario, y a las políticas sectoriales.

Las posibilidades inmediatas son inmensas gracias a las realidades que se han ido construyendo en la primera etapa del MERCOSUR. Estas posibilidades se acrecientan por el cuadro de mayor estabilidad macroeconómica que se ha logrado en el área y por las expectativas de estabilidad y crecimiento que existen con respecto al Brasil, en primer por su dimensión y también en el caso de la Argentina. Para explotar estas posibilidades se requiere concentrarse en algunos frentes de acción. En primer lugar, profundizar la disciplina económica colectiva y para ello se requiere avanzar también en materia de un marco institucional eficaz para la concertación de políticas económicas y sectoriales de cada país miembro. En segundo lugar preservar las posibilidades de ganancia mutua de todos los socios en la experiencia de integración. La integración sólo puede sustentarse en el tiempo si es percibida por los socios como un *"win win situation"*. En tercer lugar, lograr una efectiva nivelación del campo de juego, frente a las naturales tendencias a introducir a través de políticas gubernamentales y prácticas empresarias, distorsiones artificiales de las condiciones de competencia económica. En cuarto lugar, lograr que las reglas de juego comunes que se pacten penetren en la realidad, es decir que logren efectividad. Sólo así podrán ser percibidas por los operadores económicos como señales orientadoras de decisiones de inversión. Y en quinto lugar, profundizar la integración sectorial, utilizando al máximo el instrumento de los acuerdos sectoriales, los incentivos compatibles con los compromisos asumidos en el GATT y el financiamiento de pre-inversión y de reconversión industrial, campo éste en el que el Banco Interamericano de Desarrollo puede y debe desempeñar un papel central.

Professor Colin Bradford:

Muchas gracias.

Voy a plantear cinco ideas que son más o menos relacionadas. La primera tiene que ver con el hecho de que yo creo que en los años 80 especialmente tuvimos dos grandes debates intelectuales en el mundo sobre la política económica. Uno tiene que ver, como bien había planteado Roberto Frenkel, con el debate sobre cómo habían llegado al crecimiento tan dinámico los países del Este Asiático. Y el segundo debate tiene que ver con los diez *Commandments*, hecho por nuestro amigo John Williamson, del famoso *Washington Consensus*. De hecho, yo creo que tuvimos un colapso de estos dos debates en uno. Yo creo que se puede decir hoy día que realmente hay un nuevo consenso que dice que los fundamentos del *Washington Consensus* no son sólo necesarios, sino esenciales, pero todavía no son suficientes. Yo creo que eso es un consenso real y que mientras hay polémicas sobre este asunto que sigue, incluso dentro del Brasil, tengo entendido, pero no hay debate realmente entre la gente. Perdón, hago esta distinción.

Segundo punto tiene que ver con el hecho que Roberto Frenkel había señalado un buen punto al enfocar, en su análisis el tipo de cambio real. Yo quisiera simplemente aprovechar otros planteamientos que había hecho para enfocar la tensión de la política económica sobre el tipo de cambio real efectivo - *the real effect of the exchange*, que tiene que ver con todo, tomando en cuenta todas las variables económicas que afectan la balanza de incentivos para producir bienes *tradables* en relación con bienes *non tradables*.

Sean los incentivos entre bienes que pueden ser exportados y bienes puramente domésticos. Esto implica un deber la tasa de cambio real en relación con la tasa de interés, el precio del trabajo, la calidad de la fuerza de trabajo, la infraestructura física del país, la política comercial, la calidad de la relación entre el sector público y privado entre otras cosas; o sea, todas las cosas que tienen que ver con la relación real de la producción *tradable* y *non tradable*, los incentivos dentro del sistema - esto es el segundo punto. Y eso nos lleva a un tercero punto que es realmente la lección, yo creo, de los casos asiáticos que es de enfocar el dinámico interno de un país que nos lleva a la competitividad internacional y un crecimiento económico.

Eso es un enfoque mucho más apropiado para Brasil, dado su tamaño, porque es un enfoque interno hacia fuera, que es mucho más poderoso que un enfoque de liberalización externa pura, hacia dentro. Brasil no es Cingapura, yo creo que todos los brasileños saben

esto y yo creo que este enfoque interno hacia fuera es justamente un enfoque brasileño. El cuarto punto tiene que ver con lo que había dicho Roberto Frenkel, de enfocar en cómo hacer una transición de estabilización al crecimiento económico.

Yo creo que realmente el trabajo de la política económica es de cómo hacer medidas efectivas para lograr la estabilización simultáneamente en el tiempo con medidas políticas fuertes para lograr el crecimiento económico que no se puede, digamos, hablar de secuencias sino de la simultaneidad, y eso me lleva al punto final que es que no se puede compartimentalizar la política económica en partes y yo creo que lo que es necesario - yo tengo entendido que el nuevo gobierno ya tiene grupos de trabajo transministeriales, transectoriales, que es de ver las políticas conjunto y eso es precisamente el trabajo de *Politics* y de políticos.

Quiero terminar seguramente diciendo que yo sé que todos nosotros apreciamos la maravillosa capacidad que tiene Enrique Iglesias de resumir conferencias, pero yo quiero plantear, porque no es la primera vez que yo he visto esto, que tiene una capacidad única en el mundo de resumir conferencias en que él no había participado.

Dr. Paulo Renato Souza:

Muito obrigado por esta oportunidade de expressar algumas reflexões sobre a questão da estabilização, políticas de crescimento e política industrial.

Na verdade, falar depois de tantas intervenções extremamente oportunas, brilhantes e recheadas de experiência, é realmente difícil. Eu vou tentar recolocar alguns dos pontos que já foram mencionados pelos que me antecederam, buscando um novo corte analítico, digamos.

Na verdade, quando nós falamos de política de estabilização, estamos obviamente nos referindo a políticas que têm efeito no curto prazo. E se olhamos quais são os instrumentos para a política de estabilização, com efeitos no curto prazo, identificamos, pelo menos, quatro instrumentos principais: a política cambial; a política fiscal em geral, necessária para produzir um superávit primário que permita pagar o serviço da dívida; a política de juros, que tem a ver com o controle da demanda; e, em certa medida também, a política tarifária, no que diz respeito ao incentivo às importações, para suprir programas de curto prazo.

A preocupação no curto prazo, portanto, leva a uma busca do equilíbrio nos preços e no câmbio, o que nesta conjuntura dos anos 90 tem conduzido a uma instabilidade no mercado de capital, maior do que em qualquer outro período, dada a grande abundância de capital no mundo e às taxas de juros internacionais reduzidas.

O que é preciso levar em conta é que, muitas vezes, decisões de curto prazo acabam tendo conseqüências no longo prazo e, portanto, conseqüências estruturais. Se nós olharmos a política industrial, que se trata obviamente de uma política de médio e longo prazo, e se analisamos o passado da política industrial, nas duas ou três últimas décadas, no período de industrialização via substituição de importações, vemos que, curiosamente, os instrumentos principais da política industrial de longo prazo foram exatamente os quatro instrumentos que eu mencionei, que são importantes para a política de curto prazo, para a política de estabilização.

Usou-se principalmente o câmbio, com desvalorizações para estimular exportações e frear importações; colocaram-se barreiras praticamente intransponíveis, do ponto de vista de reservas de mercado e de barreiras alfandegárias. Usou-se o instrumento fiscal, com incentivos, como um instrumento da política de industrialização e usou-se a política de juros com um programa de incentivos e subsídios ao crédito. Esses quatro instrumentos, portanto, foram utilizados com o sentido de oferecer uma proteção, a qualquer preço, para que a industrialização ocorresse. Talvez essa confusão de instrumentos de curto e de longo prazos tenha exacerbado um pouco, hoje, as contradições, ou as supostas contradições, entre a política de estabilização e a política industrial.

Na verdade, se nós pensamos em termos abstratos, a política industrial não deve nem pode restringir-se a esses quatro instrumentos principais. Os países que tiveram um rápido crescimento industrial nas últimas décadas usaram outros instrumentos, como a política tecnológica, os acordos parciais por indústria, alguns incentivos creditícios e fiscais limitados - não generalizados - e redução nos custos da cadeia de produção, especialmente no que diz respeito a transporte, comercialização, estrutura tributária e formação de mão-de-obra. A grande diferença, além dessa, foi a orientação geral da política industrial nesses países de industrialização recente, estimulando a exportação e a competitividade, evitando a proteção e o isolamento. Eu acho que a reconciliação entre política de estabilização e política industrial pode ser alcançada, mas vai exigir compromissos de parte a parte. Se tomamos aquelas quatro variáveis estratégicas para política de estabilização, e que têm importância, obviamente, também na política industrial de médio prazo, podemos destacar algumas em que o raio de manobra, para política de curto prazo, pode ser maior, outras em que é mais restrito, e algumas em que até a direção do processo, tendo em conta o curto prazo e o longo prazo, pode ser semelhante. Se olharmos o câmbio, indagamos: o que a política industrial exige para a política de câmbio? Exige estabilidade, uma certa estabilidade, na taxa de câmbio real. Não é necessária uma taxa de câmbio real fixa, no longo prazo, nem sequer se pode dizer que exista apenas uma taxa de câmbio real de equilíbrio, no longo prazo.

Pode haver, de fato, uma banda, e que, se essa taxa for mais alta ou mais baixa, vai permitir a sobrevivência de mais ou menos ramos industriais. Mas o importante é que exista claramente uma política de longo prazo na taxa de câmbio real. E essa taxa de câmbio pode variar com o tempo; por exemplo, pode haver uma apreciação da taxa de câmbio, ao longo do tempo, se essa apreciação estiver vinculada a ganhos de produtividade internos importantes. Nós podemos tomar a experiência do Japão ou dos demais países asiáticos, onde houve uma apreciação extremamente importante. Lembremos que o iene era cotado a 350, nos anos 50, e hoje está a menos de 100 por dólar. Essa apreciação, no entanto, deu-se ao longo do tempo, em função dos próprios ganhos de produtividade.

Por que uma política estável de taxa de câmbio real de longo prazo é importante? É importante justamente por aquilo que o Roberto Frenkel mencionava em relação aos efeitos do câmbio sobre a capacidade produtiva, que são permanentes, tendem a ser permanentes, e sobre as cadeias de comercialização no exterior, que também são dificilmente remontáveis. É claro que dentro de uma taxa real mais ou menos estável, no longo prazo, pode haver variações de curto prazo em função dos ajustes da política econômica, mas o que não pode haver são flutuações muito bruscas, no curto prazo.

Por outro lado, na situação fiscal, eu vejo que há uma convergência de objetivos entre a política de curto prazo e a de longo prazo. Estou totalmente de acordo com o que o Alejandro Foxley colocava em relação à questão fiscal, ou seja, acho que é preciso um superávit primário maior do que o simplesmente necessário para pagar o serviço da dívida. Por que é preciso? É preciso criar o espaço e aumentar o raio de manobra do Governo, para exercer a política industrial. Então, o Governo precisa ter uma reserva fiscal que lhe permita atuar pontualmente, tendo mais liberdade em relação à taxa de juros; o Governo precisa liberar-se da questão do curto prazo e da captação de recursos para cobrir os seus eventuais problemas de curto prazo. É preciso que o Governo tenha uma política de incentivos fiscais parciais e localizados, pontuais, e, para isso, precisa de recursos também na área de crédito. E, eu diria, é preciso que o Governo tenha realmente um fundo de equalização de taxas de juros para garantir uma taxa de juros de longo prazo compatível com o investimento. Para tudo isso é importante contar com recursos fiscais e um superávit primário maior do que o simplesmente necessário para a estabilização.

Na questão dos juros, novamente se estabelece algum *trade off* entre estabilização e política de longo prazo. Mas, ao contrário do câmbio, as conseqüências de uma elevação dos juros, por exemplo, podem não ser permanentes na economia, uma vez que ela não destrói capacidade produtiva. Ela apenas inibe investimento, corrige variações na demanda, mas não destrói investimento, não tendo, pois, um efeito permanente tão importante.

Portanto, o raio de manobra da política de curto prazo em relação à política de longo prazo é maior. Na questão das tarifas, eu diria, há, da mesma forma que no câmbio, a necessidade de uma política mais ou menos estável no longo prazo, permitindo que a política industrial faça ajustes pequenos em função de objetivos setoriais. A partir desse acordo básico, nas quatro variáveis, entre a política de curto prazo e a de médio prazo, nós podemos desenhar uma política industrial. A partir desse acordo básico, há um espaço muito grande para a política industrial.

Eu diria que é preciso uma política comercial agressiva, tanto uma política ofensiva, no sentido de estimular exportações, como uma política defensiva, no sentido de estabelecer mecanismos *antidumping*, salvaguardas, etc. Em segundo lugar, estabelecer alguns mecanismos de estímulo e coordenação de investimentos estratégicos, do ponto de vista da infra-estrutura, que devem contar com crescentes recursos privados no seu financiamento e, portanto, necessitam da parte do Governo mais que de um mecanismo de investimento, um mecanismo de coordenação dos investimentos.

Em terceiro lugar, há todo um conjunto de questões e medidas tendentes à redução dos custos de produção, que envolve toda a cadeia de produção, e no caso brasileiro, envolve questões fiscais, questões previdenciárias, questões trabalhistas, como ações do Governo para reduzir os custos de transportes e ações para melhorar o sistema de comunicações.

Em quarto lugar, eu diria, uma política tarifária seletiva, a partir da política básica estabelecida de comum acordo com a necessidade da estabilização. Em quinto lugar, acordos parciais por indústria, onde se podem alcançar objetivos, fixar metas e objetivos concretos em termos de exportações, de produção, de emprego, de investimentos, etc. E, em sexto lugar, uma política tecnológica setorialmente orientada mediante acordos, mediante estímulos que envolvam não só incentivos pontuais mas também a formação de recursos humanos, a formação de mão-de-obra para suprir as necessidades de desenvolvimento desses setores industriais.

Professor Winston Fritsch:

Muito obrigado.

Eu nunca participei de um debate sobre política industrial e crescimento no Brasil em que se falasse tanto da importância do equilíbrio fiscal. Esse era um tema completamente ausente de debates sobre esse assunto até bem pouco tempo, e é interessante começar perguntando por quê essa ênfase posta hoje no equilíbrio fiscal. A resposta, me parece, é que nós aprendemos, como disse Roberto Frenkel, em sua intervenção inicial, que a grande lição dos países bem-sucedidos, na rota do desenvolvimento, nos últimos 10, 15 anos, é a de que a estabilidade macroeconômica é condição necessária para o crescimento. Sem isso, sem estabilidade, não há política industrial, não há política estrutural alguma, simplesmente porque essas políticas dependem de previsibilidade. Sem previsibilidade não há investimento, que é o fator básico que as políticas de mudança estrutural querem induzir. E o equilíbrio fiscal é a âncora da estabilidade macroeconômica.

Mas por que isso, que é quase um truísmo, foi esquecido doravante tanto tempo? Eu acho que essa verdade simples foi esquecida, em grande parte, pela ênfase posta pelos neoliberais, que criaram este paradigma novo de política industrial nos anos 80, na política comercial liberal como fator fundamental da política de desenvolvimento. Esse reducionismo é fruto de uma radicalização, no clima dos anos 80, de teses antigas que foram defendidas num contexto adequado em trabalhos clássicos, como o de Little, Scitowsky e Scott, patrocinado pela OCEC nos anos 60, onde o abandono de política comercial protecionista era elemento importante mas não a base da política de desenvolvimento. Nos anos 80, a política comercial foi erigida política central das estratégias de desenvolvimento, especialmente nos trabalhos patrocinados pelo Banco Mundial. Como todo reducionismo, isto é uma simplificação grosseiríssima. Da mesma forma que o rabo não balança o cachorro, a

política comercial não é fator fundamental do desenvolvimento, especialmente em economias muito grandes. A política comercial, por si só, liberal ou não liberal, não propulsiona o desenvolvimento. O erro do paradigma neoliberal de política industrial nos anos 80 é basicamente fruto desse reducionismo.

Mas eu também não gostaria de jogar fora a criança com a água do banho. A liberalização comercial, no caso do Brasil, foi e é - porque ela é uma realidade a ser consolidada nos acordos do GATT e do MERCOSUL - crucial para o crescimento obtido até agora e para a consolidação do crescimento por duas razões. Em primeiro lugar, porque ela tem efeitos pró-competitivos, com fantásticas conseqüências que já se fazem sentir no Brasil. Quem compara a mentalidade do empresário brasileiro de hoje com a de cinco anos atrás, nota que a pressão competitiva, gerada pelo novo paradigma de política comercial mudou a forma como os empresários pensam os fatores fundamentais de competitividade e traçam as suas estratégias. Por outro lado, a política comercial mais liberal é fundamental porque evita estripulias macroeconômicas. O problema histórico da América Latina, onde o Brasil, obviamente, não é exceção, consistiu, especialmente desde Juscelino, em usar políticas comerciais protecionistas para esconder a indisciplina fiscal. E isto foi verdade em regimes de direita ou de esquerda. O déficit fiscal, o excesso de demanda não gerava problema de balanço de pagamentos, mas gerava a gaveta da CACEX. É claro que esse tipo de política mais liberal ao abolir a gaveta da CACEX coloca um freio importantíssimo à indisciplina fiscal; por isso, nós devemos consolidar a liberalização, consolidando o MERCOSUL, como bem lembrou o Félix Peña. Esse é um objetivo crucial, é uma âncora do crescimento brasileiro.

Bem, e a política industrial? Essa opção pela abertura, esse novo paradigma de relação da nossa indústria com o mundo deve dar lugar também a um novo estilo de política industrial. Quais os princípios, instrumentos, desse novo estilo de política industrial? Os princípios gerais já vêm, de fato, sendo definidos pela evolução recente da política industrial brasileira, que tem se orientado no sentido de eliminar um enorme número de incentivos discriminatórios, concedidos de forma muitas vezes totalmente arbitrária por organismos governamentais, em favor de um sistema de incentivos que tenha basicamente quatro máximas: (i) que sejam previsíveis, e aqui a estabilidade tributária é absolutamente essencial; (ii) que sejam auto-aplicáveis, sem decisões discricionárias tomadas no escurinho dos gabinetes; (iii) que sejam coerentes com as diretrizes estratégicas de política macroeconômica do Governo e, portanto, não envolvam grande renúncia fiscal, e (iv) que sejam subordinadas aos compromissos internacionais do Governo. Esses são quatro princípios básicos que devem ser respeitados em qualquer nova política industrial no Brasil.

Quanto aos mecanismos de intervenção, existem duas linhas a serem seguidas. Primeiro, é necessária grande ênfase em incentivos horizontais, não setoriais, para reduzir o chamado "custo Brasil", quer dizer, ineficiências sistêmicas geradas seja por políticas públicas equivocadas, seja pela grande erosão da nossa infra-estrutura produtiva nos últimos anos. Retomar os investimentos em educação, treinamento de mão-de-obra e infra-estrutura, o apoio à pequena e média empresa, maior eficiência dos portos. É claro que isto deve ser complementado por mecanismos de intervenção seletiva, pois a política industrial é, por definição, política setorial ela é feita para afetar a composição setorial do investimento. A política macroeconômica afeta o nível geral do investimento e se o público não está contente com o que o mercado está entregando, em termos de composição setorial do investimento, o Governo vai lá, bota a mão e altera. Esta é a única justificativa para a existência de política industrial.

É óbvio que essa intervenção seletiva requer atenção aos princípios gerais que listei. Entretanto, fazer qualquer generalização a respeito das formas concretas de intervenção é tarefa ingrata. Eu não vou discorrer aqui sobre as minhas preferências subjetivas, sobre quais são os setores estratégicos da economia; na verdade, isso é uma questão de arte, é mais uma análise caso a caso, no âmbito das poucas grandes cadeias industriais

estratégicas. Mas eu não me desesperaria como parece ocorrer com o Professor Castro, com o futuro da indústria brasileira, especialmente das montadoras de automóveis. A produção da indústria automobilística cresceu, nos últimos 3 anos, de 900 mil veículos para 1 milhão 450 mil veículos, em um ambiente aberto onde a produção caiu de infinita, no regime de importações proibidas, a uma tarifa de 20%. Acho que é só uma questão de acreditar no crescimento do mercado interno e em uma política cambial correta. Acabou o falso dilema entre mercado interno e mercado externo, induziu-se a uma estratégia de especialização, que os empresários brasileiros já conhecem bem.

Apesar de todas essas evidências ainda há protecionistas que afirmam que política comercial aberta e incentivos predominantemente horizontais é exótico, fruto da cabeça de uma meia dúzia de acadêmicos. De fato, isto até poderia ser visto dessa forma, se não estivesse de acordo com o que pensa a própria indústria brasileira. A Confederação Nacional da Indústria acaba de produzir um documento intitulado "Rumo ao Crescimento. A Visão da Indústria", onde estão recomendados os objetivos e os princípios que listei há pouco. Ou seja, a indústria está preparada para ser sócia nesse modelo aberto e competitivo. Ao contrário de 5 anos atrás, quando isso fazia com que o estigma de neoliberal fosse aplicado ao proponente desse tipo de política, hoje em dia é a indústria quem propõe esse tipo de caminho. Esse avanço é algo importantíssimo e uma oportunidade que o novo Governo tem de empalmar, para consolidar uma política industrial sustentável. No regime democrático, só é possível implementar política industrial se o Governo agir em parceria com quem vai arriscar seus recursos.

Finalmente, eu gostaria de voltar ao ponto central feito no início de minha intervenção sobre a importância crucial do equilíbrio fiscal, da obtenção de um superávit operacional. Gostaria de enfatizar que esse superávit deve basear-se num aumento da conta corrente do Governo. De fato, a geração de um superávit operacional pode ser feita de várias maneiras; reduzindo os juros drasticamente, por exemplo, como já fizemos, em 1990/91, quando paramos de pagar juros. Mas isso não é sustentável. Para sê-lo, esse superávit tem de ser gerado aumentando a diferença entre receitas e despesas correntes do Governo, aumentando a poupança do setor público, que foi o que derreteu ao longo dos anos de crise. Isto é fundamental para restaurar o investimento público.

Por que é importante a geração desse superávit fiscal com essa qualidade, isto é, por que é necessário gerar-se um superávit fiscal pelo aumento da conta corrente do Governo? Primeiro, porque só assim se consegue recuperar, sem grande crescimento da dívida pública, o investimento público que, como já foi dito aqui por vários participantes, é crucial para a competitividade e para a sustentação do crescimento.

Em segundo lugar, porque a posição fiscal tem uma relação fundamental, com a capacidade que o Banco Central tem de manejar a taxa de câmbio, que é um elemento absolutamente crucial da competitividade da indústria. Não adianta montar um belíssimo sistema de incentivos à indústria, se a taxa de câmbio aprecia muito além do que é razoável, dada a capacidade de ajuste competitivo, a curto prazo, da indústria. Quer dizer, nós queremos voltar a captar recursos do mercado internacional na ordem de 2 a 2,5% do PIB. Isso vai exigir algum tipo de apreciação. A longo prazo, vamos ter de derreter o superávit comercial enorme gerado na época do sufoco dos anos 80. Mas a velocidade de apreciação do câmbio, a magnitude e a velocidade são fatores importantes que têm de ser controlados, têm limites. Há o perigo de um *overshot*, quer dizer, passar além da conta no processo de apreciação cambial. Isto é virtuoso, do ponto de vista da estabilização a curto prazo, mas não podemos submeter a indústria a uma pressão competitiva insuportável, repetir os erros dos experimentos argentinos e chilenos dos anos 70, e quando chegarmos à taxa de equilíbrio, olhamos para trás e parte da indústria, que seria competitiva a essa nova taxa, já não existe mais.

Para fazer isso, para evitar esse perigo, para restabelecer o controle do Banco Central sobre a taxa de câmbio, é necessário ter um superávit fiscal que permita contrarrestar o impacto monetário duma eventualmente necessária intervenção do Banco Central no

mercado cambial para evitar a excessiva depreciação cambial. Como ponte para esse equilíbrio mais sustentado, não tenho nenhum escrúpulo em utilizar a privatização para fazer caixa. Acho que nós vamos ter de usar isso nas grandes privatizações que devem ocorrer no próximo Governo, porque um ajuste fiscal, na magnitude necessária, para gerar esse tipo de prevenção contra o *overshot* na taxa de câmbio, a curto prazo, mesmo com um possível aumento de receita e redução da folha salarial do setor público como proporção do PIB que nós podemos ter no ano que vem, não é provável.

Em suma, Senhor Presidente, e pedindo desculpas por talvez me ter alongado além do que seria razoável, há um ponto que V. Exa. Não se deve descuidar: a consolidação do Plano Real e o relançamento estável do crescimento dependem crucialmente da consolidação do equilíbrio fiscal operacional, baseado no crescimento do saldo em conta corrente do setor público, do aumento da poupança do governo. Isso é importante também para relançar o investimento público e ganhar maior controle sobre a política de taxa de câmbio, evitando pressões competitivas excessivas sobre a indústria nacional. Pouco mais do que isso é necessário como política industrial. Não é recomendável voltar-se às políticas ativas de forte discriminação setorial. A indústria, como mostra o documento da CNI, está madura para aprovar o novo paradigma de política industrial, que se baseia no compromisso com a abertura e em políticas públicas voltadas para a competitividade.

Muito obrigado.

Dr. Enrique Iglesias:

Deseo, em primer lugar, agradecer la invitación que se me hiciera a participar y compartir con Ustedes esta mesa. Lamento mucho haber llegado tarde al debate, lo que me exige de hacer el resumen del mismo.

Al cabo de un viaje de 24 horas, me parece oportuno parafrasear un pensamiento de García Márquez, cuando él señalaba que uno de los grandes problemas de las comunicaciones modernas es que, en estos viajes tan largos, el cuerpo llega hoy y el alma mañana. Así es que ahora soy puro cuerpo.

Tengo el propósito de exponer ante ustedes algunas reflexiones, basadas en mi experiencia de unos cuantos años en estas lides, especialmente en la posición que ocupó en el Banco, que me permite mirar la región en su perspectiva de conjunto. Me temo no poder agregar nada a lo que Ustedes ya saben.

Lo primero es declarar ante Ustedes que me siento muy impresionado por la profundidad y extensión de lo que llamaría la revolución que ha habido en América Latina en los años recientes. Lo digo, quizá, como un testigo tan viejo como Fernando Henrique. En verdad los cambios son tantos, que constituyen una revolución. Observamos una transformación de la gente, en los liderazgos políticos, y en la opinión pública, como lo hemos observado en la evolución de las democracias en los últimos años.

La "década perdida" nos dio lecciones dramáticas, particularmente con relación a dos fenómenos que impactaron mucho a la región: la hiperinflación, que significó un verdadero trauma y las opciones relativas a la deuda externa. Observamos por largos años las experiencias asiáticas, que nos parecían casos más bien exóticos y, con cierta desconfianza las consideramos como "otra cultura". Pero surgió Chile, como una nueva experiencia exitosa de la región.

Ese tipo de experiencias impactó mucho a la opinión pública en todas partes, y creo que estamos hoy, por primera vez, después de muchísimos años, seguramente desde los años treinta, frente a una región que se está moviendo como un convoy, con ciertos objetivos comunes. Todo el mundo quiere recuperar la estabilidad, como una especie de defensa que va más allá de los partidos y de los gobiernos.

La defensa de la estabilidad se ha incorporado a la acción pública de América Latina alcanzándose ya grandes dividendos.

La modernización de la economía es el otro gran objetivo. Lo estamos tratando de lograr en distintas formas. Todo el mundo aspira a aumentar la productividad, para poder

competir mejor en el contexto de la apertura externa que el mundo moderno nos impone como condición para crecer.

Y estamos haciendo la reforma social. En los últimos años hemos visto una renovada sensibilidad de la opinión pública frente al problema social, con una nueva voluntad de acción, un nuevo activismo público, que no habíamos visto nunca, a la vez que con una gran y creciente impaciencia, que es una consecuencia de la propia apertura.

Es decir, la liberalización a que nos expuso el cambio económico y el cambio político, está generando un activismo social sin precedente. Es un hecho histórico muy positivo. Estas son experiencias relativamente comunes, que se mueven con cartas de navegación similares, aunque con distintos ritmos y fuerzas.

El equilibrio fiscal, que ha sido un objetivo tan valorizado - y Fritsch lo mencionaba antes del receso - y considerado como un elemento central, ha descansado en una verdadera revolución tributaria, que ha sido uno de los grandes cambios de los últimos tiempos. El logro del equilibrio fiscal se ha buscado a cualquier costo. Lo importante ahora es que se hizo.

La autonomía de los bancos centrales me parece que es otro de los elementos de las reformas que ha sido muy importante en América Latina. También en eso hay que ir muchos años atrás para encontrarse con una sensibilidad semejante frente a la conducción monetaria.

La liberalización de los mercados y la apertura externa también son aspectos que nos obligan a retroceder cincuenta o sesenta años para apreciar adecuadamente su valor.

Estamos entrando en el campo de la reforma del Estado, donde se aprecian múltiples matices o diferencias. No obstante las discrepancias en cuanto a la profundidad de estos cambios, todo el mundo comprende que en el Estado hay un problema, que resolver.

Hace unos días, Alain Touraine, con esa estupenda capacidad de síntesis que tiene, dijo que lo más importante es que habíamos recuperado la autonomía de la política económica, a partir de múltiples elementos que interfirieron su manejo en años pasados: los populismos, los nacionalismos, o simplemente la mala administración. Todo eso indica que la política económica comienza a tener otro estatuto en el debate latinoamericano.

Todo eso es lo que considero cambios revolucionarios en la experiencia regional. ¿Se han logrado resultados? La respuesta es afirmativa. Hemos logrado grandes ganancias en materia de estabilidad. Brasil es el último caso conspicuo en ese sentido. Pero el crecimiento es de sólo un 3 por ciento anual, o sea la mitad de lo que crecimos en la década de los sesenta y los setenta. Hay excepciones. Algunos países están muy por encima de esto, mostrando un crecimiento muy vigoroso. Chile, nuevamente, es un buen ejemplo. Pero, en general, nos da la impresión de que estamos llegando a una suerte de semiestancamiento, y que todavía no estamos en condiciones de dar el gran salto adelante. Hay un tema, ahí, que tenemos que tener en cuenta para nuestra reflexión; algunos países, sí lo han hecho, pero son pocos.

Entonces nos hacemos la pregunta si acaso ese salto es posible, si este desarrollo es sustentable. Debemos ser muy honestos al responder y tratar de identificar los puntos débiles, que son luces rojas o amarillas en los cuales hay poner el acento. Eso es lo que en el Banco vemos en este momento.

Lo primero que cabe observar es que el crecimiento de los últimos años es, en buena medida, una recuperación de los niveles de actividad económica del pasado, permitida por los ingresos de capitales recibidos gracias a la recuperación de la confianza en la América Latina. Si bien este es un hecho muy importante, pone a la vez de manifiesto la gran debilidad intrínseca de las economías de América Latina. Se ahorra muy poco y también se invierte muy poco. Esos son hechos absolutamente simples y objetivamente claros. El ahorro está creciendo lentamente, y otro tanto ocurre con la inversión, por lo que el crecimiento económico simplemente no tiene las características necesarias de sustentabilidad.

Ello nos plantea algunos de los grandes dilemas, o dolores de cabeza, de los que se habló aquí esta mañana, cual es que las teorías son muy fáciles, pero cuando pasamos a la práctica, en que los gobiernos responden a la opinión pública y se sienten las fatigas del

ajuste, las cosas ya no son tan fáciles. Enfrentamos los problemas relacionados con las fatigas del ajuste, del activismo de la democracia y la impaciencia.

En las condiciones actuales de la reactivación económica de América Latina, observamos tres grandes dilemas que se han discutido aquí en la mañana de hoy. Uno es la apreciación del tipo de cambio real, como un fenómeno relativamente generalizado, vinculado a la política de anclaje de la inflación a un tipo de cambio nominal, en el contexto de fuertes ingresos de capital. En teoría tenemos soluciones, pero en la práctica son bastante complicadas. Chile y Colombia la están administrando, a su manera. Pero, en general, es un problema que debemos abordar y que condiciona la movilización de la capacidad productiva de la región.

Otro dilema se plantea con relación a la tasa de interés, donde confluyen políticas económicas que generan trampas difíciles de resolver. En este ámbito, una de las cosas más urgentes consiste en la reforma del sector financiero. Este es uno de los sectores que menos ha cambiado, que concentra las mayores imperfecciones, y que tiene una gran capacidad de proyectar enormes efectos desestabilizadores sobre el resto de la economía. En la América Latina de hoy, la reforma del sistema financiero es una necesidad urgente cuya implementación permitiría librarse de muchos dolores de cabeza, a la vez que contribuiría a la normalización de la tasa de interés.

El tercer tema - ya fue abordado por Frenkel - se relaciona con la complejidad y simultaneidad de las reformas impulsadas por el Consenso de Washington, del cual todos participamos en alguna medida. Quisimos hacer todo al mismo tiempo: bajar las tarifas, reducir las disparidades de precios y reducir la inflación. La apreciación del tipo de cambio real, las altas tasas de interés y los ritmos de las reformas son elementos que plantean una problemática para la cual no hay soluciones fáciles, pero que constituyen elementos de la realidad de este período de transición hacia una economía de crecimiento autosustentable.

¿Que hacer? He leído, con mucho interés, un estudio del Banco Mundial en que participó la vice-presidente del Banco, la señora Birdsall, donde se habla de las lecciones del modelo asiático: el milagro asiático. Lo primero que uno concluye es que no es un milagro, porque milagro es un efecto sin causa y en esa experiencia hay causas que explican lo que pasó. Lo mismo en el caso de Chile, tampoco es un milagro, hay causas que explican lo ocurrido. Pero lo que ese estudio sí destaca es el respecto por la estabilidad y por los mercados, así como el pragmatismo, sin ningún pudor, en la elección de los instrumentos de política económica. Son tres elementos que sobresalen claramente. En el estudio se destaca, asimismo, que esos países son activos promotores de la rentabilidad de las empresas, para mejorar la capacidad de ahorro e inversión, y de las exportaciones, incluyendo subsidios que a nosotros nos parecerían herejía en el día de hoy. En esos países se ha venido suministrando estímulo a los sectores industriales, y a las inversiones privadas. El estímulo de carácter financiero se ha proporcionado a través de las tasas de interés.

Una cosa realmente notable que surge es la magnífica asociación entre el Estado y la empresa privada. Sé que ese modelo no se puede aplicar de un día para otro, y que existen grandes diferencias de estructura. Singapur no es el Brasil. Todos estamos de acuerdo, pero hay que tomar en cuenta cuáles son las causas que explican ese "milagro".

Así, podemos llegar a algunas conclusiones. La primera conclusión es que tenemos claro cuáles serán las etapas que habrá que seguir de ahora en adelante. Estamos recién empezando el gran ajuste en América Latina. Algunos países tienen en esta tarea más años que otros, y las etapas que vendrán no serán fáciles. Ellas son etapas en que tenemos que cuidarnos mucho de los promedios.

Esto de los promedios es algo que confunde mucho en América Latina, sobre todo en materia social, cuando vemos que los contrastes se agudizan. Aquellas tendencias excluyentes, que siempre existieron en América Latina, se hacen hoy más patentes, especialmente en las ciudades, en el parque automotriz. Esto genera insatisfacción. Por eso es que afirmo que debemos tener cuidado con los promedios. Los promedios dicen mucho, pero hay que leerlos conjuntamente con las medidas de dispersión, para ver que junto a la vieja pobreza e iniquidad social, los contrastes se han agudizado.

Segundo, la reforma del Estado constituye un imperativo fundamental para constituir una economía y una sociedad moderna. Y no se trata sólo de cambiar y mejorar el poder ejecutivo, o el judicial sino también el parlamento. A este respecto, yo repetiría algo que Alejandro Foxley señaló alguna vez, de que la forma de hacer política es un factor muy importante, para enfrentar el cambio profundo que está teniendo lugar en el mundo en la región. Una forma de hacer política que involucra “la consecución de objetivos claros, una marcha en la dirección acordada, que responde al espíritu y sentido del país, que es generosa con el adversario y flexible para construir acuerdos...”, capaz de convocar la participación multipartidaria y de los sectores empresariales y laborales.

La cuestión social y la integración son dos capítulos fundamentales de la agenda de América Latina, cuyas perspectivas de progreso me hacen pensar con gran optimismo en el futuro de la región. En ese proceso de cambios está presente la necesidad de una gran reforma de la empresa productiva. Ustedes, los brasileños, han avanzado mucho en ese terreno, que les permite emprender una transición más rápida que en muchos países de América Latina.

En ese contexto, yo diría, que la respuesta a la preocupación central del Seminario, es clara: tiene que haber una política pública, que, tomando como referencia los resultados que han emergido de las experiencias exitosas en el mundo, defienda la estabilidad y las tendencias a largo plazo del mercado. Para lograrlo hay que tener un Estado sano, con excedentes fiscales y capacidad de realización directa y de concertación con el sector privado. En síntesis, se trata de tener, además de la mano invisible, varias manos visibles. Además de la justicia y de la equidad, se necesita la mano visible de la promoción inteligente de las industrias, un tema cuyo solo enunciado hasta hace poco nos ponía rojos, al considerársele en Washington poco menos que un anatema. Hay que tener política industrial, y ello no es algo contra el mercado, o el sistema de precios. Se trata de una política industrial que permita acompañar al desarrollo del sector productivo, en un mundo que es notoriamente imperfecto. Prescindir de ella sería como proponerle a la sociedad un modelo de asepsia, que no lo practica nadie. Se trata de hacer las cosas con sensatez.

Yo miro todo esto con gran optimismo, mi querido Presidente. Primero, porque hay un nuevo pragmatismo en América Latina. Este debate que tenemos hoy no lo hubiéramos podido tener hace diez años. Vivíamos todos con más limitaciones y dudas. No disponíamos de las lecciones que nos dejó la dolorosa experiencia de la década perdida, ni la de los éxitos de aquellos países que avanzaron a pesar de crisis de la deuda.

Además, estamos entrando en un período de recuperación de los precios internacionales de los productos básicos, y eso es importante. No debe olvidarse que en los últimos diez años hemos enfrentado precios muy deprimidos para nuestras exportaciones. Ahora nos está yendo un poco mejor y ello no deja de ser un elemento positivo.

Por otra parte, estamos redescubriéndonos internamente haciendo la integración con inteligencia, con sentido común y con un grado de audacia que yo nunca imaginé en mis largos años en América Latina. El MERCOSUR es un hecho impresionante, así como lo son otras experiencias en la misma línea.

La integración continental es otro elemento sobre el cual hay que meditar, a la vez que integrarlo a este avance de la cooperación regional. No podemos ignorar que lo que está pasando hoy en las relaciones con los Estados Unidos es un hecho histórico, porque ese país también nos ha redescubierto. Estados Unidos descubre una nueva relación con América Latina, y eso es un hecho positivo que hay que reforzar.

Por último, yo diría que este país tiene una oportunidad histórica y una gran capacidad de influencia sobre el resto de América Latina. Un Brasil vigoroso, moderno y activo es, sin duda alguna, un factor determinante de los destinos de la región. Un Brasil que se abre con esperanza, es realmente otra de las bases del optimismo con que miramos la región, con este sano pragmatismo que hemos aprendido después de tantos errores y después de tanto dolor en América Latina.

Gracias

DEBATES

Dr. Antônio Kandir:

Ouvimos muitas intervenções, todas elas extremamente interessantes. A maior parte delas, de uma forma ou de outra, tocou num preço-chave: a taxa de câmbio.

Como mostrou brilhantemente o Castells, vivemos num mundo em que os fluxos passaram a ser muito importantes. Com isso, a taxa de câmbio, que sempre foi um preço, por assim dizer, perigoso, passou a ser mais perigoso ainda. Por essa razão, penso que as alternativas com relação ao câmbio devem ser estudadas com muito cuidado.

De modo particular, tenho muita apreensão com relação a afirmações taxativas sobre as virtudes de um câmbio fixo. Não nego que elas existam, mas são virtudes apenas em determinadas circunstâncias econômicas, em determinadas circunstâncias históricas. Não podem, portanto, ser analisadas em abstrato.

O Brasil tem uma economia que, apesar da abertura é ainda bastante fechada. O nível de transações com o exterior é ainda pequeno. Quando se estabelece uma taxa de câmbio fixa numa economia fechada, só pode ocorrer uma de duas coisas: se a taxa é fixada erradamente, o desastre é imediato; se é fixada de modo adequado, há um ganho imediato de credibilidade, o otimismo aumenta e a economia se aquece de modo importante.

O aquecimento da economia verificado a partir da fixação do câmbio resultará em aumento dos preços dos bens *non-tradables*, isto é, os bens que não são transacionados com o exterior. Em decorrência, irá verificar-se inflação na moeda local, tanto maior quanto menor o grau de abertura da economia em questão, e o câmbio irá valorizar-se.

A valorização do câmbio acarretará necessidade de maior entrada de recursos externos. O país torna-se então especialmente vulnerável a oscilações na conta de capitais. Eventual declínio importante na entrada líquida de capitais imporá um ajuste fiscal gigantesco. Um ajuste fiscal ainda maior do que o necessário antes da fixação do câmbio e, mais grave ainda, a ser executado em condições políticas certamente mais adversas.

Por esse raciocínio, parece-me que cometeríamos um grande equívoco se, diante das dificuldades políticas de efetuar o ajuste fiscal, cedêssemos à tentação de fixar a taxa de câmbio, na ilusão de que, assim, estaríamos encontrando subterfúgio adequado para a consolidação da estabilidade econômica. A meu ver, estaríamos, ao contrário, não apenas adiando uma tarefa incontornável, como também - e isso é o mais grave - piorando as condições econômicas e políticas da realização do ajuste fiscal.

Mas se é necessário fazer já o ajuste fiscal, qual a melhor maneira de fazê-lo? A esse respeito, Winston Fritsch foi muito feliz em sua exposição. Há várias formas, mas não resta dúvida de que a melhor é aumentar a poupança do setor público. Nesse ponto, há uma convergência muito feliz entre crescimento e estabilização: ambos necessitam de que se aumente a poupança, em geral, e a poupança do setor público, em particular.

Mais uma vez, entretanto, o importante é responder a questão prática: como fazê-lo? Tal qual bem lembrou o Foxley, nós temos que combinar a necessidade de elevar a taxa de poupança do setor público com a de enfrentar a questão social. Creio que a melhor forma de combinar essas duas coisas é acabar com os privilégios. E aqui tenho uma divergência com o Foxley: penso que aumentar a poupança do setor público via tributação não seja um bom começo, justamente porque hoje o Estado brasileiro, por causa de inúmeros privilégios e distorções, não desfruta de grande credibilidade. Num quadro como o nosso, penso que o melhor começo é mostrar disciplina financeira. Mostra-se disciplina financeira atacando os privilégios. Isso de um lado.

De outro, é preciso modernizar o Estado. A resistência a entregar recursos a um Estado que funciona de modo anacrônico é muito grande. Como lembrou Castells, nós vivemos num mundo onde é necessário um Estado cada vez mais flexível e aberto. Por isso, é importantíssimo criarem-se novas formas de funcionamento do Estado. Um Estado que opere também com base em redes, que tenha capacidade gerencial de adaptar-se a um mundo em que os fluxos são muito velozes e cambiantes.

Para concluir, eu diria o seguinte: no momento em que vivemos não podemos nos dar o luxo, correr o risco de tomar atalhos ao invés de enfrentar grandes tarefas, e a maior de todas elas é construir um Estado disciplinado, sem privilégios, que funcione no topo de uma rede de operações, junto com o setor privado.

Muito obrigado.

Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira:

As intervenções foram extremamente interessantes. Roberto Frenkel foi capaz de nos falar especialmente sobre uma taxa de câmbio competitiva, estável e crível, e um baixo comprometimento com uma taxa de câmbio fixa, que, no entanto, é ideal que aconteça basicamente no Brasil, hoje.

O Albert Fishlow insistiu muito no aumento da capacidade de poupança. Disse uma outra coisa que nós temos de pensar; falou que era mais importante uma âncora monetária que uma âncora cambial. Insistiu também no problema da poupança pública.

O Alejandro Foxley falou na recuperação da capacidade do Estado e na necessidade da equidade; foi uma intervenção extremamente interessante. O Antônio Barros de Castro estava interessado em dar uma perspectiva de longo prazo para os empresários. O Colin Bradford também nos lembrou que há um novo consenso e esse novo consenso, o Consenso de Washington, é necessário mas não suficiente em termos de política.

Dentro desse quadro é que eu queria, usando a análise que o Paulo Renato usou e as políticas que nós temos, fazer uma observação sobre esse problema fundamental, cerne desta sessão, que é a estabilização *versus* crescimento, ou estabilização e crescimento. Há um *trade off*. Gostaria de lembrar um ausente aqui, mas que é mestre de todos nós, o Albert Hirshman, que disse, uma vez, o seguinte: "os objetivos que nós nos colocamos são estabilização, crescimento, distribuição de renda, mas, às vezes, as sociedades têm de se concentrar de tal forma num, que os outros objetivos acabam sendo, até um certo ponto, colocados em segundo lugar, pela pressão de um".

Nosso objetivo evidente, principal, no Brasil, hoje, é a estabilização. Nosso grande desafio é, ao mesmo tempo em que consolidamos a estabilização, que foi tão bem iniciada, que nós consigamos retomar o crescimento e fazer uma política voltada para o crescimento. Dentro desse processo, imaginemos um jogo em que nós temos, de um lado, o Governo que quer estabilização como meta principal, mas também quer o crescimento, obviamente. De outro lado, os empresários e os trabalhadores que querem o crescimento, fundamentalmente, mas também querem, em segundo lugar, a estabilização.

Dentro desse quadro, quais são os instrumentos que o Governo possui para a estabilização? Aqueles que o Paulo Renato apresentou. Eu só acrescentaria um, ou melhor, dividiria um. Nós temos a política fiscal, sobre a qual há uma unanimidade de que é preciso haver poupança pública; a política monetária, que eu separo da política de taxas de juros, como coisas diferentes; a política cambial; e a política de abertura comercial. São cinco estratégias de que o Governo dispõe para a estabilização.

Em relação a essas estratégias, o empresário chega e diz: eu quero menos abertura comercial, menos imposto, uma política monetária mais fácil, uma taxa de juros mais baixa, uma política cambial mais realista e mais competitiva. Ele quer tudo do outro lado e atrapalha. Então, como é que fazemos o *trade off* aqui? Qual é a sugestão que eu faço, em relação a esse *trade off*, no caso do Brasil, hoje? A meu ver, esse *trade off* se faz fundamentalmente nos seguintes termos: o Governo tem de pensar em dar para os empresários e os trabalhadores a política cambial e a política da taxa de juros, ou seja, ele tem de procurar baixar a taxa de juros e tem de ter uma política cambial nos termos que o Roberto Frenkel apresentou.

Tem, ainda, de conseguir dos empresários e dos trabalhadores a política fiscal e o aumento da participação dos impostos no PIB, para chegar perto de 30%, 29, 28. O Governo tem de ter uma política monetária muito firme, para poder, inclusive, fazer a transição de uma política de taxa de câmbio fixa para uma política de âncora cambial ou de autonomia da política monetária. Por fim, ele precisa manter a abertura comercial e aprofundá-la, com

exceção de um ponto apenas, que eu tenho defendido e que está relacionado com o que o Antônio Barros de Castro disse sobre a indústria automobilística. Eu não tenho nenhuma simpatia particular pela indústria automobilística, mas acho que os encadeamentos para a frente e para trás - outra vez o Hirschman - da indústria automobilística são profundos, e o mercado interno dessa indústria nos permite as condições de crescimento. Estou de acordo com o Alejandro Foxley quando diz que é perigoso fazer uma política fina de política industrial. Mas, em relação só a essa indústria, que é tão estratégica para o País, acho que devia ser feito isso, com acordos muito insistentes como o Antônio Barros de Castro sugeriu, porque realmente esse processo é um processo permanente de acordos, de controles, que são difíceis, mas acho que são fundamentais para essa compatibilização de desenvolvimento e retomada de estabilização.

Obrigado.

Dra. Celina Vargas do Amaral Peixoto:

Não é só por uma questão de gênero que eu decidi falar - porque estavam todos dizendo que as mulheres não estavam falando. Enfim, acho que, de alguma forma, permeia por toda esta reunião uma questão que foi muito bem colocada hoje pelo Dr. Alejandro Foxley, que é a questão da reforma do Estado, um dos pontos básicos para qualquer implementação de qualquer política pública, seja ela industrial, educacional, de saúde, o que for.

As bases do Estado foram constituídas nas décadas de 30 e 50, atendendo a um estágio de desenvolvimento com características específicas, que hoje, nós já sabemos, estão superadas. Para pensar em fazer uma reengenharia do Estado, é preciso reconstruí-lo a partir de uma compreensão histórica, da forma como foi concebido, para evitar reformas utópicas desastrosas, como a que nós assistimos há poucos anos.

O Estado atual gira em torno de si mesmo e vive para se auto-sustentar, ou então, de alguma forma, para punir o cidadão muito mais do que para qualquer outra coisa. A grande mudança que nós podemos fazer é inverter essa equação, colocando o Estado a serviço do cidadão, transformando sua estrutura e função, com o objetivo de atender à nova relação de governança, onde a sociedade deverá ter um papel muito mais forte em todo o processo decisório.

Quanto à definição do formato do Estado, eu confesso que também tenho mais dúvidas do que certezas. Mas acredito que a redução do Estado é muito menos importante do que a definição de sua competência para atender aos novos objetivos colocados pela sociedade. Assim, parece-me necessário, para dar início a qualquer tipo de reforma do Estado, que se recupere a dignidade e a moralidade da administração pública; que se formem e se reciclem quadros qualificados; que se tenha transparência e profissionalismo nas formas de remuneração dos seus quadros; que se dê acesso ao público nas ações governamentais em curso, respeitando os limites da segurança do Estado e os da privacidade do cidadão; que se trabalhe com orçamentos-programas, unidades de custos e formas mais flexíveis de contrato de gestão; e que se desenvolvam ações puramente estatais, do tipo das obrigações necessárias do Estado, como educação e saúde, e as patrimoniais também - penso, evidentemente, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos - e com a parceria, também, da sociedade, por meio das ONGs e com os organismos internacionais.

Talvez assim nós poderemos ter uma gestão do Estado e pensar nela como sendo capaz de transformar o papel do Governo e de ampliar simultaneamente a capacidade de governar, ou seja, de dar rumo ao país.

Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior:

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o organizador do Seminário por ter escolhido o Roberto Frenkel como expositor, não só pelas qualidades do Frenkel, mas, sobretudo, pelo fato de ele ser argentino. A Argentina tem, nesta discussão de hoje, um papel importante, porque nós sabemos - e o Frenkel, de certa forma, apontou isso, que a Argen-

tina se meteu numa armadilha cambial. Há muitos, no Brasil, que têm apontado o exemplo argentino como referência para o País. E o que é pior: há alguns elementos do modelo argentino presentes no plano Real, embora este tenha muito mais flexibilidade do que o plano Cavallo e seja, pelo menos por enquanto, mais reversível.

O Albert Fishlow fez uma recomendação que merece registro e deve ser sempre lembrada: “movam a taxa de câmbio no início do processo de estabilização; *“move the exchange early”*”, disse ele, se é que o Governo decidiu optar pelo câmbio como âncora nominal. Você sabe, Fishlow, o Governo brasileiro fez isso, mas na direção errada e permitiu, na fase inicial do plano Real, uma valorização excessiva e perigosa da taxa de câmbio! Essa valorização e certas características da reforma cambial - em particular a decisão a meu ver desnecessária, de fixar a paridade unitária como teto para a taxa de câmbio na Medida Provisória que criou o real -, estabelecem alguma rigidez que poderá nos trazer dores de cabeça no futuro. Os economistas aqui presentes sabem que houve uma polarização no debate econômico - duvidosa, a meu ver - entre âncora cambial e âncora monetária. Os tucanos, tipicamente, ficaram indecisos e acabaram escolhendo as duas. Acredito que isso contribuiu para gerar elementos preocupantes na forma como tem sido definida e implementada a reforma cambial e monetária.

Tivemos, nos últimos cinco meses, uma valorização real do câmbio que, salvo engano, não tem precedentes no Brasil desde os anos 60. Esse fato combinado com uma abertura comercial agressiva faz com que, na verdade, as empresas brasileiras estejam sujeitas hoje a um grau de concorrência internacional inédito na experiência brasileira das últimas décadas. Essa competição está ocorrendo em condições desiguais, como foi frisado aqui ontem, num ponto particular, pelo Dupas. É como se você estivesse colocando um pugilista médio no ringue, com um braço amarrado, para disputar com um pugilista peso pesado. O Governo não preparou a legislação *antidumping* a tempo, adequadamente, nem seus mecanismos de aplicação; não adaptou o sistema tributário à necessidade de uma economia mais aberta. Temo que o Brasil vá caminhar para a criação de um desequilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente que possa assumir dimensões perigosas.

Alguns dos membros da equipe econômica do Governo têm afirmado, inclusive, que nós, brasileiros, precisamos preparar-nos para um déficit na balança comercial. Quem conhece a estrutura do balanço de pagamentos do Brasil sabe que isso significa, provavelmente, um desequilíbrio em conta corrente da ordem de uns 4% do PIB, ou seja, uma forte dependência de capitais externos. Isso nos aproxima, perigosamente, a meu ver, do nível de desequilíbrio em conta corrente que tivemos nos anos 70 e que levou à crise da dívida.

Então, estamos imersos num processo de estabilização que depende, em excesso, do uso da taxa de câmbio como instrumento de estabilização. Espero que o próximo Governo consiga fazer aquilo que o Foxley indicou: basear o programa antiinflacionário em uma ação mais forte na área de finanças públicas, nas reformas institucionais, inclusive na reestruturação do Banco Central, para torná-lo mais autônomo. Essas medidas permitiriam que se dependesse menos do perigoso uso do câmbio como instrumento de combate à inflação.

Professora Maria Hermínia Tavares de Almeida:

Pode parecer estranho que eu me tenha inscrito para falar sobre um tema que não domino. Não sendo economista profissional, não tenho nenhuma contribuição a dar à discussão sobre a taxa de câmbio. Entretanto, como tive um professor de Sociologia que enveredou por esses assuntos e deu certo, me animo um pouco a falar sobre temas alheios à minha profissão.

Na verdade, fui estimulada pelo comentário de Alejandro Foxley, que nos colocou uma questão central. Como se podem embutir objetivos de equidade no processo de estabilização e de reforma econômica? Se “social-democracia” quer dizer alguma coisa ao sul

do Equador, certamente tem a ver com a resposta a essa questão. O problema da equidade nos coloca diante de dois temas mencionados por Foxley: um diz respeito à reforma das políticas sociais, o outro, aos modos de produzir essas reformas.

Na última década e meia, na América Latina, as políticas sociais sofreram quatro processos de transformação. O primeiro foi a crise geral dos sistemas previdenciários; o segundo, a criação, mais ou menos generalizada, de fundos de emergência, para compensar minimamente os efeitos da crise e da inflação; o terceiro, a descentralização; e o quarto, a tendência a políticas focalizadas.

O Brasil também passou por isso. Diferentemente do Chile, o sistema de proteção social brasileiro é constitutivamente misto: o que sobrou para o Estado são os pobres; tirando o sistema previdenciário do qual se beneficia, a classe média já resolveu seu problema no setor privado. Portanto, a questão não se coloca aqui, de modo algum, em termos de privatização do que já está privatizado.

Das quatro tendências acima apontadas, gostaria de tratar de duas que me parecem complicadas: uma, a descentralização; outra, o problema da focalização.

No Brasil ocorreu um processo de descentralização *sui generis*. Foi um processo caótico, que não resultou de uma política deliberada, mas da ausência de capacidade de ação do Governo Federal. Obviamente, isso reproduziu em escala ampliada o caráter altamente regressivo das políticas sociais no país. Assim, um dos problemas, ao pensarmos como embutir a equidade nos processos de reforma econômica, diz respeito à construção de políticas de descentralização virtuosas, para passar do caos, no qual estamos imersos, a uma situação em que haja ação governamental efetiva.

Com relação à focalização, o problema do Brasil é muito complicado, porque o foco é grande demais. Na verdade, é quase impossível falar em políticas focalizadas, quando se trata de focalizar 10, 20 milhões de pessoas. O aparato institucional necessário deve ter a dimensão e complexidade daqueles que produzem políticas universalizantes em outros países da América Latina.

Finalmente, como disse Foxley, há maneiras e maneiras de produzir políticas de reformas, seja na área social, seja na área econômica. Essas maneiras têm muito a ver com a relação entre o Governo e os interesses organizados e, em particular, entre Governo e sindicatos. Temos, no país, uma estrutura de representação de interesses altamente fragmentada e desconcentrada que, portanto, estimula a defesa muito estreita de objetivos particularistas.

Diante disso, a tentação de enfraquecer os sindicatos e outras organizações não é pequena, sobretudo porque eles se fortaleceram muito no processo de democratização. Acho que seria um erro. É necessário tentar outra via, um pouco mais difícil, que é a de mudar a lógica da defesa particularista, ou seja, corporativa dos interesses. Aprendi com o professor Philippe Schmitter que os governos desempenham um papel muito importante na construção de políticas concertadas e que podem, em certa medida, por meio de incentivos, alterar a lógica da atuação dos grupos organizados. Trata-se de dar incentivos à colaboração, à convergência, à negociação e, ainda, à diminuição da fragmentação que os caracteriza.

Seria interessante tentar essa via. Certamente ela não será possível sempre, mas talvez seja a mais aconselhável para quem procura uma identidade social-democrata, difícil, em nossa região.

Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso:

Eu queria simplesmente dizer que o *tour d'horizont* desta manhã foi muito produtivo, porque levantou algumas questões de uma maneira muito direta, questões que são, para nós, aqui, desafios. Na verdade, muitas das intervenções tinham, como pano de fundo, a questão brasileira, embora, às vezes, até por delicadeza, os temas fossem tratados de forma indireta. Mas que as considerações foram muito produtivas nesse sentido. E o grande desafio, que vai ter de ser enfrentado, é este mesmo: estabilização com crescimento.

Estabilização com crescimento: que não seja um crescimento que alargue as desigualdades, mas que introduza a dimensão da equidade que já foi mencionada com propriedade por tantos debatedores. É difícil? É difícilíssimo, mas não é impossível.

Nós temos de partir para um outro tipo de abordagem desses temas. Dadas as condições do Brasil, com uma situação hiperinflacionária, a decisão do Governo se foi restringindo muito, a ação do Governo foi minguando. O combate à inflação era condição necessária para a existência de qualquer ação de Governo. Pareceu-me patético, e eu fui tantas vezes ao Congresso, verificar que havia pessoas, às vezes muito lúcidas e com o coração posto do lado esquerdo, sem entender que era preciso enfrentar essa questão, se desviando do tema e colocando outras questões. Assim, postergavam decisões que eram impostergáveis.

Agora, feito isso, nós temos de recuperar a capacidade de governar. Isso é óbvio. A discussão pode ser muito bonita, sobre a natureza do Estado, sobre quais são as funções dele, mas quem está dentro do Governo sabe que é fundamental recuperar a capacidade de governar. Nós vamos recuperar essa capacidade de governar. Governar não é impor, governar não é olhar um segmento. Governar é persuadir, governar é somar, é fazer conjugação de esforços. Creio que nós nos desacostumamos da existência de um Governo. Não por deficiência dos governantes, até porque eu já fui parte do Governo. Mas era impossível haver Governo, era impossível, realmente, coordenar. Nós tínhamos, então, de atuar sempre em estado de emergência, apagando incêndios.

Agora creio que nós temos condições para reconstruir, de uma maneira democrática, o Estado, entendendo a idéia de que nós hoje estamos partindo de um outro patamar de discussão. Muitas das discussões que no Brasil ainda existem são pateticamente anacrônicas, porque já existe uma base comum de entendimento sobre a necessidade da estabilização.

Eu queria também lembrar que nós, intelectuais, temos sempre a idéia de que formulamos uma hipótese, tiramos as conseqüências dela, como se já tivessem ocorrido. Muitas vezes, isso tem efeitos negativos. Quero, portanto, lembrar ao meu amigo Paulo Nogueira Batista que a hipótese levantada por ele não vai ocorrer: a idéia de um desequilíbrio entre exportação e importação, causando déficit enorme. Ninguém vai fazer isso, por uma razão muito simples: mesmo que se quisesse não se poderia fazer. Isto aqui já é uma sociedade muito complexa, em que os interesses se organizam, em que os interesses impedem as loucuras dos economistas. (risos)

Vejo esse fato com muita tranqüilidade. Vocês sabem que eu sempre andei muito próximo dos economistas e, às vezes, até tenho ímpetos de me tornar um deles. Sei que sem eles o Governo é impossível. Mas, muitas vezes, quando eles não têm a experiência política, formulam algo que não tem consistência. Geralmente, diante de idéias que não têm sentido prático, eu não as discuto porque elas não têm como existir, elas vão morrer daqui a pouco, não vale a pena o esforço de demoli-las. Os que têm experiência, como o Foxley, dizem coisas absolutamente sensatas, que são o desafio real, tocam no solo.

Um grande problema que nos aflige é o de tocarmos o solo. É claro que, sem horizontes, sem idéias, não se pode chegar lá, aterrissa-se errado. Mas é preciso, num dado momento, aterrissar. O grande esforço que nós, como país, vamos fazer, daqui por diante, é esse esforço de aterrissar, conhecendo já as pistas de pouso de outros países. Nesse caso, temos a vantagem de chegar depois, com a possibilidade de reverter o insucesso em sucesso. Chegando depois, não podemos cometer os mesmos enganos, até porque os nossos amigos não nos vão deixar cometer os mesmos enganos, vão iluminar a nossa ação com discussões bem procedentes.

Muito Obrigado.

BLOCO III

(Sessão de 3 de dezembro de 1994 - Tarde)

Novos Parâmetros do Pensamento Político

Expositor: Alain Touraine

Comentaristas: Adam Przeworski, Eric Hobsbawm, Francisco Weffort, Guillermo O'Donnell, José Arthur Giannotti, Juan Linz, Manuel Castells, Philippe Schmitter, Torcuato Di Tella.

ABERTURA

Embaixador Gelson Fonseca:

Boa tarde a todos.

Vamos dar início, então, ao terceiro bloco do nosso seminário que vai procurar discutir os *Novos Parâmetros do Pensamento Político*. Antes de passar a palavra ao nosso expositor, Professor Alain Touraine, eu simplesmente gostaria de recordar os objetivos desta discussão, lendo os termos de referência que nós nos tínhamos proposto. Este bloco seria dedicado, então, à discussão do surgimento de novas formas de ação e de pensamento político.

No primeiro caso, envolvendo as relações entre o Estado e a Sociedade, por exemplo, por meio da ampliação do conceito de cidadania, da proliferação de entidades não-governamentais, ou da crítica à democracia representativa. No segundo, nós procuraríamos discutir a partir da implosão do sistema socialista, por meio do renascimento e reformulação de posturas sociais-democratas, de ideologias de cunho liberal, do surgimento de tendências neo-autoritárias e das variantes dessas diferentes formas de concepção política. Acho que, de uma certa forma, vários desses temas já foram tratados. O foco tem sido, em boa parte da discussão, a crise do Estado, e penso que esses temas nos trazem mais diretamente a essa questão, que tem sido central ao longo de todo o Seminário.

Nós vamos trabalhar da mesma forma que temos trabalhado até aqui. Haverá uma exposição inicial, do Professor Touraine, da ordem de 20 minutos; e, em seguida, nós passaríamos a palavra aos debatedores inscritos; finalmente se abriria o debate a todos os participantes.

Eu passo a palavra então ao Professor Touraine.

Tema I NOVOS PARÂMETROS DO PENSAMENTO POLÍTICO

Alain Touraine

Como nos lo recordó esta mañana Enrique Iglesias, lo que estamos observando no es un cambio de sociedad, es más bien un cambio de proceso de transformación social, un cambio de modo de desarrollos, si uno quiere hablar así. Lo que estamos observando en casi todas partes del mundo es la caída del Estado movilizador que tenga formas positivas o negativas. Movilizador no en el sentido de imponer un modelo militar, sino en el sentido de, movilizar recursos culturales, políticos, ideológicos, como elementos de transformación económica. Lo que caracterizó este período que correspondía a gran parte de este siglo es la ausencia de autonomía de los subsistemas, la ruptura con la visión weberiana, la visión europea que descansaba en la idea de la separación de los subsistemas. El resultado es que el mundo comunista, el mundo social-demócrata, el mundo nacionalista de los países post coloniales, los regímenes nacional-populares de tipo latinoamericano o indio, etc., todas estas formas de Estado movilizador están en crisis y han prácticamente desaparecido en todas partes. Quedan solamente algunos pequeños países y nadie sabe si realmente mantienen o tratan de mantener este tipo político-social, ahora en ruina. La cosa que me parece más importante desde el punto de vista de un análisis político-social o socio-político es que estos regímenes, que sean buenos o malos, no fueran destruidos por movimientos sociales, no fueron destruidos por actores sociales. El tipo capitalista clásico, del tipo inglés del siglo XIX, fue atacado por movimientos populares, sindicalistas, socialistas, etc.; entonces estamos acostumbrados con el pensamiento social clásico, a pensar que el proceso de cambio histórico viene de la participación de las reivindicaciones más o menos brutales y violentas de "masas" o de "clases" dentro del escenario político. Pero en el caso actual es exactamente lo contrario. Hubo por supuesto *Solidarnosc* en Polonia, en 1980-81, pero ya en 89, era una mesa-redonda muy bien controlada por las élites de *Solidarnosc* y del Partido Comunista que arreglaron la transición a la democracia. Se puede hablar de la "Revolución del Terciopelo" en Praga, pero la expresión es un poco exagerada y en América Latina las dictaduras no fueron suprimidas por una sublevación de tipo siglo XIX.

El actor más importante y organizado de la historia es el ajuste. Es el personaje central y es tan cierto, las referencias a actores de tipo antiguo, de casos sociales en general, son tan artificiales que corresponden a intereses muy opuestos a lo que se supone. Cuando alguien habla de las masas populares en general, se trata de funcionarios públicos. Y entonces, muchas veces se observa que la manera tradicional de definir los problemas, *derecha, izquierda, etc., verdaderamente no solamente no corresponde a la realidad sino la esconde y que el problema básico es la autonomización, o de cierta manera, la liberalización* de la economía. En realidad se trata, como lo dijo Enrique Iglesias, de dar más autonomía, más independencia a los criterios económicos de regulación de la economía. Eso es un cambio de proceso de desarrollo más que un cambio estructural de sociedad.

Esta manera de hablar significa ya otra cosa. Es que el mercado, o la regulación por el mercado no es, yo creo que nunca ha sido, un principio de organización social. El mercado es el único proceso conocido para limpiar la sociedad de la nomenclatura, de la burocracia, del clientelismo, de los privilegios etc. Es decir que tiene un valor crítico fundamental, crítico en el sentido de ser capaz de suprimir obstáculos. Un poco como en el mundo europeo, la Unión Europea, o antes el Mercado Común, fueron la destrucción de barreras, destrucción de burocracias etc., pero no indican por sí un tipo de sociedad o el tipo de sociedad que los gobiernos o los pueblos quisieron construir.

La situación actual hace aún más difícil la formación de actores sociales y entonces de un proceso político de lo que acabo de decir. Primero, la regulación por el mercado, la globalización, no significa por supuesto que todos los habitantes de todos los países del mundo van a participar en el mercado mundial, sino que existe en todos los países el mismo proceso de dualización de los que participan y los que no participan. En este sentido, lo que estamos observando, por ejemplo, en América del Norte o en Europa Occidental, es una "latinoamericanización" de todas las sociedades, es una heterogeneidad estructural creciente y la separación de los que son *insiders* y los que son *outsiders*. El nivel de desigualdades sociales ha aumentado mucho en los Estados Unidos, en Gran-Bretaña. Está empezando a aumentar en Alemania, y donde no ha aumentado, como en Europa de Sur, en algunos países como Francia y Italia, es porque la tasa de desocupación es tan alta que eso no permite ver el aumento de las desigualdades reales. En el caso europeo, unos meses atrás, en una reunión en Roma, Giuliano Amato, el antiguo Primer Ministro italiano daba como proporción de la gente que no tenía trabajo y que podría trabajar para el conjunto de la Unión Europea: 50% - cifra que fue ratificada por los expertos de Bruselas. Es decir que ya la dualización de estas sociedades no es una metáfora sino una realidad. Pero más importante aún que una desigualdad creciente, el fenómeno central es la desaparición de las categorías sociales, de los actores sociales en sí. Por un lado, tenemos una red, un *network* inmaterial que se llama "mercado" y, por el otro lado, los individuos o los grupos no se definen más por su papel en las relaciones sociales de producción como se decía antes y entonces lo que estamos observando es la vuelta de las identidades. En lugar de ser definidos por lo que hacemos, nos encontramos definidos de nuevo por lo que somos: entonces es una vuelta a una definición pré-moderna, por eso el mundo de hoy nos aparece como la coexistencia de autopistas del consumo o de la comunicación y de una serie de tribus o guetos más o menos aislados que comunican entre sí a través del mercado, pero más y más a menudo a través de la violencia, de la guerra, del racismo, de la segregación, etc. Entonces el hecho fundamental es que estamos viviendo la desaparición de la sociedad, de lo que se llama "la Sociedad", es decir la capacidad de combinar en una unidad política actividades económicas y identidades culturales. El mundo de la instrumentalidad y el mundo de la identidad ya no tienen vinculación entre sí y, entre esos dos mundos, el terreno que se llamaba social, o que se llamaba político, desaparece. Desaparece y cuando se habla de crisis política, por ejemplo en Europa Occidental, en el Japón, y en muchos países más, eso va mucho más allá de una crisis de representación o de una crisis de participación; se trata de la separación total del mundo político y de la economía, porque no es más al nivel nacional que se resuelven gran parte de los problemas, ni al nivel de las demandas que no son más sociales, sino más y más culturales o personales. Tenemos la vida privada, colectiva o personal por un lado, y el mundo inmaterial por el otro lado. Ahora, a partir de estas dos observaciones básicas, lo que nos interesa es saber cómo en cualquier parte del mundo, con enormes diferencias de un país para otro - pero se trata de un fenómeno general -, como frente a este fenómeno general, es posible revincular la economía con las identidades culturales; o, para utilizar un vocabulario muy sencillo y tradicional, pero que tiene mucho sentido hoy, cómo es posible formar ciudadanos. Porque no somos más ni ciudadanos, ni trabajadores, sino consumidores, por un lado y miembros de categorías existenciales como blanco o negro, homosexual o heterosexual, musulmano o cristiano, viejo o joven, una serie de identidades fragmentadas, por el otro lado. Entonces, los sociologistas dicen siempre *think global, act local*, pero no hay ninguna vinculación entre este *global* y este *local*. Antes el Estado-Nación, la Repú-

blica, en un sentido norteamericano, francés y, en gran parte, latinoamericano, era la comunidad de los ciudadanos libres y entonces a través de las instituciones democráticas, se buscaba un tipo de combinación entre estos dos mundos.

Vuelvo a mi punto de partida: si es así la situación, no se puede esperar una reconstrucción social a partir de los actores - porque los actores tienen que ser reconstruidos - la meta, por supuesto, es crear ciudadanos, pero en el momento actual no existen o son débiles. Entonces, no vale más el modelo clásico de actores con expresión política y como agentes de creación del *Welfare State*: todo el proceso está al revés. De ahí viene que no hay proceso posible que no empiece con el papel central dado a la reconstrucción o al fortalecimiento del Estado. Cuando digo Estado, no digo el sistema de representación política sino la agencia de formación de decisiones de tipo societario, de organización de la coherencia social a nivel global. No, no es *bottom up*, sino *topo down*, que el proceso de reorganización o de reconstrucción de la sociedad puede desarrollarse. Lo que significa cosas muy concretas que fueron discutidas sobre la capacidad primera del Estado tener recursos, su capacidad de cobrar impuestos y de crear infraestructuras sociales, etc.

Segundo - y eso es exactamente lo contrario de la visión clásica -, es a partir del Estado que puede ser reorganizado un sistema político, y a partir de la recreación de un sistema político que pueden aparecer actores sociales; y no al revés. Tomemos un ejemplo importante. ¿Qué se nota en los países post-comunistas europeos? Hay liberalización de la economía, ruptura total, y el resultado inmediato es la formación de contra-actores o de actores negativos: populistas, nacionalistas, que sean católicos, ex-comunistas o nacionalistas. Algunos países han resistido a estas tensiones, digamos Polonia o Hungría, porque han creado, a partir de un Estado fuerte y de una unidad nacional milenaria, un sistema político que tuvo la capacidad de manejar enormes tensiones. Al contrario, Rusia, nunca alcanzó a crearse un sistema político y la cuestión del Estado no fue nunca claramente resuelta. En segundo lugar, es solamente a través de la formación de un sistema político que pueden formarse actores sociales como sindicatos o empresarios. En el caso de Chile, el gran éxito del presidente Aylwin fue de reconstruir un sistema político. Chile siempre tuvo un Estado - a veces demasiado fuerte - pero tenía que crear un nuevo sistema político. A partir de este momento, hay posibilidades de formación de actores sociales y vienen los maestros o los médicos que reivindican los aumentos de sueldo. Así la sociedad empieza a moverse. La sociedad no se movió antes de que se hubieran movido el Estado, el sistema político. Lo que me parece ser un problema central, tal vez para Brasil y otros países, es que existe la posibilidad muy concreta que, frente a esta desvinculación de lo económico y de lo cultural, se formen lo que acabo de llamar de "anti-actores sociales", o sea: violencia, nacionalismos, populismos etc. Ustedes se acuerdan del debate sobre Chiapas, que fue aquí mencionado. Me siento muy de acuerdo con Carlos Fuentes que dice en su famosa carta al sub comandante Marcos que no está de acuerdo con la violencia, que no va a llegar a ninguna parte, pero que solamente a través de esta violencia, tal vez el sistema político mexicano pueda abrirse. Y entonces la esperanza es que haya una presión de afuera para transformar el sistema político. Eso es un problema muy central en Brasil, país en el cual, por la enormidad de las desigualdades sociales, existe una posibilidad real de un movimiento de violencia, de una contra cultura política etc., y por eso digo: es fundamental llegar a buscar una reintegración de las demandas sociales a través del Estado y a través de lo político. No creo en una solución social-demócrata en este sentido, en el sentido 1900, es decir, sindicatos que se dan una expresión política; no, aquí yo creo que es a través de la política que pasa la solución que permite que los actores sociales se desarrollen como actores y no como anti-actores, actores de violencia o actores integristas o fundamentalistas.

Para terminar quiero decir que lo que impresiona en el momento actual, no solamente en varias partes del mundo sino en América Latina más precisamente, es que varias soluciones políticas aparecen posibles. Yo creo, por todo lo que veo y escucho, que los países del Sur, digamos MERCOSUR más Chile, son países que ya están muy bien encaminados, en un proceso de endogeneización del desarrollo, de formación del Estado, de un sistema político y finalmente de actores sociales. Pero existen otros casos en los cuales dos solu-

ciones muy distintas se destacan; una es la extrema dualización y la ruptura total que llega al caos con violencia, con narcotráfico y entonces la separación entre la mundialización de la economía y los guetos. Es el caso de Venezuela, por lo menos en parte, de Colombia o de Guatemala. Y existe otra solución que es de tipo asiático. Cuando se habla de Asia, se habla siempre con mucha admiración por el modelo japonés o el coreano; pero en otros países asiáticos, se ve la unión neo-autoritaria de la liberalización económica con el nacionalismo cultural. La Conferencia de Kuala Lumpur con Singapur, Malasia, China, y Indonesia elogió un nacionalismo cultural vinculado con una extrema liberalización de la economía. Veo el Perú de Fujimori encaminado en esta dirección. Lo que digo de Asia, de cierta manera puede ser aplicado en parte a Italia hoy, y mañana a España con el papel de los jóvenes del *Opus Dei*, autoritarios y nacionalistas en este país. En otros países existen también elementos favorables a este tipo de orientación.

Entonces, la conclusión es que nos encontramos en un mundo sin actores y que el problema central es cómo el Estado puede fomentar el desarrollo del sistema político. Y, a su vez, cómo el sistema político puede fomentar la formación de actores autónomos. Esta dinámica es al revés de la del período 1900-1960 (olvidándose de la Guerra). En el caso de los países latinoamericanos, es necesario que un Estado aparezca, como garantía y casi creador o recreador de la unidad nacional. Yo creo que el tema nacional es muy importante y no se puede separar del tema de la ciudadanía. Brasil, Chile son países que siempre tuvieron una gran conciencia nacional, una gran conciencia de ciudadanía. Eso facilita bastante el proceso pero significa, más concretamente, primero: terminar con la inflación y claramente entrar rápidamente en una política de lucha contra las extremas desigualdades sociales. Entonces, cuando digo "el Estado viene antes de los actores", eso no significa despotismo ilustrado, sino la necesidad de una acción del Estado que obtenga rápidamente, en un sistema democrático, el apoyo de la mayoría de la población. La ausencia actual de actores sociales no puede durar, o desembocaría en un período muy peligroso de nacionalismos, populismos, irredentismos etc. El Estado debe considerar que su meta principal no es el crecimiento - el crecimiento es un recurso necesario, fundamental, pero no la meta central, porque no estamos más en el siglo del progreso. La política tiene que orientarse hacia una meta fundamental: la reconstrucción de la sociedad. El peligro no es la oposición entre la gente de arriba y la gente de abajo, pero la oposición entre la gente adentro y la gente afuera, y entonces es fundamental recrear la unidad de la sociedad. La economía es un medio que tiene que ser utilizado para alcanzar a una meta directamente social: la reintegración de los marginados o excluidos.

COMENTARIOS

Professor Adam Przeworski:

I am going to try to answer the following question: what kind of a policy consensus, in the vein of the "Washington consensus", might we see a few years from now? The neoliberal horse is already wither dead or at least anemic. What ideas are emerging from the academia to replace it?

The answer I am about to propose adds up to something like a "liberal social democracy". Both components of this amalgam are old, and the specific ideas that define it have also been around for some time. But their combination may provide a new chemical mixture.

As I see it, this new mixture would have four components: (1) The "Indian" emphasis that deprivation incapacitates the poor from leading a useful life; (2) The "Chicago" rediscovery that a selective state intervention is required to generate economic growth; (3) The Social Democratic legacy of restraining private wages in exchange for social expenditures. (4) The liberal concern with the excessive discretionary power of the state.

I say that the emphasis on capacitating the poor is "Indian" since its main theoreticians have been Amartya Sen and Partha Dasgupta.

Let me start with a rough calculation. In the last count I know of, there are about 800 million people in the world who eat enough to live but not enough to work. Suppose that the gap of nutrition required to capacitate these people to work costs \$1 per day per person, or \$365 per year. Assume that an average worker in a very poor country produces \$1,370. Then subsidizing the food will increase the **net** income of each poor person by \$1,005, the income of the poorest country (in which 20 per cent of adults are in this situation) by 18.3 per cent, and the total worldwide income by 3.1 per cent. Note that Robert Fogel estimates that 30 per cent of British economic growth since 1780 is due to improved nutrition alone.

One of a few robust statistical findings concerning the determinants of growth is the importance of education, whether measured in terms of school enrollment rates or stock indices, such as literacy or accumulated years of education. Primary education for women has particularly high returns in terms of per-capita growth. One person is the following. An Indian who wants to have a 90 per cent probability that he will have a surviving son at the age of 60 must have 6.3 off-springs: roughly the Indian fertility rate. Educating women, even if they have a lower earning power, would mean that now about the same insurance can be obtained by having a surviving daughter, halving the optimal fertility rate.

While no similar statistical studies seem to be available with regard to health expenditures, the World Bank cites extensive evidence about the productivity increasing effects of health programs. To cite again an illustrative number, according to a recent study of the World Bank, micronutrition can cost a country as much as five per cent of GDP in lost lives, disability, and productivity. Redressing this problem, in turn, would cost less than 0.3 per cent of GDP.

From the economic point of view, any use of resources that increases productivity of physical or human capital should be treated as investment. This is not a new idea: already in 1938, Bertil Ohlin, a member of the Swedish Social Democratic government, observed that "the costs of the health service represents an **investment** in the most valuable productive instrument of all, the people itself. In recent years, it has become obvious that the same holds true of many other forms of 'consumption': food, clothing, housing, recreation". Social wages are thus not just an insurance, but an investment.

Hence, **just to promote economic growth**, the state should engage in rather extensive social policies, namely: (1) Food subsidies targeted at those who do not eat enough to be able to work; (2) Education, in particular primary education, in particular for women; (3) Preventative health programs.

The second component is that selective state intervention is required to generate growth. In the perspective of the "endogenous growth theory," rediscovered by Thomas Romer's 1986 Chicago dissertation and Robert Lucas' 1988 article, economic growth is propelled by externalities that give rise to increasing return to scale.

The "engines of growth" are externalities, mainly in knowledge. A young plumber will be more productive if he works next to an experienced one; a financial firm will be more profitable if its managers lunch with other financiers; an engineering firm will be more efficient if it benefits from basic research; a commercial firm will be more profitable if it sells a broader variety of products; a country will grow faster if it imports from a wealthier economy, and so on. Each of these firms benefits freely from the activities of someone else that were undertaken without considering this effect.

Hence, markets fail in efficiently allocating resources. Let me again use just one number: the private rate of return to the electronics industry in the United States was 11 per cent, while the social rate of return was 27 per cent. To put it differently, stabilization and structural adjustment are not sufficient to generate growth.

In the light of recent research, the state should engage in infrastructural investments not supplied efficiently by private agents and it should pursue measures that increase the rate of return to private projects. This role includes a selective industrial policy that would comprise preferential credit rates for high technological industries, for projects that suffer from high costs of entry, substantial economies of scale or steep learning curves, projects which have potential spillovers across firms due to externalities and asymmetries of information between suppliers and buyers.

This recipe adds up to a “highly selective state intervention”. This is not the same as late-Keynesian “fine tuning”. The latter is based on the notion that the state directs the economy down to a detail. The former is predicated on the idea that markets do most of resources allocation and the state steps in only when there are very good grounds to do so.

Both the idea that entitlements are capacitating and the idea that economic growth is largely due to externalities in knowledge add up to an emphasis on the productive role of social expenditures. Up to some point, the social return to public expenditures is higher than to private wages.

As we know, extensive public expenditures were one of the quintessential features of the Scandinavian social democracy. Social democrats kept social wages relatively high and private wages relatively low. In relative terms, by 1981 the Japanese social wage was only 10 per cent of post-fisc private income, Australian 13 per cent, American 14 per cent, Norwegian 28 per cent and Swedish 37 per cent.

Social democracy was based on a corporatist organization of interests. The combination of low and egalitarian private wages with high social expenditures was achieved with an active consent of the unions. These unions were encompassing and centralized. As a result, any push of private wages above the competitive level would have been internalized by the unions in the form of unemployment, inflation, lower social spending, or lower investment. Thus centralization, legally facilitated by the state, induced unions to exercise self-restraint with regard to private wages.

Wherever one large federation cannot control particular groups of workers, each union has incentives to drive their private wages up. To put it bluntly, unions that are strong enough to control the supply of labor to their members at the cost of other unions and non-unionized workers. This is true for the public as well as the private sector. Moreover, this wage pressure creates a risk of an inflationary spiral.

Containing this wage pressure is politically very delicate. Yet, if unions are not willing to restrain private wage demands in exchange for increased social spending, governments may want to impose it even without union consent. To disassociate the socialdemocratic social policy from the corporatist interest organization governments may have to withdraw public protection from the unions. Yet no progressive government will want to engage in union busting. For one, unions must be strong at the work place to contain employers’ natural tendency to despotism in the workplace. For two, unions play a positive role in organizing production at the micro-level. Hence, a strong legal protection of workers’ rights at the workplace must compensate for any loss of the monopoly power of the unions.

The fourth and last component is the one about which I spoke yesterday, and that is the state. I will submit again that we do not know how to reform the state. We have not thought enough about this. But I want to emphasize one theme: the alternative to restraining the state is to submit it to a more effective mechanism of popular control. That means that on the one hand, incumbent politicians and bureaucrats must have incentives to perform well: the salary scale must be more differentiated, offering real possibilities of advancement. And, on the other hand, voters must have better ways of discerning whether governments are acting in their interest and must have more effective instruments for punishing those parts of governments that do not. We need better instruments of accountability.

Just to summarize this “liberal social democratic” mixture, let me restate its components: (1) social spending constitutes investment, (2) highly selective state intervention is required to propel growth, (3) private wages yield lower social return than social spending, (4) institutions, economic and political, must enable the principals to control their agents: the government must have instruments of effective intervention and citizens must have instruments to monitor and sanction governments.

While I think that there exists a broad consensus around these ideas, I also see why their implementation would evoke opposition. Increased social spending and state economic intervention require a relatively high tax burden and a restraint of private wages. Hence, even if the implementation of these ideas would be socially beneficial, they hurl themselves against private interests. There is no civilized country in the world which has a tax share

lower than 30 per cent of GNP. In every country in which there are no drastic inequalities, in which almost everyone is assured of a modicum of material welfare, the state processes at least 30 per cent of GNP. The role of the government is to overcome the resistance of private interests and the role of citizens is to sanction governments that fail to do so.

Professor Eric Hobsbawm:

I want to take up again the themes taken up yesterday, not least by the President. The relations between State and society today, all over the world, are in a state of uncertainty, trouble. From the end of the 18th century on, until the 1960's, roughly, the form of State pioneered in the French Revolution did two things: first, it became standard in all parts of the world; and second, it almost continuously extended its range, powers and functions. This applied to States of all ideological and economic colours: liberal, conservative, authoritarian, social democratic, fascist, communist, capitalist, or otherwise.

The extremist neoliberalism, so characteristic of the 1980's, was a symptom of this lack of confidence in State action, though it was also, we should never forget, a theology. Remember that in his **The Road to Serfdom** Friedrich von Hayek was not attacking communism in the name of the free market, but the capitalist and social-democratic policies which were to give the Western world its period of greatest prosperity and, incidentally, of freedom and democracy in the developed countries. Hayek did not believe any interference with the free market was justifiable. Even if his theology was economically less successful, he recommended it.

Now, this does not mean that the State or, to speak more generally, public authority, has lost its functions or is dispensable, even though it is now possible to see that some functions it accumulated in the past, for historic or technical reasons, can be carried out by other agencies, public or private, possibly more efficiently. It is, as we have seen, a mistake to counterpoise State and civil society, singular or plural. They are symbiotic: the question is not either/or, but what degree of combination is to be operational. Remember that without the State, civil society - as against civil war - does not exist, as the political thinkers of the 17th century were only too well aware.

However, while I do not wish to enter this debate, one thing can be said. It is this: the State, or some other form of public, non-profit making organization, is the only mechanism so far discovered for the equitable redistribution of the national income among the population, either between individuals or between regions. In this respect it is, more than ever, needed today. The basic problem of the globe in the next decades will not be how to increase the wealth of nations. That is increasing fine. Perhaps particular countries may have a problem in getting their share of this increase, but how to grow economically is not the world's basic problem. This will be how to distribute the growing wealth equitably. The operation of the free market cannot do this, and neither can growth by itself.

Let me give you an example: namely, comparing your country, Brazil, with another country with a very different social and State policy, at least up to the 1970's, Sri Lanka. Brazil has grown probably at about 2 1/2 times the rate of the Sri Lankan economy, and yet, in Sri Lanka, the average expectation of life of the new-born is several years larger than the Brazilian. Infant mortality, which was half the Brazilian figure in 1969, is one third of the Brazilian figure at the end of the 1980's; the percentage of illiteracy almost twice as great in Brazil as in Sri Lanka. The difference is not economic growth; the difference is, or was, different redistribution policies.

The difficulty, the problem before us, is how to ensure this under the present conditions of essentially electoral politics, in the current media-dominated society because, essentially, redistribution requires that some should lose and others should gain. Infrastructural investment requires, for the general good, for instance for education, more resources, higher taxes. Protection of the environment requires interference with the market or with free choice.

The difficulty is a general one which is why in many democratic States, or economies *de facto*, there has been a tendency to withdraw decisions from the influence of politics. The

independence of central banks, for instance, which where it does not exist is widely canvassed, is an example of this. The European Union has advanced essentially because it did not have to get elected. It is wrong to say there is a democratic deficit; it was not supposed to be a democratic institution. There are other examples. Now, whether we think this is desirable or not, nevertheless, this bypassing of politics, electoral politics, has limits. As a matter of fact, if we are democrats we think it should have limits, but whether or not we do so, it has.

Now, the problem before us, I think, is that it is difficult in our societies because mass consumer society has produced both a privatisation of life and of values: the values which are constantly inculcated in a way that makes the old theories of totalitarianism, which were applied to the Soviet Union, appear childlike. Everybody in California thinks the same about certain things even though nobody is ordered to think this. These values are essentially those that, in my country, Mrs. Thatcher used to put forward: namely, there is no society, there are only individuals; namely, individuals who seek their personal satisfaction by exercising unlimited choice, especially in buying things.

The extreme form of this lies in societies in which the media are largely private and devoted for it, such as the United States and, perhaps, this is also to some extent true in Brazil. What this means is that, *de facto*, any proposal in politics which suggests taking from one to give to another, particularly to increase taxes, becomes virtually unthinkable. In my country, in the United States, in many others, electoral campaigns are contests in fiscal perjury. Everybody knows that, for certain purposes, taxes may have to be raised; nobody dares to say this because it is known to be the death sentence on any candidate who does it.

Secondly, there is a big de-politicisation: firstly, because there is a loss of faith in politics and politicians, for reasons which will take us too far but, secondly, because as, of course, Alain Touraine has reminded us, there is decline in mass parties, mass mobilizing organizations, unions and so on. I think it is important to remember, together with institutions like schools and armies, those were the real schools of citizenship. To lose these things is a loss. And if I may make a possibly controversial observation, you are lucky in Brazil to possess, I speak as a historian, a late example of just such a party as existed earlier on in Europe, to act as a school of citizenship. It may do silly things, but its social function is great and I sincerely hope that it will be allowed to play an important part in the political process for this reason.

Now, look at the contrary example. We have, fortunately, still some contrary examples, not of mobilizing States, but of States possessing sufficient legitimacy and belief in their essential, so to speak, social function, to impose considerable sacrifices. The example I choose is Germany, which has devoted an enormous part of its resources, as we heard yesterday, for social purposes, namely for one disadvantaged part. Can we honestly say of our own States, that it would be possible, at present, to do this. If not, how could we get back to this point? And here I must agree with Touraine, and I am happy to see that we count. Let us say, the initiative, at present, will undoubtedly have to come from above.

This, I think - I do not want to sound pompous - but this is one of the responsibilities of the people who are at the top in the government of countries, and it is easy for somebody who is not, and who does not even try to, to say this. However, one recognises not only their responsibility, but their potential. We rely a great deal on the people who actually can begin, from the top, to mobilize, to reconstruct, to lead.

Now, in our developed countries, and this is the last point I would like to make briefly, in the developed countries one of the major political difficulties is, perhaps, greater than it is here. The people for whose benefit redistribution has to be undertaken came to be a minority and, consequently, the majority is harder to convince. In this country, which is perhaps, if not the absolute world champion of social inequality, then very close to the championship contender, the majority of the population would, undoubtedly, benefit from such a policy. The difficulty lies not in being able to mobilize people for something which will do the greater part of them some good, but in things like the markets, the economic factors which exercise a kind of veto on the powers of any government. This is one of the drawbacks of the world economy.

Nevertheless, there is one argument that I think should be borne in mind, and this argument, made at least twice in this Seminar by Foxley, is that a more equal distribution of the income, in Brazil and anywhere else, is not simply a case of social equity, it is an economic asset. If you look at Japan, for instance, one of the reasons why Japan has had an economic miracle is precisely that it has a far less unequal distribution of income than any of the other countries, even than Sweden. As a matter of fact, the top 20% of the income earners in Japan get something like four times the average income of the bottom 20 %; that would be a dream not only in Brazil but even in a lot of other countries.

So there is a case to be made, perhaps even a case for foreign investors to take notice of, for a policy of infrastructure development and redistribution of the social income for hard known economic reasons, as well as for idealistic sociological reasons and reasons of social equity.

Thank you.

Professor Francisco Weffort:

Eu gostaria de fazer os meus comentários em torno de um tema geral que, a meu ver, exige reflexão, particularmente no caso da situação brasileira. Esse tema geral seria o da simultaneidade das mudanças em curso, nesta época de mudanças. Esse é um tema observado por todos os que estudam as transições, mas que, no caso do Brasil, assume uma enorme complexidade, que deveria ser ressaltada. Se nós estivéssemos fazendo este Seminário há alguns meses atrás, aqui mesmo no Brasil, talvez pudéssemos ter lido na imprensa, no dia anterior, observações, por exemplo, a respeito de uma crise de governabilidade no país. Quer dizer, o problema não era apenas de uma crise de Estado, ou de uma crise do sistema político, ou da fragmentação dos partidos. Nós estávamos diante de um cenário no qual pelo menos se percebia uma enorme dificuldade para começar a atuar no sentido que Alain Touraine pedia, na sua exposição inicial.

Essa observação sobre a simultaneidade das mudanças, ou das tarefas, ou das crises, neste momento de mudança, parece-me necessária, como observação inicial, para assinalar o que, a meu ver, parecem ser também as possibilidades presentes de que algo mudou. Pessoalmente, estou convencido de que as eleições de 1994, tanto no plano da eleição presidencial quanto no da eleição do Congresso, no das eleições dos governos estaduais e assembleias legislativas, implicaram um enorme progresso do sistema representativo, no país e uma capacidade de atuação previsível daqui para diante, que há alguns meses podíamos duvidar que viesse a ter.

De certa maneira, o momento atual obriga-nos, parece-me, a uma reflexão histórica mais ampla, que é a de tornarmos este momento, possivelmente como alguém já observou, momento de encerramento do processo de transição do regime autoritário para a democracia, a partir do qual nós estaríamos efetivamente com a possibilidade de iniciar, ao fim de uma longa transição, um processo democrático consolidado. Mas eu diria que é mais do que isso, como também já se observou, e eu gostaria de recolher essa observação aqui, talvez seja esse também o momento em que se encerra um longo ciclo histórico, que começou com a Revolução de 1930.

Ou seja, a meu ver, existem temas, problemas, questões, obrigações que se colocam ao novo Governo e ao Estado brasileiro, que são os da conjuntura atual e que são uma herança de todo esse longo processo. Assim como existem progressos ao longo desse período, por exemplo, de um Estado que teve um enorme êxito, no caso brasileiro, ao promover o processo de desenvolvimento, certamente nós temos problemas que resultam do próprio êxito do processo de crescimento do Estado. Assim como nós tivemos, mais recentemente, no processo da transição, um enorme crescimento da sociedade civil, tema que esteve na boca de todos nós, no processo da luta democrática, também tivemos, como desdobramento do processo do crescimento da sociedade civil, um enorme crescimento do corporativismo. Nós estivemos fazendo neste país, ao mesmo tempo, duas grandes reinvin-

dicações democráticas: a ampliação da cidadania e o crescimento da sociedade civil. Mas pela porta dos fundos nós estivemos realimentando o espírito bélico das corporações, que está em todos nós. Todos esses problemas estão aí, eu acredito, como problemas iniciais de um Governo que terá de se definir em face da época atual, do momento atual, não apenas como quem inicia um período curto, de quatro anos, mas como quem eventualmente está dando início a um novo período histórico. Essa é a ambição que acho legítima que os brasileiros, neste momento, se possam colocar.

Na Revolução de 1930, os grandes temas foram representação e justiça. Foi por isso que se fez uma revolução neste país em 1930, fato que teve conseqüências. Uma delas foi uma Lei eleitoral extremamente benéfica para criar dissidentes das oligarquias nas origens, e hoje, em suas conseqüências, extremamente irresponsável, porque dá o prêmio ao aventureirismo político. Mas isso é conseqüência de um passado que é de mérito no sentido da defesa da liberdade política.

No momento atual, acredito, já foi enfatizado por vários, que o grande tema é o tema da cidadania. Touraine já mencionou isso. Eu recolheria uma expressão do Fernando Henrique, que acho muito boa, uma frase de choque: o Brasil não é um país subdesenvolvido, mas é um país injusto. Uma frase que, eu já tive a oportunidade de observar, implica, uma vez que quem a afirma é o Presidente da República, assumir a responsabilidade de corrigir, tanto quanto possível, as injustiças.

Ou seja, há um compromisso evidente, quando se colocam o tema da cidadania e o da injustiça, com o problema da igualdade social. Em outras palavras, o Brasil tem, nós temos, na nossa história, este peso, já observado por todos, de que aqui as fórmulas autoritárias sempre foram muito mais eficazes para promover reformas do que quaisquer fórmulas democráticas. Esse é o grande problema. Essa é a grande tradição brasileira. Quaisquer que sejam as fórmulas autoritárias de que se lembre, elas foram mais eficazes no nosso passado, para promover reformas econômicas, inclusive reformas sociais, de sentido basicamente democrático, do que a democracia política.

Quando se coloca hoje o tema da cidadania, eu gostaria de que se pudesse entender que o que se busca, com esse tema, é o conceito de uma democracia política no Brasil que finalmente seja capaz de produzir reformas. Neste ponto encontra-se todo o conjunto dos desafios, porque é preciso que o Governo crie condições para começar a governar, e isso, pelo que eu ouço por aí, não é tão simples. É preciso que o Governo tome iniciativas para acionar um dinamismo do Congresso. Já ouvi de um congressista ilustre, numa oportunidade, que o Congresso é uma Casa que reage a estímulos externos, vindos do Executivo ou da sociedade civil. Então terá de vir, se não vier da sociedade, terá de vir do Governo que se inicia.

É preciso que um Governo que faça uma reforma de Estado e uma reforma da economia, que tem todas as dificuldades que os economistas estiveram discutindo, seja, ao mesmo tempo, capaz de operar políticas distributivas de algum alcance, porque nesta sociedade ou se faz isso ou é muito duvidoso que se encontre, durante muito tempo, este cenário de apoio que eu acho que existe neste momento e vai continuar existindo por muito tempo, por alguns meses, pelo menos, eventualmente por um ano, um ano e pouco, de expectativa, de esperança, que é típico da cultura brasileira em relação a um Governo que se forma democraticamente. Isso é típico da tradição brasileira, essa expectativa vai existir, mas para que essa expectativa, em relação ao Governo que se cria, possa ter frutos, é necessário que esse Governo tenha a capacidade não apenas de produzir uma eficácia em relação ao Estado e a si próprio, mas também de produzir uma eficácia em relação às mudanças, a certas mudanças, dentro desta sociedade, que são absolutamente imperativas. Como combinar isso tudo: creio que é este tema da simultaneidade das transformações que se impõe a todos.

Queria só fazer uma última observação que é a seguinte: eu acredito, concordo com o Touraine, que provavelmente este é um momento em que uma iniciativa que parta do Governo poderá ser extremamente fecunda para dinamizar todo o processo político. Eu gostaria, no entanto, de advertir, desde logo, sobre algo que todos nós conhecemos, que

evidentemente nenhum de nós quer repetir, que é a idéia de um Estado inspirado no estilo Oliveira Viana, que concebia uma sociedade amorfa, incapaz de representar-se, e, portanto, um Estado que devia impor à sociedade a camisa de força das suas organizações corporativas, porque é essa exatamente a tradição que nós temos de combater, que nós temos de mudar.

Mas estou de acordo, evidentemente, que não é essa a interpretação que se busca dar e estou de acordo que esse Governo tem de tomar iniciativas para fecundar todo o processo político. Pois bem, nessa idéia geral da simultaneidade das mudanças e das tarefas, o grande problema, a meu ver, é o problema inicial. Governos que buscam promover reformas, em situações como essa, têm de se inspirar num ideal de legitimidade geral na sociedade, e têm que ter a capacidade de estabelecer as suas diferenças com os seus iguais, ou melhor, de estabelecer as suas diferenças com os seus mais próximos.

Para dar um exemplo, para ficar mais claro, um dos problemas do Governo mexicano era o PRI. Alguém vai dizer: "Bom, mas o PRI é a sustentação do Governo". Sim, é a sustentação do Governo e é o primeiro problema, sempre que o Governo tenta mudar a sociedade. Quer dizer, em situações desse tipo - e eu não estou aludindo à existência de nenhum PRI dentro da sociedade brasileira -, nós temos, pelo contrário, aqui, uma fragmentação partidária, temos 18 partidos no Congresso - quero mencionar a necessidade de que a ação do Governo seja capaz de mudar o papel dos participantes do processo, de mudar o tipo de desempenho que esses participantes esperam ter. Isso terá de ser num rumo original, em relação a tudo que nós possamos ter ouvido, sobre as experiências européias, eu diria até mesmo sobre as experiências latino-americanas.

Eu tenho a impressão de que o Brasil tem de inventar um caminho novo. Esse caminho novo haverá de resultar da imposição não apenas da vontade política do Governo, mas de certas circunstâncias que são as da história brasileira e que acabarão exigindo isso.

Muito obrigado.

Professor Guillermo O'Donnell:

Obrigado.

En estos minutos voy a hablar sobre la reforma del Estado, la extensión de la democracia y nuevas formas de hacer política, partiendo de las consideraciones que hizo Touraine sobre la extensión de la ciudadanía. Pero no se asusten porque no les voy a dar mi visión del mundo sobre estos temas - por la triste razón de que yo soy incapaz de pensar nada que me parezca interesante, consistente y empíricamente sustentable sobre ese tema, así que lo haré sobre un tema mucho más pedestre, pero que yo creo que es muy importante y también, desgraciadamente, muy difícil de solucionar. Es la cara inhumana que el Estado le impone a nuestro pueblo, a nuestro *povo*, la cara de ese Estado que nuestro pueblo encuentra en sus transacciones diarias.

Alejandro Foxley, con mucho brillo, en su presentación de esta mañana dijo cosas importantes, pero me gustaría extenderlas un poco más, porque ese Estado es para nosotros, para los que estamos en esta sala, la otra cara de la luna. Es el Estado que nosotros casi nunca nos encontramos. Cuando queremos salud o educación pagamos servicios privados, o cuando necesitamos documentos o jubilaciones, o somos tan importantes que nos reciben directamente o algún amigo importante nos facilita el acceso inmediato sin hacer colas. De manera que temo que por ahí nos olvidamos de esa otra cara de la luna que nosotros no vivimos. Y ahí, yo quiero recordar que los encuentros con el Estado son muy importantes para este pueblo - jubilarse, conseguir documentos, intentar asistencia médica, etc. Esta ya era una preocupación mía en la Argentina antes de venir a vivir este hospitalario. Después aprendí mucho de este tema - durante diez años tuve el privilegio de ser miembro del CEBRAP y seguir de cerca las investigaciones y las preocupaciones de Ruth Cardoso.

Yo creo que lograr que se de a todos un trato de ciudadanos, un trato menos inhumano, menos cruel, van a llevar 50 años, por lo menos, probablemente más tiempo que reformar

la industria y conseguir una adecuada tasa de cambio. Este es un punto no solo de construcción de la ciudadanía, sino también y a más corto plazo de solidificar una dimensión de legitimidad de un Estado que se presenta con la cara de un régimen democrático. Ahí, por supuesto, hay mil complicaciones para implementar políticas que conduzcan a que el Estado trate a todos como ciudadanos, complicaciones a nivel federal, a nivel estadual, a nivel municipal. Pero yo creo que hay fuertes razones para que los gobiernos tengan interés en recordar la otra cara de la luna. Aunque no se pueda hacer nada muy importante a corto plazo, los gobiernos deberían dar señales claras que este es un tema que los ocupa y preocupa, que están interesados en humanizar el Estado - no por vía de represión y demonización de los funcionarios, que son otros *coitados* que también son parte del pueblo aunque, por momentos, están del otro lado del mostrador. Esta debería ser una tarea de motivación, de discusión, de incentivos. Esto sería una señal de reconocimiento de ciudadanía. Es una forma de decirle a la gente que económicamente lo pasa muy mal - y que, según he oído de los economistas, por un tiempo no lo va a pasar mucho mejor - que ellos realmente importan a un Estado con cara democrática.

Adam Przeworski recordaba el mayor retorno de la inversión social que el de los aumentos de salarios. Pero esto presupone que en la frontera de las políticas sociales, en el momento de la implementación, una relación más humanizada, más ágil, más consciente de que se está frente al ciudadano, esté ocurriendo. Si no es así, como me comentaba esta mañana Louis Emmerij, las políticas sociales mejor diseñadas pueden fracasar estrepitosamente en ese punto de implementación en la cual el Estado se encuentra con esos ciudadanos a los que tantas veces no reconoce ciudadanos.

Por otro lado, con obvia modestia, Foxley omitió - en su relato del éxito bastante significativo de Chile en este asunto - mencionar que fue parte de un gobierno ejemplar, en términos de su actitud republicana y de su honestidad irreprochable y insospechable. Por cierto, de una cosa que uno puede estar seguro es que ese también va a ser el caso del gobierno de Brasil los próximos cuatro años.

Yo creo que declaraciones de preocupación por un trato más humano por parte de agencias del Estado en sus relaciones con el pueblo, dadas por gobiernos desprestigiados por corrupción, por prácticas sospechosas, van a parecer siempre como manipulación. En cambio, señales de este tipo dadas por gobiernos que tienen la pura autoridad de su postura auténticamente republicana tienen un efecto de aliento, de legitimación, de reproducción de lealtad hacia el Estado y el régimen político. Yo creo que en este aspecto sutil, pequeño, un poco pedestre, el futuro gobierno de Brasil implica una chance histórica muy especial y muy importante. Conste que sólo hablé de las burocracias, de las políticas sociales; no he hablado de la policía ni voy a hablar. Este es un tema no para cincuenta, sino para cien años y ahí realmente confieso que tengo menos ideas, aunque también estoy seguro que algo se debería y podría empezar a hacer.

En definitiva insisto que el contenido simbólico pero nada falso de avances reales en dirección a un Estado que aprenda a tratar a todos como ciudadanos sería una sutil pero importante contribución para la construcción de la democracia en nuestros países.

Professor José Arthur Giannotti:

Ao ouvir Touraine, o que sempre faço com muito prazer, me apercebi, apesar da minha francofilia, que eu não consigo me livrar do estigma de trair os meus amigos franceses. Mas, desta vez, essa traição é parcial, porque eu gostaria de me opor ao Touraine de hoje, por meio de suas lições do passado. Gostaria de introduzir um pouco, nos temas que o Touraine levantou hoje, pelo menos alguma coisa dos atores sociais.

Estou inteiramente de acordo com ele quando mostra que pelo menos a tripartição clássica, típica a partir do século XVII e, em particular, do século XIX, pela qual se compreende a sociedade, hoje é insatisfatória, isto é, é impossível pensar justamente o indi-

víduo, a construção do social por meio da mão invisível do mercado, e com ela a construção da sociedade civil, em seguida o Estado.

Mas não diria que apenas esse processo foi destruído e que precisa ser substituído por outro; pelo que o Touraine nos disse, trata-se de uma nova proposta de recompor a sociedade. Pensaria que isso também está inscrito, tanto a proposta de recompor a sociedade como as causas que nos levaram à perda dessa explicação tríplice - e aqui está o meu velho materialismo -, tudo isso ainda está ligado a processos de trabalho. Isto é, gostaria de introduzir um ator importante e que, ao meu ver, principalmente no Brasil, está intimamente ligado à idéia de cidadania, que é o consumidor. Lembro que, no Brasil, a cidadania tem aparecido sobretudo como uma conquista dos consumidores e que ela deixa de ser uma cidadania consentida na medida em que os consumidores forçam para que aumentem seu consumo mas também que tenham o direito ao consumo; por consequência, direito de acesso ao Estado. Creio que a vinculação entre consumo e cidadania se faz por meio desse processo.

Mesmo que uma boa parte da população não esteja empregada, não decorre daí que essas pessoas não estejam procurando consumir e, mais ainda, não tenham padrões bem claros de consumo. Isto é, a procura pelo consumo faz com que mesmo as pessoas que estejam fora do mercado tenham um comportamento que se relaciona a um determinado mercado. Obviamente, não estou falando do mercado clássico, competitivo e tudo mais, mas estou salientando que há uma competição em relação a bens possíveis. Mas aqui aparece uma diferença básica em relação ao que acontecia na explicação clássica do século XIX. As pessoas não estão procurando este bem ou aquele bem. Por exemplo, a idéia hegeliana de que a primeira manifestação da personalidade seria o apropriar-se do objeto, e que o objeto seria então o espelho da sua individualidade - esse é um tema sobre o qual nós precisamos voltar a discutir depois -, a meu ver foi inteiramente destruída, na medida em que as pessoas trabalham sobretudo para obter dinheiro, como se fôssemos todos nós apenas prestadores de serviço, e a obtenção do dinheiro, tanto como um bem econômico como um bem simbólico, significa uma posição estratégica no consumo e na possibilidade da cidadania.

Isso significa que a questão da identidade, que o Touraine coloca muito bem ao dizer que hoje nós, antes de sermos sociais, somos aquilo que somos, a meu ver, aparece como consequência de uma estratégia para aumentar a possibilidade de penetrar no consumo, ou, mais ainda, de garantir os privilégios do consumo. Em outras palavras, não existe mais uma oposição tradicional entre o público e o privado, como a pensávamos nos termos clássicos, mas que o privado é um processo de privatização do comum e que só aparece um comum na medida em que, associando-se às pessoas na defesa da sua privacidade ou do processo de privatização, elas precisam encontrar seus representantes. Ninguém pode defender até mesmo a privatização de uma rua se não encontrar fórmulas elementares de representação. Essa representação duplica os atores em atores privados e atores que representam esse público e, com isso, o processo da representação surge como um processo contraditório que inclui interesses privados e interesses públicos dos próprios representantes.

Sobre esse aspecto, não acho que a política escape desse esquema onde o público e o privado deixam de demarcar áreas opostas, mas, pelo contrário, implica processos sociais conflitantes. O político, como a maneira pública de fazer o público, é também o final desse processo conflituoso de privatizar o comum e de recuperar o comum, na medida em que exclui certas populações do comum, ou cria fronteiras no interior da comunidade. A maneira pela qual o processo político se faz hoje é muito diferente daquele processo tal como era pensado, no século XIX, como forma de exercício da vontade do indivíduo a fim de constituir uma vontade geral. O processo eleitoral hoje, por exemplo, é muito menos uma soma de vontades individuais desarticuladas, que um processo de transformar em comum um conjunto de interesses privados que apenas aparentam ser gerais. Isto se faz de tal forma que, de um lado, os atores - nisto eu concordo com Touraine - são, de certo

modo, diluídos nesta massa uniforme de uma opinião pública e o próprio Estado aparece muitas vezes não mais como aquele espelho da sociedade civil, tal como foi pensado pelos clássicos, mas como um espelho partido, que não pode deixar de levar em consideração as fissuras pelas quais ele foi reconstituído. Eu estou inteiramente de acordo quando o Professor Hobsbawm insiste na importância do Estado mas gostaria de lembrar que não temos mais o velho Estado comum, mas sim um espelho partido, onde os privatismos, em particular e as corporações estão sistematicamente inseridos. Qualquer política estatal é, ao mesmo tempo, uma representação do comum e uma representação dos interesses particulares, que permitem que esse comum seja efetivado.

Se não se pode afirmar que de imediato tenhamos um Estado representante da classe dominante, não é por isso que passamos a ter um Estado que não seja excludente. Constituir o público muitas vezes equivale a demarcar ilhas privatistas que privilegiam interesses particulares dos próprios representantes que se ajustam com interesses gerais, excluindo certas partes da população. E como não mais acreditamos ser possível a antiga superação do privado no público, toda a dificuldade reside em gerir essa contradição. É o que rapidamente tinha a dizer.

Muito obrigado.

Professor Juan Linz:

Me ha impresionado, como es lógico, el *tour d'horizont* desde un avión que volaba muy alto sobre el globo, o quizá desde un satélite, de lo que es la sociedad en el mundo hoy. Pero veo un peligro que se refleja en el pesimismo, en gran medida, de la presentación de Touraine, de recoger todo lo que no funciona, todo lo que está estallando en un sitio o en otro y sumarlo todo como una visión de conjunto de lo que es nuestro mundo. Al final siempre hay excepciones; resulta que luego el Cono Sur y Chile no son parte de ese mundo tan malo y puede que algunas partes de Europa Occidental y algunas de Centroeuropa. Nos fijamos en las explosiones de nacionalismos violentos pero nos olvidamos de que hay nacionalismos que se han integrado dentro de un Estado y que, por ejemplo, aunque los catalanes hagan cosas que a mí, como español del centro, no me gustan, se sienten españoles como se ha visto en las Olimpiadas. Es decir, que todas las cosas no son tan graves como parecen y quiero subrayar esta dimensión, digamos, de pesimismo que se refleja en el título del último libro de Klaus Offe, que es la luz y al final está el túnel. Hay una luz, luego hubo un túnel, pero el túnel está iluminado por la luz de la transición a la democracia y la gente percibe - esto está en las encuestas de Richard Rose y de otros - la luz al final, es decir, el optimismo existe al final de ese proceso. Por lo tanto quiero "tomar un poco de excepción", *take exception*, a la formulación. Y creo que una razón fundamental para plantear el tema es que hemos pasado, en un momento de transición, a la democracia, aunque no todas las transiciones van a llevar a una consolidación de la democracia, ciertamente. Pero de las muchas transiciones que ha habido, hay bastantes que están llevando a una consolidación o que se han consolidado ya. Estamos aquí con ocasión de la elección de Fernando Henrique. Yo creo que refleja ese proceso de consolidación de la democracia en Brasil, con todos los problemas y todas las dudas - que los datos nos muestran - que los brasileños tenían sobre la democracia. Pero tenemos que pensar también en los medios para controlar el proceso político. Ciertamente el ejemplo más claro que había en Hispanoamérica - en América Latina - es el caso de la elección de Fernando Collor y el mismo electorado brasileño ha podido responder a otro tipo de convocatoria gracias a Fernando Henrique. O sea, que vamos a hablar de democracia.

Se ha hablado mucho del Estado y de lo importante que es el Estado, de si el Estado puede hacer esto o lo otro. Lo que olvidamos y se ha añadido al final, de pasada, el "Estado democrático", donde *democrático* es algo más que un adjetivo. Yo creo que no puede haber democracia sin Estado y no puede haber Estado legítimo en nuestras sociedades que no sea democrático. En el pasado, sí, había el Estado fascista, había el Estado comunista, había concepciones del Estado legítimas para algunos sectores de la población, para algunos

intelectuales que no creían en el Estado democrático. Incluso los intelectuales siempre decían “yo no soy partidario del fascismo, pero quizá en nuestro país hace falta algo de esto”. Eso, afortunadamente, yo creo que, en este momento, ha pasado. Ese cinismo de ciertos intelectuales. Entonces nos encontramos con la tarea de “¿cómo construimos Estados democráticos legítimos?” Y con esto vuelvo al tema de esta mañana: estaba claro que las políticas económicas exigen una acción por parte del Estado, pero si ese Estado no tiene legitimidad, no puede ejercerla. Vamos a subrayar una cosa que yo creo que se olvida: que en todos los países de los que tenemos datos de encuesta, con alguna excepción, quizá, en la antigua URSS, la gente considera la democracia como algo positivo en una proporción muy grande, más del setenta, más del ochenta por ciento, aproximadamente, contando los “no contestan” y que, sin embargo, respecto al sistema económico capitalista que también ha ido adquiriendo legitimidad (los datos españoles demuestran cómo ha ido aumentando esa legitimidad ante una pregunta sobre si es el mejor sistema económico para un país como el nuestro), las proporciones siempre han sido menores. Es decir, que el sistema económico no legitima el sistema político y mi amigo Adam Przeworski tiene unos datos magníficos de que la democracia aguanta muchos más años una crisis económica que una dictadura - algo que a mí me gusta mucho encontrar en sus datos y que demuestra una cosa fundamental: el problema de la legitimidad, aunque él no crea en esa palabra. El hecho es que la legitimidad democrática es un elemento esencial para hacer políticas económicas eficaces y Alejandro Foxley nos dio algunos ejemplos. Entonces el problema es el problema de la democracia. Y aquí nos encontramos, yo creo, con una confusión muy peligrosa que ha surgido en la lucha contra Estados de tipo comunista en Polonia y en la lucha contra la dictadura en Brasil, que es hablar de la sociedad civil y el Estado, y eso no funciona. La sociedad civil tiene que articularse en una sociedad política, es decir, en liderazgos políticos, en partidos, en organizaciones para competir por el poder y apropiarse del poder. Se ha hablado aquí que toda esta reconstrucción del Estado y de la sociedad - esa sociedad que ha desaparecido, que no tiene actores - tiene que iniciarse desde arriba. Sí y no. Yo comparto la perspectiva de Schumpeter de que los políticos se presentan ante el pueblo para obtener un apoyo para una política que ellos tienen que formular, el pueblo no la puede formular. La prueba es que los referéndums no funcionan. En el referéndum sobre la OTAN, al final, Felipe González tuvo que hacer una campaña gigantesca para cambiar el clima de opinión en la sociedad que él había creado. El hecho es que el pueblo no puede formular alternativas, no pueden venir de abajo, no seamos utópicos. Pero tampoco podemos creer que en una democracia se puede hacer política sin el pueblo. El *demos*, en último término, cada cuatro años, decide. Por lo tanto, la función del político es crear fuerzas que vengan de abajo para que le apoyen para realizar su gestión. Aquí se habló - Foxley, me parece que fue - de la alta capacidad de comunicar. El político tiene que tener esa capacidad de comunicar y tiene que ser ejemplar. Aquí volvemos a un tema en el que no debíamos extendernos mucho, el de la corrupción o de la percepción de corrupción en las democracias contemporáneas como deslegitimadora del poder y por lo tanto, incapacitando la gestión pública. Habría que pensar mucho qué es corrupción y qué no es corrupción y en qué medida nuestras mismas políticas sobre la financiación de la vida política son la causa de la corrupción y cómo, quizá, habría que hacer reformas en ese campo que no puedo entrar.

Aquí se ha hablado del Estado como una cosa de los políticos. El Estado es el que administra una administración pública en la ventanilla, es el policía del barrio. Y ahí tenemos un dato curiosísimo. Yo, en España, preguntaba si España era una sociedad injusta y mucha gente decía que lo era. Luego preguntaba en donde la habían tratado injustamente: en un banco, en una tienda, en el seguro de enfermedad, en una administración pública. Resulta que lo más injusto eran muchas de las relaciones con la administración pública y no con el mundo capitalista. Y sin embargo, lo que se piensa como injusto en la sociedad es el sistema capitalista. O sea que ahí hay un problema muy importante, que es la eficacia de la administración y la calidad de la administración. Esa es una tarea que no creo que sea tan difícil como uno dice. Se puede formar funcionarios, policías etc., que sean capaces de

una cierta conducta y que pueden servir a un régimen o a otro. La comparación entre Brasil y Chile entre los carabineros y la policía es triste, en cierto sentido, para Brasil e indican cómo hay una serie de instituciones que se pueden mantener a pesar de los cambios de régimen.

Otro tema que quiero señalar es que la democracia es un concepto muy genérico pero que luego vienen las instituciones democráticas: presidencialismo, parlamentarismo, los sistemas mixtos a la francesa etc. Todo eso yo creo que tenemos que incluirlo mucho más en el análisis de cómo funcionan las instituciones democráticas. Sobre eso he escrito y he dicho algo, y quiero destacar que también ahí, como en tantas cosas de las que hemos hablado esta mañana, hay unas condicionantes. Por ejemplo, la opción entre parlamentarismo y presidencialismo en América Latina, salvo en un momento óptimo, después de la caída de las dictaduras, que es el momento para experimentar, quizá haya pasado, pero se puede, yo creo, introducir elementos de flexibilidad del parlamentarismo en el presidencialismo para evitar los casos como Alan García o Carlos Andrés Pérez que aguantan ahí cuando ya no tienen capacidad para gobernar. Tendríamos que estudiar instituciones y creo que nosotros debíamos haber dedicado quizá más tiempo al estudio de las instituciones democráticas. El problema del federalismo me parece muy central en cuanto a la creación de desigualdades y creación de ineficacias y gasto público - esos son algunos datos que se han mencionado aquí, esta mañana - es decir, cómo funcionan las instituciones en una democracia.

Otro tema que es el problema del tiempo en el proceso democrático. Es decir, por qué tenemos esa idea de que hay un plazo limitado para que un gobierno democrático haga algo, si lo elegimos por un período más largo de cuatro años, por que tiene que hacerlo todo en seis meses. A ver cómo podríamos cambiar esa imagen del proceso gubernamental y del proceso político. Y eso me lleva a los partidos políticos. Creo que aquí hay una serie de temas fundamentales en la crisis europea occidental y americana de los partidos. Hay una serie de expectativas contradictorias de los partidos; por un lado, queremos que sean un instrumento para apoyar una política de gobierno, sobre todo cuando hemos elegido a un presidente o hemos elegido a un jefe de gobierno, cuando elegimos su partido para que él sea jefe del gobierno (en el caso de los partidos europeos); por otro, estamos descontentos de que esos partidos tengan disciplina, en Europa, no en Brasil y no en Estados Unidos, y que por lo tanto no representen los intereses del ciudadano, de su distrito, sus problemas humanos. Hay una idea de representación que está, en cierta medida, en conflicto con el papel del partido como instrumento de gobierno y de apoyo a una política. El caso americano es el opuesto: es la desintegración del partido por un énfasis excesivo en la idea de representación de un electorado concreto, de una *constituency* concreta y total incapacidad de articular, a través de un partido, una política y una legislación más amplia y más general. Creo que tenemos que estudiar mucho más las contradicciones que tiene en la mente, el ciudadano, sobre los partidos. Por ejemplo, tenemos la idea de la libertad individual de votar, y creo que los *floating voters* cada vez más numerosos en una sociedad sin estructura de clases rígidas y con la crisis de las ideologías, son expresión de esa libertad. Con ello, la lealtad a los partidos falta, lo que hace más problemático el ejercicio de la *voice* dentro de los partidos, para utilizar los términos de Hirschman. Aquí tenemos problemas muy interesantes: yo creo que los partidos se pueden crear pero eso es muy difícil en el sistema presidencial porque el presidente está, en cierto sentido, por encima de los partidos y no es un actor activo en el proceso de crear un partido - veamos el caso de Yeltsin, que se abstiene totalmente de las elecciones en diciembre del 93 y no tiene un partido y no tiene interés en tenerlo. Yo creo que eso es un gran problema en algunas democracias.

También habría que subrayar la problemática de los recursos para los partidos, que es un tema central. Por un lado, el problema de la contradicción: queremos políticos que se dediquen de lleno a la cosa pública y, por lo tanto, unas incompatibilidades, y queremos políticos que tengan relación directa con la sociedad. Las dos cosas no son del todo compatibles. Queremos políticos que no se dediquen, no tengan una larga dedicación a la

política, el debate sobre los *term limits*, un espectro que viene de Estados Unidos, (de donde vienen tantas innovaciones que todo el mundo imita, sin saber muy bien por qué) que trata de desprofesionalizar la política, cuando todos sabemos que en cualquier comité hay que estar muchos años para aprender como se hacen las cosas y para tener influencia auténtica. La gran ventaja que trae Fernando Henrique, es que él conoce el Senado, el Congreso, que no es un gobernador de Alagoas o de algún otro Estado (perdónenme los de Alagoas, que haya elegido ese ejemplo, podría ser también Rio Grande do Sul) que no ha estado en Brasilia, día a día, conociendo el mecanismo de gobierno y el gobierno, por haber sido Ministro. En ese sentido hay una serie de problemas interesantes del *cursus honorum* de los políticos. En qué medida les da una experiencia para gobernar, o no se la da? Estas reformas, a veces populistas o democratizadoras, tienen efectos contradictorios.

Finalmente tenemos aquí un problema que yo quisiera haber mencionado y discutido más, que es el decir "bueno, la democracia está bien pero no es más que la democracia política, tenemos que ampliar la democracia, la democracia económica etc." Tenemos que pensar eso mucho, porque el ciudadano dedica poco tiempo y poca atención a la democracia política a pesar de que tiene algo tan emocionante como las elecciones: llega el momento que sí, que se interesa, pero si tiene que elegir muchas personas (para la caja de ahorros, para la universidad, para el *school board*, para todo lo que puede haber), deja esa decisión o al periódico en el que tiene confianza, como sucede en Estados Unidos, muchas veces, en esas elecciones a jueces y otros cargos donde el *New York Times* sugiere a quién votar, o la otra alternativa, que es confiar en el partido. Esto es lo que pasaba en la democratización tan extensa de la vida pública italiana y que lleva a la *partitocrazia*. Hemos visto la *partitocrazia* italiana y sus efectos a largo plazo, la *partitocrazia* de Acción Democrática en Venezuela, es decir, la penetración del partido en todas las esferas de la sociedad, pero no tiene la calidad que debía tener y se presta a la corrupción y a muchas otras cosas que no son compatibles con una sociedad liberal y democrática.

Tenemos que pensar mucho sobre la democracia y yo creo que, ya que hemos terminado - salvo en muchas partes del mundo y Alain Touraine nos lo ha recordado con los sistemas no democráticos, y que hemos hecho nuestro estudio más o menos de las transiciones y estamos con el de las consolidaciones, tenemos que empezar una gran tarea de estudio comparado de las democracias y las diversas modalidades y formas que toman, desde las más institucionales, como son el parlamentarismo, el presidencialismo, el federalismo, que creo que significa cosas muy distintas en Alemania, en Brasil y en un país multinacional y multiétnico. Tenemos que empezar a desbrozar todo ese mundo de las democracias y yo invito a Fernando Henrique a que nos convoque al final de su mandato para que podamos hacer un análisis del caso de la democracia brasileña como un ejemplo de una democracia que haya logrado ser ejemplo para las democracias latinoamericanas y del mundo. Quisiera hacer un análisis comparado de las democracias y de las múltiples variedades de democracias, que no todas van a ser iguales, aunque todas responden a una cosa muy sencilla, que es que los que gobiernan no tienen el monopolio del poder, si es que tienen un monopolio, porque el poder es muy poco, y el que tiene es por un tiempo limitado. Por lo menos, no lo tienen por vida, como bajo el que yo viví cuarenta años. Y eso es una ventaja, y que se les pueda pedir cuentas al final. Esas dos ventajas, y que todo el *demos* participe, define a la democracia. Y aquí venimos al tema de Estado, Nación, etc. Si el *demos* es la nación en una sociedad multinacional, entonces tenemos problemas. Si tenemos como en la mayoría de los países latinoamericanos una homogeneidad de ciudadanía, y no sé si son naciones en el sentido europeo, si son estados-nación *not nation-states, but state-nations*, como Suiza, o como lo es España para muchos españoles (no todos), ello permite la democracia y es en el cuadro que tenemos que estudiar los problemas del futuro. Sin embargo, nadie ha hablado aquí de Perú, Guatemala, etc., que presentan problemas muy distintos, más complicados.

Gracias.

Professor Manuel Castells:

Yo quisiera comentar la intervención de Alain Touraine. De hecho, desde hace cuatro, cinco años, Alain Touraine y yo estamos desarrollando una visión bastante similar, a veces en paralelo a veces en interacción, siguiendo una trayectoria histórica nuestra y quizá por eso, como ustedes saben, los que estuvieron en la sección de ayer, hay bastantes similitudes. Quisiera elaborar sobre el tema de la reconstrucción del sistema político. En efecto, creo que cuando Juan Linz decía que la visión de Touraine era excesivamente pesimista tengo que decirles que es la versión optimista del análisis - la mía más bien va en el otro sentido. Yo tengo tendencia a pensar que estamos instalados en un mundo a la vez de flujos y de caos y que la reconstitución en términos prácticos de un orden - o de un desorden constructivo - yo la vería a través de lo que podríamos llamar "pragmatismo histórico". A saber: en cada sociedad, los actores que hay, con lo que tienen y lo que son, tratan de navegar en esos flujos y de superar el caos. En ese proceso de tratar de avanzar por el proceso de prueba y error, prueba y catástrofe y prueba y más catástrofe, creo que el pragmatismo histórico puede sacarnos hacia adelante. Sin embargo, quisiera creer que Touraine tiene razón. Mi instinto, próximo a los movimientos sociales, de esperanza y de positividad, me hace intentar creer que puede tener razón. Y si Touraine tiene razón, es decir, si hay posibilidades de reconstitución, de ese "algo" entre el mundo de los flujos y el mundo de las identidades, ese algo se llama "sistema político". Pero ese mundo intermedio solo se puede reconstituir a partir de la existencia de actores y ahí está el problema. Como no vemos actores, no vemos los procesos de reconstitución. Entonces, yo quisiera hacer una reflexión sobre ese término, tomando un punto de partida más empírico. Quisiera dar cinco ejemplos rápidos de actores que me parecen surgir en ese proceso de reconstitución en contextos históricos diferentes y de las características de esos actores, hacer una reflexión rápida sobre esas vías de reconstitución. Son actores totalmente dispares en el conjunto del planeta.

Chiapas. Chiapas es, en mi opinión, la primera guerrilla informacional. Es decir, en un sentido es una guerrilla: murieron 140 personas. Yo estoy contra la violencia y concretamente contra la violencia en México. Pero por otro lado lo que desde muy al principio Chiapas se plantea es crear un acontecimiento en el mundo de los flujos de comunicación, en que a través de una identidad, la identidad clara del indio mexicano explotado, quizá el más explotado y ignorado de América Latina. Desde esa identidad hacer un salto al imaginario colectivo y a los intereses del conjunto de la sociedad mexicana y sobre todo de la clase media urbana profesional de la Ciudad de México. Es decir, cómo identificar la transformación de la democracia mexicana con la defensa de la identidad del indígena, me parece que es realmente un intento de salir de una simple postura de oposición y un intento de pasar una acción subversiva en los medios de información y de comunicación, que es distinto.

Un segundo ejemplo, partiendo de algo completamente diferente, el salto de la cultura y de la organización familiar a la economía. Un fenómeno decisivo en la nueva economía mundial, es la constitución de un capitalismo chino, a partir de la conexión de los grandes flujos de capital y de tecnología chinos de fuera de China con los gobiernos locales y provinciales en China. Aquí se está constituyendo un actor colectivo. Se está constituyendo lo que llamaría la primera burguesía global. Es decir, esos flujos de capital son suficientemente importantes para hacer un poder económico global del nivel de las corporaciones multinacionales japonesas, pero a diferencia de las corporaciones japonesas o americanas, esto es una burguesía. Es decir, se casan entre ellos, son de la misma región, tienen redes de relaciones sociales, es decir, constituyen un "actor social colectivo". Con una ideología antiestatista, pero al mismo tiempo conectando con los niveles locales y provinciales del Estado. Esto es un actor, un actor que funciona hoy por hoy como económico, pero que puede ser un actor político en el futuro.

Tercer ejemplo: la reconstrucción, un cierto modo de reconstrucción del Estado, por los movimientos fundamentalistas. Islámicos, entre otros. Yo creo que no se puede decir hoy día que no hay Estado en Irán o que, incluso, yo diría que algunos de los movimientos de construcción del Estado que Touraine veía en Asia de sudeste no se identifican con el

islamismo simplemente porque las coordenadas culturales no se nos cruzan en el cerebro, pero Malasia o Indonesia son países en que el fundamentalismo islámico tiene un enorme poder, hoy día no hegemónico en el Estado, pero que está avanzando decisivamente. Pero yo diría también que hay un proceso similar en el fundamentalismo cristiano. El fundamentalismo cristiano es una tendencia muy importante en la reconstitución del Estado en países como Italia o España, como Touraine señalaba, pero también en América Latina. No sé si ustedes saben qué son los Legionarios de Cristo, pero pregúntenles a la élite de negocios y política mexicana y les dirán quienes son los Legionarios de Cristo. Y, mucho más importante todavía: en Estados Unidos. El dirigente cristiano conservador más influyente de Estados Unidos declaraba la semana pasada que estas últimas elecciones han dejado bien claro que el movimiento cristiano fundamentalista es, al Partido Republicano, lo que tradicionalmente fue el movimiento sindical al Partido Demócrata - es decir que para ganar elecciones deben contar con un núcleo movilizado que asegura una base inicial de votos y de difusión en las sociedades, de captación de fondos, base en torno a la cual confluyen entonces, intereses de distintos tipos. Yo creo que si no entendemos que el fundamentalismo cristiano es hoy día una de las fuerzas políticas más importantes del nuevo mapa político mundial, estamos hablando de una abstracción histórica.

Cuarto ejemplo: yo insistiría en el papel decisivo que juegan hoy día en la articulación de sociedades y en la relación sociedad-Estado, los gobiernos locales y regionales. Y yo diría en todos los países, en todos los contextos. Hay un movimiento extraordinariamente importante de organización de redes de gobiernos locales y regionales en la Unión Europea; hay una asociación de regiones y grandes ciudades de Europa que tienen estatuto de observador en los comités decisorios de Unión Europea y que está consolidándose cada vez más, no como un grupo de presión, sino como sistema distinto, no alternativo, sino distinto en la formación del proceso de decisión política.

Quinto ejemplo: la extensión del Estado y su contacto con la sociedad civil hacia otras formas de articulación y organización de la sociedad. Un tema que Ruth Cardoso ha trabajado durante muchos años. Las ONGs, que yo personalmente llamo "organizaciones neogubernamentales", por la sencilla razón de que las ONGs solo existen **en, por y para** el Estado. Las ONGs que realmente son eficaces, y no lo digo como una crítica, son las que se organizan como forma de articulación dinámica, descentralizada y flexible entre el Estado y los recursos del Estado y la sociedad; y esas son las que funcionan. Las ONGs que son órganos de poder consejista alternativo son simplemente fantasías políticas.

Todo ello me lleva a decir que tenemos ejemplos en que se reconstituyen nuevas formas de instituciones políticas que intentan establecer esta relación entre las identidades particulares y el mundo de flujos del poder, de información y de riqueza. El problema es que seguimos anclados en una visión históricamente estática del Estado como Estado-Nación - el Estado heredado y exportado por Francia, el principal producto de exportación francés después del perfume y el champán - y que realmente no corresponde en absoluto al nuevo tipo de sociedades. Cuando hablamos de crisis del Estado, estamos hablando de la crisis del Estado-Nación, de una forma del Estado-Nación, que no es necesariamente la única forma del Estado. Quizá podemos empezar a pensar no en un Estado-institución, sino en un Estado-proceso. Es decir, en sistemas flexibles, históricamente diversificados según las historias de cada sociedad de lo que podríamos llamar "sistemas de *interface*" entre la representación política, la gestión de los flujos y la expresión de identidades plurales.

Y para terminar, recogiendo la invitación de "aterrizar". Yo traté de no mencionar, para nada, Brasil, pero como es mi última intervención, quizá pueda decir una palabra. Yo creo que Brasil tiene una suerte desde el punto de vista del gran tema que estamos hablando. Es decir: la relación Estado-sociedad. Yo creo que el Estado brasileño, que conozco algo, es un Estado extraordinariamente moderno desde este punto de vista, del que estoy hablando. No es un Estado moderno desde el punto de vista de lo que Touraine llama "Estado movilizador - el Estado capaz de dirigir a la sociedad en términos autoritarios o semiautoritarios. Pero es un Estado que tiene dos ventajas: es un Estado fuerte en su

capacidad de intervención en algunos puntos concretos estratégicos; y segundo, es un Estado federal real, con Estados que realmente son poderes y que además tienen una fuerte estructura municipal - lo cual quiere decir que tiene una capacidad de capilaridad y una capacidad reticular con respecto al conjunto de la sociedad muy superior al de los demás Estados de América Latina. La reforma del Estado en Brasil y las nuevas políticas que se llevan a cabo, yo creo que va a contar con un acervo, es decir, con una capacidad instalada mucho mayor que en resto de América Latina, a condición de que se tenga cuidado de que la privatización y agilización del Estado no disminuya la capacidad de intervención estratégica central en algunos puntos clave, y a condición de que la estructura reticular y descentralizada del Estado no se convierta en una sindicalización, sindicato de agravios de los gobiernos locales y estatales con relación al gobierno central. Yo creo que en ese sentido el Estado brasileño podría basarse en su historia para desarrollar un Estado de geometría variable que sea capaz de articular y expresar paulatinamente los actores que se vayan constituyendo en la sociedad. Por tanto, el tema central, me parece, es aceptar la idea de un Estado experimental por un lado, pero con capacidad de intervención estratégica por otro lado. Quizá así el proceso de reconstitución de actores pueda llevarse a cabo. El Estado no puede reconstituir los actores pero puede ser abierto, receptivo y flexible para que los actores que se constituyan puedan expresarse **en** ese Estado y no **contra** ese Estado.

Professor Philippe Schmitter:

For a moment, when Guilherme O'Donnell was reading the impressive list of topics he could have spoken about, I was afraid he was going to choose the only one I am prepared to address. We have worked together so often in the past that we have developed an embarrassing habit of becoming interested in the same topics - even when we haven't seen or talked with each other for some time. Fortunately, he decided to focus elsewhere.

I will address a single issue: citizenship, and I will explore how it can be redefined and expanded. For citizenship - its rights and obligations, its formal conditions and informal practices - is the distinctive characteristic of democracy. Non-democracies can have elections, parliaments, parties, courts, even the rule of law and individual freedoms, but only democracies have citizens.

I am also convinced that changes in the rights, obligations, conditions and practices of citizenship offer the most visible and effective means for improving democracy. If a government wishes to make progressive changes in the nature of political institutions, one very promising and effective place to start is by rethinking and redefining what citizenship is and what it can mean to individuals and social groups.

It has become evident that the collapse of the Soviet Empire and of the so-called "People's Democracies" does not guarantee the health and welfare of "Liberal Democracies" - *mucho pelo contrário*. The virtual disappearance of its most ambitious systemic alternative will not produce a universal consensus on real-existing democracy, much less "the End of History". Contrary to this naïve triumphalism, the liberal regimes of Western Europe and North America face a future that is increasingly uncertain, difficult and tumultuous. And their travails cannot help but affect the already problematic consolidation of neo-democracies in Latin America, Asia and Africa.

Evidence is accumulating of growing voter abstention, declining party identification and discipline - not to mention, the emergence of overtly "anti-party" candidacies -, weakening allegiance to trade-unions and business associations, diminished viability of systems of collective bargaining, decrease in popular confidence in virtually all public institutions and, most specifically, a dramatic decline in the prestige of politics as such and of politicians as persons. In short, even the most established liberal democracies are facing a legitimacy crisis which is at least as significant as the consolidation crisis faced by those neo-democracies that have more recently been trying so hard to adopt these very same institutions of representation and accountability.

Paradoxically, as Eric Hobsbawm has just observed, the behavioral response to this crisis has not been rising levels of popular outrage, social conflicts or anomic violence - although I suspect that a good part of the increase in criminality could be attributed to this decline in the legitimacy of public institutions and political figures. So far, its primary overt manifestation has been a sharp increase in what Antonio Gramsci called "symptoms of morbidity", i.e. general and diffuse sentiments of disgust and disenchantment, more grumbling and passive resistance than rioting or active rebellion.

What can be done about this legitimacy crisis, before it poses a greater threat to liberal democracy itself? There seem to be three macro-strategic alternatives:

(1) The first is the neo-liberal effort to promote more liberalism and less democracy by systematically deprecating and depreciating the value of citizen participation and the possibility of making significant improvements through public choice;

(2) The second would be to return to a pre-liberal regime of republican virtue by encouraging the direct participation of individuals in politics and by devolving public authority as much as possible to the most localized and decentralized units of policy choice;

(3) The Third, which will be advocated here, is to adopt a series of post-liberal reforms that would reaffirm the indirect or representative quality of modern democracy, but also extend the right to primary citizenship to all individuals and create new forms of secondary citizenship for organizations.

[Please note that these two proposals for post-liberal reform were not developed with Brazil in mind. Rather, they have emerged from discussions among North Americans and Europeans with the aim of improving the performance and legitimacy of their well-worn and deeply entrenched liberal democratic practices. For lack of time and knowledge of the specific issues facing the lengthy and difficult consolidation of Brazilian democracy, I have not even attempted the mental experiment of imagining: (1) whether these reforms are even remotely possible to implement in Brazil and, (2) whether, if they were, they might be successful in actually improving the legitimacy of its democracy. I can offer them to this distinguished group, and to President-elect Fernando Henrique Cardoso in particular, in the hope not only that they will provoke criticism concerning their applicability to Brazil, but also that they will promote the sort of creative (re-) thinking about democracy that Adam Przeworski mentioned yesterday as being so badly needed everywhere.]

My first proposal is deceptively simple: extend political citizenship to all nationals from the moment of their birth. In other words, enfranchise children at the same time that they are initially entered into the civil register. Since they would be manifestly incapable of making the sort of choices involved by themselves, this right to vote would be delegated to one of their parents until the person involved reached the presently-designated age of legal maturity - eighteen for most countries, sixteen for Brazil.

This proposal would not be difficult or costly to implement. It would pose some issues in terms of deciding which parent would be entitled to exercise the multiple vote(s) and, depending on the demographics of a specific society, it could result in some significant regional shifts in voting strength with the net benefit going to those peripheral and less-developed areas where the birthrate was higher. Needless to say, the impact of this would vary a great deal with the electoral system *en vigueur* and could be compensated for by a general reduction in malapportionment.

However, the proposal offers a number of positive advantages. The most important, in my mind, would be lengthen the time-horizon and improve the "future regardingness" of the polity. One of the most pressing problems (and alienating conditions for young people) is the tendency for modern democracies to take less and less into account the impact of their present decisions upon future generations. Escalating public indebtedness, burgeoning entitlements for the elderly, rising fixed costs for employing youths - not to mention, spiralling environmental degradation - all have the effect of mortgaging future generations without

their consent. No matter how impeccably democratic the present procedure may be that leads to these policies, their costs are being passed on to those who will eventually have to bear them as citizens.

Presumably, those adults who exercise the franchise for their children will be more inclined to take into account such future effects than if they vote exclusively for themselves. Moreover, as the child-citizens themselves mature and become aware of their vicarious enfranchisement, they will demand from their parents a justification of how their vote is being cast and how these partisan or referendum choices might affect their futures. As a side effect, this should increase the volume and specificity of political communication within and between families at an earlier age. Children would be more likely to discuss among themselves how their respective parents voted for them and, thereby, acquire more political information as well as learn how to conceptualize and debate issues of policy. It is even possible that these patterns of induced communication could reverse the remarkable decline in the inter-generational transmission of party identification and citizen roles.

An additional effect of this reform - perhaps, its most important in the long run - would be to counter-balance one of the most persistent and destabilizing trends in modern democracies, namely, the impact of the inexorable aging of the population. Not only are they becoming more numerous, but the aged also have more spare time and resources to invest in the defense of their own interests. This places enormous pressures on existing policy systems to protect and even to expand the publically-subsidized benefits to this social group - even when individuals in this group have sufficient resources of their own. All this would be perfectly "fair" in an open, competitive political system provided that those who potentially must suffer from such self-regarding policies have an equal opportunity to bring their influence to bear. Under the present procedures of liberal democracy, children and youth do not have this opportunity. By granting them "vicarious" but primary citizenship, an innovative "post-liberal" democracy could at least move in the direction of correcting this growing imbalance.

My second proposal is to create a system of secondary citizenship by extending the primary principals of equality, participation and accountability to organizations and not just confining them, as in liberal theory and practice, to individuals. *De facto*, these collectivities already have become the preeminent determinants of public policy. Individual citizens rarely can intervene effectively in that process unless they do so through parties, associations, movements or other units of collective action. *De jure*, these organizations have often become increasingly professionalized and acquired a stable, recognized and even exclusive right to be consulted on specific issues.

The basic problem in real-existing democracies is their tendency systematically to overrepresent certain categories of interest and to under-represent others. The paradox of liberal associability is that the large-scale and more dispersed social groups that are most in need of publicly provided goods and services are the least likely to be organized well enough to demand those goods. *Par contre*, those groups that are small in number, concentrated in scope and, therefore, "privileged" in the sense of Mancur Olson are far likely to be well-organized collectively and capable of demanding the protections and subsidies that they objectively need less. In short, under the usual individualistic and voluntaristic rules of liberal democracy, the system of organized interests will be asymmetrically skewed to favor those who are already favored by the unequal distribution of wealth and status in the economic and social systems.

How can this asymmetry be corrected - without violating basic rights and procedural freedoms? How can citizens be empowered, but not compelled, to pursue their collective interests more equitably? And how can the organization they create for this purpose be encouraged to act in a more public - or other-regarding fashion? If, with James Madison, we recognize that "factions" are an inevitable by-product of liberal democracy and that any attempt to repress them would only be a cure worse than the disease, what can be done to make them less likely to bias the outcome in favor of privileged groups?

The proposed answer, this time, is a bit more complicated and consequential. It lies

in the direction that Madison indicated over 250 years ago in his **Federalist Paper Nº Ten**, namely, to encourage the number and variety of factional organizations and to do so in ways that will equalize the conditions under which each group in civil society can organize itself. Imposing *unicidade* or a single compulsory format on all interests - corporatism, in other words - is a cure worse than the disease. Tolerating pluralism with all its inequalities would be to perpetuate the existing disparities and could even enhance them.

Two reforms should be combined in a single package:

(1) The creation of a semi-public status for all associations and movements that are willing to accept specific restrictions on their internal order and external actions. This would include the obligations to conduct free and fair elections for their leaders, to maintain transparent and accountable expenditures, not to engage in profit-making activities and not to engage in political actions to undermine the status or resources of their interlocutors. Many existing interest associations and social movements already have such conditions in their respective constitutions so that the demands would not be so novel or onerous, but they would be made binding under public law. Once a given organization had agreed to such a code of conduct and obtained its semi-public status, it would then become eligible for the benefits from the second reform.

(2) The establishment of a public fund for the financing of these semi-public associations and movements in civil society. Each citizen, at the time of his or her annual tax filing, would be required to contribute a modest sum to support the representation of his/her interests. "No representation without taxation" could be its slogan - inverting the historic one from the American Revolution. Instead of assigning these funds to fixed, state-certified class, sectoral and professional categories as is the case with the present Brazilian *imposto sindical*, each citizen would be free to distribute them *via* vouchers to any organizations that had previously agreed to respect the rights and obligations of semi-public status. In other words, individuals would express their secondary citizenship compulsorily by voting proportionately to support the representation of their specific combination of interests - and this contribution would be independent of their difference in ability or willingness to pay.

According to some research that I have conducted in three countries: France, Spain and Norway, this entire scheme could be financed without one additional franc, peseta or kronor. In all three, the government through its ministerial and para-state agencies already distributes considerable direct subsidies to "worthy" associations and movements.

In Brazil, with its formidable *imposto sindical* and other ear-marked subsidies and exemptions for corporatist institutions, a gradual switch to this system would not result in supplemental costs, and it would provide a politically advantageous way for phasing out an arrangement that is manifestly anti-democratic, replacing it with one that would actually expand the powers of the citizenry. In the longer run, it could also contribute to the development of a much broader basis for the mobilization of consent in civil society - an important component that was just stressed by Alejandro Foxley in his remarks on how to increase governability and consolidate democracy.

I would be the first to admit that these two reforms in the practice of citizenship are unprecedented. No country that I know of currently has either of them, although there are some partial elements of secondary citizenship in the way that "*Obras Sociales*" in Spain and public television in the Netherlands are financed *via* citizen vouchers built into their respective tax systems. I also realize that, with all the other challenges facing any country that is attempting to consolidate democracy in this period, it is tempting to avoid experimenting with any novel "post-liberal" institutions - especially with two such reforms which impacts are so difficult to discern *ex ante*. For this is their greatest strength and weakness: neither of the two proposed reforms are explicitly designed to benefit a particular class, sector, profession, region, *étnie*, passion or interest. Instead, both leave the effective choices in the hands of newly-empowered citizens - parents in the first instance; tax-payers in the second - who will freely and fairly decide how to distribute their votes and vouchers.

Universal citizenship and secondary citizenship are not linked to each other; either could be implemented without the other; but together they offer to all citizens a significant opportunity to participate in politics on an equal basis to influence (admittedly, indirectly) all decisions that affect their livelihood collectively. And, unlike many pre- or post-liberal reform proposals, they do this in a fashion that will not enlarge the state bureaucracy. Indeed, they might even contribute to shrinking it as the strengthened private organizations of civil society take on tasks that would otherwise have been **assigned to public authorities**.

Professor Torcuato Di Tella:

Yo quisiera, referirme al tema de la ideología social-demócrata que es una de las que creo que nos convoca, inclusive, al Presidente electo. Es preciso ver en qué medida algunas de las ideas políticas actuales, y las experiencias internacionales, ayudan a desarrollar una estrategia social-demócrata.

La social-democracia siempre ha tenido mucho que ver con actores sociales. En realidad, a lo que estábamos acostumbrados, los que vivíamos y nos preocupábamos por el Tercer Mundo o América Latina, era que en estos países, justamente, no había suficiente organización de actores sociales, especialmente los sectores obreros, populares, campesinos y que por lo tanto la social-democracia, que en Europa se basaba sobretodo en el movimiento obrero, y lo mismo se puede decir Japón, Australia, Israel - o sea, los países desarrollados - acá tenía que adecuarse. Ahora la teoría nos dice que también en los países de muy alto desarrollo hay una debilidad de los actores sociales, pero ese es un tema, por el momento, lejano a nosotros; aunque habrá que tenerlo en cuenta, no quiero ahora entrar a discutir eso, sí más bien cómo es la adecuación del modelo social-demócrata, desarrollado para una experiencia de países industrializados, a países de menor industrialización.

Los teóricos social-demócratas y los partidos social-demócratas, a partir de los años sesenta, se preocuparon particularmente por extender su temática al tercer mundo. Uno de los países en que eso más se ha aplicado es la India. En la India, el partido del Congreso, muy identificado con ideas socialistas, o social-demócratas, sin embargo implicó una adecuación muy especial.

Yo ya, hace un par de semanas, en una reunión que hicimos en Buenos Aires en homenaje a Fernando Henrique, le hice una analogía entre la coalición que él ha armado acá y la del partido del Congreso, aún cuando, por supuesto, el partido del Congreso tiene muchas décadas de historia. La comparación se refería también al hecho de que haya un intelectual con toda una trayectoria que está al frente de eso - y esa comparación parece que le gustó. Es una coalición que tiene claramente un componente de izquierda y un componente de derecha y que a su izquierda hay otra izquierda más arcaica, llamémola así, que puede ser más fuerte o más débil, según los casos, y a la derecha, también la derecha más arcaica, que se resiste a esa integración. Después, me parece que le gustó un poquito menos lo que yo dije que en América Latina, uno de los ejemplos es el Partido Revolucionario Institucional de México. Siempre hemos estado acostumbrados a comparar este partido con el Partido del Congreso de la India, por supuesto *mutatis mutandi*. Esta comparación a muchos no les gustó demasiado, porque el PRI, no sé por qué, no tiene demasiado buena la prensa en muchos sectores intelectuales de este continente a pesar de que, en América Latina, ha cumplido, para México, un rol bastante importante y además ha revalidado sus laureles, últimamente, en forma más legítima. Por otro lado, no tenemos tantas cosas positivas con que comparar, como para cargar la mano o la cuenta a ese tipo de partido. Otro modelo de coalición centrista, con una ala derecha y una ala izquierda, lo tenemos en el mismo Brasil, en la gran tradición varguista, con su mezcla PSD/PTB en un contexto industrial y político diverso, pero que por mucho tiempo constituyó el modelo progresista, y que después en cierto momento se disolvió y no pudo seguir adelante, quizás por el excesivo izquierdismo de la época de Goulart.

Yo pienso que hay otro modelo con el que hay que tener cuidado, y es que el fantasma que puede rondar alrededor de Fernando Henrique es el modelo Argentino por el lado de

Alfonsín. Así como, a los emperadores romanos, en el momento del triunfo había alguien, un esclavo que le decía: "acuérdate que eres mortal". Yo, sin ser un esclavo pero sí, un amigo, le diría: "atención con el modelo Alfonsín" - y no porque Alfonsín haya sido un mal presidente, creo que fue muy buen presidente, y excelente para la transición de la dictadura a la democracia, pero tropezó, aún cuando tuvo un gran apoyo electoral, un 54-55%, igual que Fernando Henrique, basado en un partido que aunque era mucho más antiguo que el de Fernando Henrique, se había reducido mucho, a veinte tantos por ciento de los votos, en los años 60, 70, pero de golpe engordó ante la crisis del resto del sistema político y consiguió integrar a un importante grupo de gente de mentalidad social-demócrata - junto con otros más tradicionales, como también creo que existen en el PSDB - y consiguió un fuerte respaldo. A su derecha había muy pocos votos. Gran parte del electorado de derecha, por anti-peronismo, lo apoyó, pero había a su izquierda o hacia abajo, en la pirámide social, ese núcleo del movimiento obrero que es el Peronismo, con un 40% de los votos. Fernando Henrique, hacia ese lado tiene el PT y nada más, o sea, un 25%. Es mucho menos y mucho menos fuerte, pero hay que tener cuidado con no tropezar con eso. Por motivos justificados en términos del arcaísmo que creo que tienen muchos sectores del PT, es comprensible que en una perspectiva social-demócrata se rechace esa alternativa. Es comprensible, aunque debe explicarse. Yo creo que se lo puede explicar, para Brasil, pero hay que tener en cuenta que lo más probable es que ese movimiento obrero organizado, (que no es todo el movimiento obrero porque también hay otro sector obrero, *Força Sindical*, que está en otra línea) - que la mayoría del movimiento obrero está en el PT, y hay que tener cuidado de no tropezar con él. Yo creo que Alfonsín, en su primer momento, quiso dar un golpe demasiado fuerte contra ese movimiento, contra ese corporativismo, y yo creo que ahí tuvo su primer fracaso. Se creyó demasiado omnipotente por ese 54% de los votos y eso fue un error.

En ese sentido yo diría que no hay que dar una exagerada batalla contra el corporativismo sindicalista. Yo sé que el corporativismo, y casi el sindicalismo se están transformando en una mala palabra en nuestro continente, pero es una concepción equivocada. Es cierto que el sindicalismo, en su versión corporativista, tiene degeneraciones, pero quién no las tiene, qué otros grupos no las tienen. A mí me parece que no es conveniente dar una lucha demasiado frontal contra ese sindicalismo, por ejemplo contra el impuesto sindical, yo los dejaría vivir, los dejaría tranquilos. Hasta diría que ese sector un poco burocratizado del sindicalismo puede ser usado en una política compleja, como tiene que ser la política de alianza, que es la política en la que inevitablemente estará lanzado el nuevo Gobierno.

En cambio, en la privatización hay que ir a fondo. La privatización, es muy obvio, da dinero, y se necesita el dinero, como se ha dicho acá. Sería mejor sacarlo por impuestos, pero no se los puede sacar por impuestos de golpe. Se necesita la privatización, aún cuando ello irrite a ese movimiento obrero, al que por otro lado se ha tranquilizado al dejarle ese impuesto sindical, esas prerrogativas. Algunos de ellos, teóricamente, como dicen la CUT y el PT, quieren que haya eliminación del impuesto sindical o de la unicidad - entonces que ellos mismos lo propongan. Pero no creo que lo van a proponer porque, por motivos obvios iría muy en contra de sus intereses. Me parece que la privatización tiene que remplazar el tiempo que se va a tardar en obtener más impuestos. Por supuesto de lo que se ha dicho acá sobre la necesidad de incrementar los impuestos, es cierto. Pero yo, más que incrementar los impuestos, diría **cobrar** los impuestos. Esa es la experiencia que ha habido en Argentina y en otros países. Si se cobran los impuestos no es necesario incrementarlos tanto, porque hay un problema de realismo político. No estamos hablando de lo que sería ideal, sino de lo que es factible y me parece que aplicar una presión impositiva, pero con lo que ya existe, con algo un poco cambiado, me parece que da mucho dinero.

Hay otro tema en el que hay que andar con cuidado, que es el "aperturismo" de la economía. Ya es bastante con abrir la economía hacia el MERCOSUR y eventualmente Chile. Pero soñar con una apertura al comercio internacional total es irritar a ciertos intereses proteccionistas que todavía existen. No tenemos que olvidarnos que toda la industrialización

latinoamericana se hizo con el proteccionismo, lo mismo se hizo en el Este Asiático. No tenemos que tirar demasiado por la borda al proteccionismo. Por supuesto que hay que abrirse, en alguna medida, pero una apertura excesiva, iría a irritar a demasiados grupos y nos vamos a quedar en el aire.

Finalmente, con respecto al ataque a la miseria, lo ideal sería hacer lo más posible, pero como sabemos que hay límites a lo que se puede hacer, a mí me parece bien lo que sugirió Foxley - el ataque puntual en ciertas operatorias que demuestran la intención, aunque dentro de la limitación de recursos, o sea, concentrarse en algunas cosas que sean visibles, en las cosas nuevas, como por ejemplo, en las comunas más pobres y hacer un cambio muy fuerte en su nivel educativo, cosas de ese tipo, aunque pueden oler un poco a demagogia, un poco al impacto de opinión pública, pero eso también es parte de la política.

Otro tema que a mí me parece que exige atención es la reforma del sistema electoral - y por lo tanto, la reforma del sistema partidario. Desde ya damos por sentado que se necesita la reforma en la Constitución, en parte para reorganizar el sistema impositivo, sobretudo la distribución entre los estados, municipios y el Gobierno nacional. Pero el sistema electoral-partidario es una de las cosas que puede sufrir una gran transformación. Ya se ha dado, a través de la campaña electoral, un gran cambio. Hace seis meses era común decir que en Brasil no hay partidos políticos, que todo es fisiologismo absoluto y lo que pasa es que no es así. Eso existe en un sector del esquema político-partidario, pero evidentemente la elección ha simplificado mucho el panorama y me parece que hay que seguir. Ahí sí, hay que dar un golpe importante a algunos intereses existentes, pero son intereses muy desprestigiados. Hay que consolidar partidos grandes, sin negar la representación de algunos grupos sectoriales o de intereses, o de minorías estratégicas. El cambio en el sistema electoral es una de las prioridades que tiene este país y en la medida en que eso se dé, podremos tener un esquema de gobernabilidad más definitivo, que evidentemente se basa en menor número de partidos. Algunos de ellos estarán ligados a corporaciones, pero eso es inevitable, no hay que ignorar totalmente los intereses creados porque así no hacemos política, sino hacemos pura ideología, y lo que hay que hacer es una política inspirada por la ideología, pero además por las necesidades reales de funcionamiento de la *polis*.

Gracias.

DEBATES

Professor Miguel Reale Júnior:

Pretendia apenas fazer observações sobre uma mudança, que me parece importante, no quadro brasileiro, que é a mudança de cultura. Nós vivemos sempre sob o signo das ambigüidades. Desde a escravidão, havia um discurso liberal na Assembléia Nacional e no entanto os maiores defensores da postura liberal eram também defensores da escravidão. Nós tivemos um processo eleitoral, na Primeira República, que era um processo imoral, mas que elegia pessoas honestas. Nós temos, na cultura brasileira, o ataque ao nepotismo; os brasileiros, no entanto, são os primeiros a convidar para padrinho de casamento ou padrinho de batismo um deputado, na expectativa de que esse parlamentar, dezoito anos depois, salve o garoto do serviço militar.

Em suma, nós vivemos essas ambigüidades. A mais gritante de todas diz respeito à corrupção. Certas pessoas exigem publicamente o linchamento moral daqueles que estão envolvidos em corrupção mas, no nível pessoal, sonégam imposto, praticam as suas irregularidades, ou seja, há um discurso público e um discurso privado, completamente diversos e diferentes. Por outro lado, há a adesão subjetiva ao valor da honestidade no plano pessoal, que não encontra, contudo, correspondente consagração com valor social.

Creio que houve, todavia, uma alteração significativa, neste último processo eleitoral, fruto do *impeachment*, da CPI do orçamento, mudando o quadro cultural brasileiro, na

medida em que honestidade se transformou, de um valor individual num valor social. Os valores da honestidade, da correção, na condução da administração pública, se afirmaram como valores sociais.

Tal produz uma grande diferença daqui para frente. Por isso, este momento não é um momento apenas de uma mudança de Governo, mas é o de mudança de mentalidade. É lógico que é um processo, é um longo processo. Mas o novo Governo tem condições pessoais, tem condições como classe política consistentemente correta para realizar o trabalho de disseminação da honestidade na condução da administração pública. Isso me parece extremamente significativo, a mostrar que são indevidos os receios aqui postos de que não existem atores. É este um momento em que podemos nos desenvolver efetivamente como os atores de uma nova sociedade, atores que venham a ser os exercentes ativos da cidadania.

Essa mudança cultural parece-me extremamente importante para ser condicionante, o pressuposto de uma grande mudança no país. É lógico: teremos um Presidente que será um agente fundamental desta mudança cultural na vida brasileira. É inegável que existem dificuldades. Hoje, se o clientelismo perde força há, no entanto, o corporativismo como uma nova força que pode trazer a exigência de mandatos imperativos e resistências a mudanças. Mas acredito que, frente a esta situação, o Governo terá de impor o atendimento dos interesses gerais acima dos setoriais.

Eu só queria destacar uma expectativa positiva com relação ao Brasil, por causa das mudanças de mentalidade, da mudança que se inicia na cultura brasileira.

Aspásia Camargo:

Eu queria comentar que acho que uma das grandes lições que nós tiramos das reuniões de ontem e de hoje é que todos deram muita ênfase ao voluntarismo político e também ao papel do Estado. Até para realizar as reformas econômicas, nós precisamos ter o aparelho funcionando, a fim de que possa realmente produzir as reformas.

Por outro lado, a ordem internacional frouxa, redes fluidas, caóticas, a desestruturação político-institucional interna, o esvaziamento estrutural dos Estados nacionais levam a que se constate que esse voluntarismo tem de encontrar um caminho que é, em primeiro lugar, o da credibilidade. O que a gente se poderia perguntar é se a credibilidade seria suficiente para enfrentar esse tipo de situação, ou se nós teríamos de pensar em estratégias sofisticadas, como as que foram, por exemplo, desenvolvidas por Vargas, nos anos 30, e que envolveram alianças com industriais e trabalhadores, com a inteligência, com a igreja, com os militares e com as elites regionais.

É claro que o momento é totalmente oposto, mas, naquela época, também o golpe foi uma solução. O momento hoje é diferente. Há uma inversão da relação sociedade civil-Estado, mas eu acho que Touraine levantou aqui a possibilidade de que esse Estado tenha de ser mais *dux*, como diria Celso Lafer, e menos *rex*. Na verdade, eu acho que ele tem de ser as duas coisas, negociador e ter iniciativas. Mas a dosagem desse processo é delicada e acho que fica muito evidente que a ênfase, primeiro, na inflação, e depois nas políticas de estabilização levou a uma negligência muito grande desses aspectos, sobretudo no que diz respeito a dois temas fundamentais, que foram discutidos ontem e hoje: a questão da globalização, para a qual nós não temos estratégias ainda concertadas, e a questão da política industrial.

Agora, as dificuldades desse processo, eu acho que são grandes em razão do fato de que o Brasil é um país continental, além de continental, é heterogêneo e, sobretudo, o processo distributivo, que o Professor Hobsbawm enfatizou como muito importante, dá-se dentro de uma base, ou seja, a base produtiva é espacialmente muito reduzida para o tamanho da base social do país.

Então, acho que essa é a grande dificuldade para que criem governabilidade e, sobretudo, o fato de que o sistema político é, hoje, dividido em subsistemas muito fortes, os Governos estaduais, que têm, inclusive, rombos fiscais difíceis de negociar, além do fato de

que o Brasil é hoje o único país do mundo que se considera federativo, que considera o município como unidade autônoma. Isso mostra muito bem a que ponto chegou o processo de fragmentação. É um processo que alguns classificam, como "Confederação Fiscal", e negociar nessas condições é difícil porque nós estamos, de certa forma, vivendo a Lei de Arquimedes ao contrário, ou seja, o empuxo vertical é de cima para baixo e não de baixo para cima. Portanto, é muito difícil, é muito mais difícil para a unidade central obter alguma coisa da unidade de baixo, em processo de negociação, do que o contrário, talvez até pelas razões que o Castells levantou, que se trata, realmente, de um movimento social. Essas comunidades estão organizadas como movimentos sociais.

O último ponto que eu queria mencionar é que nós tivemos uma dificuldade muito grande, que se pode tornar um benefício. O Brasil, junto com a ex-URSS, foi o único país que fez a transição dando ênfase à democratização e deixando a reforma econômica para um segundo momento, por razões que nós não iríamos aqui entrar em detalhes. Mas o fato é que isso dificultou a operacionalização das reformas econômicas, na medida em que atores novos estão no processo, e mais, que eles estão dentro de um processo de democracia regulada, ou seja, existe uma constituição que sacramentou todos esses direitos, que aumentou enormemente a parte distributiva do Estado. Dizer, portanto, que o Estado brasileiro não distribui renda parece-me um grave equívoco. Ele distribui muito dinheiro, resta saber se não haveria uma forma melhor de usar esse dinheiro para distribuir melhor a renda.

Eu acho, portanto, que talvez um dos pontos interessantes seria repensar a questão do orçamento, fazer uma leitura mais de ciência política e de sociologia e menos de economia. Obrigado.

Professor Celso Lafer:

Na discussão dos novos parâmetros do pensamento político um tema crucial diz respeito ao impacto no campo dos valores, provocado pelo fim da Guerra Fria. Este fim trouxe, com o colapso do "socialismo real", um efetivo questionamento da polaridade Leste/Oeste e, conseqüentemente, dos modelos alternativos da concepção de sociedade que os Estados Unidos e a União Soviética encarnavam no plano internacional.

Como é sabido, existe uma importante relação entre a legitimidade no plano interno e a legitimidade no plano internacional. O século XX foi um século de grande experimentação em matéria de organização da sociedade: comunismo, fascismo, nazismo, *New Deal* de Roosevelt, são exemplos que vêm à mostra como modalidades do "estado mobilizador" mencionado por Touraine. Estas diversas modalidades do "estado mobilizador" foram sendo postas - são as lições da História - em cheque interna e internacionalmente e assinalam, neste final de milênio, um estreitamento das opções de que hoje parece viável como modelo de organização da sociedade.

Este estreitamento das opções se dá no contexto de um sistema internacional assinalado pelas descontinuidades produzidas por duas lógicas contraditórias, que hoje operam simultaneamente: a lógica da globalização - que é a das auto-pistas - e a lógica da fragmentação - que é a dos guetos. Daí um descompasso entre poderio e significado. Recuperar o significado do exercício do poder requer compatibilizar as duas lógicas e coloca o problema da identidade e da diferenciação dos novos parâmetros do pensamento político. Qual é a contribuição que o intelectual pode dar para esta problemática?

Bobbio, em livro recente sobre os intelectuais e o poder, estabelece uma distinção analítica entre os intelectuais, em função dos seus campos de atividade: há os que se ocupam e se preocupam com valores, com princípios-diretivos, com rumos, e há os que se dedicam aos conhecimentos-meio, ao saber técnico. Ambos, no mundo contemporâneo, são necessários para o exercício do poder. O risco dos princípios-diretivos afirmados sem apropriados conhecimentos-meio são a utopia ou o descalabro. O perigo do saber técnico, que não leva em conta os valores, é o mandarinato irresponsável. Daí a importância e a riqueza da exposição de Foxley, na sessão de hoje de manhã, pois ele escapou destas

duas armadilhas ao mostrar, com base na sua experiência, como se pode articular, criativamente, apesar do estreitamento das opções acima referidas, saber técnico e valores, conhecimentos-meio e princípios-diretivos.

O intelectual, à maneira de Descartes, duvida sistematicamente. Por isso frequentemente se inibe no campo da ação. O político escolhe e, por isso, ao modo de Pascal, aposta. Qual pode ser a aposta consciente e responsável do nosso Presidente?

Na campanha eleitoral destaquei como um dos ingredientes da liderança de FHC, a concomitância da dimensão *rex*, de pacificação, de harmonização, e da dimensão *dux*, de inovação, de transformação. Este "mix" foi um dos ingredientes do sucesso eleitoral do nosso Presidente. Será, também, o de sua boa governança. Neste contexto de boa governança, quero destacar que a dimensão *dux*, de inovação, tem relevância para os novos parâmetros do pensamento político pois, instrumentado pela dimensão *rex*, vai gerar poder, obtendo um consenso quanto a um curso comum de ação. A explicitação deste consenso não é simples para a identidade política social-democrata do novo Governo uma vez que o saber-técnico reformista, associado à tradição política de Esquerda, tem se revelado inoperante. Com efeito, o conjunto de instrumentos, de conhecimentos-meio concebidos pela Esquerda para viabilizar os seus princípios-diretivos, entre os quais destaco a igualdade, não vem funcionando. Daí a questão: como combinar, em novos moldes, saber técnico compatível com a experiência histórica mundial e valores reformistas? - e, por valores reformistas, quero, como ponto de partida, mencionar o não conformismo em relação ao *status quo*. Observo que esta questão estava, de maneira implícita, presente nas nossas discussões, pois a sessão de hoje de manhã foi basicamente voltada para o saber técnico dos conhecimentos-meio e a sessão de ontem e de hoje à tarde tratou preponderantemente de rumos e valores.

Das nossas discussões pode-se extrair a seguinte conclusão: o "Consenso de Washington" é necessário mas não suficiente. Foi por esta razão que a discussão teve como uma de suas notas o exame do saber técnico apto a agregar ao "Consenso de Washington" valores de uma identidade social-democrata: os equilíbrios sociais, a equidade, a tolerância. Será esta agregação que dará à presidência Fernando Henrique Cardoso a sua identidade, experiência que, estou certo, contribuirá para a elaboração de novos parâmetros do pensamento político.

Ao discutir o tema da identidade, parece-me apropriado concluir com uma breve observação sobre o tema da tolerância, um valor importante da constelação axiológica do novo Governo. Num sistema internacional trabalhado pelas forças profundas e contraditórias da lógica da globalização e da lógica de fragmentação, creio que a convivência pacífica entre as autopsias e os guetos passa pela tolerância. Com efeito, a tolerância hoje não é apenas, ao modo do liberalismo clássico, a capacidade de conviver com a diferença de opiniões, de credos religiosos, dos costumes, mas a de lidar com a diversidade das etnias, das línguas, das religiões, do gênero. Este tema é um tema chave para a convivência pacífica no plano internacional e um desafio para os novos parâmetros do pensamento político de sociedades nacionais nas quais os atores são evanescentes, como aqui foi dito. É preciso identificá-los - e a tolerância ajuda neste sentido - para viabilizar, na dimensão *dux-rex* da liderança, os novos consensos necessários para redirecionar o país interna e internacionalmente.

Senador José Serra:

Eu gostaria inicialmente cumprimentar o Presidente eleito Fernando H. Cardoso e o professor Luciano Martins pela organização deste seminário. A prova de que é um seminário muito interessante é a da assistência plena, apesar de já termos percorrido um dia e meio de trabalho intenso.

O Roberto Frenkel lembrou um outro seminário, em Ibiúna, no final de 1977, em torno de uma pesquisa que desenvolvemos, por muitos anos, com o CIEPLAN, do Chile, o

CEDES, da Argentina e o CEBRAP, do Brasil, sobre políticas de estabilização no contexto de regimes autoritários. O Enzo Faletto, embora falando de outro momento, apelidou a reunião de "O Grito de Ibiúna", para lembrar o Grito do Ipiranga. Nele estavam o Guillermo O'Donnell, o Roberto Frenkel, o Alejandro Foxley, o Fernando Henrique e eu próprio.

Discutimos hoje de manhã a estabilização mas no contexto de processos democráticos. Bons tempos, em comparação aos que vivíamos há 17 anos. Eu lembraria ainda uma outra reunião que nos dá motivo para otimismo, organizada pelo Foxley no Chile, em 1990, na véspera da posse do Patricio Aylwin. Talvez o Fernando Henrique não tenha escolhido a véspera da sua posse como data para este seminário porque cairia em 31 de dezembro. O Foxley reuniu no CIEPLAN cientistas sociais, amigos do Chile, do CIEPLAN e dele próprio, para uma reflexão sobre a experiência chilena. Nós ouvimos, naquele momento, as diretrizes do futuro governo do Chile em diferentes áreas: do trabalho, da economia e da política.

Lembro-me que o Fernando Henrique fez uma intervenção mostrando como os chilenos apresentavam tudo arrumadinho, racional. Isto sempre acontece com eles. Relembro esse fato com um sentido positivo (risos). O Fernando Henrique lamentou, então, que, às vezes, a razão hegeliana não prevalece sobre a realidade. No caso chileno talvez não viesse a prevalecer mas ele desejava que prevalecesse.

Na verdade, seu desejo se cumpriu. A experiência do Chile, nestes anos, mostrou que a razão hegeliana dos chilenos da "Concertación" prevaleceu. Fazendo um balanço do que aconteceu no Chile, neste período, só há razões para otimismo com relação àquilo que foi apresentado na reunião do CIEPLAN. Portanto, eu desejo que também esta reunião, de alguma maneira, também abra caminho para que, daqui a quatro anos, possamos fazer um balanço positivo do governo Fernando Henrique, da mesma maneira que no Chile ao terminar o governo de Patricio Aylwin.

Com relação ao conteúdo da discussão, quero mencionar um aspecto citado inicialmente pelo professor Linz, depois pelo Castells, a respeito da questão federativa.

Já é quase um lugar-comum constatar que, nos anos oitenta, o Brasil sofreu uma grave crise, afetando o Estado e as políticas públicas. Habitualmente, são mencionadas três dimensões desse processo, começando pela questão do intervencionismo estatal. O Brasil, dos países do antigo Terceiro Mundo, juntamente com a Índia, teve o Estado mais intervencionista e o mais bem sucedido de todos na promoção do desenvolvimento econômico. No entanto, as mudanças na economia internacional e a revolução tecnológica enfraqueceram a capacidade de intervenção do Estado brasileiro estreitando dramaticamente o raio de manobra que tinha no passado.

Outro aspecto bastante citado é o da abertura econômica. O desenvolvimento brasileiro a partir dos anos 30 fez-se de forma fechada em relação ao exterior. Basta lembrar que o coeficiente de importações, depois da 2ª Guerra Mundial, atingia cerca de 14 %, e, no começo dos sessenta ou no final dos setenta, era da ordem de 4 a 5 %. Nesses períodos, o Brasil cresceu 7% ao ano. Foi, assim, um caso extraordinariamente bem-sucedido de desenvolvimento introvertido. Ora, uma economia fechada, com peso estatal muito grande, não dispunha de regulamentações, leis de defesa da concorrência, leis antidumping, e muito menos qualquer tradição nesse sentido. Nada disso existia no momento em que se deu a abertura comercial no exterior e o encolhimento do Estado. Não existia porque não era necessário.

A abertura tem ocorrido por exigência das condições de desenvolvimento da economia internacional, mas também internas, pois o Brasil, no final dos setenta, completou uma etapa avançada da substituição de importações. Foi o país que, na América Latina, levou mais longe, de maneira mais bem-sucedida, essa estratégia, hoje tão amaldiçoada, de industrialização. Mas, tendo-a completado, não restava outro caminho, como incentivo para o crescimento, senão uma maior abertura. E este tem sido um processo penoso.

Um terceiro aspecto refere-se à educação, no caso brasileiro, sempre tratada como elemento residual do desenvolvimento. A criação de alguns serviços de formação de mão-de-obra foi "quebrando o galho" na matéria. Mas, devido ao processo de desenvolvimento

tecnológico, de certa maneira, a mais-valia do trabalho foi sendo substituída pela mais-valia do conhecimento, trazendo um problema gravíssimo de recursos humanos ao desenvolvimento brasileiro, que não pode mais ser resolvido ou adiado como sempre foi. Estamos sofrendo, então, uma terceira mudança, muito difícil de ser absorvida e feita. Praticamente não se tem caminhado nada nessa direção.

A esses três aspectos, que são os mais habitualmente citados, eu acrescentaria um quarto referente à dimensão federativa a que o Castells e o Linz fizeram referência. Há movimentos pendulares, no Brasil, nessa matéria. O último foi durante o regime autoritário, que trouxe uma centralização bastante forte. Mas o fato é que no período da redemocratização criou-se um desequilíbrio simétrico. Esse é um desafio importante, que tem de ser resolvido democraticamente. Poderá ser facilitado, na minha opinião, nos próximos anos, pelos Governadores eleitos, pelo otimismo com que vejo os resultados das eleições para governadores.

Em que sentido? Os principais requisitos econômicos para a existência de um Estado nacional são uma moeda nacional, com um poder emissor centralizado, uma política tributária nacional e uma política de comércio exterior nacional. No Brasil, porém, tem havido distorções que afetam o cumprimento desses três requisitos. Alguns Estados emitem dinheiro por meio dos bancos estaduais, têm tido poder emissor de fato. Na questão de comércio exterior, os estados tributam as exportações. Na área tributária, é importante lembrar, cerca da metade da receita dos dois principais impostos federais - o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados - é transferida a Estados e municípios. Não há, pois, política fiscal autônoma. Não proponho, desde logo, a diminuição das transferências. É a maneira como elas são feitas que tira raio de manobra de uma política tributária nacional.

Tais distorções, que afetam o funcionamento do Estado Nacional, são cruciais. Isto nos põem diante de um grande desafio, daqui para diante, que é a negociação "federativa", chamemos assim.

Ainda a propósito da tributação, quero lembrar que a carga nominal de impostos no Brasil é da ordem de 50% e a carga efetiva está em torno de 28%. Portanto, o problema nessa área não é aumentar impostos nem criar impostos novos. Estou inteiramente de acordo com o Professor Di Tella que o mais importante é cobrar melhor, até para que a carga nominal possa ser reduzida. Reforma tributária não se faz para aumentar ou diminuir a arrecadação, mas para aumentar a eficiência do sistema tributário, ajustá-lo ao que se deseja para a economia e para a sociedade.

Esses são alguns pontos que eu gostaria de comentar. Para concluir, lembro uma outra questão. A estabilidade é uma tarefa inconclusa, não é uma etapa vencida. Portanto, ela vai permear as políticas do novo Governo, necessariamente. Mantendo a estabilidade, não vejo porque a orientação do governo deva ser do tipo os "primeiros 100" dias, ou 6 meses. **Tem de ser o governo de todos os dias.** Dada a estabilidade, há condições de governabilidade, condições para um processo ao longo de quatro anos, sem congestionamento de agenda. O importante é a mudança de rumo. É impossível imaginar que, no caso brasileiro, se possa enfrentar uma agenda muito congestionada, para resolver tudo de uma vez. O importante vai ser o sinal, o caminho que se aponte.

Tenho certeza que daqui a quatro anos nós vamos estar reunidos de novo, para um balanço positivo, numa reunião entre amigos como esta.

Muito obrigado.

Embaixador Gelson Fonseca:

Muito obrigado, Senador Serra.

Eu vou pedir desculpas aos outros inscritos para o debate, mas, infelizmente, por uma questão de tempo, nós não vamos poder ouvi-los. Eu então encerraria a minha participação e pediria ao coordenador do seminário, Professor Luciano Martins, que desse por encerrado os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

Professor Luciano Martins:

Uma brevíssima palavra, para agradecer mais uma vez todos os que estão aqui, nossos convidados estrangeiros e brasileiros, e agradecer muito particularmente à Fundação Alexandre de Gusmão, cujo Presidente é o Embaixador Gelson Fonseca Júnior, sem cujo concurso teria sido realmente impossível a organização e a realização deste Seminário. E particularmente aos colaboradores mais diretos do Embaixador Gelson, o Conselheiro Marcos Galvão, e muito especialmente ao Luís Fernando Panelli César, que foi infatigável em toda a organização deste Seminário.

A todos eles o meu mais afetuoso agradecimento.

Presidente eleito Fernando Henrique:

Registro que dois convidados importantes a este Seminário não puderam comparecer, por motivos diversos: Aníbal Pinto, que durante esses anos todos sempre estimulou muito os nossos debates; e Albert Hirschman, cuja influência foi decisiva em meu pensamento. Há pouco tempo, em um documentário a que assisti, Hirschman referia-se a uma frase que dizia assim: “a paixão pelo possível”, que é muito do espírito dele. Pois bem, eu também estou impregnado dessa mesma “paixão pelo possível”.

Soube outro dia - não sei se é verdade, e peço desculpas aos meus amigos argentinos - que Perón tinha uma frase que dizia algo assim: “*La realidad es la razón*”. Isso me deixou assustado. Todos aprendemos, ao longo desses anos, que, por mais que a razão tenha uma importância enorme no processo histórico, o conhecimento, os valores, como já mencionou o Celso Lafer, referindo-se a Bobbio, são decisivos e, além disso, temos que introduzir um elemento de vontade para que as transformações ocorram. Ficou muito claro hoje que estamos com dúvidas sobre onde é que se coloca essa vontade, qual é o ator, quais são os atores, quais são as possibilidades do movimento social.

No mínimo, alguém com as responsabilidades que adquiri a partir de minha eleição, tem de demonstrar uma atitude de maior tolerância, como disse o Celso Lafer. Mas tolerância poderia significar “hegelianamente”, que tenho a razão a meu lado e que, por causa disso, tolero os outros. Em lugar de tolerância, diria humildade. Humildade de entender que os processos de transformação não se podem fazer senão tendo em vista um conjunto muito amplo de valores, de conhecimentos, de interesses. É preciso - se nós mantivermos a crença na democracia - estabelecer mecanismos de negociação, para que o *rex* não vire um *imperium dux*: não substitua a sociedade, não substitua a vida por um voluntarismo inócuo, o qual não só é condenável pelo lado político, mas é inócuo na sociedade contemporânea. Nós já tivemos aqui, no Brasil, experiências bastante diretas, nessa matéria: o ungido pelo voto popular imagina que isso basta para transformar as coisas. Esse tipo de crença acabou num prazo muito curto, e esse líder - todos sabem a quem estou me referindo - não teve mais condição nem para continuar como governante. Essa lição nós todos aprendemos no decorrer da história.

Ouvi aqui, hoje e ontem, com muito interesse as exposições e debates que a elas se seguiram. Aprendi muita coisa importante.

Nós estamos vivendo uma transição absolutamente suave no Brasil, prova de que caminhamos bastante nos nossos costumes políticos.

Na verdade, esta experiência democrática brasileira, que já está tão enraizada e que nos permitiu este debate, me levaria a ousar um pouco mais, depois desta discussão. Se não fosse pelas implicações diplomáticas, eu diria que nós poderíamos, depois do Grito de Ibiúna (Ibiúna, para os que não sabem, é uma chácara que tenho lá em São Paulo, onde nós nos reunimos), passando pelo Consenso de Washington, poderíamos chegar a um Acordo de Brasília (risos). Esse Acordo de Brasília existe de fato, pois, no fundo, nós todos estamos apontando na mesma direção.

Na área econômica, encaramos os desdobramentos recentes com muita humildade, estudando cuidadosamente as circunstâncias para decidir com convicção. Sabemos quais são as opções, quais são os riscos. Então não há desculpa para se fazerem grandes erros, desde que nós tenhamos a capacidade de ouvir e de entender quais são as seqüências das ações.

Também sabemos que, embora haja uma simultaneidade - creio que Bradford mencionou esse importante tema - no processo político, como em qualquer batalha, é preciso escolher qual é o adversário; quando é que se dá a batalha, quando é que se flanqueia. Embora as expectativas sejam muito amplas, exigindo mudanças rápidas, terão de ser submetidas a um cálculo estratégico. Concordo com o que disse o Serra: nós vamos ter de, não durante seis meses, mas durante 4 anos, reformar sem parar. É claro que, nos primeiros seis meses, tem-se uma força de persuasão maior, mas nós só teremos realmente vencido a batalha das dificuldades brasileiras, no que diz respeito à governabilidade, se entendermos que, durante o tempo todo, vamos estar introduzindo modificações numa dada direção. Esta direção que vamos seguir tem de ser clara desde o início: estabilidade com crescimento, com distribuição de renda e com participação social. Palavras. Mas palavras que tem de ser realizadas na prática, com muita persistência. Há condições para isso.

Quando assumi o Ministério da Fazenda, por circunstâncias que não cabe recordar, não havia no horizonte quem apostasse na possibilidade de uma mudança. Não havia quem acreditasse na possibilidade de marchar para uma reorganização da vida econômica brasileira, porque nós estávamos vindo de um *impeachment*, estávamos num Governo congressional, num Governo que não tinha tido voto direto, e que, portanto, tinha enormes fragilidades para enfrentar os problemas econômicos. Mesmo os economistas que estão no Governo, e que estavam comigo, desaconselhavam, não acreditavam na possibilidade de fazer-se alguma coisa mais profunda. Não sei qual foi a profundidade alcançada, mas nós enfrentamos, e negociamos com todo mundo, com o Congresso, com o Governo, dentro do Governo, com o Presidente, com o País, com os devedores externos, o que não foi fácil.

Acho que se trata de uma questão de valor, de conhecimento e de vontade. Tem de haver um momento de vontade, de decisão, um momento em que realmente se aponta o rumo com convicção, para usar uma palavra mais weberiana.

É nesse ponto que Alain Touraine mostrou qual é o papel que pode ter hoje o Estado, ou melhor, o Governo, em termos da reconstrução das condições de governabilidade, das condições de participação e de ampliação da cidadania. Claro que se se pensar só desse ângulo, nós podemos realmente ficar sujeitos às críticas que eu próprio fiz, no início destas breves palavras. Mas, se nós pensarmos de uma maneira mais complexa, veremos que há um momento em que isso é fundamental. Há um momento - eu creio que o Professor Hobsbawm disse algo semelhante - em que, efetivamente, para que se possa levar adiante o processo de transformação, é preciso que haja sinais muito claros, simbólicos até. E, afinal, a população, como disse o Professor Juan Linz, tem mais paciência na democracia do que nas ditaduras.

Tenho visto pesquisas recentes e o que se constata é que ninguém espera milagres. Esperam milagres, às vezes, um ou outro intelectual, um partidário, um adversário, algum jornalista, mas não o povo. O povo tem mais realismo, sabe quando o rumo começa a apontar numa certa direção, reacende a esperança, desde que se continue a marcha. Não é preciso fazer tudo de uma vez, mas é preciso dar sinais sensíveis de que nós estamos caminhando com convicção. Isso é fundamental. Se esses sinais puderem ser traduzidos por medidas práticas, como lembrou o Alejandro Foxley, melhor, porque aí se sente realmente qual é o rumo.

Mas acredito que hoje, no Brasil, depois das experiências de estabilização e democratização na América Latina, depois de tudo que nós já aprendemos, no Brasil, hoje, o horizonte está muito mais desanuviado, e tudo é muito mais fácil do que foi há algum tempo. Não por virtude de A, B ou de C, mas porque a força da sociedade, depois da abertura democrática, é tão grande que efetivamente temos recursos para seguir adiante.

Nesses movimentos de transformação e de reigitação da chama da esperança no Brasil, algumas coisas muito simples deixaram sua marca. O Presidente Itamar Franco e seu Gabinete, do qual fiz parte, assumiram o poder quando havia uma crítica cerrada à corrupção. Era o grande tema. Pois bem, nestes dois anos, podem vasculhar os jornais: não existe rumor de corrupção em qualquer setor do Governo da República, seja no Governo central, seja com pessoas diretamente ligadas ao sistema de decisão política. Isso se deve simplesmente a que algumas pessoas, à frente das quais o Presidente Itamar Franco, são de outra procedência, de outra formação. Pessoas simples, que não estão dispostas a transformar o poder numa forma de ostentação. Às vezes, gestos extremamente singelos do Presidente Itamar Franco, que muitas vezes não foram sequer compreendidos pela *intelligentsia*, amplo senso, foram sentidos pelo povo. E o fosso entre o Estado e a Sociedade ou entre o Governo e o povo diminuiu sensivelmente. O poder era muito abstrato, era muito ausente e temido, na época do governo militar. Depois ele continuou não tão abstrato, mas ausente e desmoralizado. Agora o poder é algo mais natural. Isso é importante na democracia. É importante não confundir a dignidade da função com a pompa pessoal. É preciso manter a simplicidade pessoal e a dignidade do cargo. São coisas que eu vi no Chile: antes e depois da ditadura. Em suma, é assim, de forma elementar que as coisas têm de ser feitas.

Eu sempre me opus àqueles que pensam a política em termos estáticos e que têm uma visão: "Fulano é tal coisa". É, mas deixa de ser. Todo o interesse da política, a aventura que permeia a política é a de transformar a opinião do outro. Como se diz sempre, nesse processo, o outro também pode transformar nossa opinião. É normal que assim seja. Quem se resguarda em valores absolutos, que fique na cátedra, que vá para o púlpito, mas não vá para a política. Porque a política, como disse o Torcuato Di Tella, o Foxley, o Manuel Castells e outros tantos aqui, é um processo de modificação. Não é um processo de aferição do estado de alma de cada um ou dos seus valores. É um processo mais complexo de modificação, no qual temos de apostar e temos de nos jogar nessa aposta.

Ao agradecer mais uma vez a presença de todos, sei que me joguei numa aposta. Joguei-me numa aposta em termos pessoais, partidários e nacionais. Joguei-me numa aposta quando tive de enfrentar o Ministério da Fazenda. (Neste último caso, a aposta foi difícil, porque os outros é que apostaram em mim.)

Minha escolha para conduzir a Pasta da Fazenda foi um sinal de que o Brasil tinha mudado, porque não havia nenhuma razão para acreditarem que podia fazer alguma coisa nessa área. Ao voltar dos Estados Unidos, todo mundo achava que meu nome era uma boa escolha. Digo: "Meu Deus. Vamos ter de fazer alguma coisa".

Joguei-me, em seguida, numa aposta para ser candidato à Presidência da República, e os que privaram das minhas decisões pessoais sabem porque me candidatei: ou eu o fazia, ou dificilmente haveria estabilização. Os candidatos mais prováveis não tinham sequer idéia do que era isso. Meus opositores mais fortes tinham o coração bem posto, mas a razão perdida. Não tinham a mínima idéia de como seria possível enfrentar as questões reais da estabilização. Nesse quadro, minha opção foi quase obrigatória.

Agora, já não há mais opção: agora, trata-se de uma determinação, pois tenho um mandato popular. E vou me jogar totalmente para tentar fazer o que foi dito aqui, no **Acordo de Brasília**.

Muito obrigado a vocês todos, por terem contribuído para esse Acordo.

PARTICIPANTES¹

ABRAHAM LOWENTHAL

Diretor do *Center for International Studies*. University of Southern California

ADAM PRZEWORSKI

Professor do *Department of Political Science*. University of Chicago

ALAIN TOURAINE

Diretor de Estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Paris

ALBERT FISHLOW

Decano do *International & Area Studies*. University of Berkeley. California

ALEJANDRO FOXLEY

Presidente do Partido Democrata Cristão do Chile

Ex-Ministro da Fazenda no Governo Aylwin

ALFRED STEPAN

Reitor da *Central European University*, Budapeste

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

ANTÔNIO KANDIR

Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (1990/1991)

ASPÁSIA CAMARGO

Presidente do IPEA

CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

Diretora-Geral da Fundação Getúlio Vargas

CELSO AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

CELSO LAFER

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP

Ex-Ministro das Relações Exteriores

COLIN BRADFORD

Economista Chefe e Assistente do Administrador do Bureau de Coordenação de Programas e Políticas Públicas. USAID, Washington, DC
Ex-pesquisador do *Center for Development Studies* da OCDE

CONSTANTINO VAITSOS

Professor do Departamento de Economia Política da Universidade de Atenas
Ex-Ministro da Indústria da Grécia

ENRIQUE IGLESIAS

Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

ERIC HOBSBAWM

Professor do *Center for Studies of Social Change*. New School for Social Research.
Nova York

FÉLIX PEÑA

Especialista em relações econômicas internacionais e em integração econômica da América Latina
Ex-Subsecretário de Assuntos de Integração Econômica e MERCOSUL da Argentina

FRANCISCO WEFFORT

Cientista Político

GELSON FONSECA JÚNIOR

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

GILBERTO DUPAS

Ex-Presidente da Caixa Econômica e Secretário de Agricultura e Abastecimento no Governo Montoro (SP)
Consultor Econômico; Diretor Presidente da Grano Ltda. - Conjuntura Econômica e Estratégia Empresarial

GUILLERMO O'DONNELL

Diretor do *Helen Kellogg Institute for International Studies*. University of Notre-Dame.
Indiana

JOSÉ ARTHUR GIANOTTI

Professor Titular do Departamento de Filosofia da USP
Presidente do CEBRAP

JOSÉ AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE

Professor titular da Universidade de São Paulo - USP

JOSÉ SERRA

Senador pelo PSDB/SP

JUAN LINZ

Professor de Ciência Política da Yale University

LOUIS EMMERIJ

Assessor Especial do Presidente do BID
Ex-Diretor do *Center for Development Studies* da OCDE

LUCIANO MARTINS

Professor Titular de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
(licenciado)

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo

MANUEL CASTELLS

Catedrático de planificação e de sociologia, e Diretor do Centro de Estudos Europeus,
na Universidade da Califórnia (Berkeley)
Catedrático de sociologia e diretor do Instituto de Sociologia de Novas Tecnologias da
Universidade Autônoma de Madri

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA

Professora Associada no *Departamento de Ciência Política* e Coordenadora do *Pro-
grama de Política Comparada* da Universidade de São Paulo-USP

MIGUEL REALE JÚNIOR

Professor Titular da Faculdade de Direito da USP

PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR

Economista e Professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo

PAULO RENATO SOUZA

Reitor da Unicamp (1986-1990)
Ex-Gerente de Operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (1991-
1994)

PHILIPPE SCHMITTER

Professor do *Department of Political Science*, Stanford University, Stanford

ROBERTO FRENKEL

Diretor do *Centro de Estudios de Estado y Sociedad*
CEDES, da Argentina; Ex-Subsecretário de Economia

TORCUATO DI TELLA

Professor da *Universidad de Buenos Aires*

WINSTON FRITSCH

Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

¹ As qualificações referem-se às posições dos participantes ocupadas à época do Seminário.

O autor do texto
A Time of Paradox
à página 22 é o
Prof. Abraham Lowenthal

Gilda Portugal Gouvêa
Guillermo O'Donnell
João Carlos Brum Torres
Jorge C. Elena
José Arthur Giannotti
José Augusto Guilhon de Albuquerque
José Roberto Mendonça de Barros
José Serra
Juan Linz
Juarez Brandão Lopez
Louis Emmerij
Lourdes Sola
Lídia Goldenstein
Luciano Martins
Luiz Carlos Bresser Pereira
Manuel Castells
Maria do Carmo Campello de Souza
Maria Hermínia Tavares de Almeida
Mário Brokman Machado
Miguel Reale Júnior
Mônica Baer
Paul Singer
Paulo Nogueira Baptista Júnior
Paulo Renato Souza
Philippe Schmitter
Roberto Abdenur
Roberto Frenkel
Ruth Cardoso
Sérgio Amaral
Simon Schwartzmann
Torcuato Di Tella
Vera Pedrosa
Vilmar Faria
Winston Fritsch



"Este Seminário é uma maneira de aumentarmos o grau de informação e de consciência nacional sobre uma série de questões. Nesse espírito, portanto, acadêmico, aberto, simples, direto, vamos enfrentar temas que são importantes não apenas para o Brasil."